

Defesa Nacional



NOVEMBRO
1952

NÚMERO
460

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XL

BRASIL — RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 1952

N. 460

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
A Engenharia na batalha (Conclusão) — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller	7
Estudos sobre o emprego da Divisão. A batalha defensiva — Trad. do Maj. Luiz Wiedemann.....	11
Dever militar — Cel. A. de Lyra Tavares.....	21
Artilharia autopropulsada — Trad. e adaptação dos Majs. Cesar Gomes das Neves e Heraclides de Araujo Nelson.....	29
A defensiva em profundidade — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	33
O Serviço de Intendência nas Divisões Aerotransportadas — Transcrição da Redação.....	39
A situação da arma de Cavalaria no momento atual — Transcrição da Redação.....	51
Processos de treinamento físico para soldados — Cap. Estevam Meireles....	57
O mundo em armas — Trad. do Maj. Zair de Figueiredo Moreira.....	71
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
O Império Português na estratégia mundial — Cel. José Alfredo do Amaral Esteves Pereira.....	91
O mito do desarmamento — Trad. do Cap. Alberto Fortunato.....	105
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Mato Grosso e as lutas pela fixação da fronteira ocidental do Brasil (Continuação) — Gen. Antonio de Souza Junior.....	109
Centenário de Teresina — Ten.-Cel. Firmino Lages Castelo Branco.....	117
Significado e comentário à condecoração do Regimento Sampaio — Tenente-Coronel Nelson R. Carvalho.....	125
A retomada de Corumbá (Continuação) — José Nonato de Faria.....	129
DIVERSOS	
Doutor Samuel Ribeiro — Redação.....	137
Instituto de Física Teórica — Transcrição da Redação.....	139
A mística do pára-quedista — Cel. Arold Ramos de Castro.....	142
Flores e Salvas em Pistóla! — Ten.-Cel. Nelson R. Carvalho.....	143
DA PROVÍNCIA — Ecos do "Dia da Pátria" — Ten.-Cel. Osmar de Almeida Brandão.....	147
Quem possui os metais? — Ten.-Cel. Waldemar de Lima e Silva.....	151
O 150º aniversário do Duque de Caxias — P.J. Busato.....	167
Os Pombos Correios — Trad. da Redação.....	169
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	171
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	177
ATOS OFICIAIS.....	181



O EXÉRCITO E A REPÚBLICA

A recente entrega solene da carta de Mato Grosso às altas autoridades do país faz-nos reavivar, mais do que nunca, a importante contribuição que o Exército tem prestado à Nação, principalmente depois do advento da República, cuja proclamação se comemora neste mês.

É preciso que se diga, alto e bom som, que essa carta, reveladora de região tão vasta quanto um continente, é obra exclusiva de militares. De militares que trocaram o conforto das cidades pelas asperezas da vida nas selvas. De militares que se embrenharam em pantanais inóspitos, que venceram serranias e remontaram rios para determinar coordenadas geográficas, descobrir nascentes e fixar divisôres.

Obra ciclópica que condensou os trabalhos das memoráveis campanhas do grande sertanista Rondon e seus bravos companheiros e que a tenacidade desse ilustre geógrafo que é o General Jaguaribe de Matos passou para o papel numa não menos afanosa campanha de cartografia e consulta a 60 mil documentos e que, praticamente, lhe consumiu a existência.

A carta ainda é acompanhada de um ensaio de catálogo das obras impressas e inéditas (mapas e livros) sobre Mato Grosso e regiões circunvizinhas.

Carta que deveria ser exposta em tôdas as Unidades e Repartições do Exército, para orgulho dos militares !

Essa a grande contribuição do Exército, a qual, juntamente com a construção de linhas telegráficas, de estradas de rodagem e de ferro e a demarcação de limites interestaduais e internacionais forma um acervo de serviços da mais alta importância prestados à Nação.

Quase dois mil quilômetros de estradas de ferro e de rodagem rasgadas nos sertões da Pátria !

A educação física, militar e cívico-moral da mocidade brasileira !

Duas guerras vitoriosas, sendo que, na II Grande Guerra, o Exército, através da F.E.B., deu renome internacional ao Brasil, levando aos campos de batalha da velha Europa os seus bravos soldados !

No terreno político, o Exército, que já proclamara a República, com Deodoro e a consolidara, com Gomes Carneiro, na Lapa, cresceu com ela e, sempre ao lado das aspirações populares, por meio de pronunciamentos que se confundem com os próprios movimentos de uma Nação jovem à procura do seu equilíbrio político, fortaleceu-a e fortaleceu-se.

E hoje, longe da fase de ebulição e quando a Nação, já madura politicamente, marcha, a velas pandas, para a maioria econômica, o Exército é fator de sua segurança e paz e fiador de seu progresso.

Hoje, êle é o guardião vigilante de 90 mil fábricas que produziram 120 bilhões de cruzeiros de utilidades, em 1950 ; de 100 milhões de cabeças de gado e de uma agricultura que produziu 61 milhões de toneladas de produtos, no valor de 56 bilhões de cruzeiros, em 1951.

Hoje, orgulhoso do seu passado, devota-se unicamente ao treinamento e aperfeiçoamento dos quadros de oficiais e praças que o integram, num trabalho profícuo em prol da segurança da Pátria.

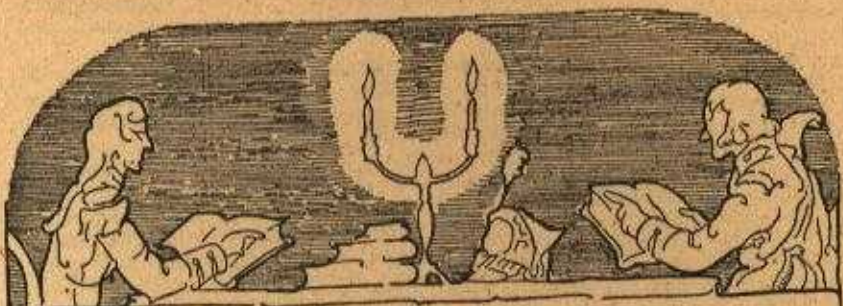
E, timidamente a princípio, já vamos, agora e sob a inspiração dos quadros saídos da Escola Técnica do Exército, entrando

francamente na resolução de importantes problemas de fabricação bélica, possibilitada pela expansão das indústrias básicas do país, caminho que nos levará, em futuro não muito distante, à completa independência no terreno do aparelhamento material. Provam-no as recentes e brilhantes provas realizadas no Polígono de Marambáia, assistidas pelas mais altas autoridades da República.

Salve, pois, Exército e República!

Que seja de profunda reverência e sincera homenagem a nossa atitude, ao ensejo deste 63º aniversário, diante daqueles que, como Benjamin Constant, Deodoro, Floriano e Tibúrcio, souberam erigir e consolidar, sob as cinzas de u'a monarquia que caíra por si própria, o edifício da novel e esperançosa República!





CULTURA PROFISSIONAL

A ENGENHARIA NA BATALHA

Coronel D. GABINO ANFUSO

Traduzido e condensado, data vêneta, da "Revista Militar y Naval" do Uruguai, pelo Ten.-Cel. FLORIANO MOLLER

III — O EMPREGO DA ENGENHARIA EM OPERAÇÕES DEFENSIVAS



OBJETIVO das operações defensivas é quebrar o impeto ofensivo do adversário, destruindo ou desorganizando suas formações de ataque, isolando a

infanteria dos carros de combate e limitando, assim, os êxitos alcançados pela ofensiva.

Conforme as circunstâncias, a defensiva apresentará um dos três aspectos conhecidos e bem diferenciados, a saber:

— defensiva sem idéia de recuo, manobra em retirada e defesa ativa ou dinâmica.

Em cada uma destas formas, a tarefa geral da Engenharia consiste em organizar e fortificar o terreno, a fim de melhorar a eficiência do fogo e proteger a tropa, construir barreiras e realizar destruições,

em apoio das linhas de resistência sucessivas e criar a rede de comunicações à retaguarda e no interior das posições, necessárias à manobra e aos contra-ataques.

A) A ORGANIZAÇÃO DO TERRENO E A FORTIFICAÇÃO DE CAMPANHA

A defesa age sobretudo pelo fogo e esta ação é facilitada pelo conhecimento do terreno, pela possibilidade (graças à organização do mesmo), de utilizá-lo intensivamente e pela superioridade do fogo da defesa, ajustado sobre o do atacante.

A organização do terreno tem por objetivo aumentar a magnitude dos obstáculos e cobertas existentes, preparar posições e instalar, ao abrigo do fogo inimigo, as armas e o pessoal destinado a empregá-las.

A fortificação de campanha favorece diretamente a ação das tropas, facilitando a visibilidade pela localização metódica dos postos de vigilância; aumentando a eficácia do tiro, ao instalar seus órgãos em melhores condições de rendimento e proteção; desembaraçando campos de tiros; detendo o inimigo nos obstáculos criados e perfeitamente batidos pelo fogo da defesa e permitindo o exercício do comando em todos os escalões, por meio de ligações e transmissões seguras e eficientes.

A fortificação contribui para a proteção das tropas contra a surpresa, cobrindo-as contra as ações da infantaria e as incursões ou penetrações de elementos motomecanizados e dos carros de combate.

A dissimulação das vistas inimigas se obtém utilizando as cobertas existentes e empregando cortinas naturais ou artificiais, ou seja, pela camuflagem.

A proteção contra o fogo inimigo é obtida, se o tempo e o material disponível o permitirem, pela instalação de uma rede de comunicações enterrada e pela construção de abrigos.

Em matéria de fortificação, a tarefa da Engenharia está condicionada aos fatores fundamentais já mencionados no parágrafo "Generalidades", isto é, pelo terreno, características do material, possibilidades do inimigo, rapidez e disfarce.

A rapidez dos trabalhos está condicionada à observância rigorosa dos planos pré-estabelecidos, à organização racional do trabalho e ao emprego máximo do equipamento mecânico de alto rendimento. A camuflagem das obras de fortificação, caminhos de acesso e dos depósitos de suprimento de material, é uma necessidade constante.

(1) *Emprego da Engenharia na Organização do Terreno* — A decisão do Comando expõe a situação e a sua impressão sobre as possibilidades inimigas; dá a missão da G.U.; o dispositivo; fixa o traçado da L.P.R. e o das linhas sucessivas de ação, as barreiras e sua

organização, a distribuição das tarefas pelas unidades dos diferentes escalões, a ordem de urgência e os meios de reforço.

A organização do terreno cabe à totalidade das tropas, mas a Engenharia é empregada preferentemente na execução dos trabalhos que exijam equipamento especial ou de interesse geral, tais como P.O. e P.C. importantes e a construção de barreiras.

(2) *Atribuições do Cmt. da Engenharia da G.U.* — Como conselheiro técnico do Cmt. da G.U., interfere em tudo que se relacione com a parte técnica das ordens especiais para organização do terreno e prepara e submete à consideração do Comando da G.U. as instruções técnicas destinadas às tropas de todas as armas; estabelece o plano pormenorizado dos trabalhos a serem realizados pelas Unidades subordinadas; determina sua execução; presta assistência técnica aos realizados pelas tropas das demais armas; e, como Chefe do Serviço de Engenharia, fiscaliza o suprimento do material de Engenharia.

(3) *Missões das Unidades de Engenharia* — As Unidades de Engenharia executam os trabalhos especiais que exijam experiência técnica, pessoal e equipamento especializados (P.O., P.C. e P.S., abrigos de concreto, casamatas coraçadas, instalações para centrais telefônicas, abrigos subterrâneos, etc.); aperfeiçoam certos obstáculos naturais (taludes, terraplenagem, orlas de bosques, e localidades); preparam obstáculos importantes (ruptura de diques barreiras, destruições, etc.).

B) BARREIRAS

O objetivo das barreiras é barrar o avanço das forças inimigas e detê-las. São estabelecidas em regiões que ofereçam dificuldades naturais à circulação e onde, com uma série mínima de obras, permita provocar retardos importantes (cursos d'água com número limitado de pontes, terreno movimentado; regiões montanhosas com rede de estradas pouco densa, etc.)

As barreiras podem desempenhar seu papel em todas as formas das operações defensivas. Assim, por exemplo, na defensiva, para barrar o avanço dos meios de ataque inimigos e para flanquear a posição, tolhendo a manobra inimiga; na manobra em retirada, para deter o inimigo face a posições sucessivas e ganhar o tempo necessário para a instalação de uma nova posição à retaguarda; na retirada, para obstar os movimentos do adversário e subtrair o grosso à pressão de suas forças.

Para serem efetivas, as barreiras devem: ser instaladas em frente ampla (o que exige sua construção pela Engenharia do Exército); compreender o maior número possível de obstáculos, sem restrições nem limitações de qualquer espécie; ser escalonadas em profundidade e, na medida do possível, viáveis dos P.O. amigos para que possam ser batidos satisfatoriamente pelo fogo das nossas armas.

As Unidades de Engenharia encarregadas de realizá-las devem proceder com rapidez, uma vez que o inimigo fará o máximo esforço para conquistar intactos os pontos importantes, sendo pouco aconselhável o emprêgo de meios mecânicos e sim, deve-se empregar explosivos que permitam a preparação prévia das destruições com o acionamento dos dispositivos de fogo no momento oportuno.

Os obstáculos e as destruições devem ser poderosos e amplos, uma vez que são destinados a deter os elementos blindados inimigos. A rapidez necessária não deve entrar em contraposição com a grande eficiência e o valor da destruição. Os campos de minas são aplicados em larga escala.

As características fundamentais de toda barreira são a continuidade e a integridade; um só dos obstáculos que a compõem, que não esteja concluído, deixa a barreira inoperante; é uma porta aberta no dispositivo. Para tal fim, o conjunto dos meios de engenharia deverá ser empregado em massa para a construção da barreira em causa; preparam-se cuidadosamente todas

as destruições com explosivos; recebida a ordem de execução ou em presença de circunstâncias imperiosas, serão acionados os dispositivos de fogo, a todo transe.

(1) *Atribuições dos Cmts. de Engenharia* — É o conselheiro técnico do Comando da G.U. na determinação da zona de barreiras e da ordem de urgência de sua construção; dirige a preparação técnica, prestando atenção especial à ordem de urgência; especifica as missões de barreira à Engenharia das G.U. subordinadas; designa os trabalhos que incumbem às unidades em apoio ou à disposição; dá instruções técnicas aos Cmts. de Engenharia das G.U. e faz previsões referentes aos esforços e suprimentos necessários.

O Cmt. da Engenharia de cada G.U. determina reconhecimentos gerais e pormenorizados, a fim de dispor o pessoal e os seus meios, de modo a executar primeiro uma série mínima e a seguir a série complementar.

Nos demais escalões, o Cmt. da Engenharia controla o estabelecimento das ligações e transmissões, a fim de evitar omissões e garantir a homogeneidade e continuidade da barreira, especialmente nos limites das zonas de ação das G.U.

(2) *Missão das unidades em geral* — Executam os trabalhos previstos, tais como campos minados, obstáculos de toda espécie, inundações, obstruções e destruições. Os campos minados mais importantes são confiados às unidades de engenharia. A Engenharia centraliza todos os planos de colocação de minas. Os obstáculos são obras de instalação simples, que não exigem pessoal especializado e podem ser executados pela engenharia ou por tropas de qualquer arma.

As inundações que exigem o manuseio de explosivos, ficam afetos à Engenharia.

(3) *Destruições* — Uma vez preparada, a destruição por explosivo se caracteriza pelo fato de permitir sua execução instantânea. Executada a destruição, o órgão técnico deve verificar os resultados

alcançados, realizar os entendimentos eventuais necessários e dar conta da execução das destruições aos escalões superiores.

c) RESTABELECIMENTO E CONSERVAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÕES

O inimigo tratará, sem dúvida, de desorganizar e inutilizar a nossa rede de comunicações, a fim de perturbar a nossa própria ação de-

fensiva, recorrendo aos bombardeios aéreos, à artilharia ou ações terrestres limitadas (raids). Portanto, o restabelecimento e a conservação das comunicações é função permanente das tropas de engenharia, o que aliás já foi examinada na parte correspondente à participação da Engenharia na Batalha ofensiva.

Fim.



ESTUDOS SÔBRE O EMPREGO DA DIVISÃO. A BATALHA DEFENSIVA

Do Coronel de E.M. GREGÓRIO LOPEZ
MURIZ, da Escola Superior do Exército,
publicado na revista "Ejército"

Tradução, data vênica, do Major LUIZ WIEDE-
MANN.

A DEFENSIVA ESTATICA

A) CONCEITOS GERAIS



DEFENSIVA estática é a forma clássica da defensiva. A sua finalidade não é outra senão deter e aniquillar, se fôr possível, o inimigo que ataca sobre o

próprio terreno em que se inicia e se desenrola a batalha. Sua definição poderá ser feita com estas palavras:

— A defensiva estática consegue manter em toda sua integridade, apesar dos esforços do adversário, uma determinada superfície do terreno, atuando principalmente pelo fogo.

Preferimos a denominação de *defensiva estática* à de *defensiva sem idéia de retirada*, mais comumente empregada, já que *estático* "é o que permanece num mesmo estado, sem mudança alguma", e tal é, precisamente, o ideal da defensiva estática. A "idéia de retirada", na defensiva, é um conceito quase que unicamente vinculado ao Comando dos escalões superiores; para o executante isolado, para os Chefes das pequenas Unidades e mesmo para a Divisão, a defensiva é sempre, ou quase sempre, sem idéia da retirada — exceto a manobra em retirada — independentemente dos propósitos

de quem dirige a batalha; para cada defensor, a missão se traduz em uma ordem concreta e terminante: deixar-se matar, não abandonar o terreno ocupado.

Tendo em vista os acontecimentos ocorridos nas últimas guerras, surge na alma certo cepticismo, traduzido nesta pergunta: Terá um resultado útil e servirá realmente para algo a defensiva puramente estática?

A defensiva está em crise, já foi dito muitas vezes; a defensiva estática é uma forma morta de guerra; múltiplos exemplos, aparentemente conclusivos, eliminam toda a possibilidade de discussão. Os fortes belgas, as chamadas linhas Weygand, Maginot, Stalin e Siegfried; as numerosas posições de campanha que foram rompidas, ao primeiro impulso, nas frentes de Este e nas de Oeste da 2ª Guerra Mundial, são feitos históricos de força aterradoras; e, quem quizer eleger-se em paladino da defensiva, terá que lutar contra adversários que empunham as armas da vitória.

A questão é que, de cada guerra se deduzem certos ensinamentos e os espíritos impressionáveis procuram torná-los permanentes e efetivos... até que chega uma nova guerra e acaba com eles.

Em consequência da 1ª Guerra Mundial, exaltaram-se as virtudes da defensiva puramente estática;

houve países que criaram, ao longo de suas fronteiras, algo semelhante a uma moderna muralha chinesa e acreditavam que, pelo seu amparo, poderiam dormir tranquilos. Terminada a 2ª Guerra Mundial, passou a defensiva a ser considerada como uma forma inferior que leva, irremediavelmente, ao fracasso.

Os problemas da guerra, extraordinariamente complexos, não podem ser julgados de maneira tão simples. Os grandes êxitos deslumbram e o seu brilho impede a descoberta de amplas perspectivas. Aos executantes, e não nos refiramos aos meros espectadores e "dos que ouviram contar as coisas", carecem os elementos de critério suficientes para firmar doutrinas, tendo em vista o futuro.

É verdade que, na 2ª Guerra Mundial, a defensiva em geral e a estática, em particular, produziram mais desastres que vitórias; mas como tudo que acontece na vida é por uma razão qualquer, há aqui também razões que explicam tais resultados. Estas razões são: a moral nas primeiras campanhas da luta e o material nas que ocasionam o seu desenlace.

Na campanha alemã do Oeste, a defensiva caiu da maneira mais espetacular sob a arremetida da ofensiva, devido à diferença moral entre o que atacava e o que defendia, dando-se à palavra moral a sua maior significação e incluindo na mesma, todos os valores do espírito e os imponderáveis que formam o ambiente da guerra, destacando-se, entre eles, a surpresa resultante dos novos meios e processos aplicados.

Na última fase da guerra, os fatores morais anularam-se praticamente, e sucumbiram ante o peso do material. A moral pode, com algumas limitações, compensar uma inferioridade em material; mas se a superioridade deste chega a ultrapassar os limites da elasticidade daquela, a moral, por si só, não é bastante para obter a vitória: ou se rompe e quebra ou se sublimina no heroísmo grandioso, porém estéril.

O problema ficará estabelecido em seus justos termos se não atribuímos à defensiva mais virtudes de que as que lhes são específicas, nem esperarmos milagres dela. A defensiva não pode ter outro papel que o de ação cooperadora da ofensiva, e sempre que o satisfaça, terá cumprido a sua missão.

Reproduzindo, exatamente, as circunstâncias da 2ª Guerra Mundial, será bem possível que os fatos apresentem características análogas; se variarem as circunstâncias, os acontecimentos tomarão, também, provavelmente, uma fisionomia distinta. A Guerra na Coreia parece confirmar as idéias expostas.

B) PLANEJAMENTO DA DEFENSIVA ESTATICA

Chega-se à defensiva estática por um ato de inteira vontade do Comando. O Comando decide: tem que se impedir, a todo custo, que o inimigo atravesse esta linha do terreno; nestas posições ter-se-á que deter e, se possível, aniquilar o adversário.

O primeiro ato que materializa a decisão do Comando, e que inclui a máxima responsabilidade, é a definição do campo de batalha.

Em alguns casos, o campo de batalha pode ser eleito com plena liberdade de ação. Assim ocorre quando se trata de reunir a batalha defensiva estática ao princípio de uma guerra em posições, previamente escolhidas e ainda organizadas em zonas mais ou menos fronteiriças; há, também, esta liberdade de escolha, quando a defensiva estática for a última fase de uma manobra em retirada, com a qual se busca, precisamente, atrair o inimigo, superior em força, sobre posições favoráveis à defesa, também, como no caso anterior, previamente escolhidas e organizadas. Existem ou não uma completa iniciativa quando se planeja em frentes que ficarão circunstancialmente estabilizadas em consequência de operações anteriores.

As vezes, uma frente se estabiliza pela vontade do adversário. Em seu plano de guerra consta a

idéia de fazer o esforço ofensivo em uma determinada direção, até atingir uma determinada linha e, uma vez atingida esta linha, manter-se nela na defensiva, recuperar a massa de manobra e reformar a ofensiva numa nova direção. Não há dúvida de que estas posições, escolhidas livremente, serão apropriadas, pelas suas características, a tomar a batalha defensiva estática, se o inimigo atacar. Mas, existem muitas outras situações, talvez mais numerosas, em que a estabilização de frente é consequência do esgotamento da ofensiva e então a linha de contacto deixa, frequentemente, muito a desejar quanto às suas qualidades táticas. Antes de fazer a organização definitiva da frente, se as circunstâncias obrigarem uma estabilização de alguma permanência, o Comando deve ponderar, com serenidade, se convém manter as posições alcançadas ou se, ao contrário, será preferível retirar-se para outras mais à retaguarda. Para decidir, o Comando deixará de lado todas as considerações que não sejam puramente de caráter estratégico ou tático, já que as batalhas defensivas travadas por motivos sentimentais têm produzido mais fracassos que êxitos.

A defensiva estática sempre supõe um desenvolvimento em frente estreita. A finalidade que se deseja é a de impedir que o inimigo rompa e consiga atravessar, completamente, as posições contra as quais se lança. Se o adversário rompe, a concepção da manobra defensiva sofre uma modificação profunda e os acontecimentos se produzirão de tal maneira que surpreenderão o Comando e serão difíceis de serem remediadas.

Para se conseguir o desgasto do adversário, antes da posição ser inteiramente rompida, é necessário que esta seja profunda; o ataque e a defesa se regem por leis de caráter mecânico. A defensiva estática não é um corpo elástico que se flexiona e retoma logo sua forma e posição primitivas, e sim um corpo rígido e duro. Sua permanência se apoia em que sua rigidez e sua capacidade sejam tais que

gaste e quebre o que de útil tem o ataque antes de ser conseguida a penetração total. E, esta capacidade, esta rigidez, só são obtidas na defensiva estática pelos dispositivos profundos, contínuos e densos.

Destas considerações se depreende uma consequência já estabelecida em trabalhos anteriores. A defensiva estática é dispendiosa em meios e só poderá ser mantida, com propabilidades de êxito, em frentes de pequenas extensões.

Chega-se, pois, à defensiva estática:

— No princípio de uma guerra sobre frentes previamente organizadas ou simplesmente de cobertura, transformadas, oportunamente, em frentes de combate.

— Como fase final de uma manobra em retirada.

— Como último ato de uma retirada.

— Em frentes estabilizadas no curso das operações que são por si mesmas e de modo permanente, setores principais ou que tomam este aspecto pela vontade do Comando, ante a ameaça de ataque, sempre que este seja previsto com a suficiente antecipação.

— A defensiva supõe, em todos os casos, uma perda de iniciativa, mas, dentro deste conceito geral, há duas facetas perfeitamente diferentes:

O Comando a concede ao adversário, porém, somente, durante um certo tempo, calculado previamente, transcorrido o qual, ele pensa em recuperá-la atacando no mesmo ou em outro teatro de operações ou retrocedendo, mas sempre pela sua inteira vontade. A defensiva se estabelece, então com uma real determinação em ordem de tempo; o Comando raciocina ou deve raciocinar desta ou de maneira semelhante:

— Para montar minha futura manobra, necessito deter o inimigo em tal linha, durante tanto tempo.

— Calcule que o inimigo possa atacar-me em tal dia e com tais meios.

— Para contê-lo até tal momento, preciso empregar tais meios.

O problema, como a maioria dos que se apresentam em Tática, tem uma apresentação elemental, deduzida por simples raciocínio, quase que poderemos dizer, de sentido comum. A solução exata é difícil para não dizer impossível, uma vez que os dados são, na maior parte das ocasiões, errados e incompletos. A única coisa certa, ainda mesmo sujeita a modificações consideráveis, é o tempo que se ganhará; na data e potência do ataque, na capacidade e da resistência dos próprios meios, os cálculos fallham por estarem submetidos aos imponderáveis da guerra.

A questão se torna mais complexa se o abandono da iniciativa é feito por tempo indeterminado; não se trata mais de sustentar as posições em alguns prazos, mas sim de infligir ao inimigo um desgaste que o impeça, pelo menos transitóriamente, da continuação da ofensiva.

Em qualquer das duas hipóteses, a ponderação dos meios que se destinam à defensiva estática tem, portanto, um valor extraordinário. Os meios têm que ser suficientes para, sem exagerar as virtudes da defensiva, atingir o fim proposto, que não é outro senão o de impedir a ruptura da posição pelo ataque. A maior parte dos fracassos desconcertantes, originados pela defensiva estática, são devidos à pretensão de se obter, com elementos insuficientes, uma finalidade muito ambiciosa. A manobra que se fundamentava no convencimento mais ou menos gratuito de que tais posições terão que resistir tanto ou quanto tempo, está exposta a morrer ao nascer se a defesa fallar, uma vez que as mudanças de programa são muito difíceis na guerra.

É muito frequente se aplicar, na defensiva estática, o conhecido princípio de economia de meios, com um critério de "mesquinha-ria" que é completamente-contrário ao de economias, uma vez que, quando a situação aperta, a necessidade obriga a inverter todas as

disponibilidades, com a desagradável consequência de que, com esta inversão parcelada, não se chegará nunca aos mesmos resultados de uma ação que, desde o começo, se desenvolveu com a máxima potência.

Não se deve esquecer tão pouco que os valores morais, como sempre, têm valor transcendente na defensiva, o que pode ser exigido, com confiança, de certas forças, em determinadas circunstâncias; converte-se em cálculo, meramente utópico, origem de surpresas desagradáveis, quando estas mesmas Unidades se encontram num ambiente que produziu uma queda das suas qualidades morais ou se tratando de tropas inferiores.

Na defensiva estática aparecem, em tudo que pudermos chamar em sua clássica pureza, os elementos que integram as posições defensivas, materializadas no terreno por uma série de faixas que se chamam, da vanguarda à retaguarda:

- Zona avançada;
- Zona de resistência;
- Zona de reservas.

A palavra *posição avançada*, de resistência, foi substituída pela de *zona*. Ainda mesmo que a palavra *posição* já esteja, há muito tempo, enraizada militarmente, como disse o General Almirante em seu Dicionário, significa "campo de batalha preparado", a realidade é que este conceito amplo e genérico foi desvirtuado na prática, talvez pela influência que, em nossas guerras, tenham tido as campanhas coloniais. Ao se falar "posição", tem-se representado na imaginação a reunião, num espaço reduzido, de homens e armas que combatem em contacto estreito e íntimo, com certo isolamento das demais organizações defensivas que possam existir. É a clássica posição africana que cerca um desfiladeiro ou se levanta no alto de uma colina.

A zona avançada existirá ou não segundo seja a situação primitiva ou anterior da defesa estática, conforme teremos ocasião de comprovar adiante.

Na zona de resistência devem ser incluídos, a nosso ver, todos os elementos que, combatendo intimamente ligados entre si, tenham uma mesma finalidade única, que não seja outra senão a de levar a cabo a defesa, atuando, principalmente, pelo fogo. Aparecem, portanto, na zona de resistência, três faixas, que são:

- A zona de desdobramento da Infantaria;
- A zona dos observatórios;
- A zona de desdobramento da Artilharia.

Não se quer dizer, com esta classificação, que apareçam sempre distintas e delimitadas as três zonas. Muitas vezes a zona dos observatórios e a de desdobramento da artilharia se superpõem; outras, parte pelo menos da de observatórios, está incluída na zona de desdobramento da infantaria.

Freqüentemente se aplica o conceito de zona de resistência à de desdobramento da infantaria.

Nas zonas de reserva, o Comando superior das Grandes Unidades escalona, em maior ou menor profundidade, os elementos que se não desdobram inicialmente para levar a cabo a defensiva em seu aspecto predominantemente estático, que constituem as suas reservas.

Como síntese destas considerações a respeito do planeamento da defensiva estática, poderemos estabelecer as seguintes normas:

— A decisão de travar a batalha defensiva em seu conceito estático é de exclusiva responsabilidade do Comando.

— O Comando deve ponderar serena e objetivamente as possibilidades, para que esta ação logre bom êxito; um dano sério na defesa estática, quando esta sofre até suas últimas consequências, é de difícil remédio.

— Terá que ser avaliado, com a maior certeza possível e como fruto de uma análise detalhada, os meios necessários para se conseguir o fim que se tem em vista. Na ponderação dos meios, levar em conta que o homem, com as características da guerra atual, desgasta-se moral e fisicamente mais na

defensiva que na ofensiva.

— Não esquecer que, na defensiva estática, terá que se apresentar ao inimigo, desde o primeiro momento, uma capacidade de resistência suficiente para enfraquecer o ataque, antes que ele consiga a ruptura das posições. Não empregar meios com mesquinha. "Os remendos não consertam nunca, definitivamente, a roupa".

— A liberdade de decidir, a base para um bom planeamento da defensiva estática quando se planeja em frentes guarnecidas no grande conceito, baseia-se na conformação. A grande tragédia da defensiva é esperar ante o desconhecido.

— Na guerra atual, os acontecimentos se produzem com extraordinária rapidez. Um erro que conduz a graves revêses é o de esperar que o ataque se realize para então planejar a batalha, com caráter de defensiva estática; o inimigo não dará tempo para este procedimento. Quando a defensiva estática não foi organizada a priori, quando a informação não merece o crédito suficiente ou se teme que não vai chegar a tempo, é preferível conceber e executar a defesa em sua modalidade de defensiva dinâmica.

— O terreno tem um valor transcendente no desenrolar das operações defensivas. O acerto, na escolha das posições em que se vai travar a batalha, constitui o maior cabedal para se obter a vitória.

C) O DESDOBRAMENTO

Na dosagem das forças destinadas à defensiva estática repousa a máxima responsabilidade do Comando; da sua ponderação adequada depende o bom êxito da batalha. O pior de tudo é que, como sempre, não se pode ditar regras fixas nem estabelecer preceitos absolutos. A diversidade de fatores que intervêm no problema introduz tal complexidade, que a solução só poderá ser encontrada na análise cuidadosa dos fatores que determinam cada uma das situações concretas. A título de ori-

entação, os pontos que serão objetos de estudos são os seguintes:

- Finalidade que se quer atingir com a defensiva;
- Tempo durante o qual terá que se manter no combate;
- Meios que o inimigo esteja em condições de acionar, avaliados sob seus aspectos material e moral;
- Doutrina e processos de emprego desses meios;
- Elementos próprios de que se dispõe para planejar o combate avaliados quantitativa e qualitativamente;
- Características do terreno;
- Possibilidades da situação de conjunto.

Das conclusões que se deduzam na síntese desta análise, na de que se conjuguem devidamente todos os elementos em jogo, é que permitirão avaliar as forças que, inicialmente, deverão ser destinadas a guarnecer a zona de resistência, as que eventualmente atenderão à segurança na zona avançada e as que irão constituir as reservas.

Na avaliação relativa dos meios que terão a cumprir estas três missões principais — segurança, resistência e reação — levar-se-á em conta as seguintes normas:

— Já dissemos reiteradamente que a finalidade da defensiva estática é enfraquecer e deter o inimigo antes que ele possa atravessar, totalmente, a zona de resistência e, em consequência, os meios que são destinados a esta primeira missão, a principal, devem ser suficientes para cumpri-la. Não é econômico guarnecer a zona de resistência com efetivos fracos, baseando-se na idéia de reforçá-la paulatinamente.

— A zona de resistência, sobre a qual está previsto o esforço ofensivo do adversário, terá que apresentar uma segurança homogênea, o que de maneira alguma quererá que seja uniforme a densidade de ocupação; os meios serão distintos, ajustando-se às características do terreno em proporções diversas. O objeto é de que soma destes elementos — força e terreno — dê,

em toda a frente de um possível ataque, o coeficiente calculado para a resistência; se este coeficiente é, por exemplo, sete e o terreno vale dois, ter-se-á que dar cinco aos meios; se o valor do terreno ascende a quatro, reduzir-se-á a três e dos meios.

— Em consequência, as frentes designadas às Grandes Unidades subordinadas serão distintas; em todo o caso, sua amplitude não excederá dos limites dentro dos quais seja possível o exercício do Comando, no aspecto peculiar da defensiva estática.

— Quando as forças destacadas na zona avançada tenham missões que não sejam simplesmente de vigilância e alerta, serão independentes das da zona de resistência. No combate atual, é muito problemático recuperar tropas empenhadas em vanguarda, em condições de serem empregadas.

— Todos os meios, que não forem necessários para guarnecer a zona de resistência e os recuperados da zona avançada, formarão as reservas.

D) CONDUTA DO COMBATE

a) Ações prévias.

Em toda a defensiva e, particularmente na estática, é do máximo interesse:

— Garantir o tempo preciso para o desdobramento dos meios e organização das posições escolhidas, colocando-as nas melhores condições possíveis para resistir ao ataque.

— Retardar e dificultar o avanço inimigo, a partir da maior distância possível, com o duplo objetivo de desgastá-lo progressivamente e ganhar tempo.

— Impedir o ataque por surpresa sobre a zona de resistência.

As duas primeiras finalidades se cumprem mediante a combinação adequada de fogo e movimento, que apresentam diversas modalidades segundo a situação de cada caso concreto. A última tem caráter genérico e refere-se, exclusivamente, à segurança.

A maneira com que se desempenham as duas primeiras missões depende, fundamentalmente, do espaço livre da vanguarda e das características dos próprios meios disponíveis.

Se o espaço é grande e o terreno adequado, obter-se-á um rendimento excelente fazendo-se uma ação retardadora executada por Divisões de Cavalaria ou Blindadas, Regimentos de Dragões ou Caçadores reforçados por Unidades de carros, armas anticarros e incluindo também infantaria e artilharia. As circunstâncias favoráveis aparecem quando a defensiva estática se apresenta como o final de manobra em retirada ou no princípio de uma guerra, quando a cobertura fronteira tem, precisamente, a missão de exercer uma ação retardadora para dar tempo, ao desdobramento na zona de resistência, previamente escolhida, mais à retaguarda.

Quando o espaço diminui, a ação retardadora irá, ela mesma, perdendo importância; não será possível empregar então Grandes Unidades especiais e ter-se-á que recorrer à Cavalaria — Dragões e Caçadores que estiverem afetos aos Corpos de Exército e Divisões normais — No limite, ainda esta Cavalaria será substituída por pequenos destacamentos, ou melhor, simples patrulhas mistas de infantaria e carros, se dispusermos destes últimos.

Sempre que o terreno permitir e a zona da vanguarda o consinta, não se prescindirá destas ações retardadoras que, além das finalidades já enunciadas, desempenham a muito interessante de adquirir informações.

Em todo o caso, a manobra se apoia num bem estudado sistema de destruições e obstruções que obriga um emprego intensivo de sapadores.

Há circunstâncias em que não é possível ganhar o tempo necessário que o Comando precisa, perentoriamente, para organizar da devida forma a defesa, por meio dessas ações retardadoras, de caráter essencialmente dinâmico. Assim ocor-

rerá quando não exista para a vanguarda o espaço mínimo indispensável, não se disponha de meios adequados ou a superioridade aérea inimiga impeça todo e qualquer movimento em terrenos descobertos e planos. Planeja-se, então, o problema de estabelecer a posição avançada.

Dizemos problema porque, decidir se haverá ou não posição avançada é um ponto que absorve a máxima responsabilidade do Comando e origem provável de suas maiores preocupações.

Três são os principais pontos objetos de meditação.

- A escolha das posições.
- A missão que deverá ser cumprida.
- Os efetivos necessários.

Em princípio, a distância da posição avançada até a linha anterior da zona de resistência — linha principal — oscilará entre 2.000 a 4.000 metros. As posições serão escolhidas de maneira que facilitem o cumprimento da dupla missão — vigiar e combater. Em virtude da primeira, se ocuparão as partes altas do terreno; para permanecer na segunda, as armas se ocultarão o mais possível das vistas do adversário. É de grande interesse impedir que o inimigo ocupe, rapidamente, e desde o primeiro instante, observatórios dos quais descubra a zona de resistência.

Três são as missões genéricas que podem ser dadas a uma posição avançada:

- Assinalar a presença do inimigo e retirar-se antes que se estabeleça o contacto.
- Resistir durante certo tempo ou até receber a ordem.
- Resistir sem idéia de recuo.

Na primeira missão não há realmente posição avançada; trata-se de uma simples linha de vigilância cujos elementos recuam quando o inimigo alcança determinados pontos, trocando alguns disparos com o alcance máximo de suas armas.

A missão de resistir durante certo tempo ou até receber ordem é extremamente delicada, e sujeita a graves perigos; como é lógico, os

efetivos serão proporcionais ao maior ou menor tempo exigido.

Se o inimigo não se apresentar antes do prazo determinado, a questão se resolve por si mesma. Transcorrido o tempo julgado indispensável pelo Comando, a missão de resistir muda, automaticamente, para a de vigiar; poderão reduzir-se os efetivos e recairemos no caso anterior. As coisas complicam-se extraordinariamente, se o adversário toma contacto com decidido espírito ofensivo, enquanto perdura a necessidade de se ganhar tempo.

O tempo é ganho:

- Obrigando-se o inimigo a uma formação de ataque para se obter, mediante uma tomada de contacto, o que realmente se tem em frente.
- Pela resistência face ao ataque.

Essas duas finalidades só se obtêm destacando forças suficientes para a posição avançada.

Quando os meios não permitem constituir uma barragem de fogo mais ou menos densa, mas inteiramente continua, segundo as características do terreno, o adversário avalia, facilmente, a natureza da posição com que tomou contacto e se perderá um dos meios de ganhar tempo, que é o de desmontar o ataque pela incerteza da situação. As tomadas de contacto são levadas a cabo mais rapidamente, que em épocas anteriores, pela intervenção dos engenhos blindados. Na vanguarda formarão, seguramente, Unidades Blindadas ou Mecanizadas, que não tardarão em descobrir as zonas desguarnecidas e vulneráveis, e penetrarão, sem vacilar, por elas, desbordando e envolvendo as resistências; não há dúvida que se ganhará algum tempo, mas as possibilidades de recuperar as forças destacadas serão, nulas; o recuo será uma idéia puramente utópica.

A continuidade dos fogos obriga a ser mais cauto; surgirá a dúvida, impor-se-ão reconhecimentos mais cuidadosos e, talvez, nessas operações preliminares, perca, o

adversário, o tempo de que necessita a defesa.

A continuidade dos fogos, porém, exige, como já dissemos antes, forças proporcionais; sua retirada só será possível, em boas condições, antes do inimigo desencadear seu ataque ou, se este executado, conseguir se manter até anoitecer; retirar durante o dia uma infantaria exposta ao combate é uma manobra quase impossível.

Ocorrendo, pois, o gravíssimo perigo de que as forças destacadas na posição avançada sucumbam ou sofram perdas materiais de tal importância e baixa em seu moral, que possam ser utilizadas na defesa da zona de resistência, ter-nos-emos, assim, batido em duas posições sucessivas, com todos os inconvenientes que tal proceder acarreta.

Estas considerações, que cremos serem ajustadas à validade, justificam o interesse do problema, a dificuldade de resolvê-lo com acerto e a responsabilidade que, como antes dizíamos, empenha o Comando ao decidir sobre a missão da posição avançada; missão que, pela sua própria transcendência, não pode ser deixada no ar, senão que tem de ser perfeitamente definida e concretizada; de nenhum modo poderá se transferir a solução da ordem aos Comandos subordinados.

Quando a situação impõe resistir sem idéias de retirada, não é possível pensar em fogos contínuos, que consumiriam efetivos consideráveis e não recuperáveis. O tempo, que é o que obriga a esta missão de sacrifício, se obterá, somente, cortando as comunicações que o inimigo precisa, indispensavelmente, para o movimento e o desdobramento de seus meios, tendo em vista o ataque às zonas de resistência. A posição avançada terá nesse caso, aspecto de núcleos de resistência, bem intervalados entre si, organizados a cavaleiro das vias de penetração ou assegurando observatórios particularmente valiosos. Um sistema de patrulhas móveis vigiará os intervalos. As forças que a ela se destinam serão as absolutamente indispensá-

veis, avaliadas com parcimônia, uma vez que serão elementos perdidos para o combate definitivo.

Qualquer que seja a situação, não se deixará nunca de garantir a zona de resistência contra um ataque por surpresa, montando-se o serviço correspondente de segurança, que variará desde uma linha de vigilância até simples sentinelas e escutadores.

Com essas ações de movimento ou de resistência estática que se desenvolvem na zona avançada, ligam-se estreitamente os fogos de artilharia desdobrada na zona de resistência, sob a forma de tiros de interdição, proteção e apoio. É indispensável estabelecer acórdos prévios que garantam a oportunidade e exatidão dos fogos.

b) Combate na zona de resistência.

Qualquer que seja a situação de origem, chegará um momento em que, terminada a própria ação retardadora, retirada ou aniquilada a posição avançada, o inimigo progredirá para tomar contacto com a posição de resistência. Segundo as informações que possua, adotará, seguidamente, as disposições para o ataque em força ou se desenvolverá para comprovação de contacto.

Nas duas hipóteses, interessa ao defensor retardar o mais possível tais preparativos, para o que e dentro do que as disponibilidades em munições consintam, executará tiros sistemáticos de interdição e rajadas, intervindo, ao mesmo tempo, as armas de infantaria.

Em circunstâncias favoráveis, o defensor reagirá com golpes de mão que estorvem a organização do ataque, destruam material e permitam obter informação.

Lógicamente, essas ações não serão suficientes para fazer com que o inimigo desista de seus propósitos e chegará um momento em que, terminados seus preparativos, desencadeará o ataque.

A defesa da zona de resistência se apóia, essencialmente, no fogo, que por sua vez, só dá fato resultante quando sua preparação é per-

feita e perfeita também é a coordenação entre os produzidos pelos diversos órgãos. O estudo do plano de fogos tem um caráter fundamental.

Os tiros executados, pela artilharia da defesa, apresentam as seguintes modalidades:

- contrabateria;
- contraposição;
- deter;
- tiros no interior da zona de resistência;
- tiros de apoio e proteção nos contra-ataques;
- ações longínquas: interdição.

Estudaremos em detalhes os planos de fogos, quando analisarmos em outra ocasião, o combate da Divisão.

c) Reações pelo movimento.

A defesa estática não quer dizer estatismo absoluto da defesa. Para se conservar a integridade da zona de resistência, é necessário lançar mão das ações por movimento, que se conhece com a designação genérica de *contra-ataques*.

Sua importância é fundamental em todas as situações defensivas, qualquer que seja o seu aspecto, pelo que preferimos lhe dedicar um capítulo a parte.

d) A defensiva estática em frentes estabilizadas.

Quando se tratar de frentes estabilizadas, a conduta do combate estará sujeita a normas análogas às expostas. A única diferença consiste em que, na maior parte das vezes, a vanguarda não terá espaço suficiente para efetuar ações retardadoras nem destacar posições avançadas, cuja organização, por outro lado, não será necessária.

Não haverá lugar, em consequência, para as ações preparatórias a que nos referimos antes. O ataque partirá de uma base mais ou menos próxima e o primeiro e verdadeiro ato da defesa será a contrapreparação, se é que as circunstâncias aconselham seu emprego.

E) CONCLUSÕES

A defensiva estática requer uma organização no mais alto grau possível, em todos seus aspectos.

Exige forças consideráveis, se quizer atingir sua finalidade característica; por essa razão deve se limitar a frentes estreitas.

Sempre que as circunstâncias permitirem, é de maior interesse dar, à vanguarda da zona de resistência, ações retardadoras, que aumentam o tempo e desgastam o inimigo. Pelo contrário, a instalação de posições avançadas com a missão de resistir, só será feita em caso de necessidade absoluta.



DEVER MILITAR

Col. A. DE LYRA TAVARES

N.R. — O presente artigo foi publicado no número de setembro de 1942, desta revista. Desde então tem servido de contribuição para o ensino da Educação Moral nos Corpos de Tropa e C.P.O.R.

Havendo interesse na sua republicação e atendendo a pedido insistente de instrutores e alunos do C.P.O.R. da 3ª R.M., a Redação fá-lo inserir novamente neste número.



TEMA tem aspectos sutis e requer, antes de tudo, uma conceituação que bem o caracterize, porque o Dever Militar ainda não foi objeto de uma definição precisa, nem legal nem literária. O sentido moral que o aprende tende a imprimir-lhe traços personalísticos, porque é necessário, primeiro, bem compreendê-lo e a compreensão resulta de uma formação educacional, que é variável. Para o soldado, entretanto, que o tem como um sacerdócio, que se forma para cultuá-lo, que se educa nos seus princípios e que conforma o seu espírito aos seus preceitos e às suas imposições, o modo de compreendê-lo tem que ser um único, porque a sua sensibilidade de espírito é educada, especialmente, para isso.

Se há um Dever Militar é porque há um Dever especial, próprio e característico do militar, e só do militar. Não se o compreende, por isso, em quem não seja soldado. É esse dever dita regras especiais de conduta, cria qualidades e defeitos que só podem ser apreciados no soldado, e estabelece crimes que só ele pode cometer, porque tudo resulta de uma sensibilidade moral que lhe é própria, pela natureza da sua missão especial e grandiosa, pelo papel que a função militar desempenha no quadro da Nação, in-

vestindo o homem de obrigações morais que requerem uma educação e uma compreensão próprias. É o Dever Militar que dita os deveres dos militares, desdobrando-se em aspectos diferentes, morais, físicos e intelectuais, conforme as exigências da função militar, e não se limita, por isso, ao que é comum a todos os cidadãos, perante a Pátria. Não basta ao militar ser patriota nem servir à Pátria, como se exige de todos os cidadãos, nivelados indistintamente pelo tributo obrigatório de honrá-la e de engrandecê-la. Ao incorporar-se ao Exército, o homem, uma vez instruído e preparado por ele, passa a ser soldado e a aceitar um Dever que, só então, compreende e cultua. E pode, assim, na consciência perfeita de toda a sua magnitude, prestar um juramento que marca uma transformação essencial na sua personalidade. A educação militar visa e promove, como primeira finalidade, essa transformação que, ao atingir a sua plena finalidade, vai obter a formação de uma consciência especial e de responsabilidades não assumidas pelo cidadão, fora da função militar. A partir daí, o seu espírito, a sua cultura, as suas tendências, a sua moral, que antes lhe fixaram traços livres à personalidade, vão subordinar-se a um sentido superior, que condiciona a sua conduta, fazendo-o um disciplinado, um bravo, um abne-

gado, pelo sacrifício de tudo, na hora em que o desempenho da função militar o reclamar à sua consciência. Ele reagirá contra tudo e contra si mesmo, porque a missão exige e deve ser cumprida. Ele se sentirá atuado e conduzido por forças superiores, mais morais do que humanas, porque a função militar o investirá de uma personalidade especial e ele não olhará a si mesmo, mas à sua Pátria, e tão somente à sua Pátria diante de uma missão que lhe é dada, em nome dela.

Vê-se, assim, como o Dever Militar é imanente à função militar, e subentende virtudes especiais, próprias dessa função.

Ele é como que a Bíblia do soldado, dado que o culto da Pátria constitui, para ele, um sacerdócio.

PRINCÍPIOS EM QUE SE FUNDA

O Dever Militar assenta em princípios de ordem moral e social, próprios à função militar. O soldado é, sem dúvida, mais do que um simples cidadão, pois a função militar o investe de um papel especial que decorre, por um lado, da natureza especial da sua condição de célula da Instituição Armada do país, e, por outro lado, da responsabilidade que assume, no convívio social, o cidadão investido da função de guardá-la e defendê-la, dentro do quadro legal em que se exercitam as suas atividades.

PRINCÍPIOS DE ORDEN MORAL

A MÍSTICA DA PÁTRIA

Toda a magnitude do Dever Militar decorre do amor à Pátria, colocado acima de todas as forças do espírito. O culto das tradições, a educação cívica, o apego à família, as afinidades de sangue, de religião e de língua, o amor à terra natal, exercendo uma influência essencial na formação do espírito, criam, espontaneamente, no indivíduo, cuja formação moral não seja deturpada pela solicitação de forças negativas, o sentimento da Pátria. E esse sentimento, dominando-lhe as tendências egoísticas, vai influir na sua

formação moral, elevando-o acima de si mesmo, e estabelecendo elos rígidos, de que resulta a coletividade nacional.

A sua receptividade sentimental fá-lo, então, um defensor natural daquilo tudo que passa a ser uma condição da sua vida, provocando reações e atitudes psicológicas muitas vezes superiores ao ser físico. Cria-se-lhe uma alma; empresta-se-lhe uma expressão moral mais aprimorada e mais altruista; dá-se-lhe uma compreensão e um sentido, dentro da obra coletiva. E ele passa a ver tudo isso, nas representações simbólicas que o exprimem, na Bandeira, no hino, nos heróis nacionais, e em tudo onde a idéia de Pátria transpareça, porque tudo isso o fará vibrar, e essas vibrações se traduzem como patriotismo.

A FORÇA MORAL

O que o Dever Militar impõe ao homem é, muitas vezes, superior às suas forças físicas, ou não depende só delas. A audácia, a coragem, a abnegação, o desprendimento e outras qualidades, por outro lado, constituindo virtudes essenciais ao desempenho do Dever Militar emanam da força moral, e unicamente a força moral poderá criá-las. Falando sobre os rascos de bravura, de coragem e de sacrifício do soldado, o General Tanant assim conclui: "Para que ele possa possuir uma tal coragem e submeter-se a tais sacrifícios, é necessário uma força invencível que o anime".

Essa força será moral ou não existirá, porque é evidente que a disciplina puramente material não basta para produzi-la e conservá-la.

Aliás, se fôssemos analisar as dependências entre o Dever Militar e a Força Moral, iríamos enveredar por um assunto de explanação longa e sugestiva, que as observações de todas as campanhas revelaram constituir um aspecto fundamental da eficiência dos exércitos nacionais.

Não seria necessário lembrar que está exatamente aqui uma diferença característica entre o mercenário e o patriota. Para o primeiro,

não seria possível admitir a existência de um Dever Militar, embora o mercenário tenha, também, *deveres de militar*.

São conceitos, aliás, que não devem ser confundidos. Os *deveres de militar* podem ter noções variáveis, podem ter princípios diferentes, pois correspondem a direitos, que se modificam no espaço e no tempo, conforme os característicos dos exércitos, os regimens e as mentalidades dos povos. No Brasil, os militares tem certos *deveres*; na Rússia, esses *deveres* são outros, necessariamente. Na Guerra da Espanha, defrontaram-se, nos mesmos teatros, soldados, nesse particular, diferentes. Eles não se compreenderiam, nos seus *deveres*, mas todos tinham determinados *deveres*.

Pelo contrário, o Dever Militar, que assenta no princípio moral, decorre do amor à Pátria, tem o mesmo conceito em todos os pontos, e, só ele pode justificar certos milagres, na luta do soldado patriota contra o homem, em si mesmo. De outra forma, não se teriam os heróis, em todos os tempos e em todos os pontos. E a compensação dos atos de heroísmo não se exprime em coisas materiais. O soldado, para o qual existe o Dever Militar, nada mais quer do que, exatamente, o prêmio moral da consciência de o haver cumprido. Na própria Espanha, não se poderia esperar das legiões russas que lá foram defender uma teoria universalista, cujo ideal básico — se assim podemos chamá-lo —, é uma melhoria de condições de vida, é um anseio de ordem econômica, com as suas compensações imediatas, um episódio como o do Alcazar de Toledo, em que o soldado nacionalista mostrou, antes de tudo, o desapego completo, a renúncia total pelo que é material.

Para o homem materialista, existe o Dever Militar; e a filosofia sem Pátria poderá entender, como de loucura, um gesto de heroísmo. Só a noção do Dever Militar justifica, exige e cria a sua compreensão. Só a força moral, em que ele se funda, pode conduzir o soldado a atitudes

muitas vezes superiores à sua condição humana.

SENTIMENTO DO DEVER

Escreveu Vigny, ao discorrer sobre os aspectos fundamentais da profissão militar:

"A abnegação do guerreiro é uma cruz mais pesada que a do mártir."

É necessário que o sacrifício seja a coisa mais bela do mundo, para que ele tenha tanta beleza em homens simples, que muitas vezes nem tem a noção do seu mérito. É ele que faz surgir, nesta vida de tormentos e dissabores, como que por milagre, um caráter generoso, cujos traços são grandes e bons como os das medalhas antigas. A abnegação leva o sentimento do dever até às suas últimas consequências.

Realmente, o soldado não visa compensações, porque o caminho da ambição material não passa na porta do quartel. A sua consciência o mantém dentro de uma mesma linha inflexível, que é o caminho do dever, e desse caminho ele não se afasta. Nêle há prêmios unicamente morais, o conceito dos chefes e, finalmente, a glória, são os grandes bens materiais que visa a sua ambição. A conduta do soldado é traçada pelo sentimento do dever, e esse sentimento é a nota principal da sua personalidade. Só ele o poderia enquadrar dentro de uma disciplina austera, em que não é o homem quem ordena, nem o homem quem obedece, mas um instinto educado na escola do dever, que constitui um verdadeiro catecismo. Tudo se faz e tudo se exige, em nome de um interesse superior, que a idéia da Pátria consubstancia. E todos o entendem assim. Não é para ilustrar-se a si mesmo, que o soldado estuda; não é para sacrificar a sua personalidade, que ele se submete a uma disciplina; não é para agradar que ele obedece, nem para desagradar que ele ordena, que ele exerce a sua autoridade. É para cumprir o seu dever, que ele cultua e pratica todas essas virtudes. Sem o sentimento do dever, que assenta em bases puramente morais, as virtudes militares

poderiam não ser compreendidas como virtudes, mas como um atentado à personalidade. As bases do Dever Militar estariam, então, ameaçadas. Eis porque o trabalho silencioso das ideologias anti-patrióticas investem sobre ele, na sua ação demolidora.

O EXEMPLO

A idéia de Pátria implica a idéia de tradição. A obra de um século precisa estar ligada à de muitos séculos, e o trabalho de uma geração ao de muitas gerações, para que a sua construção seja cada vez mais sólida e se afirme, através dos tempos. É mais no passado que a Pátria se alicerça, pelo que se torna preciso recordá-lo. O esforço feito oriental e estimula o esforço a fazer, e a Pátria deve ser eterna e intangível. O exemplo dos antepassados sugere os homens, e a história das guerras constitui o repositório dos feitos em que o soldado de hoje vai inspirar-se, para a sua conduta.

Daí a grande influência do estudo da História Militar, na formação do soldado. É através das suas narrações que ele passa a conhecer, admirar, compreender e imitar os homens e os gestos tidos como paradigmas. Os heróis são para o Dever Militar o que os santos são para as outras religiões. Constituem sínteses das suas virtudes fundamentais e símbolos a cultivar. E a união patriótica com que contempla, no quartel, a efígie de Caxias é, de certa forma, semelhante à união religiosa com que se olham, na igreja, as imagens dos santos.

Por outro lado, os laços morais de dependência entre os chefes e subordinados, mantêm-se, principalmente, pelo exemplo, pois não basta criar a mística do Dever Militar, recordando atitudes dos que já morreram.

Impõe-se imitá-las, primeiro, para depois exigir que elas sejam imitadas. E a educação militar, pelo exemplo, é como que um fogo constante que alimenta a mística do Dever Militar, ligando, entre si, homens de épocas diferentes, dentro de uma mesma formação moral, dos

mesmos anseios, dos mesmos propósitos e das mesmas virtudes.

PRINCÍPIOS DE ORDEM SOCIAL

A idéia de Pátria não se materializa, e só se a compreende através de uma formação moral especial. Mas, a da família e a da sociedade, nascem com o homem, pois uma é instintiva e a outra é imposta pela vida. Dentro do convívio social, em que nasceu e se educou, o homem se radica a certos hábitos, cultiva certas tradições e compreende certos deveres, decorrentes do bem coletivo, pelo qual é interessado. O papel do soldado, como responsável pela ordem social, é compreendido e admirado, e o investe de uma função essencial à vida coletiva. Essa vida se apegue a noções diversas e essenciais, que geram deveres, e aí poderíamos agrupar o amor à família, à terra, aos costumes, etc... Tudo que atenta contra esses bens coletivos, exige o sacrifício coletivo, que domina o egoísmo.

É assim que se explica, por outro lado, o aspecto social característico da função militar. O soldado é parte responsável na tarefa de defender esses bens, e o Dever Militar, como decorrência disso, tem, para ele, um aspecto social característico.

Em tempo de paz, o Exército também existe e também desempenha um papel social sobre o qual muito se teria a dizer, sendo que a magnitude desse papel cria, para o soldado, uma função peculiar. Essa função lhe dá, não só prerrogativas de autoridade, como uma condição especial que decorre da sua responsabilidade na ordem e na disciplina sociais.

Quando há uma alteração na ordem pública, quando alguém investe contra os preceitos da disciplina social, a presença do militar infunde confiança e o investe de uma personalidade bem diferente da do homem, visto em si mesmo. É que o Dever Militar lhe impõe, então, uma conduta necessária, e todos contam com ela. O soldado o compreende e sente, e, nessa hora, ele deixa de ser um simples ci-

dadão, em face do papel social que decorre do seu dever militar.

MÓVEL QUE O IMPELE A CUMPRIR

Qual será o móvel que impele ao cumprimento do Dever Militar, uma vez que ele tem aspectos tão árduos e exige tantos sacrifícios?

De um modo geral, é a consciência do dever, qualquer que seja ele, que leva o homem a cumpri-lo, e como o Dever Militar é um dever especial, é lógico que deve existir no soldado uma consciência especial. E ela existirá? — Já vimos que sim. Já vimos, mesmo, que, sem essa consciência, não seria possível a compreensão do Dever Militar. Em face d'ele, o homem se transfigura. Ele sofre a influência de várias forças estranhas a quem não é soldado. Comenta o General Tanant, que o homem, nesse momento, desaparece, diante do soldado, o que quer dizer que ele se reveste de uma nova personalidade. Em face do perigo, a ação do medo, dos fatores psicológicos negativos, da fraqueza física, do egoísmo e do apêgo à vida, sofre a denominação dessa nova personalidade, e o perigo perde a sua importância, diante de uma missão, que para o soldado tem qualquer coisa de sagrada. A covardia seria, para ele, um pecado mortal, pois a sua alma não subsistiria ao seu domínio. O Código Penal Militar vê nela a figura de um crime capital, como o vê na traição, na falta de resistência ao inimigo, etc. Para o cidadão, a covardia já não seria um crime, mas uma fraqueza moral ou uma doença psíquica, sem repercussão essencial no interesse coletivo. Então, é porque domina o espírito do soldado uma noção de Moral característica. Ele a compreende e a respeita. De outra forma, não se explicariam os seus gestos de abnegação, de heroísmo, de audácia, etc. Essa mesma noção, que é fruto, sem dúvida, de uma formação e de uma educação especiais, condiciona a sua conduta e o impele ao cumprimento do Dever Militar. Dela deriva a disciplina que dirige a sua inteligência, que transfigura o chefe num representante da Pátria. Dela de-

corre o desprendimento, que dá à própria vida, uma significação secundária, diante do perigo; dela emana a força de vontade, que refreia as tendências humanas, transformando o homem em uma espécie de sacerdote. Ela cria a energia moral que tudo domina e sacrifica, quando a missão o exige.

Quando a defesa da Colônia de Dourados dependeu, no momento histórico inesquecível, apenas da atitude de Antonio João, ele deixou de ser o simples tenente do Regimento de Bela Vista, para transfigurar-se num herói, e a sua alma de soldado, grandiosa e sublime, transformou-o num símbolo nacional. O exemplo contagiou a guarnição toda. O espectro da morte lhe apareceu, de relance, não para intimidá-lo, mas, ao contrário, para inspirar a frase histórica, que é hoje uma legenda. Essa frase é menos do tenente Antônio João do que do Dever Militar que o seu gesto heróico e imortal consubstanciou.

Quando se receiou, na luta com o Paraguai, que o partido liberal, então no poder, pudesse obter de um "conservador" extremado, a sua colaboração na defesa da causa do Brasil, Caxias, logo que solicitado, redarguiu: "A minha espada não tem partido". Era a voz do Dever Militar que falava por ele.

Foi o Dever Militar que arrojou os nossos soldados sobre a ponte de Itororó e que lhes deu ânimo e forças na epopéia de Laguna.

E assim, a História nos mostra, a todo passo, como esse Dever, que constitui a mística do soldado, supera nêle as condições humanas, e o conduz a atitudes, às vezes, legendárias.

Quaisquer que sejam os aspectos por que ele se apresente, o soldado o compreende e é induzido a cumpri-lo. E o móvel que o impele a fazê-lo é tudo isso que vimos; é a sua conformação moral apurada e própria; é a educação em que o seu caráter se forja; é o sentido e a compreensão que ele tem da sua missão grandiosa; são as virtudes que ele cultivou e praticou. Tudo isso se resume e se reflete na sua

consciência militar, porque é, na verdade, essa consciência, — síntese moral do soldado — o móvel que o impele ao cumprimento do Dever Militar.

IMPORTÂNCIA MORAL DO DEVER MILITAR

Agora, que o definimos e o conceituamos, tanto quanto é possível fazê-lo numa apreciação pessoal e sumária, a propósito de um tema tão complexo e tão difícil de objetivar-se numa figura literária, já podemos estimar a importância moral do Dever Militar.

Nenhum método mais positivo para apreciá-lo do que o de imaginar a sua inexistência. Experimentemos fazê-lo. Poderíamos admitir um Exército Nacional sem esse fundamento moral imprescindível? A disciplina, que é a condição essencial da sua organização, seria assegurada nas horas críticas que põem em cheque as qualidades e os defeitos naturais do homem? Seria possível contar-se com ele, para tudo e diante de tudo, se o abandonássemos a influência exclusiva das solicitações de ordem material? Poderíamos contar com o espírito de renúncia, que é essencial ao desempenho da função militar, se ele fosse comandado por forças insuperáveis?

É claro que não. Seria impossível compreender um Exército sem essa disciplina peculiar, porque ela constitui um característico moral da Instituição Armada. E sem o Dever Militar, essa disciplina, certamente, não poderia existir ou subsistir.

Assim sendo, a organização nacional, dentro de fronteiras históricas, vigiadas e respeitadas, e, sobretudo, o conceito de soberania Nacional, teriam, automaticamente, perecido. E a idéia mestra em que se fundam as nacionalidades, em que se alicerçam o caráter coletivo e a vida moral dos povos, de forma alguma poderia existir. Não há religião sem Dever, e a Pátria é, para o homem, o motivo moral da única religião comum a todos os homens.

Todos participam dos perigos que a ameaçam, e, nessa hora, todos se

transformam em soldados, porque é ao soldado que cumpre velar pela sua existência. O Dever patriótico, de aspectos amplos e diversos, dentro do qual a todos cabe uma parte de colaboração da obra nacional, fecha-se, nessa hora, dentro de um conceito mais limitado, traduz-se no instinto de defesa nacional, congrega todas as forças espirituais e morais de todos os cidadãos, apurando-as, fortalecendo-as, concentrando-as, com uma expressão mais restrita, porém mais forte, capaz de produzir milagres. A importância moral do Dever Militar, é, então, imensurável, porque a existência da Pátria passa a repousar diretamente nesse Dever.

Todos os adeptos da Pátria, isto é, todos os cidadãos, transformam-se em soldados, como os adeptos de uma outra Religião o fizeram, outrora, na arremetida histórica, discutida e célebre das "Cruzadas". A mística da Pátria é, também, uma Religião, e, assim entendida, o Dever Militar se reveste do caráter de fundamento moral do catecismo cívico, que é a sua Bíblia. Só ele poderia salvar a Pátria, fazendo-a atravessar intangível, imortal e soberana, as cruzadas cívicas das guerras.

O Dever Militar, mais do que qualquer outro Dever, só pode caber numa organização moral aprimorada, sem a qual não seriam possíveis as virtudes morais que ele integra nem os sacrifícios que ele exige, nem os milagres que ele realiza, subjugando a própria natureza humana.

Afirma Laffite que "a noção do dever varia com a elevação dos nossos sentimentos que o inspiram, da nossa inteligência, que o esclarece e do nosso caráter, que o realiza. Ele varia, também, com a situação do indivíduo na sociedade". E conclui: "O homem tem tanto mais deveres quanto mais aprimora o seu senso moral".

O Dever Militar, ao contrário de constituir um constrangimento imposto, assenta numa condição moral espontânea, que antecede, como frisou Tarde, a noção do direito. "Não há dever onde não se depara per-

feita conciliação entre a obrigação e a liberdade, entre o concurso e a independência. Se a independência se esmaga, se sofre violência a liberdade, o concurso se chama degradação; a obrigação, despotismo. Quanto mais se afirma nossa elevação moral, tanto mais nos sentimos dominados pela sociedade". E é então que se compreende como os deveres crescem proporcionalmente à elevação moral.

O Dever Militar representa, por isso, a consequência de um extremado aperfeiçoamento moral, sem o qual não seria possível compreendê-lo. Ninguém o imporia à força nem o aceitaria sob ameaça, e ele só passou a existir quando o espírito humano e quando a moral humana, aprimorados através das etapas sucessivas da civilização, libertaram-se da noção individualista primitiva, sublimando-se e fundindo-se num ideal superior de onde nasceu a instituição da Pátria.

Ao lado desse ideal, nasceu o da liberdade. O soldado passou a con-

fundir-se com o cidadão, para a Defesa da Pátria e da Liberdade. Foi assim que chegamos à Instituição Militar de hoje. O Exército passou a repousar na formação moral do soldado, sem a qual a liberdade, que a civilização conquistou, teria que degenerar na anarquia que ela extinguiu, e a coletividade deixaria de ser dirigida por um ideal. O homem livre é o que compreende e aceita, sem imposições nem constrangimentos, o seu dever social e o seu Dever Militar, pois esses deveres são espontâneos nos seres moralmente aperfeiçoados. O Dever Militar não se lhes impõe pela força. Ele se lhes inspira pela educação e cultivo das suas qualidades morais. É a formação moral do soldado que cria o Dever Militar, que o faz compreendê-lo e cumpri-lo.

Foi isso que Osório sentiu e proclamou na frase histórica do Passo da Pátria. "É muito fácil comandar homens livres: basta apontar-lhes o caminho do Dever".



ARTILHARIA AUTOPROPULSADA

Ten.-Cel LEON F. LA VOIE, publicado em
"Combat Forces Journal"

Tradução "data vênia", e adaptação dos Ma-
jores CESAR GOMES DAS NEVES e HERA-
CLIDES DE ARAUJO NELSON



ARGUMENTO tanto tempo sustentado pelos artilheiros a respeito dos méritos relativos que possam debater-se a favor da moderna artilharia autopropulsada, parece que vai desaparecendo. Aqueles que, até bem pouco, sustentavam que a artilharia autopropulsada devia ser considerada como um novo tipo de artilharia de características especiais, parece que também já estão cedendo em sua teimosa resistência. A maioria dos que assim pensavam eram, na realidade, artilheiros de "arrastão", com escassa experiência sobre o que, indiscutivelmente, deverá ser a artilharia do futuro.

Sem dúvida, os argumentos convincentes devem ser procurados, hoje em dia, na luta que se trava nos campos da Coreia. Haverá muitos que objetarão que a guerra na Coreia não é precisamente o tipo normal de contenda da qual se possam obter proveitosas consequências. Possivelmente, e nisto estamos de acordo, ela não se amolda em suas linhas gerais à guerra futura que, chegado o momento, seríamos obrigados a realizar, no que se refere à motomecanização; porém guerra tipo ou não, indubitavelmente, é uma luta em que as nossas forças têm sofrido, por vezes, pesadas baixas, e onde nossas posições, em muitos casos, têm sido batidas e cercadas durante longos períodos de tempo e onde, enfim, tantos sacrifícios e perdas se vêm verificando.

Invariavelmente, vamo-nos inconscientemente com nossas idéias e pensamentos à uma guerra de estilo "continental", das do tipo das européias travadas nos últimos decênios, sem nos determos para pensar que o destino possa nos apresentar uma série de pequenas lutas ou conflitos do tipo do da Coreia, antes que chegue o momento em que a irresistível fúria de uma guerra total nos absorva por completo.

Já durante as duas primeiras guerras mundiais, os nossos aliados travaram conflitos em pequena escala, enquanto os Estados Unidos se mobilizavam, se equipavam e se instruíam.

Em futuras guerras, estamos certos, teremos de fazer frente ao choque inicial com o que contamos hoje; será uma entrada em ação rápida com os meios disponíveis e, em tais guerras, tanto a artilharia motorizada como a transportada têm demonstrado sua falta de eficiência.

Terminada a 2ª Guerra Mundial, na qual houve uma série tão vasta de operações de todos os tipos imagináveis, como o foram as lutas no deserto, nas selvas, nas montanhas e nas estepes, é de se admirar, e de se extranhar ao mesmo tempo, que a voz da experiência não se haja levantado e dado a resposta adequada a problemas como os que aqui tratamos. Possivelmente esta resposta não foi dada porque, como sucede hoje na Coreia, as três considerações básicas: terreno, inimigo e meios, foram vistas sempre confundidas, entrelaçadas e, é ló-

gico, há o receio de se expor a deduzir conclusões definidas de uma mistura na qual os seus ingredientes não entraram sempre na mesma proporção.

Desde que se iniciou a luta na Coreia, começamos a ouvir a mesma toada: a Coreia não é o lugar indicado para uma ação normal de unidades autopropulsadas de nossa artilharia. Naturalmente, quando o 92º Grupo Blindado de Artilharia de Campanha (obuses de 155 autopropulsados) foi pôsto em movimento e destacado da 2ª Divisão Blindada para, posteriormente, ser enviado à Coreia como grupo independente, pensamos: "A Coreia será a nossa confirmação ou o nosso fracasso". Já a bordo do transporte que devia conduzir-nos ao Japão ouvimos comentários que demonstravam o ceticismo acerca dos possíveis êxitos que as Unidades autopropulsadas pudessem obter nos lançamentos arroxais da península da Coreia. Recordo-me, com exatidão, de ter ouvido um Comandante de Grupo que se congratulava de haver podido trocar seus autopropulsados por uma combinação de montagem blindada e de tração automóvel. De igual modo, no Japão, com grande frequência, foi-nos feita a mesma proposta de mudar nossas montagens M 41 por uma adaptação dos M5-M1. Indiscutivelmente, existia uma atmosfera de dúvida entre os artilheiros destacados no antigo Império nipônico a respeito dos verdadeiros méritos com que pudessem contar nossas unidades autopropulsadas. Nossa fé em seu futuro rendimento, ao contrário, aumentava cada dia que se passava e o ceticismo com que se olhava nossa próxima entrada em ação somente lograva tornar mais sólidas nossas firmes convicções e, lutando, às vezes, contra a ignorância e outras contra a teimosia, nós, incólumes, permanecíamos firmes na defesa do conceito que sempre tivemos das nossas unidades.

Hoje, sem dúvida, sabemos da fé que todos depositam nas nossas Unidades, da confiança que existe

em nosso material, na nossa instrução, e dos conhecimentos mais acordes com a realidade, de nossas verdadeiras possibilidades e limitações. Aqueles oficiais que, até há pouco, eram acérrimos defensores das Unidades de Artilharia Motorizadas, porém, que agora, durante o atual conflito, viram-nas isoladas e sem esperanças de salvação, ao serem abatidas pelo aluvião do avanço inimigo, voltam seus olhos para nós e, unanimemente, reconheceram que, se tivessem sido autopropulsadas, não somente não teriam ficado isoladas, senão que, com sua atuação, se houvesse chegado à derrota dos engenhos mecanizados e à destruição das Unidades de Infantaria Inimiga.

Na Coreia, nosso Exército moderno viu-se inevitavelmente confinado aos restritos movimentos que um mau sistema de comunicações lhe impunha. Em muitas ocasiões, este mau se traduzia por um perigoso congestionamento ao longo de vales e desfiladeiros, situação que o inimigo, aferrado tenazmente às cristas e aos pontos dominantes do terreno, aproveitava logo para infiltrar-se nas zonas de retaguarda e donde, com suas ações isoladas, nos causava um verdadeiro estrago em material, equipamentos e suprimentos. Durante o decorrer do primeiro ano de luta na Coreia, o inimigo, não contando com um número adequado de bôcas de fogo com que responder devidamente à nossa ação artilheira, se viu diante da necessidade de calar os nossos Grupos de apoio, mediante o emprêgo de unidades ligeiras que, na infiltração e fustigamento das regiões de desdobramento da nossa artilharia, obtiveram, desgracadamente, o mais lisonjeiro dos êxitos. As perdas que estas ações inírnigas nos causaram foram verdadeiramente elevadas. Grande parte do pessoal, bem como do material de que estavam dotados os nossos Grupos e Baterias motorizadas desapareceu e, o que é pior, isto aconteceu em momentos nos quais o apoio de nossa artilharia, pode dizer-se, era, para não dizer

o único, nosso mais eficaz meio de defesa.

Protegidos por nossa superioridade aérea e, de algum modo, compensadas nossas críticas situações pela ausência quase total das ações de contra-bateria, a região ideal para desdobrar nossos Grupos passou a ser um quadrado de uns seiscentos metros de lado, donde o apoio mútuo das armas automáticas proporcionava uma base firme para estabelecer uma defesa realmente eficiente. Nestas condições, o leitor, se apenas está acostumado a dispor uns breves instantes em pensar, poderá criar em sua imaginação o quadro do que, em volume de fogo, representaria, durante uma ação em retirada um Grupo de artilharia autopropulsado, com espaço suficiente para manobrar suas 18 peças, as quais, chegada a ocasião, poderiam combater inclusive como carros de combate, na defesa imediata das posições de bateria. Este Grupo contaria além do mais, para os seus movimentos, com as suas trinta e cinco viaturas blindadas, e como bocas de fogo suplementares, com os seus quarenta e três lança-foguetes de 87,5 milímetros, com as suas cinqüenta e oito metralhadoras de 12,5 milímetros, com as trinta e oito de 7,5 milímetros e com algumas centenas de mosquetões e carabinas que hoje constituem o quadro de dotação de armamento e de material deste tipo de unidades. A proteção que a blindagem proporciona e essa variedade de calibres que, em ação, produziriam a mais densa rede de trajetórias, tornariam impenetrável o reduto em que o Grupo se estabelecesse, tornando-se quase imune à ação das armas inimigas.

Todos os nossos Regulamentos táticos se baseiam no conceito ofensivo da batalha. A defensiva é apenas considerada como breve pausa de espera, circunstancialmente adaptada, em casos de imperiosa necessidade; portanto, é lógico que o valor relativo dos nossos materiais seja estudado à luz da batalha ofensiva. Nas ações dos preliminares e na tomada de contacto, em certos terrenos desco-

bertos e nas de perseguição ou de aproveitamento do êxito, ocasiões em que os pedidos de apoio são feitos sobre os objetivos instantâneos e quando a abertura do fogo e a regulação do tiro devem ser executadas com a máxima rapidez e precisão, as unidades autopropulsadas de artilharia, pode dizer-se, têm o seu emprego mais indicado. A ocupação de posição sempre está feita; o tubo, tanto em elevação como em direção, é acionado eletricamente; o apontador vive junto da luneta de pontaria; o atirador está sempre pronto; e o Chefe de peça, em questão de segundos, pode dar a voz de: Peça pronta! Toda a potência de fogo de um Agrupamento ou de um Grupo pode voltar-se sobre uma zona inimiga num abrir e fechar de olhos. Essa rapidez, essa simplicidade de entrada em ação e essa potência destruidora, lançada a qualquer instante e de qualquer ponto, são, sem dúvida, características exclusivas das nossas unidades autopropulsadas.

Os momentos mais renhidos das futuras lutas será quando podemos fazer "in menti" um estudo comparativo do escasso valor que em tais casos teriam as Unidades motorizadas. Recordaremos então a lentidão das suas entradas em posição, nem sempre possíveis. Voltarão à nossa recordação as perdas de tempo nas operações de engatar e desencatar, a lentidão e a impaciência na descarga dos projéteis, equipamentos e cargas de projeção e, como numa sucessão de "quebra-cabeça" já passados, recordaremos as dificuldades das mudanças de direção para fazer frente a um ataque de carros que ameaçasse um dos nossos flancos; e, sobretudo, recordaremos a voz imperativa do comandante perguntando constantemente: O que é que há? Aconteceu alguma coisa? Você não ouviu a ordem de fogo? Todas estas e outras mais serão apenas idéias confusas do passado, quando vimos os nossos canhões autopropulsados apreenderam um objetivo e entrar na eficácia em apenas vinte minutos, e quando os vimos destruir, em sua primeira rajada,

um carro de combate à distância de 800 metros. Isto é, realmente, mecanização, o futuro da nossa artilharia.

Do velho ditado da artilharia: "Rodar, atirar e ligar-se" já dissemos o suficiente em relação aos dois primeiros pontos; quanto ao terceiro, isto é, no que diz respeito às comunicações, podemos acrescentar que um Grupo de artilharia autopropulsado está saturado por uma quantidade enorme desta espécie de equipamento, por sua qualidade, sua variedade e a flexibilidade no emprego que tal abundância permite. Nisto quero, mesmo sob os olhares inquisidores e as críticas de mais de um oficial de comunicações, deixar bem claro que o rádio é e será o principal meio de comunicações e, aqueles que assim não pensarem, somente resta o recurso de remeter-lhes a infinidade de ações da 2ª Guerra Mundial, nas quais o rádio foi o único e exclusivo meio de comunicações utilizado. No ataque, em particular, um Grupo autopropulsado não pode nem deve permanecer aferrado ao terreno. Sua principal característica e seu emprego se baseiam em sua mobilidade e na sua intervenção como unidades de apoio nas ações de movimento prolongado. Nestas condições, é fácil imaginar que as comunicações com o fio somente serão empregadas por esta espécie de unidades para completar o seu sistema lógico de ligação, a rede rádio.

O princípio básico a que deviam responder as nossas unidades autopropulsadas, dentro da Divisão Blindada, era o de cumprir, dentro desta grande unidade, uma missão idêntica à que, em uma Divisão normal, se atribui às Unidades da Artilharia Divisionária (A.D.). Este princípio, até agora, tem sido cumprido com vantagem, devido, em grande parte, à nossa fartura de mecânicos e de motoristas, conhecedores perfeitos das possi-

lidades e limitações dos nossos meios, o que, na realidade, se traduz sempre pelo aproveitamento cem por cento da nossa potência de fogo.

As mais indiscutíveis provas da superioridade que acabamos de reconhecer das unidades autopropulsadas sobre as de tração automóvel provém, precisamente, de todos os oficiais que serviram numas e noutras. São eles que têm desenvolvido verdadeiramente esta nova mentalidade "autopropulsada" da maioria dos nossos artilheiros. Para todos têm sempre uma resposta adequada, e especialmente para aqueles que tenazmente ainda se aferram às suas idéias antiquadas e se obstinam a admitir o triunfo desta tendência moderna, apresentando como argumentos a impossibilidade de sua manutenção em combate e a fraca possibilidade que dizem possuir para apoiar os deslocamentos dos soldados a pé. A estes devemos dizer que as viaturas que a nossa artilharia motorizada empregou para apoiar os infantem em seus curtos e contínuos deslocamentos (viaturas de munição, cozinha, etc.), encontram-se hoje, em igual número, nos nossos Grupos autopropulsados, e quanto à manutenção, apresentam as mesmas dificuldades.

Todos os aspectos favoráveis que verificamos ao longo deste artigo, nas unidades autopropulsadas de artilharia, são conseqüentes de suas magníficas atuações na Coreia, como antes o foram também nos campos da Europa, e se na primeira tivessem sido empregados em maior escala, o inimigo não teria tardado em compreender que a artilharia pode hoje fazer a sua própria defesa contra os ataques das armas de pequeno calibre e das automáticas sem deixar de cumprir a sua missão principal — que é a de prestar, com os seus canhões, o devido apoio a todos aqueles que nos momentos críticos necessitarem.

A DEFENSIVA EM PROFUNDIDADE

Pelo Ten.-Cel. JOHN E. KELLY
Do "Combat Forces Journal"

Traduzido pela Redação da "Revista Militar"
(Argentina), de novembro de 1931 e desta,
data vênio, pelo Ten.-Cel. FLORIANO
MOLLER

"O ataque potente de um inimigo superior em forças
pode ser detido por uma defesa profunda e móvel, que atua
como uma esponja, em vez de uma resistência elástica que
retroceda como n'a mola."



A guerra terrestre, há um conflito permanente entre o ataque e a defesa. Sempre que o ataque teve superioridade e a defesa foi incapaz de contê-lo, as guerras e as batalhas foram curtas, bárbaras e decisivas. Mas, quando a defesa tem capacidade para repelir o ataque, o desenvolvimento da guerra é mais lento, durando, em certos casos, vários anos.

Nos tempos atuais, a disputa entre o ataque e a defesa tem continuado. Na 1ª Grande Guerra, a defesa manteve sua superioridade; mas, no 2º conflito mundial, novas armas e nova técnica deram ao ataque o impulso necessário para superar a defesa. Nesta última guerra, a organização defensiva do campo de batalha se fundou na experiência colhida na 1ª grande guerra e, em geral, se mostrou inadequada para conter a grande potência das novas armas de ataque.

Por outro lado, estamos planejando nossas batalhas defensivas para rechassar ataques arcaicos e fora de moda, e assim, a menos que orientemos nosso pensamento e os nossos estudos táticos com a finalidade de dar grande profundidade às posições defensivas, o

ataque manterá sua superioridade e nossos exércitos não poderão barrar a ofensiva do inimigo.

A balança na qual se estimaram as possibilidades do ataque e da defesa, de tempos em tempos, inclinava-se para um e outro lado; durante as guerras do século XIX, verificou-se, com mais evidência, que as linhas defensivas daquela época, com escassa profundidade, evoluíram para a criação dos setores ou zonas cada vez mais profundas.

Coube à França aperfeiçoar a organização defensiva em profundidade e, pouco antes de iniciar-se a 1ª grande guerra, outros exércitos adotaram o mesmo sistema com êxito. Com esta mudança na condução da defesa, com o aperfeiçoamento da metralhadora e do morteiro de trincheira e com melhores transmissões para a direção do tiro da artilharia, a defesa ficou em condições de conter o ataque. Chegou-se, assim, à paralização da frente ocidental e a uma guerra de trincheiras que durou quatro anos.

Bem sabemos que as duas armas que influíram preponderantemente no último conflito mundial — o avião e o carro de combate — apareceram durante os embates da 1ª grande guerra. Se naquela oportunidade estas armas houvessem

tido um completo desenvolvimento e suas aptidões houvessem sido bem exploradas, o final da luta teria sido favorável ao ataque. Não foi esse "desideratum" alcançado e a defesa logrou manter o seu predomínio até o final da guerra, quando os alemães capitularam, mais em virtude de fracassos de ordem política, psicológica e econômica do que pelos revêses sofridos no campo de batalha.

Entretanto, na 2ª guerra mundial, em que pese à confiança que os franceses e alemães depositavam nas suas linhas Maginot e Siegfried, no começo do conflito, — opinião da qual compartilhavam muitos técnicos na arte da guerra, que acreditavam que a última grande guerra teria um desenvolvimento semelhante à anterior; — o ataque, que teve seu vigor alentado nos anos de 1918 e 1939, terminou impondo o seu predomínio na decisão da batalha.

No decorrer do primeiro ano, pouco depois da conquista da Polónia pelas tropas alemãs, parecia a todos que a Linha Maginot, na França e a pequena Maginot, na Bélgica, prolongadas até o mar do Norte (se bem que não experimentadas por um ataque formal); seriam capazes de conter qualquer assalto que fosse lançado contra as mesmas.

Continuava de pé a confiança na defesa, nascida nas trincheiras da 1ª grande guerra e cimentada pelos pacíficos ideais que emanaram de Munich... "Estabilização" e "Guerra telefônica" foram as palavras de ordem. Os aliados, qual avestruz, introduziram suas cabeças na areia e esperaram que a guerra continuasse com o mesmo ritmo lento.

Mas, a tranquilidade foi perturbada, quando os alemães lançaram sua "guerra relâmpago". Produziu-se o colapso nas defesas aliadas. A linha Maginot foi flanqueada e a forte posição complementar do Norte não resistiu à poderosa arremetida alemã.

Os Blindados e as D I alemãs penetraram profundamente na França e, depois da primeira ruptura, só

encontraram fracas resistências. As defesas aliadas sucumbiram, desintegrando-se sob a pressão da ofensiva e somente o Carnal da Mancha impediu que as tropas de Hitler penetrassem em Londres.

De forma semelhante, quando em 1944, os aliados decidiram passar à ofensiva, após concentrar as forças necessárias na cabeça de ponte da Normandia, o exército alemão não pôde conter a potência dos meios anglo-americanos.

A aptidão da ofensiva em romper qualquer posição defensiva foi comprovada no avanço dos aliados através da Euroça, na ofensiva alemã na Rússia e na contra-ofensiva russa para o Ocidente. Desta maneira, a 2ª guerra mundial se diferenciou da anterior como a água do vinho. Longe de estabelecer-se um empate, a última guerra se caracterizou pelo êxito obtido pelos ataques e contra-ataques. Não se presenciou longos períodos de estabilização. O ataque manteve a sua superioridade. A que se deveu isso? Indubitavelmente à potência do ataque, que foi consideravelmente desenvolvida no período compreendido entre as duas guerras mundiais.

Em que consistiu a força que deu vantagem tão marcante à ofensiva? Deveu-se principalmente ao:

1) Desenvolvimento amplo dos blindados e apropriada exploração de suas características;

2) Emprêgo em massa da aviação tática para isolar o campo de batalha e apoiar o ataque das forças terrestres;

3) Em menor escala, mas já como fator de primeira grandeza, o emprêgo da arma aeroterrestre no lançamento de unidades de combate atrás das linhas inimigas.

Enquanto o emprêgo destes meios deu maiores perspectivas de êxito ao ataque, a arte da defensiva, de sua parte, pouco progrediu durante os anos transcorridos entre os dois grandes conflitos. O pensamento se concentrou nos novos elementos de ataque. Em compensação, pouco se pensou em aumentar as possibilidades da defesa. Por exemplo, a

metralhadora da 1ª guerra mundial, a grande arma defensiva dessa época, foi utilizada, na 2ª grande guerra, sem modificações substanciais.

Por outro lado, o aperfeiçoamento natural da infantaria e da artilharia pouco contribuiu na luta entre a defesa e o ataque até que a espoleta "VT" foi aperfeiçoada. É indubitável que esta espoleta influirá na conduta do ataque quanto da defesa e poderá impor mudanças de formas nas futuras batalhas; mas, na 2ª guerra mundial, salvo em certos casos particulares, chegou demasiado tarde para influir no curso da guerra e o ataque conservou a sua supremacia.

Apesar das novas armas de assalto, apenas modificações de pouca monta foram feitas na tática defensiva. A evolução que vinha se processando com a defensiva, até o ano de 1914, estacionou com a estabilização das frentes na 1ª grande guerra. No decorrer desse conflito a potência da defesa foi aumentada, não só com a adoção da metralhadora e de novos meios de transmissões, senão também ao dar-lhe maior profundidade, tanto à frente quanto à retaguarda da linha principal de resistência.

Na 1ª Grande Guerra pensou-se que, com este aumento de profundidade na organização defensiva, poder-se-ia debilitar o ataque à medida que o mesmo penetrasse na posição, de tal modo que o contra-ataque lançado no momento e lugar oportunos proporcionaria o êxito, em última análise. A profundidade das posições estava baseada principalmente nas características do terreno, nos efetivos disponíveis e, por hipótese, no inimigo. Afortunadamente, então, o que nela era moderno, tinha características limitadas. O carro de combate e o avião não estavam ainda "amadurecidos" e, por isso, os ataques do inimigo consistiam apenas na ação de choque da infantaria, apoiada pela artilharia.

Pelo que ficou exposto acima, a profundidade da defesa era calculada na capacidade do soldado de

infantaria para penetrar na linha principal de resistência. Nestas condições, para opor-se com êxito ao assalto de forças numerosas, lançadas em massa, as tropas na defensiva adotaram um dispositivo no qual a maior parte das forças ocupavam a primeira linha, mantendo-se uma reserva reduzida.

Este dispositivo de defesa, empregado ainda vinte e cinco anos mais tarde, tinha por finalidade conter grandes massas de soldados a pé, que atacavam em toda frente e através de toda classe de terreno. Entretanto, não era o indicado para enfrentar o ataque de grandes massas de infantaria e de unidades blindadas, concentradas numa dada parte da frente e apoiadas pela aviação e por forças aeroterrestres.

E' fora de dúvida que os aliados, inicialmente na defensiva, na França e na Rússia, venceriam a última grande guerra; mas, isso só ocorreu depois do fracasso de sua defensiva. Os sistemas defensivos da 2ª Grande Guerra fracassaram mais de uma vez (salvo quando foram lançados ataques limitados contra os mesmos), pelo fato único de que não dispunham de suficiente profundidade para conter a força de penetração do novo tipo de ataque. Este, se lançado com profundidade, lograva alcançar uma vantagem decisiva sobre a defensiva.

A aptidão das forças blindadas em romper e penetrar profundamente no dispositivo inimigo e explorar o êxito à retaguarda das linhas inimigas foi fator preponderante na consecução da vitória na maior parte das batalhas ofensivas. Certamente, foi esta aptidão que provocou a rápida queda da França em 1940.

O envolvimento vertical, com o emprego das tropas aeroterrestres, permite ao comando lançar forças relativamente vultosas atrás das linhas inimigas, para capturar e manter áreas importantes. Em algumas batalhas, a arma aeroterrestre deu ao atacante ampla vantagem. Sem a excelente tarefa cumprida pelas 101ª e 82ª Divisões Aeroterrestres, o desembarque na Normandia teria tido êxito? É in-

dubitável que o emprego destas tropas favoreceu a realização da invasão.

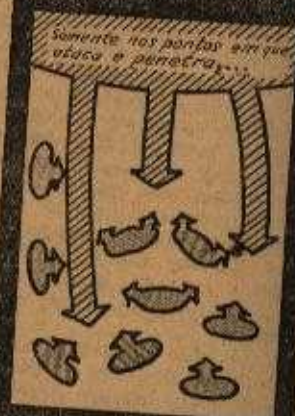
O terceiro fator importante que deu profundidade ao ataque, foi o emprego tático da Força Aérea, em apoio ao ataque terrestre. A capacidade das próprias forças aéreas em isolar o campo de batalha, cortando as comunicações do inimigo e mantendo as suas reservas estratégicas distanciadas da zona de combate, constituiu um fator muito importante em muitas batalhas.

A Força Aérea cooperou também, bombardeando os pontos do terreno que não pudessem ser batidos convenientemente pelo fogo da artilharia ou de outras armas. No último conflito, muitas vezes se materializou este apoio e um exemplo típico da profundidade que essa ação deu ao ataque, foi o completo isolamento do campo de batalha na Normandia, afora o apoio tático proporcionado à infantaria e aos blindados na operação "OVERLORD".

Podemos assim dizer que a preponderância que, na atualidade, o ataque ganhou sobre a defesa, reside no fato de, com as novas armas, serem atacadas, simultaneamente a frente e a retaguarda das posições e as suas linhas de comunicações.

Nossa doutrina defensiva, ajustada ao ataque tipo 1918, não é mais que um dispositivo linear, semelhante à "defesa em cordão", a qual pode ser perfurada toda a vez que o adversário constituir um forte centro de gravidade e resolver assaltar a posição. A Técnica defensiva atual não possui a suficiente profundidade para "absolver" e impor-se ao ataque de hoje em dia.

A organização de nossas posições defensivas, frequentemente, tem sido descritas como uma "mola elástica". O dispositivo cede gradualmente para trás, até chegar a um ponto em que se sinta suficientemente forte para repelir o ataque. Mas, para deter um ataque tipo século XX, em vez de uma "mola elástica", necessitamos de uma defensiva tipo "esponja" ou uma região de "areias movedi-



cas". Dêste modo, em lugar de dar tempo a que o inimigo lance um novo ataque, uma vez a situação esclarecida, devemos absorvê-lo e a seguir buscar o seu aniquilamento.

Nesta época de penetrações blindadas, apoiadas por profundos ataques da Força Aérea, devemos procurar uma nova orientação e em lugar de ter confiança em uma primeira linha fortemente organizada, deveríamos depositá-la em nossa mobilidade, constituindo fortes reservas, as quais, dispostas em profundidade, pudessem desgastar e rechassar as penetrações inimigas que se insinuassem; defender áreas vitais à retaguarda da linha principal de resistência e contra-atacar em potência, no lugar e momento oportunos.

A metralhadora não terá papel principal na batalha. Nossa atual organização defensiva é demasiado linear e proporcionalmente muito forte na frente. Em lugar disso, poderíamos reter a maior porção do efetivo das nossas forças, de modo a constituir uma reserva móvel.

Este dispositivo em profundidade é vantajoso, em face da profundidade e força de penetração do ataque. Assim, dispondo de uma força organizada para resistir ao ataque em profundidade utilizando pontos dominantes do terreno, as colunas blindadas poderão ser desgastadas, exauridas e aniquiladas. Uma vez que, em épocas passadas, tais colunas tiveram liberdade para capturar centros de importância tática e estratégica, cortar as linhas de comunicações e destruir um exército, como o fez Aníbal em Cannae, há 2.000 anos, — se se der grande profundidade à defesa, as colunas de ataque terão que sustentar combates sucessivos, o que as debilitará, criando-se assim as melhores condições para derrotá-las, mediante o contra-ataque executado por uma grande reserva móvel.

A presença de fortes reservas móveis, situadas na retaguarda e prontas para atacar em qualquer direção, aumentará consideravelmente a força da defesa ante ata-

ques aeroterrestres e de guerrilhas. Muitas das operações aeroterrestres tiveram êxito, na última guerra, em virtude das tropas aeroterrestres terem tido tempo suficiente para se organizarem após a aterrissagem e assim progredirem para os objetivos, antes que pudessem ser contra-atacadas.

Os destacamentos independentes, ou elementos de guerrilhas, poucas vezes foram empregados com êxito em áreas nas quais a presença de unidades de combate tornava a operação de alto custo; mas, por outro lado, tiveram grande êxito ao longo das linhas de comunicações, enfrentado tão só as unidades dos serviços, que não contavam com a proteção de outras tropas.

A eficiência destes dois tipos de atividade do inimigo, decresce, quando na retaguarda se encontram fortes núcleos de tropas combatentes.

Esse conceito de profundidade para a defesa se fundamenta na presunção de que os mais modernos exércitos disporão de poderosas forças blindadas e de apoio aéreo tático. Quando isso não ocorrer, a exigência em relação à profundidade será maior.

Como sempre, a situação imporá a necessidade de se adotar um determinado dispositivo; entretanto, para executar a defesa contra um inimigo mecanizado em alto grau, a disposição dos meios deve ser mais profunda. Este conceito não significa que seja empregado maior ou menor número de divisões para cumprir uma determinada tarefa defensiva, mas, sim, que as forças disponíveis devem adotar um dispositivo o mais profundo possível. Será um caso de exceção empregar a massa das tropas em primeira linha.

Quando as tropas ocupam a posição, o inimigo pode mantê-las aferradas, geralmente por meio de um ataque secundário, enquanto realiza o ataque principal em outro ponto. Dêste modo, quando se produz a ruptura, as forças empregadas em uma ampla frente, têm escasso valor, e seu reagrupamento para fazê-las intervir contra a pe-

netração se tornará tardio, se não de todo impossível.

O triângulo "blindados-infantaria-artilharia" — demonstrou a sua capacidade para penetrar em linhas defensivas e continuar o ataque por centos de quilômetros. As tropas de pára-quedistas demonstraram claramente que podem ser lançadas atrás das primeiras linhas, capturar localidades ou áreas estratégicas e manterem-se nelas por algum tempo, até serem alcançadas ou substituídas por outras tropas. As forças aéreas aperfeiçoaram sua técnica e aumentaram a sua aptidão para dar golpes profundos e isolarem o campo de batalha.

Para fazer face a tudo isto, devemos dar profundidade às nossas

posições defensivas, para que nossas tropas possam absolver e deter a inevitável penetração, — solução mais conveniente do que pretender deter o ataque em toda a frente.

Não devemos esperar até a próxima guerra para modificar nossa forma de pensar e só então aperfeiçoar a instrução dos quadros e da tropa, para enfrentar um ataque moderno. Nossa técnica e nossa tática, referentes à defensiva, devem ser novamente examinadas e avaliadas, tendo em vista reforçar o efetivo das reservas em todos os escalões, aumentar sua mobilidade e adotar dispositivos suficientemente profundos para obter a potência necessária para sobrepujar o ataque dos nossos dias.



O SERVIÇO DE INTENDÊNCIA NAS DIVISÕES AEROTRANSPORTADAS

Major do C.E.M. ALBERTO ARAÚJO E SILVA

Transcrito, data vêneta, da Revista Militar, de Portugal, número de julho de 1952.



N o presente artigo iremos abordar — dum modo genérico — o emprego e funcionamento do Serviço de Intendência nas Div. Aero., começado, naturalmente, por umas noções gerais sobre a composição, missões e articulação destas G.U.

A novidade do assunto e a falta de publicações onde se possam colher elementos, justificam, só por si, as deficiências e lacunas do trabalho. Dumas e doutras pedimos que nos desculpem.

CAPÍTULO I

AS DIVISÕES AEROTRANSPORTADAS

§ 1.ª. Generalidades.

Talvez nenhuma inovação da guerra de 1939-1945, com excepção da bomba atómica, tenha tido maiores repercussões e aberto mais largos horizontes às operações militares futuras do que o movimento, em larga escala, de tropas por via aérea.

Desde a invasão da ilha de Creta até ao dia da vitória este processo de transporte de homens e material desempenhou papel cada vez mais importante. Certas realizações que então pareceram extraordinárias são hoje apenas ligeiras amostras dos movimentos aéreos de envergadura que caracterizarão a guerra futura. Em vez de companhias ou batalhões teremos —

levados a destinos longínquos — grandes unidades completas, em pessoal e material.

Devemos, no entanto, fazer justiça aos homens. A ação de aerotransportados — ou ataque vertical, se preferirmos — fôra já concebida na guerra de 1914-1918. O general americano Mitchell tinha pensado em lançar uma divisão completa de pára-quedistas para além do Yser a fim de vencer a resistência desesperada dos alemães.

No intervalo das primeira e segunda guerras mundiais foram, principalmente, os russos e alemães que estudaram este género de operações, embora os japoneses e ingleses, não se tivessem alheado completamente do assunto.

— A União Soviética fez, pela primeira vez, uso das tropas pára-quedistas em 1929. Seis anos depois efetuou o primeiro transporte aéreo de tropas em grandes proporções, deslocando duas divisões de Vladivostok para Moscou, numa distância de 5.600 quilómetros e em 1936 foram lançados mais de 5.000 pára-quedistas, nas manobras de Kieve.

— Em 1933 foi, na Alemanha, organizado o batalhão pára-quedista Hermann Goering e em 1938 — 12 de março — utilizou, o mesmo país os transportes aéreos para o deslocamento de poderosas forças. Foi ainda a Alemanha que surpreendeu o mundo com seus ataques de aerotransportados —

durante a blitz krieg — contra a Bélgica, Holanda e Creta.

— Quando deflagrou a última guerra os japoneses tinham 2 batalhões de pára-quedistas treinados. Em fevereiro de 1942 um deles foi lançado sobre um aeródromo e duas refinarias em Sumatra. Embora os homens fossem disfarçados com distintivos britânicos, nada conseguiram. A 6 de dezembro de 1944 também foi mal sucedido o desembarque aéreo de um batalhão japonês de pára-quedistas, nas Filipinas. Somente dois terços dos homens alcançaram o solo com vida e esses poucos não obtiveram qualquer êxito.

— Em 1936 os ingleses utilizaram, pela primeira vez, pára-quedistas em manobras.

— Os E.U.A. só em 1940 organizaram tropas aerotransportadas mas, no final da guerra, tinham já 5 divisões aerotransportadas e 4 regimentos de pára-quedistas. Empregaram sucessivamente o batalhão (Norte de África), o regimento (Itália, Nova Guiné e Filipinas), a divisão (Sicília e Normandia) e o C.E. (Holanda e Reno).

§ 2º. Definições:

Quando falamos de forças deslocando-se em aviões ou planadores afigura-se conveniente distinguir duas operações de natureza bastante distinta: o simples transporte aéreo entre dois aeródromos amigos e o transporte aéreo de um aeródromo amigo para uma zona de combate situada em território inimigo, provavelmente ocupado pelo adversário.

No primeiro caso estamos em presença de um simples transporte e as unidades dizem-se aerotransportáveis. São unidades normais, com pequeno treino e algumas ligeiras transformações que lhes permitem embarcar nos aviões. Ainda que possam desembarcar no T.O. — ou mesmo no próprio campo de batalha — não se espera que combatam imediatamente.

No segundo caso há mais alguma coisa do que um transporte. São as unidades aerotransportadas, cri-

das, equipadas e instruídas para entrar em combate por via aérea. Tanto para elas como para o seu equipamento se utilizam pára-quedas e planadores e devem estar em condições de iniciar o combate logo após alcançarem o solo.

Há, como é natural, divergências na terminologia anteriormente apontada. Alguns autores (ingleses, brasileiros, etc.) chamam forças aeroterrestres àquelas que acima se designaram por aerotransportadas e reservam esta última designação para as aerotransportáveis. Outros autores (espanhóis) utilizam as seguintes expressões:

— forças aerotransportadas: — todas as que são transportadas pelo ar;

— forças de desembarque aéreo: — todas as que são transportadas pelo ar, mas cujo material foi projetado e o pessoal especialmente instruído para combater a partir do momento em que chegam ao solo. Compreendem as tropas pára-quedistas e aeroterrestres conforme utilizam o pára-quedas ou os aviões e planadores.

Parece que não vale a pena perder tempo com discussões desta natureza. O que importa é a idéia. Há forças terrestres que utilizam a via aérea como meio de transporte, tal como poderiam utilizar o barco, o automóvel ou o caminho de ferro. Como, ao servirem-se destes meios, não chegam até à zona de combate não necessitam, naturalmente, de ser organizadas de um modo especial para qualquer destes meios de transporte. Há, por outro lado, forças que utilizam a via aérea como meio de transporte mas, como devem estar em condições de fazer frente a qualquer eventualidade à sua chegada ao solo, têm de ser organizadas de modo particular a fim de poderem cumprir a missão especial a que se destinam.

§ 3º. Os meios de transporte e de desembarque:

Os meios de transporte e de desembarque utilizados pelas forças aerotransportadas são o pára-que-

das, o planador, o autogiro, o helicóptero e o avião de transporte.

— O pára-quedas é mais antigo do que pode supor-se, pois fez a sua aparição nos princípios do Século XIV, na Corte do Celeste Império. Dois séculos depois Leonardo da Vinci realizou com ele algumas experiências e, em 1777, Montgolfier — com os seus aeróstatos — alargou os horizontes. O primeiro pára-quedista europeu data de 1783. É o francês Leonomard que, nesse ano, se lançou da torre do observatório de Montpellier com todo o êxito.

O pára-quedas moderno deve-se ao americano Irving e foi criado com fins humanitários.

Os pára-quedas atualmente em uso são de dois tipos: os que têm de ser abertos durante a descida e os que abrem automaticamente. Nestes o pára-quedista está ligado ao avião por uma corda de cerca de 6 metros de comprimento. Quando o homem se lança no espaço, a corda, pela tração, parte e o pára-quedas abre. O sistema automático é hoje o preferido porque não exige uma instrução tão demorada e permite a largada de menores alturas (150 a 250 metros). Esta última circunstância diminui, como é de calcular, a dispersão e o tempo de exposição ao tiro inimigo (1).

A dispersão pode ter um valor apreciável. Bastará dizer que, não havendo vento, um pelotão (por hipótese 30 pára-quedistas) — que salte em 15 segundos de um avião deslocando-se à velocidade de 200 km/h — fica disperso numa extensão de 800 metros (2).

A dispersão natural há que juntar aquelas que resultam do vento, do erro de largada, etc.

O pára-quedas é normalmente colocado nas costas; é feito de seda nylon e pesa entre 5 e 10 quilos. A velocidade média de ater-

ragem — sem vento — oscila entre 5 e 7 metros/segundo (3).

No começo da última guerra não se fabricavam pára-quedas para cargas superiores a 200 quilogramas mas é já hoje possível, utilizando um pára-quedas de tiras de 30 metros de diâmetro, lançar um obus de 105 milímetros, pesando cerca de 1.000 quilogramas. Parece poder afirmar-se, segundo alguns autores, que o pára-quedas tem os seus dias contados.

O grande inconveniente que ele apresenta — a dispersão — associado com a fraca potência de fogo das tropas que o utilizam, são causas, mais do que suficientes, de muitos fracassos.

Não deve vir longe o tempo em que o pára-quedas seja substituído, em tôdas as suas missões, pelo helicóptero.

O planador é de concepção bastante antiga mas só teve emprego prático no segundo quartel do século atual.

A sua principal vantagem resulta da possibilidade de transportar pessoal e material e de permitir o rápido reagrupamento de toda a unidade elementar em condições de poder atuar imediatamente. É rebocado por um avião que aumenta, por isso, de 50 % a sua capacidade, mas reduz num quarto a velocidade.

A perda em planadores é bastante grande pois são presa fácil da caça e da artilharia antiaérea inimigas. Em condições favoráveis não é possível recuperar mais do que 10 % dos planadores utilizados. No entanto o número de perdas é compensado pelo baixo preço do planador que, no início da guerra de 1939-1945, não ultrapassou, regra geral, as 50 libras.

O avião larga o planador ou longe da zona de aterragem ou sensivelmente na vertical da mesma, conforme o avião voa a alta ou

(1) No entanto, como medida de segurança, as tropas pára-quedistas são equipadas — muitas vezes — com dois pára-quedas: um manual e outro automático.

(2) As más condições atmosféricas fizeram com que 6.000 homens da 101ª Div. Aerot. americana — ao serem lançados no norte da França em 6 de junho de 1944 — se espalhassem por uma área cujas dimensões foram de 40 x 24 quilômetros!

(3) Um pára-quedas para homem custa mais de 200 dólares!

baixa cota. No primeiro caso o planador — em voo planado e em evoluções — procura aterrar na zona de aterragem. No segundo caso o planador desce como o bombardeiro a pique, sendo a velocidade de descida reduzida por meio de dispositivos aerodinâmicos especiais.

Os planadores atuais transportam uma carga útil variando entre 2 e 8 toneladas. Os alemães possuíam um planador — Goliath — que tinha possibilidades de transportar 16 toneladas de material ou 140 homens e era rebocado por 3 aviões JU-52. Os americanos têm presentemente um planador metálico — XCG-18A — que pode transportar 30 homens, além da tripulação.

A tendência atual é para abandonar os planadores, substituindo-os por helicópteros.

— Foi Leonardo da Vinci que concebeu o projeto dum helicóptero e deve-se ao engenheiro espanhol La Cierva a idéia do autogiro (4).

Durante a guerra de 1939-1945 não foi possível utilizar qualquer deles em ações de aerotransportados.

A sua utilização limitou-se a pouco mais do que meras missões de ligação. O autogiro — certamente por razões técnicas — não tem progredido por forma a poder antever-se o seu possível emprego em operações militares futuras.

Outro tanto não sucede com o helicóptero. Os aperfeiçoamentos introduzidos nos últimos anos parecem reservar-lhe grande futuro.

O Exército Americano está já começando a empregar o transporte em helicópteros com mais frequência. Pensa em organizar companhias de transporte com base naquêles aparelhos, companhias essas que seriam distribuídas às divisões, por forma a fornecerem rápido meio de transporte.

Estas companhias atuarão, dentro da divisão, como as atuais companhias auto de transportes gerais em viaturas auto.

De futuro o helicóptero será utilizado para transportar aprovisionamentos, evacuar feridos, deslocar rapidamente reservas e unidades que vão atacar, substituir o pára-quedas nas ações de aerotransportados, etc.

A Piasecki Helicopter Corporation construiu, para o Exército Americano, um helicóptero leve — a banana voadora — capaz de transportar duas toneladas de carga ou 15 a 22 homens. Há, também, já um helicóptero pesado com possibilidade de transportar 3 toneladas de carga ou 25 homens.

— O avião de transporte tem, naturalmente, de reunir um certo número de condições.

Em primeiro lugar, deve ter capacidade para transportar, no mínimo, uma unidade elementar — tipo secção — e uma carga de 300 a 400 quilogramas, correspondente a 3 unidades de abastecimento da unidade elementar.

Em segundo lugar, deve ter uma velocidade mínima da ordem dos 200 km/h, visto que o lançamento de pára-quedistas é perigoso a velocidades superiores.

Em terceiro lugar, deve possuir um dispositivo de cabos reboques para planadores, blindagem protetora, etc., etc.

A tendência atual nos aviões de transporte é criar um tipo que tenha fuselagem separada para poder ser lançada como planador e deslocar-se no solo como um veículo terrestre.

Os americanos têm um tipo de avião de transporte — Fairchild C82 — em que a fuselagem se pode separar do resto do avião e posuem presentemente desde o C 47 — Skytrain — transportando 28 passageiros ou 6.300 libras de carga — até ao C 124 — transpor-

(4) A diferença entre os dois aparelhos é a seguinte:

— no autogiro a rotação das superfícies sustentadoras é provocada pela velocidade relativa do aparelho, deslocando-se sob a ação do grupo moto-propulsor;
— no helicóptero a força motriz atua diretamente sobre as superfícies sustentadoras, imprimindo-lhes o necessário movimento de rotação.

tando 222 passageiros ou 52.200 libras de carga.

§ 4º. *Composição, características e missões das Divisões Aerotransportadas (Div. Aero.).*

a) *Composição:*

Não interessa, neste estudo, pormenorizar a composição dos vários tipos de divisão aerotransportada. Bastará dizer que as divisões aerotransportadas francesas, inglesas e americanas têm composições sensivelmente idênticas se tivermos em consideração, claro, as diferenças de orgânica dos respectivos Exércitos.

As divisões aerotransportadas têm, dum modo geral:

- Q.G. e respectivos elementos (Transmissões, Polícia, Saúde, etc.);

- 3 Regimentos de Infantaria Pára-quedista;

- 3 Grupos de Artilharia Leve Pára-quedista;

- 1 Grupo de Artilharia Anti-aérea Pára-quedistas;

- 1 Btl. de Engenharia Pára-quedista;

- Formações de Serviços,

num total de cerca de 13.000 homens.

A divisão aerotransportada tem ainda elementos adidos — para combate prolongado — (carros, reconhecimento, artilharia pesada, etc.) num efetivo da ordem dos 2.500 homens.

A divisão aerotransportada, na concepção atual, é fundamentalmente uma divisão de Infantaria com certas características especiais e constituída por todas as armas terrestres essenciais ao cumprimento da sua missão — que é o assalto pelo ar.

Todas as suas unidades orgânicas são treinadas para utilizar, tanto o pára-quedas como o planador, garantindo assim o máximo de flexibilidade.

Elementos adidos podem reforçar a divisão quando ela se empenha em ações prolongadas, permitindo-lhe deste modo uma capacidade

de duração proporcional à de uma D.I.

Sómente, como ordens de grandeza, poderemos dizer que uma divisão aerotransportada necessita à volta de:

- 300 a 500 aviões de transporte;

- 600 a 800 planadores e igual número de aviões rebocadores.

b) *Características:*

Podemos apontar, às forças aerotransportadas, as seguintes características essenciais:

- grande mobilidade estratégica;

- fraca mobilidade tática;

- possibilidades de escolha de objetivo para o ataque;

- constituem para o inimigo uma "ameaça potencial" com a sua presença, pois que aquêle, ignorando onde elas atacam, é obrigado a dispersar as suas forças na defesa de pontos que, a não ser isso, poderiam ficar desguarnecidos;

- fraco potencial de fogo e reserva de munições muito reduzida;

- necessidade de superioridade aérea para o desembarque aéreo e para os reabastecimentos;

- oportunidade de atuação sujeita às condições atmosféricas (vento e nuvens);

- reabastecimento difícil;

- limitações de emprêgo impostas pelas possibilidades dos meios de transporte;

- grande vulnerabilidade no ar e no momento de tocar o solo;

- vulnerabilidade, quando desembarcadas, aos meios blindados inimigos;

- dispendiosa em potencial humano e em dinheiro.

c) *Missões:*

As missões atribuídas às forças aerotransportadas podem sintetizar-se do modo seguinte:

- a) estratégicas ou de penetração profunda;

- b) táticas ou de apoio imediato;

- c) especiais (incursões, etc.);

- d) de emergência.

a) As missões estratégicas correspondem ao lançamento de forças

ças em regiões distantes do campo de batalha, seja para criar confusão nas linhas de comunicação, seja para a posse de alguma região necessária — como base de futuras operações. Como as forças aerotransportadas não podem, durante a operação, ser substituídas imediatamente por elementos de terra, elas só podem cumprir missões estratégicas onde o inimigo é fraco e quando a sua capacidade de concentração é, no máximo, igual à nossa.

Julgamos não se ter realizado, durante a guerra de 1939-1945, qualquer operação deste tipo.

b) As missões táticas correspondem ao emprego das forças aerotransportadas em apoio direto à batalha principal de terra.

O objetivo de tais operações é, em regra, algum ponto característico do terreno com o fim de apressar a ofensiva.

Em face de tais missões as tropas são desembarcadas em pontos onde o inimigo é forte ou poderá sê-lo rapidamente. Daqui a necessidade de empregar as forças aerotransportadas nestas missões em grandes formações e com o apoio de todo o fogo possível.

São táticas as seguintes missões:

— conquista, manutenção e exploração de localidades taticamente importantes em ligação com outra força ou até à chegada desta.

Missão das 82ª e 101ª divisões aerotransportadas americanas durante a invasão da Península de Contentin, a 6 de junho de 1944;

— ataque a retaguardas imediatas inimigas e cooperação na ação de rotura ou no desembarque da força principal.

Travessia do Reno pelas 17ª Div. Aero. Americana e 6ª Div. Aero. Inglesa, a 24 de maio de 1945;

Batalha de Arnhem de 17 a 26 de setembro de 1944;

Conquista da Ilha de Creta, em maio de 1941, etc.

c) As operações especiais compreendem, por exemplo, a captura ou destruição de instalações vitais inimigas, a desorganização dos seus sistemas de comando, de comunicações, de aprovisionamento, etc.

São fáceis de montar desde que haja informações. O principal problema está, não no assalto, mas sim na retirada após a operação.

Como operação especial podemos citar, por exemplo, durante a guerra de 1939-1945, a incursão de Brueneval.

d) Finalmente há as operações de emergência. Consistem no lançamento de forças aerotransportadas atrás das nossas próprias linhas, em missão de reforço, para restaurar uma situação desfavorável ou evitar o irrompimento do inimigo. Os alemães realizaram esta operação na Sicília e embora não tivessem impedido, retardaram, pelo menos, a queda da ilha.

§ 5ª. Dispositivo no desembarque aéreo:

Para terminarmos este breve estudo sobre as divisões aerotransportadas, resta dizer alguma coisa da sua articulação durante o desembarque aéreo.

A divisão aerotransportada articula-se, geralmente, em:

- escalão de assalto;
- escalão de acompanhamento;
- escalão recuado.
- O escalão de assalto compreende tropas pára-quedistas e tropas em planadores, podendo, umas e outras, ser desembarcadas no mesmo dia, caso haja meios de transporte disponíveis.

Na divisão aerotransportada americana, por exemplo, as tropas do escalão de assalto são cerca de 11.500 homens, sendo 9.000 pára-quedistas e 2.500 transportados em planadores.

Este escalão de assalto compreende os agrupamentos táticos, a reserva divisionária e os elementos de Comando. Os agrupamentos táticos têm, como base, um regimento de infantaria e um grupo de Artilharia além dos elementos que a situação exigir.

As unidades de transporte aéreo — que conduzem os agrupamentos — organizam-se, por sua vez, em formações correspondentes a sub-agrupamentos táticos no valor de

um batalhão de Infantaria e uma bateria de Artilharia.

A constituição da reserva é função da extensão do objetivo a conquistar, da resistência que o inimigo possa opor, etc. Como estes fatores são variáveis, variável será, naturalmente, a composição da reserva divisionária. No entanto esta deve sempre compreender Infantaria e antitarro.

Os elementos de comando compreendem não só a parte necessária propriamente à ação de Comando mas também os órgãos necessários dos Serviços.

— O escalão de acompanhamento é constituído pelos elementos da divisão que não intervêm diretamente no combate mas que se reúnem, logo que possível, ao escalão de assalto. Compreende os veículos e o equipamento pesados das forças do escalão de assalto, unidades orgânicas não empregadas no primeiro escalão, etc.

O valor deste escalão anda, na orgânica americana, por cerca de 1.400 homens e compreende principalmente os Comandos dos regimentos de Infantaria, da Artilharia divisionária, da Engenharia divisionária, etc.

— Finalmente há o escalão recuado, constituído pela parte da divisão que permanece no campo de partida, com a finalidade de desempenhar as funções administrativas que não podem ser eficientemente executadas na zona de combate. Dele fazem parte a Companhia de Manutenção de Pára-quedistas e as secções administrativas da Div., dos regimentos e dos batalhões independentes — ou unidades equivalentes —, num total de cerca de 600 homens.

Há ainda um outro escalão de que não se falou anteriormente visto não colaborar no desembarque aéreo. Referimo-nos ao escalão terrestre — land tail — constituído por alguns materiais pesados da Div. e principalmente pelas unidades adidas de reforço (3 batalhões de carros pesados, Companhia de reconhecimento, grupo de obuses de 155 milímetros, Companhia de material e Com-

panhia de Intendência) num total superior a 2.500 homens.

Este escalão não toma parte, como antes se disse, na ação do desembarque aéreo e junta-se, por terra, à Div. no final da fase puramente aerotransportada da operação.

É agora possível descrever, sinteticamente, a atuação das forças aerotransportadas numa ação de desembarque aéreo. A ação passar-se-á sensivelmente do modo seguinte:

— Aviões de bombardeamento atuam sobre as organizações inimigas referenciadas e sobre as armas de defesa antiaérea em atividade;

— Aviões de reconhecimento sobrevoam a zona onde se vai realizar o desembarque aéreo, a fim de verificar os efeitos dos bombardeamentos e vigiar os movimentos das tropas inimigas, na proximidade da zona de lançamento;

— Aviões de caça voam a diferentes alturas, sobre as rotas de acesso, de modo a anular quaisquer reações inimigas;

— Entretanto vão-se aproximando, escoltadas pela caça, as unidades de transporte aéreo que conduzem a parte avançada do escalão de assalto.

Um dos aviões destaca-se da formação e lança sobre a zona de desembarque, um certo número de pára-quedistas (8 a 10);

Estes pára-quedistas — constituindo a equipa-guia — ao chegarem ao solo dirigem-se para determinados pontos e, com certa rapidez, lançam, em cada um desses locais, fumos de determinada cor. Depois de lançados os fumos fazem trabalhar os seus aparelhos de T.S.F. de modo a entrarem em ligação com o chefe da sua unidade que vem na formação de transporte aéreo;

— É depois largado, em pára-quedas, um sub-agrupamento avançado do escalão de assalto, constituído por um batalhão de Infantaria e uma bateria de Artilharia. Os primeiros pára-quedistas deste sub-agrupamento, ao chegarem ao solo, procuram rapidamente as suas

municiões, abastecimentos e material — que também foram lançados em pára-quedas — e dirigem-se imediatamente aos lugares onde foi assinalado o fumo cuja cor corresponde à sua unidade.

O batalhão de Infantaria foi lançado em 5 minutos; 20 minutos depois de iniciada a largada podem distinguir-se perfeitamente as várias companhias do batalhão. A bateria de Artilharia é lançada ao mesmo tempo e os pára-quedistas vão reunir-se junto das bocas de fogo.

Uma vez o batalhão todo reunido inicia o cumprimento da sua missão que compreende a conquista de pontos importantes do terreno entre os quais figura, pelo menos, um campo de aviação.

— Chega depois o grosso do escalão de assalto cujos planadores vão aterrar nas zonas já conquistadas pelos sub-agrupamentos avançados do mesmo escalão.

— As tropas que constituem o sub-agrupamento avançado do escalão de assalto — depois de se apoderar dos pontos importantes e na eventualidade de forte reacção inimiga — organizam pontos de apoio naturais.

— A aviação, que exerce completo domínio do ar, bate as forças inimigas que se preparem para atacar aquelas tropas.

— O grosso do escalão de assalto está já organizado e vai apoiar, se necessário, as tropas avançadas que o inimigo se preparava para atacar.

Terminamos assim esta primeira parte.

Pelas considerações que temos vindo a fazer sobre as forças aerotransportadas podemos afirmar que elas são hoje, sem dúvida, as forças mais maneáveis que existem. Nem montanhas, nem pântanos, nem rios largos lhe podem servir de obstáculo. Dão ao Comando uma arma de grande mobilidade e com uma potência de fogo que se pode colocar onde e quando necessário. Como são treinadas para operações especiais não devem — sob pena de se destruir a sua razão de ser — ser designadas para

operações que impliquem uma permanência grande na frente, lutando com forças terrestres comuns.

CAPÍTULO II

O SERVIÇO DE INTENDENCIA

§ 1º. O plano de reabastecimento:

Quando se projeta uma operação de aerotransportados há que elaborar — entre outros — um documento fundamental que particularmente nos interessa. Referimo-nos ao Plano de Reabastecimento. Este documento deve focar vários pontos de que citamos os seguintes:

a) Tonelagens e espécies de aprovisionamentos imediatos, isto é, quantidade e qualidade de víveres, de material sanitário, de munições, de ferramentas, etc., etc., a transportar com os pára-quedistas;

b) Tonelagem dos aprovisionamentos diários, para os mesmos artigos e para aqueles que for conveniente acrescentar;

c) Número e espécie de unidades de transporte aéreo necessárias para o aprovisionamento diário;

d) Côres a utilizar para cada um dos aprovisionamentos (para facilidade de procura no solo, os volumes têm cores diferentes conforme os artigos que os constituem);

e) Métodos a seguir e pessoal a utilizar para a carga e lançamento dos aprovisionamentos, tendo atenção especial às munições;

f) Localização dos Centros de Aprovisionamento, horas de funcionamento e pessoal necessário ao seu funcionamento;

g) Estudo, tão pormenorizado quanto possível, do reabastecimento das unidades, a partir dos Centros de Aprovisionamento.

A intervenção do Serviço de Intendência começa, assim, ao colaborar na elaboração deste documento que é, como se calcula, basilar. Vamos agora estudar o funcionamento do Serviço próprio nas operações de aerotransportados, fazendo uma pequena

paragem na composição e articulação do S. Int. nas Div. Aero.

§ 2.º. Composição e articulação :

A divisão aerotransportada tem, organicamente, uma formação do Serviço de Intendência Aerotransportada que, na divisão tipo americano, é uma companhia idêntica à das D.I. e com a seguinte composição :

— Repartição da Intendência Divisória ;

— 1 pelotão de reabastecimento, com 3 secções tratando respectivamente dos abastecimentos das classes I, II e IV e III ;

— 3 pelotões de transporte ;

— 1 pelotão de serviço de companhia (lavandaria, banhos e registo de sepulturas), num total de 164 homens, 51 tratores e 49 reboques.

A articulação desta companhia, no desembarque aéreo, é a seguinte :

— No escalão de assalto é lançada, em pára-quedas, uma fracção do pelotão de reabastecimento, num efetivo de 15 homens.

São depois desembarcados, em planadores : o resto do pelotão de reabastecimento, 2 pelotões de transporte e parte do pelotão de serviço de companhia e de Repartição de Intendência, num total de cerca de 100 homens, 28 tratores e 29 reboques.

— No escalão de acompanhamento é desembarcado o restante pessoal e o material da Companhia.

A missão da fracção de 15 homens — que salta em pára-quedas — é apanhar os vários volumes caídos no solo que os pára-quedistas não puderam, por qualquer razão, transportar consigo.

O pessoal referido conduzirá os volumes para os locais que ulteriormente irão servir de CC.AA. e que devem ser reconhecidos no momento. Para os transportar podem utilizar-se viaturas auto apreendidas ao inimigo.

Com o pessoal que desembarca depois nos planadores organiza-se a companhia em condições de cumprir as missões que adiante se definem.

Com vista às divisões aerotransportadas poderem agir como DD. II, é indispensável fornecer-lhes outros elementos. Daí a razão porque a Div. Aero. tem um certo número de elementos que não lhe pertencendo organicamente são fornecidos em certas ocasiões.

Entre esses elementos figura uma formação de Intendência de Companhia, constituída, também, por pelotões de transporte, pelotões de Serviço, etc.

§ 3.º. Emprego e funcionamento do Serviço :

No esboço que vamos delinear supomos que a divisão aerotransportada se encontra, depois do desembarque aéreo, inteiramente cercada por forças inimigas, situação esta considerada típica naquelas forças.

O reabastecimento aéreo de uma Div. Aero. compreende, pela parte que respeita ao Serviço de Intendência, os aprovisionamentos fornecidos automaticamente e os aprovisionamentos fornecidos "a pedido".

Os aprovisionamentos fornecidos automaticamente podem ser :

- a) imediatos ;
- b) diários ;
- c) de armazenagem.

a) Os fornecimentos aéreos imediatos podem ser transportados pelo próprio homem, lançados em pára-quedas ou ainda carregados em planadores mas, em qualquer dos casos, na ocasião do desembarque aéreo. Nêles devem estar incluídos não só os artigos necessários à alimentação mas também os de conforto individual (cobertores, roupas de agasalho, tendas, etc.).

O ideal, sob o ponto de vista do Serviço, é que os aprovisionamentos aéreos imediatos satisfaçam as necessidades durante o tempo que a missão leva a cumprir-se. Há que atender, porém, às possibilidades de transporte e de mobilidade do combatente e, em geral, os aprovisionamentos imediatos são de 2 a 3 dias para os víveres e de carburantes para 100, 200 ou 300

quilômetros, conforme o tipo da viatura.

A ração utilizada pelos homens é preconizada — não deteriorável — podendo ser comida quente ou fria. Cada ração pesa cerca de 2 quilogramas e apresenta-se em embalagens de 6 rações, pesando aproximadamente 18 quilogramas. No fornecimento destes reabastecimentos há que considerar as operações de reunião e carregamento e de transporte. Estas operações serão tratadas a propósito dos reabastecimentos aéreos diários.

b) Os fornecimentos aéreos diários têm por fim prover as tropas nas suas necessidades do dia a dia. Cessam, em geral, no momento em que a divisão entrou em contacto com os elementos amigos de terra ou quando, cumprida a missão, voltou à sua situação anterior.

Assim, por exemplo, se a Div. Aero. realiza o seu desembarque aéreo em D e entra em contacto com as tropas terrestres em D + 5, o escalonamento será:

D, D + 1 e D + 2 — fornecimentos aéreos imediatos (por hipótese 3 dias);

D + 3, D + 4 e D + 5 — fornecimentos aéreos diários;

D + 6, etc. — fornecimentos terrestres,

o que mostra que a partir de D + 2 há, então, que aprovisionar a divisão diariamente. A prudência aconselha que o reabastecimento comece a fazer-se em D + 1 ou até em D, visto que as condições atmosféricas podem perturbar a operação. Na prática começa em D + 1, visto que há certos condicionamentos a observar, como sejam a organização da Companhia de Intendência, a segurança dos campos de aterragem, etc., condicionamentos que só a partir daquele dia (D + 1) podem ser realizados.

Em geral as Forças Aéreas preferem até cumprir as suas missões de abastecimento com toneladas maiores e por isso — sempre que possível — transportam 2 dias de cada vez. Assim, em D + 1 trans-

portariam para D + 3 e D + 4. Este sistema é porém taticamente condenável visto que as tropas podem ter de deslocar-se e não devemos diminuir a sua já fraca mobilidade tática com aprovisionamentos desnecessários.

No fornecimento dos aprovisionamentos diários há que considerar as seguintes operações:

- reunião e carregamento;
- transporte (nos aviões ou planadores) e largada;
- recuperação;
- transporte em terra e distribuição às unidades.

A reunião dos aprovisionamentos é feita na secção-internódia ou na secção-base, visto ser a uma destas secções da Zona de Comunicações que é, normalmente, cometida a responsabilidade de uma operação aerotransportada. Os aprovisionamentos são transportados — para os aeródromos — por pessoal da Z.C., mas, em geral, todos os aeródromos de abastecimento têm depósitos suficientes para 2 a 4 dias. O transporte para bordo dos aviões — ou dos planadores — é feito também por pessoal da Z.C. sob a fiscalização técnica do pessoal da Força Aérea e, como ordem de grandeza, podemos dizer que 7 homens — trabalhando durante um dia — preparam o carregamento de um avião de reabastecimento aéreo (5).

A arrumação e acondicionamento nos aviões e planadores são feitos por unidades especiais do Serviço de Intendência pertencentes à Força Aérea e designados por Companhias de Reabastecimento Aéreo.

A tonelage necessária diariamente a uma Div. Aero., em artigos a fornecer pelo S. Int., é aproximadamente de:

— viveres, artigos de fardamento, conforto, etc., etc.,	41 T.
— combustíveis e lubrificantes	11 T.

(5) Para reduzir o pessoal necessário nas bases aéreas, podem usar-se os carregamentos condicionados e as fuselagens destacáveis. (Fairchild).

— São ainda os elementos das Companhias de Reabastecimento Aéreo de Intendência que vigiam o aprovisionamento durante o seu transporte aéreo e são eles ainda que fazem a largada — no caso de pára-quedas — ou assistem à descarga — no caso dos planadores e aviões de transporte.

Enquanto as pistas não estiverem em condições de utilização as provisões são lançadas por pára-quedas ou transportadas por planadores.

Quando há campo de aterragem então a entrega é feita por meio de unidades aéreas de transporte, estabelecendo-se no campo como que uma E.R.V. que tem, no caso das forças aerotransportadas, a designação de estação aérea de reabastecimento (E.A.R.) Dessa — ou dessas — E.A.R. são os aprovisionamentos transportados, pelo pessoal da Companhia de Intendência da divisão, para Centros de Aprovisionamento que são, no fundo, uma espécie dos nossos LL.RR.

As provisões podem ser recebidas diretamente pelas tropas na E.A.R. sem necessidade da presença da Companhia de Intendência. Pode também, se a situação o justificar, determinar-se que as unidades vão, elas próprias, buscar os aprovisionamentos aos locais de aterragem dos planadores. O normal, no entanto, é a Companhia de Intendência da divisão encarregar-se de reunir nos CC. AA. os artigos desembarcados, sendo, por isso, responsável pela recepção de todos os artigos enviados pela via aérea, não importando o meio utilizado (pára-quedas, planador ou avião de transporte).

A Companhia de Intendência vê-se, muitas vezes, a contas com o problema delicado na dispersão. Quando se utilizam muitos aviões e o lançamento em pára-quedas a dispersão é grande e, então, a Companhia pode ter de consumir a maior parte do dia a recolher os volumes e até surgir a necessidade de pedir o auxílio das tropas combatentes.

A juntar a isto há ainda a considerar os aprovisionamentos que se deterioram pelo contacto com o solo. Por uma e outra razões — dispersão e deterioração — a percentagem de recuperação é, por vezes, bastante pequena. Unicamente a título de exemplo, podemos dizer que, na operação de Arnhem, a 1.ª Div. Aero. Inglesa conseguiu recuperar somente 13 % dos abastecimentos lançados em pára-quedas!

Nas operações de aerotransportados é hábito considerar as seguintes percentagens de material recuperado:

- nos casos favoráveis 90 %;
- nos casos médios 70 %;
- nos casos desfavoráveis 50 %.

— A partir do momento em que os aprovisionamentos se encontram no solo compete, como já se disse, à Companhia de Intendência efetuar a reunião dos diferentes materiais e separá-los por lotes correspondentes à sua natureza, constituindo CC. AA., em locais acessíveis e desafiados.

As unidades são depois avisadas de que devem enviar as suas viaturas aos CC. AA. para se reabastecerem, tendo a Companhia o cuidado de fornecer transporte auto àquelas que, por qualquer razão, o não tenham no momento em que se vão reabastecer.

Depois de se dar o contacto das forças aerotransportadas com as forças amigas de terra cessa o reabastecimento aéreo. É essa a razão porque as Companhias de Intendência, adidas às divisões aerotransportadas — e de que se falou no § 1.º deste Capítulo — trazem geralmente consigo 2 dias de aprovisionamento, para o efetivo de toda a divisão.

Pode até haver casos em que o contacto com o escalão terrestre se realize em D + 1 e não seja necessário recorrer ao reabastecimento aéreo e pode suceder, pelo contrário, que haja de fazer amplo emprêgo dos dois sistemas de reabastecimento, isto é, o escalão terrestre reuniu-se à divisão em D + 1 mas o reabastecimento aéreo continuou.

c) O reabastecimento aéreo para armazenagem não difere, na sua estrutura, de um reabastecimento para satisfação de necessidades diárias. É utilizado quando se prevê que a Div. Aero, demora um certo tempo a cumprir a sua missão ou quando há vantagem em constituir depósitos que serão ulteriormente utilizados pelas forças terrestres.

No fundo, como se compreende, não se distingue do anteriormente estudado. Foi considerado unicamente por razões de exposição.

Estudados assim os aprovisionamentos fornecidos automaticamente resta dizer qualquer coisa dos fornecimentos "a pedido".

O pedido de aprovisionamento pode fazer-se, como se compreende, ou durante os dias em que se realiza o fornecimento aéreo diário ou, então, já depois de se ter estabelecido o contacto com o escalão terrestre.

É feito por rádio e dirigido, pelo Comandante da Div., à Secção da Zona de Comunicações que organizou e planeou a operação.

O êxito do pedido depende de uma íntima coordenação. Não basta que se requeiram os aprovisionamentos. É necessário que haja possibilidades fornecedoras e transportadoras. Por isso a Secção que planeou a operação deve estar perfeitamente a par das limitações no fornecimento e das disponibilida-

des existentes e nos meios de transporte.

Em caso de emergência o pedido pode ser formulado por meio de telas de sinalização ou fumos e então será transmitido à Zona de Comunicações por intermédio da Força Aérea.

Os pedidos são feitos utilizando um código que deve constar da O. Op.-2ª parte, e são satisfeitos por quantidades já empacotadas de determinados artigos. Os volumes estão já prontos para a entrega nas bases de partida.

A razão das espécies já empacotadas é evidente quando se pensa nas dificuldades de solicitar abastecimento sempre que a atividade inimiga ou as distâncias afetem seriamente as comunicações.

Seria impraticável solicitar requisições detalhadas pela rádio ou por qualquer sistema de comunicações.

BIBLIOGRAFIA

- Notas do Curso do Estado-Maior.
- Revista Militar.
- Tática de las tropas de desembarco Aéreo — Blanco Blanco.
- Para-quedistas — de F.O. Miksche.
- Staff Officer's field manual
- F.M. 101-10.
- Military Review.
- Quartermaster Review.



A SITUAÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA NO MOMENTO ATUAL

Comunicação do Exmo. Sr. Capitão do C.E.M. RIBEIRO RAMOS na Sessão Comemorativa do 104º Aniversário da Revista Militar, de Portugal, de onde, data vinda, foi transcrito.

"Uma Arma caracteriza-se fundamentalmente pela natureza das missões que recebe e pode cumprir, pelo espírito que a anima e pelos princípios táticos gerais que adota na sua atuação".



Ulco que este juízo já está sobejamente aceite e afastadas muitas das idéias apresentadas nos primeiros tempos da motorização da Arma, e

que um dia levaram o ilustre sócio desta Revista e professor abalizado que é o Exmo. Sr. Brigadeiro Aguiar Ferreira a escrever, numa síntese feliz:

"Por razões de natureza filológica, que não orgânica ou tática, a palavra Cavalaria implica a existência do cavalo. Como filólogos e não como militares pode entender-se que Unidades de Cavalaria são implicitamente Unidades a cavalo".

Poderia apresentar uma lista de opiniões semelhantes com as mais altas origens, mas parece que não se justificaria alongar-me nestas considerações.

Não posso, no entanto, fugir à tentação de citar algumas passagens do "Regulamento Provisório para o Emprego das Tropas Blindadas" publicado, em França em julho de 1951.

Diz-se nesta publicação:

"A Cavalaria Blindada é a Arma base das Tropas Blindadas".

Também ali se encontra:

"As G.U. Blindadas compreendem os elementos de todas as Ar-

mas que são equipadas dum material especial suscetível de se adaptar ao ritmo da Cavalaria Blindada e por conseguinte de cooperar estreitamente com ela".

E se da leitura da doutrina e regulamentação americana parece não ressaltar tão claramente as mesmas conclusões, o fato deve-se, unicamente, às designações tradicionais não pesarem tanto na jovem nação americana como nas velhas nações européias.

Mais importante que notar analogias ou diferenças em designações, é verificar que, em essência, não existem divergências no modo de encarar o assunto nos dois lados do Atlântico. Dum modo geral, preconiza-se a utilização do mesmo tipo de material, atribuem-se as mesmas missões e pensa-se agir segundo os mesmos moldes nas correspondentes Unidades.

E ainda mais a acentuar é a admirável atitude representada pelo esforço da Arma, procurando evolucionar a fim de se adaptar ao ambiente e explorar os novos meios que a técnica tem proporcionado, mas sem largar de mão esse esplêndido espírito cavaleiro, essência da própria Arma, seguro penhor de que amanhã, como no passado, os seus componentes saberão com a mesma agressividade, audácia e espírito de sacrifício con-

tinuar a cumprir as suas tradicionais e necessárias missões.

Quando nos debruçamos, como alguém disse, nesse admirável Livro do Passado que é a História, não é difícil compreender porque a Arma de Cavalaria tem sido, felizmente, das Armas mais notadas e discutidas.

Através dos séculos, a Cavalaria foi sempre a Arma dos grandes Capitães, podemos quase dizer que a sua pedra de toque.

No regulamento francês, que há pouco citei, afirma-se: "*As G.U. Blindadas inscrevem no terreno a estratégia dos chefes*".

A todo o período de crise da Arma, raramente não corresponde um período de crise em relação às operações de movimento, na falta de brilhantismo na arte de fazer e conduzir a guerra.

Mas, porque não dizê-lo, algumas épocas de apagada atuação também devem a sua existência à maneira de proceder dos próprios cavaleiros, agarrando-se com demasiado apêgo ao existente, àquilo de que gostavam e a que estavam habituados, mas que tinha sido ultrapassado pela evolução imposta pelo progresso.

Permitam-me ainda que me prenda um pouco mais ao passado e ali vá buscar os alicerces do emprego e atuação dessas modernas e poderosas Unidades Blindadas.

É lá que encontramos o grande Alexandre, a clássica batalha de rotura de Arbela e o emprego duma massa decisiva constituída por cavalaria pesada atuando no centro da ação; é lá igualmente que achamos Aníbal com a também clássica batalha de aniquilamento de Canes e o papel decisivo desempenhado pela sua cavalaria cartaginesa e nómada.

Estas duas ações estavam, e Fuller bem o provou, na base da concepção alemã do emprego dos blindados.

O próprio César para as suas fulgurantes campanhas da Gália, necessitou de dotar as Legiões com alta percentagem de cavalaria.

E já nos tempos modernos e contemporâneos, vale a pena analisar

o que representou para Gustavo Adolfo, Condé, Turenne, Frederico II e para esse extraordinário Bonaparte, a atuação das suas Cavalarias.

Quando se estuda as ações destas Cavalarias é difícil distinguir o espírito e a finalidade que ditou o seu emprego, o espírito e modo de agir que guiou a sua atuação daquele que nos nossos dias emprega e faz atuar as Unidades Blindadas.

Referi-me ao passado, mas no presente, o que foram senão casos semelhantes, as ações dos blindados alemães e desse cavaleiro americano que se chamou Patton?

Há sempre um elo de ligação nestas épocas fulgurantes da Arma — o alto valor dos chefes aproveitando os meios para impor às operações, o movimento.

Propositadamente ficou em branco a citação da época medieval, refúgio de argumentos daqueles que dizem corresponder o período áureo da Cavalaria a uma época em que as operações militares eram executadas com muita coragem e pouca cabeça.

Sobre este aspecto direi, como o General Boucherie:

"Sem dúvida, a Idade Média sob o ponto de vista da arte militar representa uma paralização ou melhor um retrocesso".

"O desconhecimento ou esquecimento dos grandes princípios da arte militar conduziram não ao auge mas à decadência da Arma de Cavalaria".

Na Idade Média tinha o cavaleiro e não a Arma, o primeiro e quantas vezes o único lugar no campo da batalha.

O cavaleiro equipava-se e armava-se tendo em vista somente o combate individual. Ele era bravo, generoso, galante, era irreverente e amava a guerra, era fiel ao seu rei mas aceitava difficilmente a subordinação.

As qualidades asseguravam-lhe os sucessos nas ações individuais, onde só conta a força; os defeitos inferiorizavam-na nas ações de conjunto que exigem coordenação de esforços".

Nestas condições, não é de admirar que os cavaleiros medievais ouvissem começar a soar o seu "Canto do Cisne" em Crécy e, entre nós, nos Atoleiros.

Mas a Cavalaria da Idade Média foi muito mais uma Instituição que uma Arma.

Instituição que através dos seus Cavaleiros impunha numa época de falta de brilhantismo de espírito e de delicadeza, a coragem levada à abnegação mais completa, a paixão da glória, o culto da honra e da mulher, e prática da fidelidade; o ódio à injustiça, a piedade pelo fraco e a sua defesa.

Mas, neste aspecto, que inestimáveis serviços prestaram os cavaleiros à sociedade de então e aos vindouros, que prendendo-se à tradição do que era belo, heróico e generoso, procuraram manter nas suas fileiras esses usos e costumes.

Até ao momento, pode dizer-se que tenho limitado a exposição a motivos que permitem, com segurança, entregar ao Presente, representado pelas Unidades Blindadas rápidas e potentes, a guarda e continuação de um glorioso passado criado pelas Unidades a Cavalalo.

Os conceitos que a seguir se exprimem, síntese de pesquisa nas origens de doutrina que nos foram acessíveis e de apreciação de ambiente, limitam-se a simples e atuais aspectos fundamentais de emprego e organização das Unidades de Cavalaria.

EMPREGO

Dizem os americanos nos seus Regulamentos: "A Cavalaria Blindada é a Arma da mobilidade, do fogo potente e das ações de choque e os seus meios dispõem de boa proteção".

As suas Unidades pertencem, dum modo geral, as missões tradicionais e bem conhecidas da Arma.

Uma só excepção é possível encontrar, quando se referem às missões de pesquisa de informações em proveito dos mais altos escalões de Comando. Estas missões são,

normalmente, atribuídas às Forças Aéreas e aos Serviços especiais de Informações.

Também acreditamos, apesar de todas as servidões a que as F.A. possam estar sujeitas, que para o caso considerado e na grande maioria das vezes, as suas possibilidades de pesquisa serão suficientes.

Já o mesmo não é de admitir, quando a informação interessa aos escalões de Comando de importância mais reduzida.

Neste caso, pertencendo à Cavalaria o lugar primordial, ela vê, nos dias de hoje, essa missão facilitada pela preciosa ajuda das F.A.

Em síntese:

— Quando a situação dita a missão, chegará quase sempre a pesquisa das F.A. completada pela dos Serviços Especiais;

— Quando a situação se limita a esclarecer um Comando para cumprir, em melhores condições, a missão, então o pormenor exigido, impõe a atuação de forças terrestres rápidas, de Unidades de Cavalaria.

Pensa-se consequentemente que, no futuro, a missão de descoberta ou reconhecimento a executar por G.U. BI. tomará um aspecto muito mais eventual que normal.

Pesa e bem ainda neste juízo o custo de Unidades deste tipo e o ambiente de incerteza e de falta de apoio em que seriam aplicados meios tão dispendiosos e difíceis de obter.

(Por um relatório do General Marshall sabe-se que uma Divisão Blindada custou ao tesouro americano na última guerra 34 milhões de dólares — aproximadamente 1 milhão de contos. Este valor está hoje largamente excedido havendo já quem fale em 6 milhões de contos).

Parece-me que é ainda de fazer ressaltar a atual importância do emprego das Unidades Blindadas nas situações defensivas, tendo em conta o tipo de defensiva manobrada, no qual, o contra-ataque ocupa lugar de especial relevo.

ORGANIZAÇÃO

Sobre este aspecto há que apreciar:

— A Cavalaria orgânica das G.U.;

— A Cavalaria independente — as G.U.C.

Referente à Cavalaria Orgânica existem, em essência, dois critérios: o americano e o que tem sido seguido, dum modo geral, por franceses, ingleses e russos.

A solução americana atribui à Cavalaria Divisionária um pequeno efetivo:

— Uma simples Companhia de Reconhecimento, mas dota o Corpo de Exército com um forte Regimento a 3 Batalhões, tendo cada Batalhão 3 companhias de Reconhecimento, 1 de Carros Médios e 1 de Canhões de Assalto.

Este Regimento reforçado constitui uma autêntica Brigada.

Uma Unidade deste tipo também pode aparecer nas Tropas de Exército.

A fraqueza da Cavalaria Divisionária americana é de admitir, pois as Divisões Normais estão altamente motorizadas e até dispõem de muitos elementos blindados (aproximadamente 150 carros e 2.500 viaturas-auto de diversos tipos).

Nestas condições, não é difícil, sempre que no escalão Divisão surja a necessidade de dispor dum elemento móvel e potente, de o constituir, como são exemplos os casos de retardamento na frente da posição, de contra-ataque e de exploração do sucesso próximo.

Normalmente, as necessidades de atuação em profundidade em proveito do Divisionário são restritas, ao passo que a ação em proveito do C.E. e Ex. tem horizontes muito mais vastos.

Todos também sabemos que, na grande maioria das vezes, só por intermédio do combate se consegue arrancar as informações ao inimigo.

Deste modo, se para informar há que combater, se para combater há que ter força, não se compreenderia

que um país de tão grandes possibilidades materiais como os Estados Unidos, não dotasse estas Unidades com o potencial necessário.

Nestas condições, os americanos, ao reorganizar as Unidades de Reconhecimento, o que fizeram, por alturas de 1950, tiveram em conta as lições da guerra passada e voltaram a admitir para estas Unidades como missões normais, além das de reconhecimento, as de cobertura, exploração do sucesso, de retardamento, ocupação de grandes frentes, colmatagem, etc., isto é, as tradicionais missões da Arma.

A outra solução, que tem sido seguida, como já disse, pela Inglaterra, França e Rússia, não apresenta u'a marcada diferenciação entre as possibilidades da Cavalaria Divisionária e de C.E.

Neste caso e tendo em atenção as necessidades mais prementes dos escalões superiores ao Divisionário do que deste, é normal a constituição de Destacamentos formados à custa da Cavalaria orgânica Divisionária e do escalão superior, mas agindo às ordens deste.

Esta solução que se compreende em países em que as Divisões normais não têm possibilidades de reforçar a sua Cavalaria com meios potentes e velozes, por carência de motorizados e blindados, não se lhe alcança bem o sentido quando adotada por grandes potências militares com as Divisões normais altamente motorizadas e blindadas.

Em relação à organização das G.U. Blindadas a linha geral do pensamento é idêntica, com exceção dos russos que apresentam dois tipos:

— A Divisão de carros semelhante às divisões blindadas americanas e inglesas, mas com menor potência e

— A Divisão mecanizada que é praticamente uma G.U. Blindada de Infantaria.

Ainda os russos, ao contrário do que sucede com as outras grandes potências, mantêm as suas Divisões e até Corpos a Cavalos.

Sem que se veja a idéia claramente marcada na organização das Unidades, mas perfeitamente esta-

belecida em todos os regulamentos táticos, acentua-se a tendência para a atuação de Agrupamentos Mistos englobando carros, Infantaria, Artilharia e Engenharia, mesmo quando se empregam pequenas frações, o que se traduz num esbatimento de fronteiras entre Armas.

Localizando o problema no âmbito das pequenas potências militares e resistindo à tentação das soluções desejáveis mas utópicas, teremos de reconhecer a impossibilidade de se dispôr de uma G.U. Blindada, para o que bastará pensar no seu custo, manutenção e despesas de instrução.

Esta impossibilidade vem, porém, tornar mais imprescindível a existência duma forte Cavalaria orgânica, muito especialmente no escalão superior ao Divisionário.

Nunca a dispersão foi solução aconselhável àqueles que dispõem de recursos modestos. Portanto, desde que a atuação das Unidades de Carros para cumprir a maioria das missões se regula sobretudo pelos princípios que orientam as ações das Unidades da Arma de Cavalaria, parece indicado que elas devam estar integradas nesta Arma.

Com base em argumentos semelhantes é de admitir a solução de pertencer à Arma de Infantaria os elementos cuja missão fundamental é o combate a pé, embora disponham de viaturas blindadas de transporte. Será uma Infantaria especializada cuja instrução tem de ser feita em íntima ligação com as Unidades de Carros, mas que não deixa de ser, fundamentalmente, uma Infantaria.

Desejava ainda dedicar algumas palavras às Unidades a Cavalos:

Julgo bem compreender as razões da motorização e mecanização da Arma de Cavalaria. Mas nem sempre o elemento auto, por muito T.T. que seja, é mais veloz que o cavalo ou mesmo o homem a pé. Para isso, bastará que o terreno seja muito acidentado, muito coberto e com uma fraca densidade de vias de comunicação; poderá até suceder que o terreno seja completamente impraticável aos meios auto.

Admite-se não serem estes os terrenos onde com maior intensidade se desenrolam as operações mas, sabemos que elas também têm lugar nestas regiões. Nestas circunstâncias, os elementos a cavalo podem prestar muito bons serviços.

Algumas situações surgem onde, igualmente, podem atuar com rendimento, revelando ainda a vantagem de libertar os elementos, motorizados para o cumprimento de outras missões. Estão neste caso, por vèzes, as ações contra guerrilheiros e elementos aero-transportados, etc., contribuindo para a segurança das retaguardas, missões hoje de grande importância.

E nestas considerações que encontro as bases para pensar que, por agora, se justificam as Unidades a Cavalos embora em percentagem bastante reduzida.

Reconhecendo que estamos no crepúsculo do cavalo como Arma de guerra, já o mesmo não é de pensar a respeito da sua importância como meio educativo e de formação dos quadros da Arma, muito especialmente tendo em atenção a dificuldade de se dispor, com a necessária profusão, do material auto e combustível que permita praticar os arrojados desportos auto em pistas, estradas e através do terreno.

Não desejava terminar sem trazer o assunto ao verdadeiro ambiente em que temos de pensar nêlo.

Quando, há pouco, em simples esboço, falava na organização da Cavalaria nas pequenas potências militares, não tinha só em mente restritas possibilidades materiais a jogar com os particulares desejos duma Arma.

No nosso consciente avolumavam-se muitos outros aspectos tais como os entendimentos internacionais, a segurança metropolitana e ultramarina, a importância dos fatores morais e a preocupação da harmonia e rendimento no conjunto.

Ainda é de acentuar que, para o exterior, o problema se traduz mais por uma integração do que por uma simples adição de meios.

Se as Forças Militares emprestam o valor da sua atuação à atividade geral do conjunto a que pertencem, através duma proveitosa cooperação do Mar, do Ar e da Terra, também o mesmo se dá com as Armas

e Serviços em relação às Forças Terrestres.

Foi tentando não esquecer estes objetivos que procurei expôr o que me parece de mais assinalável na situação atual da Arma de Cavalaria.



PROCESSOS DE TREINAMENTO FÍSICO PARA SOLDADOS

Cap. ESTEVAM MEIRELES,
Chefe do Dep. Ed. Física da A.M.A.N.

INTRODUÇÃO



PRÁTICA NOS demonstrou ser deficiente a preparatória preconizada pela Escola de Educação Física do Exército. Por outro lado, na propriamente dita, a necessidade de instalações especiais e do material nos criou um problema que hoje julgamos ter encontrado a solução.

I — Nova Preparatória

Serão descritos processos de treinamento físico cuja preparatória é uma adaptação dos exercícios de condição (E.U.A.).

Denominamos "nova preparatória" porque a E.E.F.E. ainda não a oficializou, apesar de reconhecer as inúmeras vantagens que ela apresenta sobre a preparatória em voga no nosso Exército.

GENERALIDADES

A nova preparatória visa melhorar o "tenuis muscular" (firmeza do tecido) em todo o corpo, deixando este com maior aptidão para intervir nos desportos de contacto ou nas atividades mais violentas.

Nas primeiras sessões de treinamento físico, esta preparatória representa o maior esforço da sessão e mesmo ocupa a maior parte do tempo destinado ao treinamento físico. Só depois de algum tempo, quando o organismo se vai adaptando à nova modalidade de trabalho, e os homens aprendem a execução correta dos exercícios que se introduz progressivamente às

aplicações, exercícios suplementares e da máxima importância. É importante que os homens aprendam a executar corretamente os exercícios, para assim obterem o máximo de benefícios para o organismo. Razão por que se gasta mais tempo no início ensinando e corrigindo cada exercício. Tempos de relaxamento para repouso (que não cheguem a esfriar os homens) são necessários inicialmente, porque os exercícios praticados corretamente são bastante fatigantes. Estes tempos de repouso pouco a pouco serão suprimidos. De um entre cada exercício diminuir para um entre cada 2 ou 3 exercícios; entre cada 4 exercícios; 1 descanso após o 6º exercício, e, finalmente, toda a série feita sem repouso. Quanto ao esforço, há um começo moderado, durante a fase de adaptação, seguido de uma sobrecarga de trabalho nas sessões progressivamente crescente, visando melhorar os níveis de valor físico.

A nova preparatória, em dias muito frios, exige um aquecimento preparatório que pode constar de um simples deslocamento em acelerado, e deslocamento para o Estádio. Senão, executar uma preparatória pequena (braço, perna tronco. — 6 a 7 repetições).

Tomada do dispositivo. 1. A formação usual é a retangular. Por considerarmos a tomada do dispositivo preconizada pelo Exército do E.U.A., mais disciplinada que a nossa, descreveremo-la depois de convenientemente adaptada aos nossos comandos:

Parte-se do pelotão em coluna por 3, por 4 ou por 5, com a frente

para o instrutor. Sequência de comandos:

1. Abrir para a esquerda. *Marche!* Fica firme a coluna da direita, os homens das demais colunas se deslocam, rapidamente, para a esquerda. Todos os homens erguem os braços horizontalmente. A distância que fica de ponta do dedo a ponta do dedo, deve ser de um a dois palmos. Os homens ficam imóveis, aguardando o próximo comando.

2. *Firme!* Todos os homens baixam os braços com força.

3. *Esquerda. Volver!* Todos os homens executam.

4. Abrir para a esquerda. *Marche!* A coluna da direita fica firme. Todos os homens das demais colunas deslocam-se, rapidamente, para a esquerda. Todos erguem os braços horizontalmente. A distância de ponta do dedo a ponta do dedo deve ser de 1 a 2 palmos. Todos os homens se imobilizam, aguardando o novo comando.

5. *Firme!* Todos os homens baixam os braços com força.

6. *Direita. Volver!* Todos os homens executam.

7. Da frente para a retaguarda, numerar seguidamente. *Começar!* Os homens de cada fila, virando o rosto para a direita, dizem o número em voz alta (1, 2, 3, 4, 5, etc.), feito o que, voltam automaticamente o rosto para a frente. Os homens devem guardar apenas se são pares ou ímpares.

8. Números pares, no intervalo a esquerda. *Marche!* Todos os homens de número par, darão um salto para a esquerda caindo no meio do intervalo.

Tomou o pelotão o dispositivo para a ginástica. Para reuni-lo na formação normal, basta um comando. "Cerrar distância e intervalo. *Marche!*"

O pelotão cerrará sobre a coluna da direita, que apenas cerrará a distância. A subunidade pode ser toda reunida para a preparatória. Inicialmente, ela formará por pelotões coluna por 3, por 4 ou por 5, frente para o posto de instrutor que pode ser o próprio Cmt. da subunidade. O intervalo entre os pe-

lotões deve ser de 11 passos. Os Cmts. de pelotão se colocarão em acelerado na retaguarda de sua tropa ao comando do instrutor "Comandantes de pel. — A Postos!" Os Cmts. de Pelotão voltam para a frente, retomando as posições originais, ao comando de "Cerrar distância e intervalo".

2. É muito empregada também a formação em círculo, a qual ainda se prestará para a prática de muitas aplicações.

Este dispositivo, visando os trabalhos em círculo por duplas (exemplo: exercícios acrobáticos ou de levantar e transportar) é tomado, partindo-se do pelotão grupado por homens do mesmo porte, dois a dois na mesma coluna. O pelotão estará coluna por 3. O comando será apenas: Formar o círculo. *Marche!* Sairá, marchando, a coluna da direita, com a testa orientando o movimento para formar o círculo. Em continuação, seguirá a coluna do centro e depois a da esquerda. Durante este deslocamento, os homens das duplas se colocarão um ao lado do outro e a distância entre as duplas será de 5 a 6 passos. Fechado o círculo e estando as distâncias entre as duplas boas, será comandado, Alto!

Para a execução dos exercícios da preparatória, o instrutor se colocará fora do círculo, num ponto de onde possa supervisionar todo o pelotão e comandará: Frente para mim, *Volver!* A este comando todos os homens se voltam para o instrutor. O pelotão está preparado para a ginástica. Durante os deslocamentos em círculo (exercícios de marchar, levantar e transportar, alguns de saltar) é aconselhável que o instrutor, dentro do círculo, se desloque num círculo menor e em sentido contrário, enquanto observa e corrige.

Exercícios da preparatória. São em número de 12 e representam os flexionamentos e educativos mais eficientes no preparo físico.

Cada exercício é batizado com um nome que os homens logo decorarão, assim como o número de ordem na série. Para o comando, o instrutor dirá o nome do exer-

Posição Inicial*SALTAR (Cadência: Média)**Nº 1*

cício e, em seguida, comandará: Posição inicial. *Tomar!* Todos os homens executarão este comando num só tempo. Algumas excessões:

N. 4 e n. 8, na posição deitada. Primeiro comandar: Deitado. Posição!

Este comando será executado em dois tempos: 1. Colocar um pé atrás do outro, peito do pé no calcanhar. 2. Deitar em decubito dorsal.

N. 6 — Em dois tempos.

N. 3 e n. 12, cuja posição inicial é a posição fundamental, dispensam o comando para tomar a posição inicial.

Para a execução dos exercícios, o instrutor comandará: Na cadência, Começar!

A indicação do ritmo será dada pela contagem cumulada que nada mais é que dizer o número, após a realização de cada tempo do exercício. O último numeral, ou seja o correspondente ao último tempo de cada exercício será substituído pelo número da repetição. É bom frisar que o número é sempre dito no fim de cada tempo.

Ao comando *começar!* o executante faz o tempo um, após o que se dirá: 1! o n. 2 será pronun-

ciado no fim do tempo dois e assim por diante.

Para cessar a execução, o instrutor anuncia antes o número de repetições a serem feitas ou então pronuncia os numerais da última repetição com uma inflexão crescente da vez e comanda: *Cessar!*

Esta última situação ocorre quando, por exemplo, o instrutor deseja interromper a execução para alguma observação ou correção, apesar de ter anunciado inicialmente o número de repetições a ser realizado.

Após a realização da última repetição, os homens permanecem na posição inicial, quando será comandado: *Posição fundamental. Tomar!*

Todos os homens executarão este Comando num só tempo, com algumas exceções:

No 4 — a posição fundamental será assumida em 4 tempos:

1. Trazer as mãos ao lado das coxas.
2. Sentar encolhendo as pernas e pondo as mãos no solo.
3. Levantar empurrando o solo.
4. Posição fundamental.

No 8 — primeiro comandar: *Firme!* (Baixar as pernas). Então, comandar *Posição Fundamen-*

tal que será assumida em quatro tempos.

No 6 — Dois tempos.

Outro processo para indicação de ritmo é o "Por tempos". O comando será: *Tal exercício (nome). Por tempo — 1-2-3-4, 1-2-3-4, etc.* O numeral é o comando de execução. Este processo se emprega nas sessões do estudo, para se poder corrigir os exercícios em cada tempo. O exercício n. 8 (Relógio) aconselha-se a contagem por tempo; neste caso, pode-se substituir o último numeral pelo número da repetição, conforme a contagem cumulada.

A execução por tempos pode ser comandada pelo instrutor, quando este julgar necessário corrigir alguma execução defeituosa dos exercícios.

A contagem dos tempos feita por toda a turma ou, melhor o processo de direção "*Comandos Repetidos*" só deve ser empregado quando os homens já souberem executar corretamente os exercícios, isto é, depois de já terem participado das sessões de exercícios diversas vezes. O processo "*Comando Repetidos*" consta simplesmente do seguinte: a turma repete em onis-

Posição Inicial.



①

③



②

④

LENHADOR (Cadência: média)

Nº 2

Posição Inicial.



APOIO DE FRENTE (Cadência: média)
Nº 3

Posição Inicial.



Remador (Cadência: lenta)
Nº 4

Posição Inicial



①
③



②
④

LEVANTAR E BAIXAR O ASSENTO (Cadência: média)
Nº 4 A

Posição Inicial



①



②



③



④

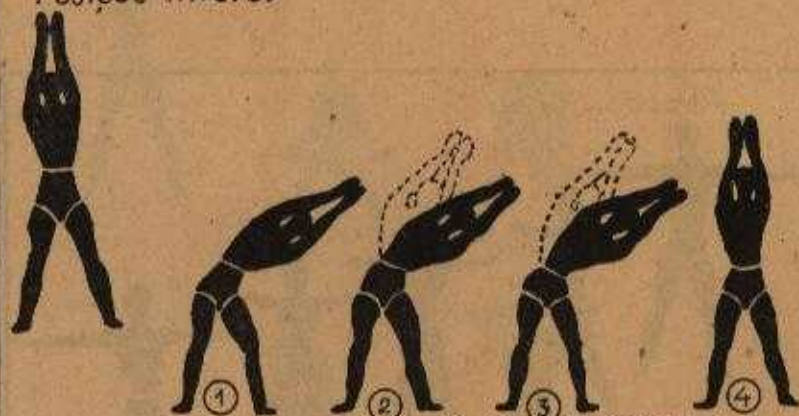
BAIXAR ATRÁS. BAIXAR FRENTE (Cadência: média)
Nº 5

Posição Inicial



*FLEXÃO BRAÇOS (Cadência: média)
N°6*

Posição Inicial



Continuar pela direita (5) (6) (7) (8)

*FLEXÃO LATERAL DO TRONCO (Cadência: lenta)
N°7.*

Posição Inicial



RELÓGIO (Cadência: lenta)
Nº 8

Posição Inicial



Continuar pela direita (5) (6) (7) (8)

ROTAÇÃO DO TRONCO (Cadência: média)
Nº 8A

*Posição Inicial**



*CANGURÚ (Metade de repetições que os demais)
(Cadência: lenta)
Nº 9*

Posição Inicial



*FLEXÃO E ROTAÇÃO DO TRONCO (Cadência: lenta)
Nº 10*

Posição Inicial*Corrida no mesmo lugar (60")**Estudo da passada (30")**CADÊNCIAS: Corrida (lenta e rápida)**Passada (média)**Nº 11**Posição Inicial**Apoio de Frente e Flexão de braços
(Cadência: média)**Nº 12*

são o comando do instrutor e só executa o seu próprio comando.

Exemplo deste processo com o exercício n. 1 :

Inicialmente, o instrutor anunciará : *Comandos Repetidos*. Depois :

1. Instrutor : Saltar. Posição inicial — *Tomar!*

2. Turma : Saltar. Posição inicial — *Tomar!* (Executa).

3. Instrutor : Na cadência, Começar!

4. Turma : Na cadência — Começar! (Executa) — 1-2-3, 1, etc., etc.

Para interromper a execução de um exercício comandado por este processo, o instrutor ergue na vertical o braço direito imediatamente antes de iniciar a última repetição de quatro tempos. A este sinal, a turma empregará uma inflexão crescente de voz e dirá : UM, DOIS, TRÊS, CESSAR!

Sessões de estudo dos exercícios :

(1) Há processos definidos para serem seguidos pelo instrutor nas sessões de estudo dos exercícios da nova preparatória. O instrutor ensinará cada exercício nas dosagens estabelecidas de acordo com as seguintes fases :

- Instrutor por tempo ;
- Instrutor na cadência normal ;
- Instrutor por tempo ;
- Instruendo na cadência normal.

(2) Na primeira fase, o instrutor dirá o número e o nome do exercício ; em seguida, descrevendo a posição de partida, assume-a corretamente. Cada subsequente movimento de exercício será explicado e demonstrado pelo instrutor.

(3) Na segunda fase, o instrutor, na posição de atenção, dirá : Na cadência normal, o exercício se faz assim. Empregando todos os comandos peculiares ao exercício, o instrutor executará, para demonstrar, cinco repetições na cadência normal.

(4) Na terceira fase, o instrutor (posição de atenção) dirá os co-

mandos para o pelotão. Dirá o nome do exercício e comandará :

1. Posição inicial — *Tomar!* (O pelotão assume a posição comandada e o instrutor corrigirá os erros, se for o caso).

O instrutor anuncia : *Execução por tempo*. Então brevemente descreverá o movimento a ser executado (tempo 1) e prefacia o comando de execução que é o numeral correspondente com a palavra "Atenção" (como um comando preparatório) e diz "Um!" A este comando a turma executará o primeiro tempo do exercício (o instrutor corrigirá, se for o caso). Cada movimento subsequente do exercício será brevemente explicado e sua execução será dirigida da mesma forma acima. Assim : "Atenção — Dois!" ; "Atenção — Três!" ; "Atenção — Quatro!" Após o término da execução do exercício (uma repetição apenas), o instrutor comandará a posição fundamental. Devem-se evitar explicações longas dos movimentos.

(5) Na quarta fase (toda a turma na posição fundamental) o instrutor dirá : Na cadência normal. Então proceder como se segue : anunciar o nome do exercício (Por exemplo : Saltar) e comanda "Posição inicial — *Tomar!*" Tanto o instrutor como a turma assumirão a posição inicial. O instrutor então comanda "Na cadência — Começar!". Todos executam o exercício (5 repetições) na contagem cumulada do instrutor : 1, 2, 3, 1 ; 1, 2, 3, 2 ; 1, 2, 3, 4 ; 1, 2, 3. Cessar! A última sequência do 1, 2, 3, Cessar! é pronunciada com uma crescente inflexão da voz. A este comando todos param na posição inicial. O instrutor então comandará : Posição fundamental! (Todos assumem a posição fundamental).

Direção dos exercícios da nova preparatória :

O tempo gasto na realização dos exercícios se reduzirá muito, logo que os homens aprenderem cada exercício da série e ainda ficará menor com a supressão progressiva dos períodos do descanso entre os exercícios.

Inicialmente, todos se acham na posição fundamental e os comandos do instrutor serão os seguintes :

1. Nome do exercício (Exemplo : *Leñador*)

2. Posição inicial — *Tomar!*

3. Na cadência — *Começar!* O instrutor então emprega a contagem acumulada na indicação do ritmo : 1, 2, 3, 1; 1, 2, 3, 2; 1, 2, 3, 3; 1, 2, 3, 4; etc., etc. A última repetição será indicada com uma inflexão crescente da voz do instrutor e comanda : 1, 2, 3, *Cessar!*

4. Posição fundamental (excessão para o 3 e o 12).

Ao término de cada exercício recentemente ensinado, o instrutor mandará os homens repetirem o nome e o número do exercício realizado. Este processo será usado apenas nas cinco primeiras sessões.

É de primeira importância a voz de comando do instrutor. Sua postura correta, dicção, tom de voz, inflexão e cadência de todos os comandos afetarão marcadamente a execução de cada exercício. Toda execução errada deve merecer a necessária supervisão corretiva do instrutor. Quando for o caso, o instrutor interromperá a execução, dando as explanações necessárias, ainda mesmo repetir uma execução por tempo.

O instrutor será juiz quando empregar os exercícios substitutos para a posição deitada (4A — *Levantar* e baixar o assento e 8A — *Rotação do tronco*) ao considerar as condições de humidade ou impraticabilidade do solo.

A progressão na dosagem do acréscimo de uma repetição em todos os exercícios de cada sessão é da responsabilidade do instrutor. Antes do trabalho, aquele deverá anunciar o número de execuções a ser feito.

O instrutor precisa se lembrar que, em todo movimento onde haja deslocamento dos executantes para a esquerda (direita), ele se moverá para a direita (esquerda), na sua execução.

O preparo físico do instrutor deve merecer a maior consideração. Ele precisa estar em melhores condi-

ções físicas que qualquer um de seus homens. As sessões de estudo (1 a 4 inclusive) exigirão que o instrutor execute o dobro de vezes cada exercício da sessão.

II — *Própriamente dita (Atividades suplementares)*

Estas atividades são o suplemento indispensável dos exercícios básicos reunidos na sessão preparatória. Elas são diversas, o que permite uma variação no programa. A preparatória depois de aprendida será realizada em 15', sobrando 30', isto é, maior parte de tempo para estes trabalhos aplicativos suplementares, onde o homem vai cultivar a destreza física. Estes são :

Aplicações das 7 famílias e mais nadar. Revezamentos. Pequenos jogos :

Acrobática. Pista de confiança ;

Corrida ;

Jogos Militares ;

Desportos individuais e coletivos ;

Treinamento especializado (Aplicações Militares). Aqui haverá a preparatória composta de exercícios com arma para as modalidades : Preparação do combatente. Aplicações Militares e Percorso em Pista de Obstáculos.

1. Aplicações das 7 famílias. É importante considerar a precariedade de nossos quartéis em instalações e material diverso (tais como pórtilhos, caixas de salto, cordas, pesos, "medicine balls", etc.). Assim sendo, apresentaremos três tipos de ginástica de condição : dois deles não exigindo material e serão usados alternadamente no treinamento diário ; e um tipo que exige instalações e material, a ser empregado de acordo com as disponibilidades dos meios.

Condição A. (Sem Aparelhos — 30') : 1. Exercícios da família de marchar, *Levantar* e *Transportar* e alguns de *Saltar* (10') 2. Exercícios da família de *Atacar* e *Defender-se*. Aplicações ou jogos. (10') 3. *Correr*. Alternar nas sessões : corrida de velocidade ou corrida normal (10') 4. *Volta a*

Calma: Mandar a turma emendar a corrida com passo normal e marcha lenta com exercícios respiratórios (5').

Condição A1 — (Sem Aparelhos 30') 1. Exercícios de vivacidade e resistência. Os comandos são curtos, não têm advertência e a execução deve ser imediata, o mais rápido possível. Estes exercícios devem ser fortes e bem variados. Visam presteza de execução, resistência física e agilidade. Podem ser feitos no mesmo lugar ou por lances. São feitos no prazo de 3 a 5 minutos, de acordo com o grau do treinamento.

2. Revezamentos. O título engloba inúmeros exercícios caracterizados pelo revezamento. Podemos classificá-los também como pequenos jogos com exercícios de

Marchar — Levantar e Transportar — Alguns de Saltar — Correr.

Haverá competição entre duas equipes (com camisa e sem camisa, tendo no braço ou não, etc.).

3. Correr (conforme o tipo A) 10'.

4. Volta à calma — idêntica ao tipo A acima — 5'.

Condição B (Com aparelhos — 30') 1. Tregar (corda, barra, arvores, etc.).

2. Saltar (altura, distância, profundidade ou combinações) — 10'.

3. Lançar (Pêso, medicines, granadas, objetos pesados, etc.).

4. Correr (idêntico aos tipos anteriores) 10'.

5. Volta à calma — idêntica aos tipos anteriores (5').

II. As demais atividades, conforme os manuais em vigor.

ESQUEMA GERAL

I. Ginástica de condição:

Nova Preparatória 15'	Aquecimento preparatório (se for o caso).	
	Tomada do dispositivo	Retangular ou Em círculo.
		Exercícios { Número de repetições conforme a dosagem (5 a 12 repetições cada um).

1 — Marchar — Levantar e Transportar — Saltar (10').	3. Correr (10')	Tipo A s/aparelho
2 — Atacar e Defender-se (10').		

Própriamente dita
(30')

1 — Vivacidade (3 a 5').	3. Correr (10')	Tipo A1 s/aparelho
2 — Revezamentos (15').		

Volta à Calma (5')	1 — Tregar — Saltar (10').	3. Correr (10')	Tipo B c/aparelhos
	2 — Lançar (10').		

II — Jogos Militares :

Nova Preparatória (15') { Aquecimento preparatório.
Tomada do dispositivo.
Exercícios (12 repetições).

Própriamente Dita (25') { Bola Militar com 1, 2, 3 ou 4 bolas (1 bola p. cada
25 homens de cada lado), ou
Bola na tábua (idem quanto às bolas).
Futebol gigante (idem quanto às bolas).

Volta à Calma :

III Ginástica acrobática :

Nova Preparatória. Pró- { Flexibilidade.
priamente dita (30') { Equilíbrio.
Destreza. Corrida (1.000 a 1.500 ms).
Força.

IV — Corrida rústica :

Nova Preparatória.

Própriamente dita — Corrida rústica (1.500 a 5.000 m).

Volta à Calma.

(Continua)



O MUNDO EM ARMAS

(Breve resenha do rearmamento mundial realizado ante a iminência de uma nova guerra)

Pelo Suboficial ENRIQUE MARTINEZ CODÓ,
publicado na "Revista Militar" — Argentina

Tradução do Major de Artilharia ZAIR DE FIGUEIREDO MOREIRA



MUNDO se arma; uma nova e mais terrível guerra se avizinha. Quais são as novas armas e materiais com que ele se abastecerá para completar

o respectivo equipamento? Veremos agora, numa revista sumária, quais são elas e quais as suas características principais, oferecendo, desta maneira, aos Suboficiais do exército, um quadro das inquietações atuais sobre o assunto.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A mira eletrônica: Já é regulamentar, no equipamento do exército, o famoso instrumento de mira eletrônica (Snipercope) que causou cerca de 30 % das baixas japonesas na batalha de Okinawa.

A eficácia da referida arma permite ao fuzileiro determinar a presença do inimigo durante a noite. As atuais dez divisões do exército estão equipadas com este tipo de mira ou alça.

O orçamento do exército incluiu a importância de 8.654.418 dólares para a aquisição de 6.918 aparelhos de pontaria deste tipo, que custam 1.251 dólares cada um. Não se divulgou quantos destes aparelhos estão em uso pelas tropas.

O Snipercope consiste de uma alça de telescópio que se monta numa carabina de calibre .30

(7,62mm) e está dotado de um acumulador elétrico que é conduzido sobre a espádua do atirador.

Durante a noite, o atirador aponta a sua arma na direção de onde procede o ruído que o inimigo produz ou onde se suspeita possa ele achar-se. Focalizando a luz infra-vermelha, examina a zona suspeita. A luz é refletida do alvo, recebida no telescópio e a imagem transmitida através da mira.

A metralhadora leve de novo modelo: (Figs. 1 e 2) Surgiu em consequência dos pequenos inconvenientes que apresentava o modelo A4, o qual se tornava mais sensível se se levar em conta ser uma arma de infantaria, influyendo diretamente na eficácia e no rendimento de tão denodada arma. Seu aspecto é bastante parecido com o anterior modelo, porém, seu mecanismo é exatamente igual. Neste modelo suprimiu-se o antigo tripé de 6,5 kg de peso, sendo substituído por um bipé articulado leve, cujas sapatas podem ser dobradas para trás a fim de usar-se os pés do descanso dianteiro como apoio. Adoptou-se também uma pequena coronha que se fixa à sobre-culatra e que serve para o apoio do hombro, apresentando desta maneira um aspecto muito semelhante ao de um fuzil-metralhadora. É de notar que esta nova arma pode adaptar-se sem inconvenientes ao antigo tripé, já que conserva os orifícios para as pernas de fixação.

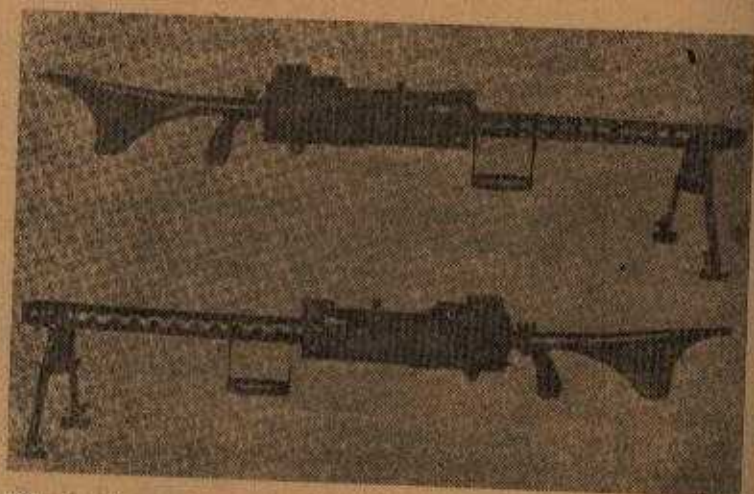


Fig. 1 — A metralhadora leve Browning M. 1919 A6. Novo modelo mais leve. Suas características são similares ao antigo modelo A4, sendo seu peso atual de 14,74 Kg. Nesta fotografia a arma está sem o quebra-chamas.

As características principais são :

Designação : metralhadora leve Browning M/1919 A6 ;

Calibre : 7,62 mm (.30) ;

Peso, pronta para atirar : 14,74 kg ;

Comprimento total : 1,35 m.

As demais características são semelhantes às do modelo anterior A4.

Finalmente, diremos que uma secção de duas ou três destas metralhadoras é a dotação normal de uma companhia de atiradores.

O novo capacete de aço : O corpo de intendência ideou um novo capacete formado por um fôrro plástico e um revestimento de alumínio a prova de golpes, para substituir o capacete de aço atual. Este capacete se produzirá em quantidades limitadas para serem submetidas à prova antes de serem adotados como regulamentares.

É 15 % mais leve que o capacete em uso e mais curto na frente para melhor visibilidade e atrás mais baixo para a proteção do pescoço. Diferente do capacete atual, cuja proteção principal é oferecida pelo capacete de aço exterior, a resis-

tência ao impacto oferecida pelo novo capacete reside principalmente no fôrro do capacete interior. Provas preliminares demonstram que só o fôrro oferece tanta resistência a fragmentos de granada ou outros impactos, como a proporcionada pelo atual capacete de aço e seu fôrro. O capacete exterior de alumínio, além de oferecer proteção adicional, serve como utensílio de cozinha, cubeta para asseio.

Bote de assalto construído com fibra de vidro : A última novidade em embarcação ou botes de assalto para a infantaria, é um construído com fibra de vidro tecido, com uma espessura equivalente à trigésima parte da grossura de um fio de cabelo. Este fio é entrançado em um pano e impregnado com um material plástico resistente; a cor verde se utiliza como a cor do mesmo. Esta inovação, que é o resultado obtido pelos laboratórios de investigação e engenharia de Fort Belvoir, Virginia, proporcionará um bote com um peso inferior a 140 kg, com um motor exterior de 32 cavalos de força que permitirá conduzir 15 homens equipados.



Fig. 2 — A metralhadora A6 de novo modelo, como se pode apreciar, pode ser empregada com o antigo tripe; para isso rebate-se o tipo e refira-se a pequeno culatra que na gravura aparece junto do pé direito do insurutor (fotografia pertencente à atual campanha da Coreia)

O novo tanque médio M-46: O novo tanque, que foi chamado "General Patton" em honra ao general do mesmo nome, que se fez famoso pela maneira como conduziu as forças blindadas na última guerra, é uma versão aperfeiçoada do tanque M-26 (Pershing). Há várias características sobressalentes que distinguem o Patton do Pershing. Tem maior velocidade, segurança e capacidade de manobra. Seu motor de 810 H.P. V-12 resfriado a ar, conserva espaço e a velocidade aumenta de 35 a 48 km por hora. Uma inovação é a mudança especial de velocidade que assegura um veículo mais resistente e mais prático. O M-46 (Fig. 3) possui uma tração aumentada por motivo de sua marcha mais pesada e uma alavanca móvel (semelhante à que se usava antigamente nos aviões) que

lhe dá um alto grau de manobrabilidade. Seu armamento consiste em um canhão de 90 mm de tiro rápido. Este tanque está sendo empregado com grande êxito no atual campanha da Coreia, onde se revelou superior a todos os modelos russos, e sua blindagem, graças à sua espessura e adequada inclinação, o protege até dos canhões anti-tanques pesados.

As novas metralhadoras anti-aéreas: Uma demonstração que evidencia a rapidez no desenvolvimento das armas foi a apresentação simultânea de duas metralhadoras anti-aéreas, a M-3 de calibre .50 (12,7 mm), e a MT-17 E3 de calibre .60 (15,24 mm). A primeira dispara 1200 projéteis por minuto, isto é, o dobro de atual modelo M2, e só pesa 700 gramas mais que esta. Enquanto a mais pesada, ainda que não tenham sido

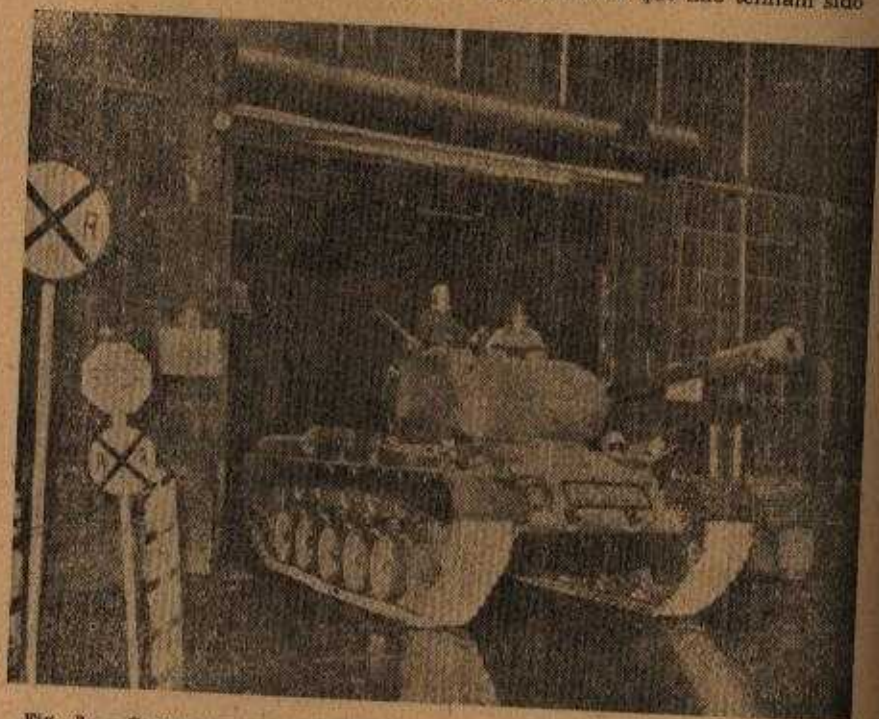


Fig. 3 — O novo tanque médio norte-americano M-46 de 47 toneladas "General Patton" está armado com um canhão de 90 mm de grande velocidade inicial e de tiro rápido, duas metralhadoras de 12,7 mm e uma de 12,7 mm a.á., velocidade 48 Km por hora. Este tanque está sendo produzido agora em ritmo acelerado e revelou-se superior ao modelo T-34 russo

fornecidos dados oficiais sobre sua eficácia, parece que satisfaz amplamente o programa de provas de resistência e eficácia imposto pela superioridade.

O novo canhão sem recuo de 105 mm. As autoridades do exército informaram que se produziu uma nova arma anti-tanque que proporciona à infantaria "um poder de ataque sem precedentes". Trata-se de um canhão sem recuo (que os norte-americanos denominam rifle sem recuo) de 105 mm montado em um jeep (Fig. 4) que, conforme se assegura, pode pôr fora de combate a qualquer tipo de tanque que se conhece atualmente. É a mais recente das muitas armas postas em serviço desde que estalou a guerra na Coreia. Sua denominação oficial é M-27, possui um alcance de cerca de 8 km, e ainda que esta característica permita seu emprego a grandes distâncias, não foi produzido para substituir a artilharia, nem para ser empregado como tal, sinão como um meio de apoio próximo à infantaria.

A nova bomba incendiária de gasolina gelatinosa (Napalm). A arma utilizada pelo ar, mais eficaz, que se usa na atualidade contra tropas, artilharia ou blindados comunistas na Coreia, não é nenhum foguete ou projétil ultra-moderno, é apenas uma mistura muito sensível denominada "napalm". Esta é uma arma horrível. Não há positivamente nada que possa escapar a um ataque com ela e o efeito que causa nas vítimas é indescritível. Na Coreia, os chefes das forças terrestres a consideram mais eficaz que nenhuma outra arma que pode ser levada pelos aviões de caça da força aérea, a armada ou a infantaria de marinha que as apoiam de perto. Parece-se com o óleo para motores, com a densidade usada no verão. A adição de naftanato de alumínio — o sabão de alumínio — faz com que a gasolina adquira a consistência de gelatina e dá a substância parte de seu nome, a sílaba "na". A segunda sílaba, "palm", provém do uso de substâncias gra-

xas de côco para engrossar as primeiras variedades preparadas. As bombas "napalm" não falham. Quando caem provocam indefectivelmente um incêndio com temperatura de 800 a 1100 graus centígrados. Em poucos segundos, as chamas destroem tudo quanto alcançam e como consomem rapidamente todo o oxigênio que as rodeia, além de queimar, asfixiam. Como o "napalm" é gelatinoso, adere em tudo que toca. As vítimas morrem geralmente na posição em que estavam ao ser por elas alcançadas. Algumas vezes morrem simplesmente por asfixia, sem sofrerem queimadura alguma. Também se tem visto soldados fugindo envoltos em chamas, das zonas afetadas pelo "napalm", que se salvaram de uma morte pelo menos imediata. As chamas de uma bomba de "napalm" cobrem uma superfície de 85 x 20 aproximadamente.

Atualmente constroem-se dois tipos destas bombas, uma leve, de 100 libras (45,3 kg) e outra pesada de 500 libras (227,3 kg).

A nova Bazooka mais potente: (Fig. 7) O departamento de material de guerra adotou o novo modelo de bazooka, o qual teve sua consagração, em julho de 1950, em ações isoladas na Coreia, nas proximidades de Taejôn.

O novo lança-foguetes tem o mesmo aspecto que o anterior leve, é desmontável em duas partes, possui uma alça ótica semelhante, e igual é o mecanismo de disparo, porém suas características gerais o tornam um material moderno, eficaz contra qualquer tipo de tanque.

Designação: lança-foguetes bazooka M-20.

Calibre: 88,9 mm.

Projétil: de carga M28. Comprimento: 58,42 mm.

Peso: 4 kg aproximadamente (8,5 libras).

Eficácia: perfura blindagens de 11 polegadas (28 cm).

Alcance: 900 jardas (822,6 m).

(Estas características modificam as que apareceram na Revista 382).

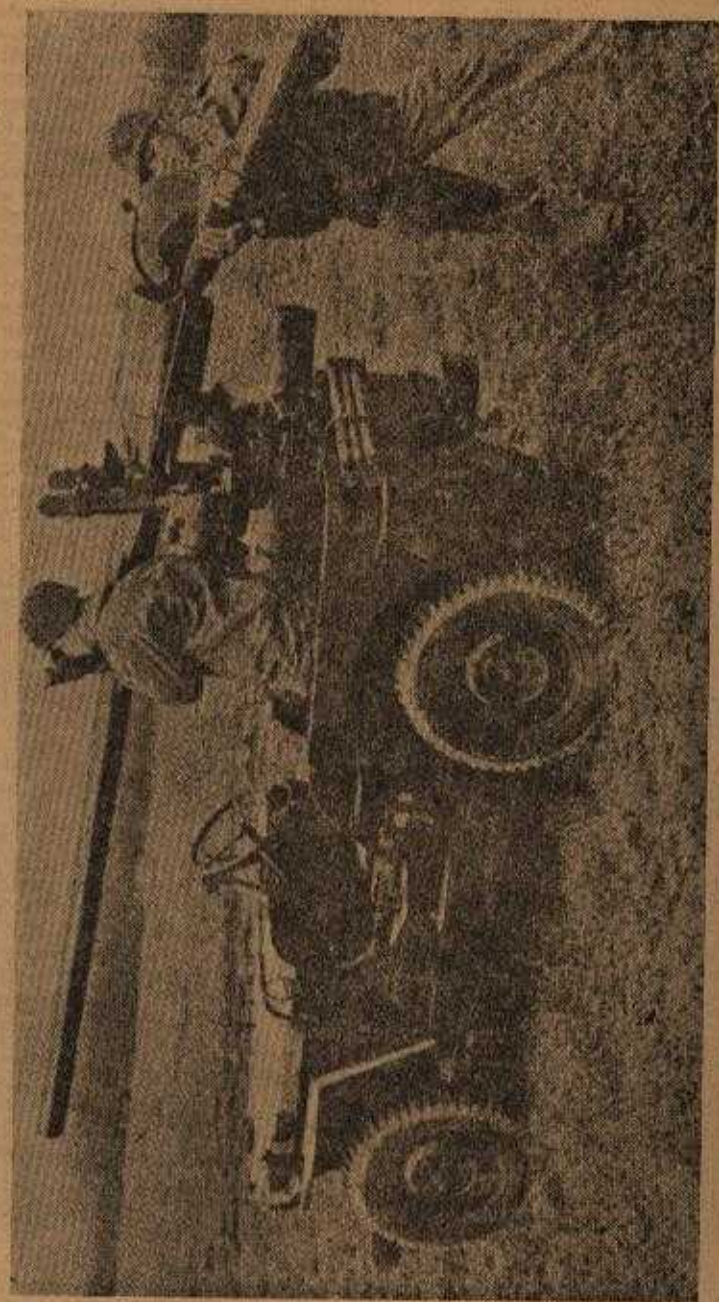


Fig. 4 — O novo canhão sem recuo de 105 mm M-20. Seu alcance é de quase 8 km e seu projétil é capaz de pôr fora de combate a qualquer dos tanques da atualidade. (Esta fotografia foi publicada na Revista do Subotetski n.º 391).

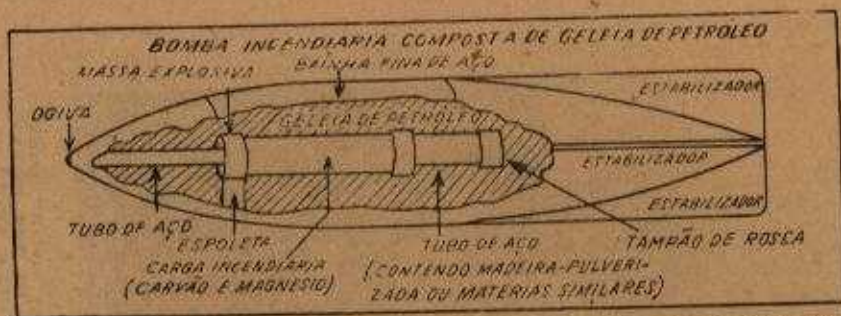


Fig. 5 — Croquis mostrando a composição de uma destas bombas de "Napalm"



Fig. 6 — Caças "Mustang" do Exército dos EE. UU. usando bombas de "Napalm" contra tanques blindados norte-coreanos T-34 de fabricação russa



Fig. 1 — A nova bazooka M-20 de 89,5 mm (3.5") possui um aspecto parecido com o anterior modelo, porém, sua eficiência é muito maior, perfura blindagens de 11 polegadas (28 cm) possui um bipe rebatível para a frente para efetuar o tiro com maior precisão a distâncias médias e longas (800 m).

Rádio militar versátil: Um dos rádios mais versáteis que jamais foi desenhado pelo corpo de comunicações do exército norte-americano, é o SCR-549. Este aparelho tem proporcionado tão magníficos serviços que tem sido adotado por muitos dos países do Pacto do Atlântico (um deles a França).

O rádio SCR-549 está destinado a assegurar as ligações a distâncias médias (em comunicações) entre as forças terrestres e entre os veículos e as tropas a pé. Funciona em amplitude modulada (ondas A1, A, e A3).

Apresenta-se sob a forma de um conjunto emissor-receptor acompanhado ou por uma máquina (gerador) manual e uma pilha, para as tropas a pé; ou por um conjunto vibrador alimentado pela bateria do veículo sobre o qual se instala o aparelho.

O conjunto transmissor-receptor é acondicionado em uma caixa de fechamento estanque que o permite flutuar no caso de cair nágua e ao mesmo tempo o protege contra a humidade.

As dimensões do conjunto são de 36 x 22 x 15 cm e seu peso é de 14 kg.

O conjunto de alimentação para o vibrador (sobre veículos), mede 46 x 24 x 24 cm e pesa 40 kg.

O gerador à mão ocupa um volume (dobrado) de 24 x 10 x 19 cm e pesa 13 kg.

A antena é do tipo chicote de cinco secções de uns 5 metros de comprimento; para o emprego sobre veículo, esta antena pode ser substituída por outra de um só fio para ondas médias, estendida entre dois apoios naturais, para o emprego em terra ou em veículo parado.

As faixas de frequência se estendem de 3,8 a 6,5 megacíclos, distribuídos em 270 canais de 10 quilocíclos.

Com a antena chicote, os alcances obtidos são os seguintes:

— 50 quilômetros em telegrafia e 25 em telefonia com instalação fixa (sobre veículo parado ou em terra).

— 25 quilômetros em telegrafia e 10 em telefonia durante a marcha (veículo em marcha ou marcha do pessoal que o transporta).

SUÍÇA

A infantaria suíça utiliza ainda uma metralhadora que foi construída há 40 anos. Entretanto, vai ser substituída agora por uma nova que tem uma cadência de tiro muito elevada. Outrossim, a metralhadora leve (fuzil-metralhadora) e a carabina serão substituídas em parte por um fuzil automático de assalto. Além dos canhões anti-tanques e granadas de fuzil de origem tcheco (granada Energa) que emprega atualmente, o exército receberá bazookas com 200 a 300 metros de alcance eficaz. Este modelo suíço eliminou uma das desvantagens que tinham os modelos aliados e alemão, ou seja o clarão que produzia atrás. Também está se construindo um canhão anti-tanque leve com um alcance de 1650 jardas (1508 metros).

Além do equipamento detetor de radar para aviões, conduz-se experimentações com aparelhos de radar para a direção do fogo anti-aéreo e trabalha-se no desenvolvimento de foguetes para emprego contra aviões.

Como vemos, até a pacífica terra de Guilherme Tell se prepara para a guerra.

GRÁ BREITANHA

Na demonstração levada a cabo na Escola de Infantaria a 10 de agosto do corrente ano, revelou-se as características do novo fuzil do exército britânico, numa brilhante comparação com o antigo Lee Enfield (atual fuzil regulamentar) e o fuzil norte-americano Garand. O novo fuzil é de calibre .280" (7,11 mm), possui uma grande velocidade de fogo e velocidade inicial. Fazendo fogo rápido sobre alvos especiais a 200 jardas de distância (128,8 m), executou 84 disparos por minuto, todos no alvo, contra 43 do Grand e 30 do Lee Enfield. Também perfurou uma chapa de aço a 600 jardas (548,4 m).

O novo fuzil é de carregamento automático e carece de recuo, o qual se aproveita para o funcionamento da arma e além disso é muito mais leve e mais curta que os atualmente conhecidos. Está dotado de um pequeno telescópio que não necessita gradação, pois o retículo da lente marca as distâncias de tiro; além disso, este aparelho de pontaria serve para transportar a arma. Devido à grande capacidade de fogo e com o fim de suavizar o aquecimento do cano, está provido de um guarda-mão especial, para evitar queimaduras no atirador. O carregador tem uma capacidade para 20 cartuchos e está situado por detrás do gatilho. Este fuzil pode ser

usado como metralhadora para tiros de curtas séries, apertando-se um botão que converte o tiro de semi-automático em totalmente automático; também, pode-se usar como fuzil de franco-atirador ou atirador especial e para lançar granadas.

Este fuzil foi apresentado a uma comissão do Pacto do Atlântico Norte (N.A.T.O.) para que, após estudadas suas características, informe aos conselheiros das potências do Pacto, os quais decidirão se se adota o novo fuzil como arma uniforme (Fig. 8).

Quadro comparativo do novo fuzil com o atualmente em uso Lee Enfield:

	Lee Enfield	Novo Fuzil
Calibre.....	7,92 mm	7,11
Peso, sem carregador nem correia de transporte.....	4,175 kg	3,864 kg
Capacidade do carregador.....	10 cart.	20 cart.
Comprimento da arma s/baioneta.....	1,11	0,89 m
Velocidade de fogo por minuto.....	15 disparos c/soldados instruídos	60 disparos com recrutas
Peso de 100 cartuchos (dotação individual).....	2,62 kg	2,17 kg
Velocidade inicial.....	752 m/s	772 m/s

SUECIA

Novos materiais antiaéreos: A companhia Bofors aperfeiçoou um novo canhão antiaéreo. Esta arma é de calibre 120 mm e é de tiro vertical e fixante, de ação extra-rápida. É o primeiro entre os tipos do seu gênero que adotou o princípio completamente automático para um calibre maior de 40 mm. Considera-se que a nova arma solucionou o problema de defesa contra aviões a jato e dos projetis do tipo V2. Sua cadência de tiro muito aumentada e a rapidez com que se pode dirigir contra o alvo, o faz muito mais eficaz que os canhões mais rápidos usados anteriormente.

Uma versão totalmente automática de controle remoto do canhão Bofors de 40 mm que foi tão conhecido na última guerra, figura

entre as novas armas que o exército sueco mostrou recentemente.

A velocidade de fogo deste canhão foi dobrada para 240 projetis por minuto. Quando se necessitam séries de fogo mais curtas, todo pessoal pode permanecer sob proteção a certa distância e até para efetuar fogo prolongado somente é necessário que permaneçam dois serventes nas proximidades do embasamento. Expuseram também o novo canhão Bofors de 57 mm que, assegura-se, destrói os alvos maiores que se apresentam nas guerra modernas. Sua velocidade de fogo é de 120 tiros por minuto e seu poder em conjunto seis vezes maior que o canhão comum de 75, enquanto que o efeito de seus projetis é o mesmo. Também se opera com controle remoto e é de grande precisão, com ajuda do radar, até



Fig. 3 — O novo fuzil britânico calibre 7,11 mm pode ser empregado em tiro simples e automático (em pequenas séries). É muito mais leve e curto que o antigo Lee Enfield, que aparece em segundo plano, sendo sua eficácia semelhante. É capaz de fazer 60 disparos por minuto (3 carregadores) com soldados medianamente instruídos.

contra aviões voando a grande altura.

Outros materiais: Outros inventos em vista, são: um fuzil-metralhadora munido de um raio infra-vermelho, que permite ao atirador encontrar o alvo na mais completa obscuridade a uma distância de 50 metros, sem ser visto;

A "superbazooka" de construção sueca ou fuzil-foguete, demonstrou

que podia penetrar uma blindagem de 230 mm de espessura.

Solicitou-se ao parlamento sueco que destine os fundos necessários para equipar o exército sueco com estas novas armas.

FRANÇA

Quando a II Guerra Mundial terminou, a França se encontrou com as suas indústrias bélicas como

que desmanteladas, seja já pelo bombardeio estratégico aliado, já pelas velozes retiradas alemãs. O caso foi que o governo francês dedicou uma grande parte do esforço de reabilitação industrial à organização da indústria pesada e bélica.

A primeira demonstração das novas armas do exército francês teve lugar em Baulnholder, na zona francesa de ocupação na Alemanha, no dia 3 de fevereiro do corrente ano, porém onde se deram publicamente detalhes dos referidos materiais foi na demonstração efetuada no campo de provas do exército, nas cercânias de Bourges, no dia 7 de março. Pôde-se apreciar ali materiais de infantaria, artilharia, blindados, etc. Daremos agora uma breve resenha dos principais materiais expostos.

Materiais de infantaria: Apreciaram-se os novos fuzis, pistolas metralhadoras e metralhadoras pró-

priamente ditas, as quais têm um calibre próprio, porém deixava-se estabelecido que esperava-se pela decisão dos conselheiros do Pacto do Atlântico Norte para a adoção de um calibre uniforme (ao que parece 7,62 para as metralhadoras e fuzis, e 9 mm para as pistolas metralhadoras). As novas armas são:

O fuzil semi-automático M.A.S. (Fig. 9): modelo: 1949; peso: 3,9 kg; comprimento total: 1,07; carregador: 10 cartuchos, especialmente construídos para o tiro de granadas de fuzil, contra pessoal e de carga ôca; calibre: 7,5 mm.

A pistola metralhadora M.A.T.: modelo 1950, do tipo de recuo curto; peso sem carregador: 820 gr; comprimento total: 20 cm; carregador de 9 cartuchos; calibre: 9 mm.

Metralhadora leve M.A.S.: modelo 1950 (Fig. 10); calibre:



Fig. 9 — O novo fuzil semi-automático M.A.S., modelo 1949, da infantaria francesa com seu carregador de 10 cartuchos. Pesa 3,9 Kg e pode disparar granadas de fuzil. Seu atual calibre é de 7,5 mm, porém pode adaptar-se para utilizar a munição americana (7,62 mm)



Fig. 10 — Metralhadora leve M.A.S., modelo 1950, da infantaria francesa. Pesa de 9 a 12 Kg somente e sua potência alcança 700 disparos por minuto

7,62 mm; peso: de 9 a 12 kg; refrigerada a ar; velocidade de fogo: 600 a 700 tiros por minuto; alimentação: cintas de elos metálicos.

A bazooka modelo francês: Esta arma já foi adotada pela organização do Pacto do Atlântico e está sendo produzida em massa. (Fig. 11).

Calibre: 73 mm.

Alcance efetivo: 250 m.

Eficácia: perfura chapas de 11 polegadas de espessura (28 cm).

Peso do projétil-foguete: 3,66 kg.

Velocidade do projétil: 90 metros por segundo.

Devido ao seu cano curto, em comparação com os modelos americanos, possui uma proteção para o apontador que lhe cobre as mãos e os olhos, e para efetuar a pontaria é utilizada uma alça ótica de pouco aumento.

A granada de fuzil (Fig. 12): Uma novidade pelo seu poder e sensibilidade é constituída pelo lança-granadas (bocal) de fuzil, cujo projétil de carga ôca tem uma eficácia igual ou maior que o lança-foguetes americano M.9 A1 (bazooka de 60 mm) pois, nas provas realizadas, chegou a perfurar uma chapa de aço de 12 cm. Seu alcance má-

ximo é de 150 metros, porém na prática não se o emprega a mais de 50 metros.

Materiais sem recuo: Apresentaram-se canhões sem recuo de calibre 75 mm, cujas características gerais e performances o igualam ao M-20 norte-americano. Este canhão pode ser montado num jeep ou num tripé Hotchkiss. (Fig. 13)

Materiais blindados: Entre os materiais blindados se destacavam o tanque médio francês de 50 toneladas (Fig. 15), armado com um canhão anti-tanque de cano longo, de tiro rápido, de 100 mm, cujo poder é maior que o de 90 mm norte-americano. Este tanque possui uma velocidade de 48 km p.h. (igual ao Patton norte-americano), 3 metralhadoras completam o armamento do citado tanque. Sobre um chassis similar, os franceses montaram um canhão de 120 mm, várias metralhadoras e um canhão de 20 mm antiaéreo, constituindo assim um dos veículos blindados mais poderosos do mundo (Fig. 16). Paralelamente o exército francês aperfeiçoou um tanque leve de 13 toneladas, o A.M.X., armado com um canhão anti-tanque, longo, de 75 mm, com freio de boca montado e uma torre oscilante com raio de



Fig. 11 — A famosa bazooka francesa de 76 mm. Esta arma é superior aos modelos dos demais países, sendo por esse motivo adotada pelo exército da N.A.T.O. Perfura 11 polegadas (28 cm) de blindagem.



Fig. 12 — A nova granada de fuzil, francesa, pode perfurar 120 mm de blindagem e é hoje em dia o melhor material do seu gênero



Fig. 13 — O canhão francês sem recuo de 75 mm, suas características e eficiência são similares ao modelo M-20 norte-americano. Pode ser montado em jipes ou em tripés Hotchkiss



Fig. 14 — Entre os novos materiais expostos durante a semana do Exército, em julho do corrente ano, figuravam estes equipamentos de esterilização e desinfecção do serviço sanitário

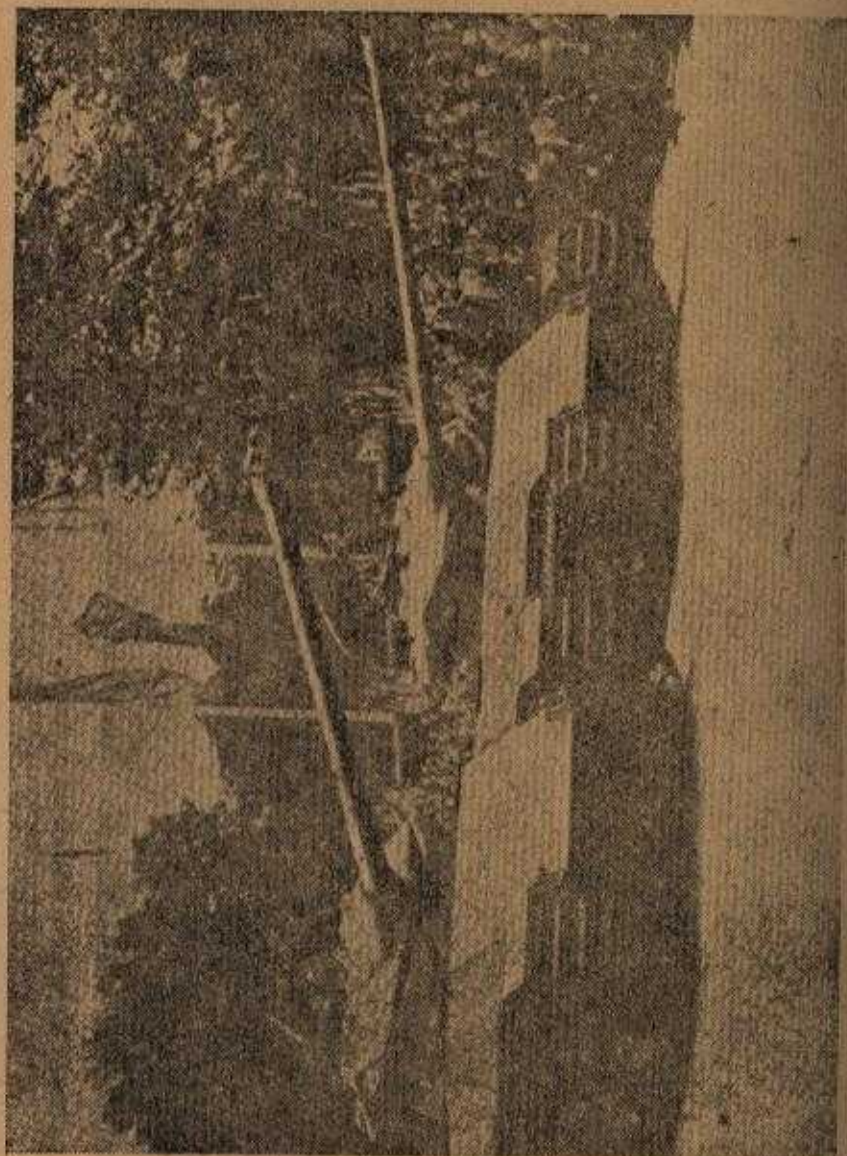


Fig. 15 - Desfilam. em 14 de julho, em Paris, os novos tanques franceses de 50 toneladas. Estão armados com peças de tiro rápido de 100 mm e a manobráveis e possuem uma velocidade de 48 quilômetros hora.

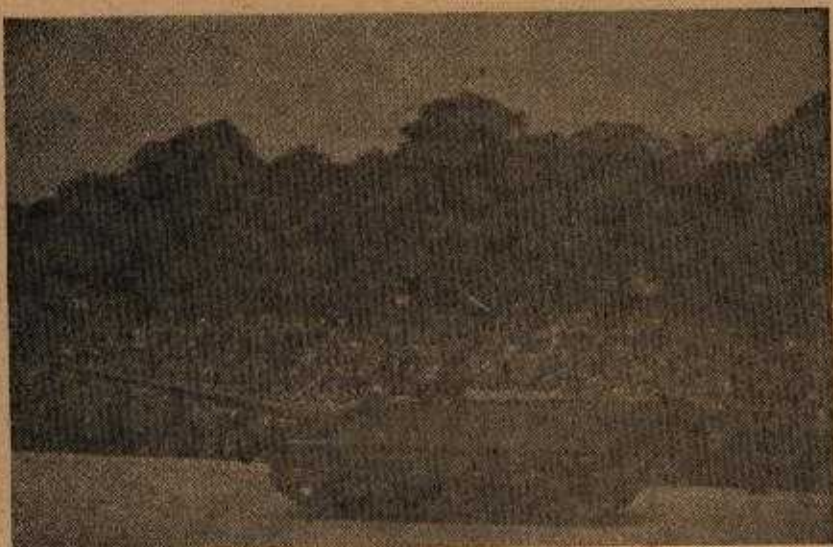


Fig. 16 — A artilharia autopropulsada francesa tem um expoente neste material dotado com uma peça de 120 mm. Este material possui um telômetro e goniômetro próprio a bordo e metralhadoras para a defesa aproximada e a.a.

ação de 360°. Este tanque já está sendo produzido e cumpriu com êxito as provas efetuadas no ano passado nas pistas e obstáculos norteamericanos. Sua blindagem colocada em ângulos audazes tende a facilitar a solução do triplo problema da velocidade, potência de fogo e peso da blindagem. O tanque se caracteriza por seu aspecto largo e baixo, sua altura total é mais ou menos de 1,80 m. Desenvolve uma velocidade de uns 80 km p.h. e tem um raio de ação aproximadamente de 440 quilômetros.

Outro veículo foi o E.B.R. Panhard, construído também pela firma Somua, dispõe de 8 rodas grandes, 4 das quais, as do centro, são tratoras, o que permitem uma grande mobilidade ainda que em campo oposto. Está armado com um canhão de 75 mm similar ao do tanque leve e duas metralhadoras. Este veículo (Fig. 17), possui uma velocidade de 90 km p.h., e tem um raio de ação prático de 800 quilômetros.

Prosseguindo com o material mecanizado, ponde-se apreciar tam-

bém uns modelos aperfeiçoados dos conhecidos carros Hotchkiss; estes veículos dispõem de uma velocidade de 70 km p.h., e possuem uma maior adaptabilidade ao terreno que os conhecidos veículos à roda denominados jeeps. Se adotam para o abastecimento da primeira linha de munições, para transportar tropas, armas, como sejam: metralhadoras antiaéreas, canhões sem recuo, etc... (Fig. 18)

Também se apresentou o veículo de ligação Delahaye, similar ao jeep americano. Este produto da indústria francesa é digno de menção pois no recente raid efetuado entre a cidade de Argélia e a cidade de El Cabo (15.000 km através da África), a equipe francesa, composta por veículos deste tipo, se impôs às equipes norteamericanas, italiana e de outros países, impondo-se aos modelos Willis e Hunter (Fig. 19)

Materiais de Artilharia: Na demonstração se incluiu materiais autopropulsados e tracionados. Entre os primeiros figurava um obus automotor de 155 mm, tratando-se de



Fig. 17 — O carro blindado E.B.R. Panhard e Somua de 12 toneladas : armado com um canhão de 75 mm anti-tanque e 2 metralhadoras, possui uma velocidade de 90 Km p. h. e um raio de ação prático de 600 quilômetros

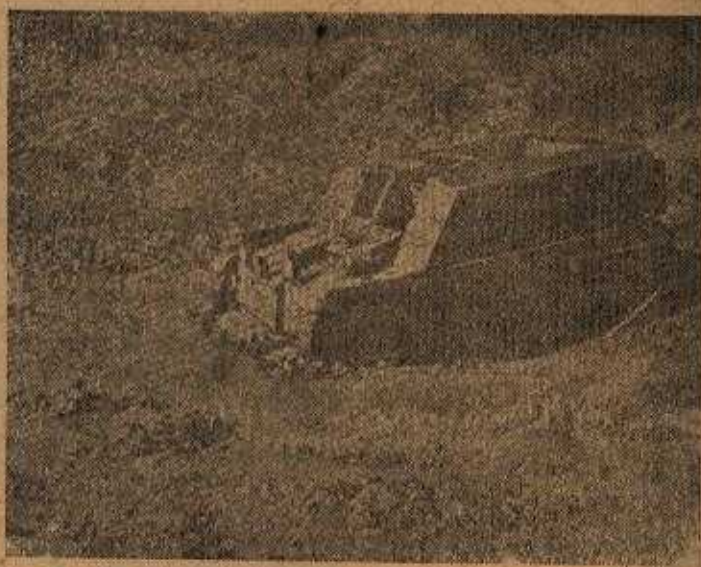


Fig. 18 — Os novos carros Hotchkiss, transportam armas e munições a uma velocidade de 70 Km p. h.

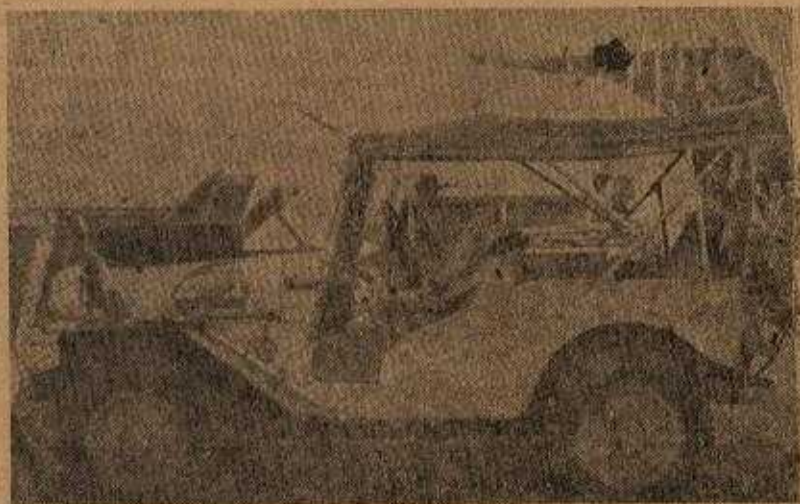


Fig. 19 — Uma das novidades foi o jeep francês, construído pela firma Delahaye, o qual na recente travessia da África, se mostrou superior aos seus similares americanos e ingleses

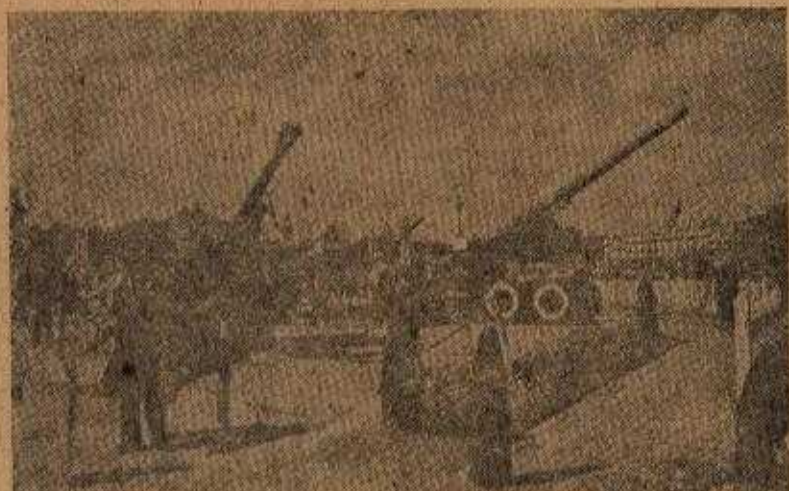


Fig. 20 — Entre os materiais de artilharia tracionados figuram estas novas peças de 105 mm e 155 mm. A de 105 (a esquerda) pode entrar em ação em 2 minutos somente e a de 155 (adireita) possui um alcance de mais de 18 Km

um material montado sobre chassis de tanque pesado e que tem como complemento um canhão a.a. de 20 mm para a defesa aproximada e antiaérea. Possui uma tripulação de 6 serventes (4 na casamata e 2 no chassis) e pode deslocar-se a uma velocidade de 30 km p.h.

Outro material era constituído pelo obus de 105 mm A.M.X.; este veículo é transportável em avião e possui uma grande mobilidade em campo aberto e pode disparar granadas explosivas comuns e granadas de carga ôca (anti-tanque).

Entre os materiais tracionados figuravam duas peças de 105 e 155 mm que podem disparar os projéteis comuns da artilharia norte-americana. O obus de 105 mm pode entrar em posição em 2 minutos e quando o faz, levantam-se as rodas e a peça descansa sobre três sapatas, o que permite um campo de tiro de 360°. O canhão de 155 mm tem um alcance de mais de 18 km (quase 3.000 m mais que o modelo norte-americano), pesa mais ou menos 7 toneladas e pode entrar em ação nuns 10 minutos e permite efetuar uma cadência de dois disparos por minuto. (Fig. 20)

Os mecanismos de fechamento são do tipo cunha, cunha vertical no primeiro e cunha horizontal no segundo, e os aparelhos de pontaria em altura e direção asseguram a correção automática da inclinação ou preponderância de bôca.

Posteriormente, como motivo da celebração de um novo aniversário da tomada da Bastilha, em 14 de

julho, levou-se a cabo na avenida dos Campos Elíseos da cidade de Paris, uma revista e desfile militar, no qual puderam ser vistos todos os materiais descritos, entre os quais se incluíam os novos elementos de que está sendo provido o exército francês.

• •

Trabalho efetuado com a colaboração dos Serviços de Informações das embaixadas da França, Inglaterra e dos Estados Unidos da América.

Revistas consultadas:

Argentina:

Revista Militar;
Revista dos Serviços do Exército;

Diário, La Razón;
Diário, La Nación;
Diário, El Mundo.

Inglaterra:

The Illustrated London News.

Estados Unidos:

Army Ordnance;
Combat Forces Journal;
Life.

Irlanda:

An Cosantoir.

França:

Revue Militaire d'Information;
Informations Militaires.





O IMPÉRIO PORTUGUÊS NA ESTRATÉGIA MUNDIAL

O PASSADO E O PRESENTE

Coronel de Inf. JOSÉ ALFREDO DO AMARAL
ESTEVES PEREIRA

Transcrito, "data vênica", da "Revista Militar",
de Portugal, n. de julho de 1952

— Vós, poderoso Rei, cujo alto império,
O Sol, logo em nascendo, vê primeiro,
Vê-o também no meio do hemisfério,
E quando desce, o deixa derradeiro!

(Cantões, Lus. C. I. E. VIII)

INTRODUÇÃO

Quem observe, num Mapa-Mundi, a localização das várias parcelas do Império Português da atualidade e medite, um pouco, na sua posição relativa, notará que, na região central do hemisfério das terras, as posições do Portugal Continental — melhor diríamos, a da Península Ibérica — em relação aos arquipélagos dos Açores, Madeira e de Cabo Verde, formam um grande triângulo, inscrito no Atlântico Norte, frente às Américas do Norte e Central; que as Províncias de Angola e de Moçambique, as mais vastas parcelas, que nos restam do que foi o Grande Império Luso do

Século XVI, enquadram a parte austral do Continente Africano e, finalmente, que, no Oriente e Extremo-Oriente, as posições das parcelas do Estado da Índia formam, com Macau e Timor, um outro triângulo, inscrito na parte Sul da Ásia e na Australásia, frente, respectivamente, ao extremo Norte do Índico, ao Mar da China e ao Mar de Banda, portanto ao Pacífico.

São os restos de um domínio, qualquer coisa de grande, que representou outrora — e representa ainda — um importantíssimo papel na estratégia mundial.

Se, no Atlântico, conservamos tudo, ou quase tudo, o que foi nosso, se na África Austral, através dos

tempos, alargámos o nosso poderio, conservando, ainda hoje, as duas parcelas maiores — que são o nosso orgulho de colonizadores e evangelizadores — no Oriente, os pequenos restos, do que possuímos, são como que os cumes de um grande continente, que se tivesse afundado, de um sonho que se desvaneceu, como se desvanecem, na História, sonhos tão grandes como o nosso. Mas consolemo-nos: não deixámos, mesmo assim, de representar perante o Mundo de então, um papel primordial, um dos maiores, que Póvos jamais se podem orgulhar de ter representado!

No Extro-Occidente, avulta a Grande Nação Brasileira, talvez hoje o nosso maior título de orgulho, por lhe termos dado vida, Filha, que do Pai se emancipou, ao atingir a maioridade do seu desenvolvimento, para seguir a rota que lhe estava traçada nos rumos secretos do Destino.

Orgulho e satisfação, bem grandes, podemos hoje ter de, em seu benefício, termos abandonado certas parcelas, que as condições e necessidades do momento histórico a isso nos obrigaram.

Grande, enorme papel estratégico representou esse conjunto de pedaços do globo, descobertos, conquistados, colonizados, desbravados, evangelizados, por amor a Cristo e à Pátria, à custa de tanto sangue, tantas fadigas, tantas lágrimas, tantos heroísmos de semi-deuses, tantas glórias e tantas desventuras; grande e tão grande, que, mesmo hoje, as ruínas de um tal conjunto ainda pesam — e de um modo notável — na estratégia do globo.

E são as determinantes fundamentais dessa estratégia e a análise desse papel, ainda hoje preponderante, que constituem o objetivo do estudo, que vamos tentar desenvolver.

I

O IMPÉRIO PORTUGUÊS, NA SUA FORMAÇÃO

- *Estratégia marítima.*
- *Estratégia terrestre.*
- *Estratégia económica.*

Terminada a conquista do Portugal Continental, pela posse do Algarve, por D. Afonso III, em 1267, quando, ainda, restavam os reinos muçulmanos de Córdova e de Granada, na vizinha Castela, encravados, como uma ameaça, sempre latente, no Sueste da Península, consolidou-se a independência do País com a vitória decisiva de Aljubarrota, em 1385.

Se o primeiro período da História portuguesa, foi, na sequência da reconquista das monarquias cristãs, na Península, um período de *estratégia meramente interna*, o segundo período, que vai de D. Afonso III a Aljubarrota, foi essencialmente de consolidação e de organização política da Nação Portuguesa — *estratégia política*.

O terceiro período abre com a vitória decisiva da independência e estende-se até Alcácer-Kibir; período refulgente de expansão, em que Portugal, confinado na estreita faixa ocidental da Península, não podendo, nem convido, tentar expandir-se para Leste, se lançou, no seu destino de *Nação Atlântica*, rumo às descobertas, ao domínio dos mares e das terras, fatalidade ancestral, talvez da sua pretendida *origem atlante* (*), escrevendo, a golpes de audácia, contra o Mar Tenebroso e contra o Infel Muçulmano, a mais espantosa epopéia da História da Humanidade — *estratégia de expansão*.

Mas o Condestável, ao vencer, em Aljubarrota, com o seu amigo e companheiro de armas, D. João I, elevado ao trono, também, pela sua

(*) Admitindo as hipóteses, até certo ponto plausíveis da existência da Atlântida, restos do Continente Norte-Atlântico, da Era Secundária e da origem atlante dos primitivos habitantes, pelo menos, da parte ocidental da Península Ibérica, teria ficado, nestes povos e nos seus descendentes — os Portugueses de Quatrocentos e Quinhentos — a tendência ancestral de deavassar o Oceano, de que teriam retirado os antepassados, em face do afundamento das terras, que foram, outrora, o seu berço.

férrea vontade, não só consolidou, por longo período, de perto de dois séculos, a independência da Pátria Lusitana, mas fez compreender a Castela, a inutilidade de mais tentativas de absorção e lançou-a, depois, em paralelo, na senda dos descobrimentos e conquistas, marcando-lhe, também, que esse era o seu rumo na História.

Duplo papel foi esse da sua estratégia peninsular, que não é de mais pôr em destaque.

Nun'Álvares foi o orientador de toda a vida da abnegação do Infante de Sagres, na sua obcecação de heroísmo religioso.

Todo o Sonho do Infante, o maravilhoso Plano das Índias, foi a resultante dessa educação, dessa diretriz, que ele traçou inabalavelmente, inexoravelmente, a despeito dos desgostos, das desgraças, que esse Sonho acarretou para a família de Aviz. Tudo arredou, tudo sacrificou a esse Sonho, na execução de uma estratégia das mais brilhantes, que a História jamais registrou.

Um dos primeiros atos da execução dessa estratégia foi a conquista de Ceuta (1415). Ceuta era a chave do Mediterrâneo, florescente empório do comércio do Oriente e, além disso, uma excelente base naval.

Em vista das ameaças constantes do Turco, na Europa Oriental, era necessário, para Portugal e, portanto para a Península, apoderar-se de uma forte posição de flanco, no Norte de África. Isto obedecia a um duplo fim — estratégico e religioso.

Ficava a Cristandade, bem ameaçada já pelo poder crescente do Turco, no Próximo Oriente, com um sólido ponto de apoio, no flanco da Península Ibérica, em região ainda dominada pelo Islão, e auxiliando a reconquista de Castela.

Ao mesmo tempo, envia o Infante as suas primeiras expedições ao litoral africano, como simples reco-

nhecimentos, que atingem o Cabo Não.

Mas, porque esta dupla diretriz do Infante: no mar, devassando novas costas e, no Norte de África, tomando Ceuta?

É necessário enunciar-se o Plano das Índias, para se ter a justa medida dos seus objetivos e da sua grandiosidade, que, ainda hoje, nos assombra...

Por virtudes das várias tentativas de se estabelecerem contactos e amizades com o Preste João da Etiópia e em face das ameaças, cada vez maiores, dos Turcos sobre a Europa Central, a seguir à tomada de Constantinopla, às derrotas dos Sérvios, Croatas e dos Húngaros, D. Henrique concebeu o seu audacioso plano, base da estratégia desse período refulgente da nossa História e que pode ser, segundo diz o Dr. Joaquim Bensaúde, assim sintetizado: "... Em Marrocos trata-se de manter Ceuta e outros postos avançados na costa marroquina, para proteger a Península contra os Mouros; no Oceano, a ação visa a conquistar os mares, para esmagar, na Índia e no Mar Vermelho, o poderio comercial do Islam. D. Henrique concebeu um plano único contra os Sarracenos; mas esse plano tinha duas alas: uma, nos mares, para a conquista da Índia, outra, em Marrocos, para salvaguarda da Península" (**).

Neste plano grandioso, há a frente defensiva, no Norte de África e a frente ofensiva, nos mares, e, em especial, o ataque de revés, pelo Mar Vermelho, à Turquia, cercando-lhe o comércio do Oriente, fonte de riqueza e de predomínio. Mas há também, e não podia deixar de ser, no mundo Cristão de então, atribulado de receios, o objetivo religioso e, em última instância — estamos disso cientes — o objetivo económico, fundando um imenso império, que lhe desse a posse dos mercados orientais, tirando à Senhoria de Veneza e ao Grão-Turco, o monopólio das suas riquezas e

(**) Dr. Joaquim Bensaúde — "A Cruzada do Infante D. Henrique", Lisboa, 1943, pág. 54.

canalizando-as para Lisboa, que as distribuiria por toda a Europa — *estratégia econômica*.

O desastre de Tanger (1437) impede a expansão no Norte de África. O sacrifício do Infante Santo, e os desgostos de seus irmãos, em vez de desencorajarem D. Henrique, dão-lhe novas energias.

Encerra-se em Sagres, funda a Escola Náutica, rodeia-se dos vultos mais consagrados nas ciências náuticas e cartográfica de então, estuda, medita, e, face ao Mar, inicia o envio de uma série de expedições a devassar o Oceano e novas terras.

Assim, Porto Santo, Madeira, os Açores, o Cabo Bojador e as primeiras ilhas de Cabo Verde, são descobertas; dá-se início à sua colonização, desfaz-se a lenda do Mar Tenebroso, rasgam-se horizontes, para o prosseguimento da sua *estratégia marítima*, até que a morte o surpreende em 1460. Infeliz foi ele de não ver o seu sonho realizado!

O sacrifício do Irmão fez-lhe conservar Ceuta e sustar a sua *estratégia terrestre*, mas, no mar, muito já se tinha feito. A ameaça do ataque de revés esboçava-se, nitidamente...

A morte do Infante, pendia mais ameaçadora e trágica, do que nunca, a sanha sarracena contra uma Cristandade desavinda, entredida em lutas fratricidas, em conluios políticos, em questões religiosas. A seguir ao desastre de Tanger, vem a queda de Constantinopla e as arremetidas dos Turcos que chegam às portas de Budapeste. De 1437 a 1481 (morte de Mahomet II) foi uma trágica resistência cristã contra as hordas do Islão, no Oriente da Europa.

Bem pregavam os Papas Nicolau V e Inocência VIII, a necessidade de novas Cruzadas, para salvar a Cristandade: a todas essas tentativas, as monarquias européias ficavam inertes, impotentes para reagir, divididas por ódios internos, por lutas inglórias...

Ja Portugal, que se mantinha firme no seu posto, começando por Ceuta a sua viagem gloriosa, salvar

o Mundo cristão, atacando o Turco no seu flanco da Índia, pela viagem de Vasco da Gama, cinco anos depois...

A seguir à morte do Infante, continuam as expedições de reconhecimento às costas de África. Começa-se assim, a esboçar o nosso domínio do Atlântico.

O objetivo era, como é de prever, o reconhecimento da costa para efeito da cartografia e a exploração de pontos propícios ao estabelecimento de feitorias de comércio com os indígenas.

Nada foi descuidado neste vasto Plano: os aspectos marítimo, político, evangelizador, comercial e *estratégico*; tudo foi tido na devida conta.

Com a subida ao trono de Dom Afonso V, a *estratégia de expansão* muda do plano marítimo para o terrestre, novamente para o Norte de África. Os acontecimentos trágicos no Oriente da Europa, levam o "Africano" a recomençar as conquistas no flanco da Península. Uma série de expedições felizes trazem, para o nosso domínio, Alcácer-Ceguer, Arzila e Tanger.

Assim, a nossa posição no Norte de África fica apoiada em quatro baluartes magníficos: Ceuta, Alcácer-Ceguer, Tanger e Arzila. Se a grande cruzada, pregada pelos Papas Nicolau V e Calisto III, se não realizou, Portugal correspondeu, e bem, ao apelo da Cristandade: apossou-se de posições que dominavam o Mediterrâneo, ameaçando seriamente as arrancadas turcas na Europa. Bem se podia orgulhar o "Africano" da sua obra!...

D. João II, digno sucessor de seu tio-avô, o Infante, na Cruzada dos Descobrimentos, possuidor dos papéis e apontamentos deixados por D. Henrique, continua a fase marítima do Plano. Auxiliado pela "Junta dos Matemáticos", à semelhança da Escola de Sagres, começa por estabelecer uma feitoria na Costa da Mina, no Golfo da Guiné. Pode-se considerar como o nosso primeiro estabelecimento comercial no Continente Africano. A Mina era o ponto de convergência do ouro

da África Central. Com ela, pensava cobrir as despesas enormes que ia ter no desenvolvimento do Plano.

A Mina representa, pois, uma primeira tentativa da *estratégia econômica*.

A expedição de Diogo Cão à foz do Zaíre (1482) e o estabelecimento de boas relações de amizade com o Rei do Congo, traz-lhe um sólido ponto de apoio, na costa ocidental de África, não só com o fido comercial, mas pensando numa futura penetração no continente.

A embaixada de Afonso de Paiva e Pero da Covilhã, em demanda do Preste João, procurava sólido apoio num reino cristão do Próximo Oriente e, sobretudo, concretos informes sobre as Índias.

Com os elementos que possuía, envia Bartolomeu Dias (1487) a descobrir a ponta Sul de África e prepara a expedição de Vasco da Gama, para a finalidade principal do *Plano das Índias*.

Mas o principal ato da sua obra, o de maior transcendência política e estratégica, foi a assinatura com os Reis Católicos, do "*Tratado de Tordesillas*", que, devido à sua diplomacia, mas também, à sua férrea vontade, levou o meridiano separador das zonas de influência e de expansão, portuguesa e espanhola, a 370 léguas a Oeste do arquipélago de Cabo Verde e não a 100 léguas, como os nossos vizinhos pretendiam. Assim, D. João II, que já possuía informes de terras a oeste do continente africano, preparou tudo para que, mais tarde, a descoberta de Terras de Vera Cruz pudesse ser oficialmente anunciada, pois estavam dentro da linha separadora.

Este tratado é de uma alta importância estratégica. O Mundo de então ficava, assim, dividido em dois hemisférios de ação; o equilíbrio da Península restabelecido e a jovem nação espanhola, ia ser levada, em caminhos paralelos no objetivo, mas divergentes na direção, para a política dos descobrimentos, da evangelização e da luta contra o inimigo comum.

Não viu, D. João II realizado o seu "*Sonho da Índia*". Havia de caber a D. Manuel a satisfação de enviar Vasco da Gama à execução da principal missão do *Plano do Infante*.

Com a sua chegada a Calecut (1498) iniciou-se o movimento de flanco, o cravar-se o punhal nas comunicações vitais do Grão-Turco com o Oriente.

Na sua viagem de ida, Vasco da Gama estabelece relações de amizade com o Rei de Melinde, fundando aí, um novo ponto de apoio, para as armadas, à semelhança da Mina e do Reino do Congo, na costa ocidental. Como se vê, o *Plano das Índias* ia sendo executado, simultaneamente, nas suas várias facetas.

Pedro Álvares Cabral, descobriu o Brasil (1500), completou o nosso domínio no Atlântico Sul. Para esse efeito tínhamos já as bases de reabastecimento de Cabo Verde, da Mina e dos vários estabelecimentos e feitorias na costa ocidental de África.

Vasco da Gama, com a sua descoberta do caminho marítimo, inicia o nosso domínio no Índico, que vai ser completado com D. Francisco de Almeida, 1º Vizeu-Rei da Índia, em 1506, quando, à frente de modesta armada de 19 navios, derrotou completamente Melek-Yaz, na célebre "*Batalha dos Rumes*", ou de Diu. Foi este o começo da admirável estratégia marítima, para a nossa supremacia naval nos mares da Índia, erguendo fortalezas, castigando arremetidas dos Turcos e Rumes, fechando, a pouco e pouco, as saídas do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico.

Ante esta ameaça terrível ao poder do Islão, o Turco e o Soldão do Egito desencadeiam uma formidável ofensiva contra os "frangues", que lhe vinham roubar as suas rotas marítimas e o comércio das fabulosas riquezas do Oriente.

A Batalha dos Rumes pôs ponto final, então, a essas arremetidas. Mas a estratégia naval não bastava; era mister apoderarmo-nos, em terra, de sólidos pontos de apoio, os grandes pilares da magnífica construção de um Império nas In-

dias! A estratégia naval de Dom Francisco de Almeida, sucede a estratégia terrestre de Afonso de Albuquerque, com as conquistas sucessivas de Ormuz (1507), Calcut e Goa (1510), Malaca (1511), Benastarim (1512), Aden (1513), além de outras expedições de menor importância.

Tinha conseguido, assim, fechar o Mar Vermelho com Aden, o Golfo Pérsico com Ormuz, obter sólidos pontos de apoio e boas bases navais em Goa, Cananor, Cochim e Coullão e fechar as linhas de navegação para as Molucas — as ilhas das especiarias — e para todo o Extremo Oriente, pela tomada de Malaca.

O triângulo estratégico: Aden-Ormuz-Malaca com as bases na costa Indostânica, de que a principal era Goa, constituía o alicerce do Grande Império que sonhou, mas que a morte lhe não deixou completar...

A par das conquistas e do estabelecimento do domínio dos mares, intensifica-se o comércio, e todos os anos as nossas armadas trazem para Lisboa as fabulosas riquezas do Oriente.

Desta forma, o comércio das especiarias, das pedras preciosas, das sedas, e de outras mercadorias ricas, passa gradualmente de Veneza e de Génova para Lisboa; o grande empório da Senhoria do Adriático decai, para engrandecer e enriquecer a nossa capital, que se transforma rapidamente no mais opulento, movimentado e importante entreposto da Europa. O porto de Lisboa e o de Goa transformam-se em excelentes bases navais. Constroem-se armadas em Goa, como na Ribeira das Naus.

Portugal atinge, assim, o seu máximo esplendor.

Mas não devia durar muito tempo essa grandeza: a áncia de riquezas, as discórdias e começo de insubordinações contra a autoridade dos governantes na Índia — os chamados "fumos da Índia" — fizeram periclitar um pouco, o nosso poderio.

Igualmente o deslocamento do centro de gravidade do comércio do

Adriático e da Turquia para Portugal fez aliar a Senhoria de Veneza ao Grão Turco e desencadear contra nós a mais formidável ofensiva, quer no Norte de África, quer no Oriente.

De resto, o País estava exausto por tantas sangrias de vidas: a Índia, o Norte de África, os naufrágios, as doenças, a colonização insipiente do Brasil, tudo isto à custa de uma escassa população de uns dois milhões de habitantes! Era obra demasiada para tão pequeno Povo!

Bem o compreendeu D. João III, com a sua excelente visão, durante muito tempo mal compreendida.

Era mister renunciar a certas parcelas do nosso vastíssimo Império para salvar as outras.

Mete na ordem os negócios da Índia, com D. João de Castro. Toma-se Damão e Diu, fazem-se reconhecimentos à China e ao Japão. Alarga-se a nossa zona de influência ao Pacífico. Macau é, nessa época, oferecido a Portugal como reconhecimento de expedições contra os piratas. Timor, foi possivelmente descoberto em 1522 e começado a colonizar.

Mas, na política de restrição, de "economia de forças" dentro de prudente estratégia política e económica, decide D. João III abandonar Safim, Azamor, Alcácer e Arzila, no Norte de África. Conserva, apenas Ceuta e Tanger, para mantermos certo domínio em Marrocos.

Não só se conseguiu economia de efectivos nas suas guarnições, podendo-se levar a cabo, mais facilmente, a colonização do Brasil, mas ainda havia a razão de não serem essenciais, por terem sido sustadas as ambições turcas ao centro da Europa, pela nossa ameaça constante, ao Oriente. O perigo a ocidente estava conjurado.

Graças ao sistema das capitânias, dá-se início à colonização sistemática do Brasil, que só seria interrompida pela ocupação holandesa e francesa, durante o período dos Filipines.

A par destas facetas da estratégia económica e da estratégia defen-

siva, no Oriente, não se pode esquecer a grandiosa obra de evangelização, quer no Oriente, quer no Ocidente, em que avultam, como astros de primeira grandeza: São Francisco Xavier, Manoel da Nóbrega e José de Anchieta.

Pode-se afirmar que sob Dom João III atingimos o apogeu do nosso poderio, tanto no Oriente, como no Ocidente. O *Plano das Índias* tinha tido cabal execução e estávamos fundando os alicerces da Grande Nação Brasileira.

Na Península, a paz era completa: as nossas relações diplomáticas com Carlos V eram as mais amistosas possíveis. Tanto a Espanha, como Portugal, tinham a mesma estratégia, quer no Ocidente, na obra de evangelização, quer no Oriente, contra o inimigo comum — os sectários do Islão. Tinha-se conseguido, desde Aljubarrota, o perfeito equilíbrio peninsular, graças a Nun'Álvares, graças à obra do Infante.

Mas o ocaso das nossas glórias, o desmoronar do grande Império avizinha-se...

D. Sebastião, "*Maravilha fatal da nossa idade*", no dizer do Poeta, por um fatalismo cego, inicia, em Alcácer-Kibir, esse desmoronamento, que é completado em 60 anos de dominação espanhola...

Sonhador, à maneira medieval, qual novo Cruzado, exaltado em Fé ardentíssima, concebe um grande Império africano. Desaconselhado por prudentes, cedendo a outros, exaltados e, quiçá, interessados na perda da nacionalidade, arrasta-nos ao maior desastre da nossa história!

A 4 de agosto de 1578, na planura adusta de Alcácer-Kibir, sepultou-se um grandioso Sonho; aí morreu, a bem dizer, Portugal, até que a redentora revolução de 1640, as guerras da Restauração, a reconquista do Brasil e de Angola, o restabelecimento duns restos de poderio, no Oriente, fizeram reviver as glórias passadas!

Mas o Oriente estava perdido. Pouco a pouco, parcela a parcela, praça a praça, tudo se perdeu durante aqueles calamitosos sessenta anos de jugo estrangeiro.

Os Filipes, sem a visão política de Carlos V, sem o sentido das realidades, mesmo no desmoronar do seu Império, deixaram perder, em favor de holandeses, ingleses e franceses, o domínio dos mares e as praças do Oriente, que nos pertenciam.

Com o desbarato da "*Invincível Armada*", junto ao Cabo Finisterra, em 1588, o domínio do Atlântico passou para a Inglaterra; mais tarde, a "*Companhia das Índias*" devia empolgar-nos o domínio do Índico, em favor da Holanda...

Com essa perda ficámos sujeitos aos ataques dos corsários ingleses, franceses e holandeses em todos os mares.

Só o Brasil se continua a desenvolver, à custa de muitos sacrifícios e do sangue negro de Angola.

Ele culminará a sua evolução e tornar-se-á independente, mais tarde, com D. Pedro I, ao "*Grito de Ipiranga*".

Se, no Oriente, o *Sonho das Índias* se desfizera, tínhamos dado vida e maioridade a uma grande Nação, que deve, e deverá sempre ser devedora para conosco da sua ternura e amizade...

Só na Índia não conseguimos então, e nunca mais, recuperar o antigo Império, sonho de Albuquerque, sobretudo os pontos-chaves da nossa antiga estratégia, por ele concebida e começada a executar.

Haviam os Ingleses, cerca de trezentos anos depois, de fundar ali um grande domínio, que também para eles já está quase perdido!...

Tivemos de ceder ainda Tanger e Bombaim; uma, para evitar complicações com a Espanha e outra como dote da Infanta D. Catarina, no casamento com Carlos II de Inglaterra.

Ficámos reduzidos, no Oriente, a bem dizer, ao que hoje possuímos, restos bem pequenos do *Grande Império* do passado. E assim se foi, para sempre, o "*Sonho das Índias*".

Com o ocaso de nosso poderio no Oriente, o papel do Império Português na estratégia mundial terminava, a bem dizer.

Dai em diante, pode-se considerar o papel de Portugal meramente ligado à estratégia européia.

Assim, no período napoleônico, o nosso Exército, com o auxílio da Grã-Bretanha, e depois dos espanhóis, conseguiu vencer os exércitos de Napoleão, nas três invasões que sofremos, e expulsá-los da Península. No auge do poderio do genial Corso, foi Portugal a primeira nação, que conseguiu fazer empalidecer a estréla do grande Chefe. A estratégia, iniciada, a quando da 3ª invasão de Massena, de criar um deserto de ruínas e cinzas à frente do invasor, havia de ser imitada, mais tarde, na campanha da Rússia.

O Bussaco e as Linhas de Tórres foram as precursoras de Moscovo e da retirada da Rússia, a fuga das populações e a destruição sistemática de todos os recursos locais, a base da estratégia russa, até ao incêndio do Kremlin.

Durante o desgraçado período da Guerra Civil e, como consequência da influência das idéias liberais, tivemos a independência do Brasil. Fato sumamente triste, mas inevitável, dado o alastramento das tendências liberais e do gesto de Dom Pedro IV; ele nos fez perder, para o Império Português, o sonho de D. Manuel e de D. João III, que tantos trabalhos, tanto sangue nos custou, mas a tão altos feitos deu origem.

Com a perda do Brasil, perdemos o controle do Atlântico Sul e, mais do que isso, perdemos a maior parcela do nosso Império e a influência no continente Americano. Igual sorte teria a Espanha com as suas colônias, no Ocidente.

Tratámos de valorizar, sobretudo, as duas maiores parcelas, para contrabalançar as repetidas viagens, que, a "título científico", americanos, ingleses, alemães e franceses, nelas efetuavam.

Em 1884, a Conferência de Berlim cria o Estado Livre do Congo, à custa de parcelas, que poderiam ser nossas e estabelece, como princípio "que só a ocupação efetiva, administrativa e militar, podiam justificar a posse jurídica de territórios ultramarinos, ocupados nomi-

nalmente por qualquer Nação, mesmo por direito histórico, de descoberta, de comércio ou evangelização"...

Intensificam-se as viagens de exploração, iniciadas com as de Capelo, Ivens e Serpa Pinto; dá-se começo à ocupação, para garantirmos a faixa intermédia entre Angola e Moçambique, conseguida no "Tratado de Limites" (1886).

Mas o governo Inglês, instigado por Cecil Rhodes, aproveitando um incidente de fronteira, involuntariamente provocado por Serpa Pinto, envia-nos o brutal "ultimatum" de 1890, exigindo-nos o abandono dos territórios intermédios entre as duas Províncias.

E assim se esvai o sonho da "Carta Cor de Rosa", que o Tratado de Limites nos tinha outorgado.

Por isso, a nossa estratégia de expansão no Continente africano ficou limitada às Províncias, que atualmente possuímos e cuja ocupação e pacificação definitivas se terminam no decurso da Primeira Guerra Mundial, com as operações no Niassa e no Sul de Angola.

Com o mesmo fim de garantirmos as apreelas do nosso Império, tomámos parte na mesma Guerra, com um contingente de tropas ao lado da Inglaterra, no T. Op. Europeu.

Apesar do nosso auxílio ter sido pequeno, nem por isso faltámos aos nossos compromissos de aliados.

As compensações, no final da campanha é que foram praticamente nulas para Portugal!...

Os nossos sacrifícios em África e em França, atendendo às precárias condições financeiras e económicas, de que então sofríamos, davam-nos direito a bem diferentes compensações...

Na Segunda Guerra Mundial, graças a uma hábil estratégia política do Governo da Nação, conseguimos, com inteira dignidade e honra, conservarmo-nos neutrais.

De fato, a nossa intervenção efetiva, ao lado das Nações Unidas, não teria qualquer utilidade para a causa destas.

Mas, quando nos foi pedido, em nome dos nossos compromissos de

aliança, cedemos os Açores, para a instalação de bases aeronavais, necessárias à luta anti-submarina no Atlântico, e como preparação da invasão da Europa, como eventuais pontos de apoio para o transporte dos enormes efetivos para essas operações.

Mas essa cedência foi acompanhada da ocupação, com grandes efetivos nacionais dos Açores e Cabo Verde, para garantia da nossa soberania, na perspectiva de qualquer emergência que, contra nós, se esboçasse.

Em face dos incidentes de Timor, enviamos uma expedição para reconquistarmos a parte ocupada pelos Japoneses e enviámos contingentes a Angola, Moçambique e Macau para prevenirmos qualquer agressão.

Felizmente conservámos, ao terminar a Segunda Guerra Mundial, todas as parcelas que, nos tempos de hoje, são ainda o orgulho de todos os Portugueses.

II

O IMPÉRIO PORTUGUÊS NA ATUALIDADE

Valor estratégico das suas parcelas

Ao começo deste estudo, vimos a posição relativa das várias parcelas, que nos restam do que foi um Grande Império e cuja estratégia se impôs ao Mundo, no século XVI.

Analisámos, se bem que muito sucintamente, as facetas desta estratégia, numa luta mundial entre duas ideologias, entre duas crenças, entre dois poderes: o da Cristandade e do Alcorão.

E que importância terão ainda hoje essas parcelas que nos restam? Poderão ter influência, no presente e no futuro, numa estratégia mundial?

Há estranha analogia entre o mundo dos Séculos XV e XVI e o mundo de hoje.

Agora, como então, está-se em presença do choque de duas ideologias: uma, alicerçada nos princípios da Fé Cristã, numa civilização milenária, num espiritualismo

de séculos, a outra, num materialismo brutal, que é a pura negação dos princípios morais e das ancestrais bases da civilização, que tanto nos custou a fundar e a manter.

Não há propriamente uma luta de duas religiões, como outrora; há uma luta entre o Bem e o Mal, entre tudo o que há ainda de belo na Vida e a negação de tudo, dos direitos de liberdade do Homem, dos conceitos de Família e de Pátria!...

Mas isto não invalida a flagrante semelhança, existente entre as situações dos princípios de Século XVI e deste período de "guerra-fria", que, a bem dizer, se arrasta desde o terminar da Segunda Guerra Mundial.

Antes de analisarmos o valor estratégico das parcelas do nosso Império, num possível conflito entre a Coligação das Nações do Leste e a Coligação das Nações Ocidentais, unidas pelo Tratado do Atlântico Norte (NATO) e o possível auxílio, que a esta poderão dar, por compromissos tomados, ou a tomar, de futuro, por Portugal, não deixará de ser interessante analisar quais serão os objetivos, que nesse conflito, interessarão à Coligação de Leste.

As linhas gerais da estratégia da Coligação de Leste serão, provavelmente, as seguintes:

- a) invasão do ocidente da Europa, para o domínio da Península Ibérica e, por conseguinte, de Gibraltar, fechando, por O. o Mediterrâneo;
- b) posse do Próximo-Oriente, para o domínio dos estreitos da Turquia, o controle das saídas do Mar Negro e a posse dos petróleos do Irão;
- c) posse das penínsulas Escandinávica e da Jutlândia, para domínio dos estreitos e como base para o domínio do Mar do Norte;
- d) posse eventual das Ilhas Britânicas, como base para ataques aéreos à América do Norte;
- e) posse, pelo menos, do Norte de África, para o domí-

nio do Mediterrâneo, do Canal do Suez e contróle da navegação para o Índico;

f) *conquista do Médio Oriente*, para contróle do Índico e do estreito de Malaca, para o domínio da navegação no mar da China e passagens para o Pacífico;

g) *conquista sucessiva dos pontos essenciais do Extremo-Oriente*, especialmente das Filipinas e do Japão;

h) *posse eventual do centro e Sul do Continente Africano*, para contróle do Atlântico Sul, para evitar a posse desta grande base de partida e de reabastecimentos, por parte da Coligação Ocidental, e a utilização numa contra-ofensiva contra a Europa e a Ásia ocupadas.

Só tendo estes objetivos na sua mão, a Coligação de Leste estará em condições de um ataque decisivo às Américas, quer por oriente, quer por ocidente.

Nesta hipótese, as linhas gerais da estratégia da Coligação do Ocidente, seriam as seguintes:

a) *defesa do Continente Norte-Americano*, tanto do lado de leste como de oeste, contra ataques atômicos, fulminantes, da Potência de Leste;

b) *defesa terrestre e anti-submarina do mesmo continente*, pela ocupação e defesa de bases avançadas e de pontos estratégicos necessários à contra-ofensiva: *Península Ibérica, Ilhas Britânicas*, o grupo dos arquipélagos atlânticos e, eventualmente, a *Islândia* e parte da *Escandinávia*;

c) *conservação da liberdade de ação nos mares*, tanto no Atlântico, como no Pacífico e Índico, para garantir ações combinadas contra os objetivos conquistados pela Potência de Leste e confinantes com esses oceanos;

d) *conservação da supremacia aérea*, uma vez ela alcançada, para permitir, não só

ações estratégicas ofensivas, como o transporte, a longa distância, de unidades e de reforços, e o reaprovisionamento das mesmas;

e) *pôr-se em condições de uma vez sustada a série de ofensivas da Potência de Leste*, em qualquer dos T. Op. prováveis, *poder desencadear uma série de contra-ofensivas*, trabalhando por linhas exteriores, contra a coligação adversária.

Nesta ordem de idéias, e estando Portugal ligado à Coligação das Potências Ocidentais por compromissos do Pacto do Atlântico Norte (NATO), vamos ver qual poderá ser o valor relativo que, numa tal emergência e dentro das hipóteses gerais conjecturadas, para tais ações da Coligação de Leste, poderá ter cada uma das parcelas do nosso Império, que consideraremos agrupadas em três zonas:

1ª) *Zona do Atlântico Norte e da Europa:*

— A posição relativa de Portugal Continental, enquadrado na *Península Ibérica*, porque dela, estrategicamente, se não pode destacar, e das *Ilhas dos Açores, Madeira e de Cabo Verde*, mostra-nos a existência de um notável triângulo estratégico, que pode ser considerado como uma posição de postos avançados do Continente Norte e Central Americano, necessário para a instalação de bases aéreas e navais, tanto para a defesa da América, como para o ataque à Europa Ocidental e Central.

A utilização dos Açores, durante a última guerra, é bem a prova do que afirmamos.

— No que diz respeito à *Península* — e a Portugal em particular — a existência dos portos de Lisboa, Leixões, Setúbal, Lagos, e em Espanha, dos de Vigo, Ferrol e Cartagena, para só falar dos mais importantes, e a consideração das extensas áreas dos planaltos do Alentejo e da Castela

Nova, propícias à instalação de zonas de aeródromos, a própria existência da formidável barreira Pirenaica, fazem encarecer o valor, não só da Península, como dos arquipélagos que lhes estão situados a O. e a S.O., como um conjunto estratégico.

— É flagrante o paralelismo das situações geo-estratégicas deste triângulo, com outro que se pode considerar formado pelas Ilhas Britânicas, a Islândia e a Península Escandinávica, em relação ao Canadá e à Groelândia, sabido como é serem de considerar operações aéreas ou anfíbias, mesmo nas regiões circumpolares.

— Os arquipélagos da Madeira e de Cabo Verde ainda podem ser considerados como bases defensivas ou ofensivas em relação ao Estreito de Gibraltar — ponto vital da estratégia mundial — e do Norte de África, no caso de este ter de ser considerado como base de partida para ataques à Europa, pelo Sul, ou no caso de se ter de efetuar um desembarque ofensivo contra essa região — como sucedeu na 2ª Guerra Mundial.

— A Província da Guiné pode ter valor na estratégia do Atlântico Norte.

2ª) Zona do Atlântico Sul, da África Austral e do Índico:

— As Províncias de Angola e de Moçambique, enquadrando a U. S. Af., o Congo Belga e as Rodésias, constituem, com estas parcelas da África Austral, uma excelente base de desembarque e de reabastecimento, no caso da defesa da África Central e do Norte, ou para servirem de base de partida e de Zona de Retaguarda, para ofensivas contra as mesmas regiões e, seguidamente, contra o Próximo Oriente.

— Pela sua situação de enquadramento, permitem, qualquer das nossas Províncias,

servir, também, de base para operações de contra-ofensiva contra desembarques e ocupação de qualquer das faixas costeiras e opostas da mesma África Austral.

Servirão ainda de bases de reabastecimento, para ações navais de superfície, ou submarinas, quer no Atlântico Sul, quer no Índico, cooperando com ações partindo do Brasil, ou da Península Indostânica, para o que os portos de Luanda, Lobito, Moçamedes e, se for necessário e depois de adaptado, o da Baía dos Tigres (em Angola) e os de Lourenço Marques, Beira e Nacala (em Moçambique) constituirão excelentes bases navais, depois de receberem o apetrechamento e instalações para isso necessários. Além disso os seus planaltos permitem a instalação de bases aéreas de real valor.

— Se, por ventura, forem cortadas as comunicações através do Mediterrâneo, pela Potência de Leste — caso pouco provável dada a sua inferioridade de meios navais de superfície — as nossas duas parcelas do Sul de África representarão, ainda o importante papel de bases de reabastecimento, em víveres e carburantes, para a rota do Cabo. O seu valor é ainda aumentado por conterem as testas das comunicações ferroviárias trans-africanas, drenando os abastecimentos, carvão, e outros produtos necessários à economia de guerra.

— O seu potencial humano, já de certo valor, poderá pesar, no aspecto de colaboração com forças armadas metropolitâneas, ou aliadas, quer nos T. Op. africanos, quer na Europa, ou no Próximo Oriente.

3ª) Zona da Ásia, Australásia e do Pacífico:

— A situação das pequenas parcelas do Estado da Índia, apesar de diminutas, é de molde a que, no caso da União

Indiana e do Paquistão estarão, num conflito futuro, ao lado das Nações Ocidentais, possamos colaborar com essas parcelas, em virtude da posição do porto de Mormugão e da Ilha de Diu, posições que, no passado, como vimos, constituíram bastiões de defesa dos Turcos e dos Rumes e que a nossa estratégia terrestre nos levou a conquistar e a manter. A utilização daquele porto e de aeródromos a instalar são de considerar numa ação na parte Norte do Índico.

— A situação e a importância de Macau é praticamente nula. Como base naval, não tem valor por virtude dos pequenos fundos do seu porto, pela pequenez da área da península-cidade e pela proximidade da base de Hong-Kong de muito maior valor.

No caso de a China, unificada, se decidir abertamente para a Coligação de Leste, as posições de Macau e de Hong-Kong tornam-se insustentáveis, num conflito.

A sua reconquista e manutenção custariam longas e dispendiosas operações, sem grandes resultados práticos, à semelhança do que tem sucedido na Coreia.

— As grandes bases de operações contra o Sueste asiático são o Japão e as Filipinas, a que podemos juntar a Formosa e que limitam um outro "Mediterrâneo extremo-oriental", de que as chaves são Singapura e as Kurilas.

— Já a situação do Timor português, em relação à Austrália, como um posto avançado desta magnífica base de partida, para operações no Pacífico, é da maior importância. No caso favorável de a parte do Timor indonésio se manter a favor da ONU, a Ilha de Timor poderá servir de ponto de passagem e de reabastecimento naval e aéreo nas rotas: Austrália — Singapura e Austrália

— Borneo — Filipinas, necessárias a uma ofensiva contra a Ásia Austral.

Situada num cordão de ilhas que circundam, a N. a Austrália, permite, com elas, servir de cobertura da grande ilha, que será sempre uma grande base naval, aérea, de reabastecimentos e de partida para ações de grande envergadura, no Pacífico.

Por isso, os Japoneses invadiram Timor, na 2ª Guerra Mundial, como para servir de "trampolim" para o assalto à Austrália.

— Em todo o caso, debaixo do aspecto de estratégia de conjunto, o triângulo Índia — Macau — Timor, no caso de operações conjuntas, no Índico — para defesa do Mar Vermelho e fechar o Golfo Pérsico — e no Mar da China e Pacífico Ocidental, poderá ter um certo valor, no caso, como dissemos, de estarem enquadradas estas parcelas, por territórios mantidos fiéis à Coligação das Nações Ocidentais.

Nesta rápida e sucinta revista, vê-se, que os três grupos, em que apresentamos as parcelas do atual Império Português, ainda pesam certo valor na estratégia mundial, no caso de um conflito, como o que, nos turvos dias de hoje, podemos antever.

* *

Com a reunião em Lisboa do Conselho do Atlântico Norte, Portugal retomou, no Mundo, a sua função de Nação Atlântica, que outrora lhe deu relevo e glória.

A consideração do valor das parcelas do seu Império Ultramarino, numa estratégia mundial de futuro, pode ter influências notáveis, que é desnecessário encarecer.

Portugal, fiel à tradição, aos pactos e compromissos tomados, integrado numa Comunidade Atlântica, saberá continuar a representar o papel, que o fez, no Passado, um dos mais fortes esteios da Civiliza-

ção Ocidental, filha do Renascimento, de expansão espiritual e missionária.

Nos grandes ciclos evolutivos da História, Portugal retoma novamente, a sua posição universal, em

que se encontra totalmente dentro da sua essência, da sua própria razão de existência: uma *Posição Estratégica Atlântica* e pode vir a retomar uma *Posição Estratégica Mundial*.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas:

A RENOVACÃO — Magazin do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-6798.

BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA. — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-9205.

COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA. — Rua Joaquim Távora n. 146 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.

SERRARIA SANTO ANTONIO — Avenida Coelho Campos n. 379 — José Job de Carvalho — Aracajú — Sergipe.

MARINHO. SANTOS & CIA. LTDA. — Tecidos, miudezas, etc. — Rua Cons. Franco ns. 54-60 — Feira de Santa Ana — Estado da Bahia.

DESTILARIA JUJUBA LTDA. — Rua n. 4 — Margem Esquerda do Rio — Santo Amaro — Estado da Bahia.

IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA. — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.

JOALHERIA HERMAN — Rua Dr. Garnier n. 390 — RIEIX — Fone: 48-8502 — Q.G. Tel. 43-8286 — Praia Vermelha — Tel. 26-0043.

MALHARIA CLIPER LTDA. — Rua Barbosa Lima, 283 — Juiz de Fora — Fone 454 — Minas Gerais.

CIA. FIACÃO E TECELAGEM DE MALHA "ANTONIO MEURER" — "Marangon" — Rua Espírito Santo, 529 — Juiz de Fora.

CIA. INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI — Casa fundada em 1895 — Rua Espírito Santo, 476 — Caixa Postal, 37 — Juiz de Fora — Minas Gerais.

CIA. FIACÃO E TECELAGEM MORAES SARMENTO — Caixa Postal, 47 — Tel. 1143 — Juiz de Fora — Minas Gerais.

FERREIRA GONÇALVES & CIA. LTDA. — Artigos sanitários em geral e instalações sanitárias — Avenida Paraná n. 59 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S.A. — Matriz: Rua do Carmo n. 65 — Tel. 52-4013 — Agências: Rua Figueiredo Magalhães, 22 — Tel. 37-9223 — Rua 24 de Maio, 1357 — Tel. 49-2400.

PRODUTOS ROCHE — QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. — Rua Morais e Silva, 30 — Rio de Janeiro.

O MITO DO DESARMAMENTO

SALVADOR DE MADARIAGA (*)

(Publicado em *Combat Forces Journal* —
Fev. 1962 — Tradução do Cap. ALBERTO FOR-
TUNATO.)

Não nos desarmemos para ficar em se-
gurança, mas sim quando estivermos em se-
gurança.

As propostas de desarmamento das três potências são muito dignas de pesar. Em si, elas pouco influem, mas, o mero fato de que neste estágio, vinte anos após a Conferência de Desarmamento de Genebra, as três nações líderes do Oeste possam se envolver numa tal tragicomédia, é deplorável.

Os armamentos são ferramentas. O artesão nunca iria jogar fora uma ferramenta, a menos que estivesse obsoleta, fôsse abandonar o ofício ou o que os objetos que o seu ofício produz não mais satisfazam uma necessidade humana. Assim sendo, atacar o problema do ponto de vista de ferramenta, em vez de o fazer do ponto de vista da necessidade, não forma sentido.

Os armamentos são as ferramentas que produzem a segurança; e a segurança é uma necessidade primária para numerosas nações que hoje se sentem ameaçadas por um outro grupo de nações. Isto, em parte, é devido ao cisma entre o grupo de nações do "Leste" e as do "Oeste".

Nos já estivemos em situação semelhante anteriormente. Na verdade, nunca conhecemos nada diferente disso. As nações se armavam porque discordavam; elas não discordavam pelo fato de estarem armadas. Tentar desarmá-las é co-

mear pelo lado errado. É preciso tentar passar por cima de suas diferenças.

As propostas de desarmamento são, portanto, fóra de propósito; são perniciosas porque despertam falsas esperanças, sujeitas a degenerarem em amargas frustrações; e porque distraem as idéias e a vontade do Oeste daquilo que deveria ser o real propósito delas: rearmarem-se rápida e eficientemente e compreenderem a verdadeira natureza do perigo.

Mas, pode-se dizer, por que não tentar acertar essas diferenças e desarmar? A resposta é de duas espécies: geral e particular. Uma guerra é um conflito de vontades. Enquanto duas vontades poderosas estiverem se defrontando, existirá uma guerra normalmente fria; de quando em vez, quente. A única maneira de acabar a guerra é realizar um acordo entre as vontades poderosas ou destruir a potência de uma delas. Isto, por outro lado, só seria eficiente se a vontade que subsistisse estivesse realmente no consenso de ambos os lados, uma vez removido o poder odioso. A única esperança de desarmamento é, portanto, criar uma vontade generalizada a que todas as nações do mundo estivessem prontas a torná-la sua, sincera e honestamente. Isto só po-

(*) Salvador de Madariaga, filósofo e escritor, foi, durante longo tempo, o representante permanente da Espanha perante a Liga das Nações.

deria se realizar por meio de um sistema que incluisse um judiciário mundial e, até mesmo, uma administração mundial conjunta a fim de matar, no nascedouro, possíveis conflitos. Um tal esquema não é inconcebível: poderá certamente realizar-se um dia, mas, para concretizá-lo, é preciso algo mais do que a mera assinatura de Convenções, Pactos ou Cartas. Será necessário que o esquema seja sancionado pela experiência. Quando tiver funcionado realmente, digamos, durante uma geração, o desarmamento terá lugar sem conferências ou convenções — unicamente por seu próprio peso. As ferramentas ter-se-ão tornado obsoletas, porque a necessidade que preenchiam — a segurança — estará assegurada sem elas.

E, como se aplica isto ao caso particular de hoje? Ou, em outras palavras, qual é a verdadeira natureza do cisma que se para o Leste e o Oeste? Muitas vezes ouvimos, de procedência longe de imparcial, que a diferença entre o Leste e o Oeste é aquela entre "socialismo" e "capitalismo". Isto, entretanto, não é real, quer nos assuntos internos de cada país, quer no campo internacional. Nos assuntos internos encontramos governos socialistas em numerosas nações do Oeste. E, certamente, encontramos nos governos do Oeste, legislação e práticas, notadamente na vida de sindicatos, muito mais socialistas do que qualquer coisa que a União Soviética possa oferecer. E, nos assuntos internacionais, é sabido com certeza (embora não bastante divulgado), que a União Soviética está sistematicamente tosquiando as ovelhas satélites por meio da posse de 51 por cento das ações de companhias, visão esta que faria encher de água a boca de qualquer tubarão capitalista do século dezenove. "Imperialismo" versus "paz", como definição do conflito entre Leste e Oeste, é, portanto, insensatez imprudente, na qual não acreditam nem aqueles que a reparam. A resposta verdadeira é que o conflito é mais de forma do que de substância.

Se definirmos democracia como o governo com o consentimento dos governados, devemos completar a afirmação estabelecendo que o consentimento seja espontâneo e tão bem informado quanto possível. O Oeste é partidário do consentimento espontâneo e bem informado. O Leste é Partidário do consentimento obtido pela coação, propaganda e olhos e ouvidos fechados. O Oeste não tem nenhum dogma político ou linha, nenhum desvio do qual a punição usual seja o ostracismo, a deshonra e mesmo a morte. O governo e a política externa do Oeste são baseados na discussão; o governo e a política externa do Leste são baseados na força.

É óbvio que tal diferença não permite nenhum compromisso, uma vez que, pela natureza das coisas, o compromisso pertence ao reino da discussão e não tem nenhuma influência no reino da força. Portanto, o conflito de vontades entre o Leste e o Oeste é absoluto.

Segue-se que o Leste e Oeste estão em estado de guerra permanente. Quando estadistas dizem que não pensam ser a guerra inevitável, não estão errados, mas, estão empregando uma linguagem vaga. Eles querem dizer que não é inevitável uma "guerra de tirros" ou "quente", o que é verdade. Porém a guerra, como um conflito de vontades entre o Leste e o Oeste, não só é inevitável — ela existe e sempre existiu. Da mesma maneira, quando muita gente continua repetindo que o regime Soviético não quer a guerra, profere ou uma verdade sem sentido — que o regime Soviético prefere obter o que quer sem guerra — ou um erro patente, visto como ele procedeu, pelo menos uma dúzia de vezes, de um modo que teria resultado em guerra, se o Oeste tivesse tido as armas para lutar por suas convicções e seus amigos.

Nestas condições, as propostas de desarmamento das três potências do Oeste somente podem ser explicadas, ou como ignorância do problema de desarmamento, ou como um desejo de impressionar a

opinião pública. Uma vez que a primeira explicação é dificilmente crível, concluímos que as propostas foram feitas para colocar mal a União Soviética e deixar bem colocados os três governos do Oeste. É duvidoso que alguém se possa colocar em boa situação fingindo querer realizar aquilo que sabe ser impossível.

É verdade que a opinião pública do Oeste precisa muito ser educada, mas, essa educação deve ser baseada na verdade, por mais dura que seja. Não é porque se recusam a se desarmarem que os Soviets são mal intencionados. É porque eles são mal intencionados que se recusam a se desarmarem.

As potências do Oeste deveriam apresentar o regime Soviético como o opressor da liberdade de metade da Europa, inclusive do povo da Rússia. Eles deveriam explicar aos

seus próprios povos que, pela natureza das coisas, somente é possível fazer paz com a paz, porque não é possível fazer a paz com a guerra; que, uma vez que os dirigentes da União Soviética estão, de fato, em guerra com os povos de metade da Europa, inclusive com o povo da Rússia, o Oeste somente pode estar em paz com os opressores se consentir em estar em guerra com os oprimidos. E, desde que a liberdade é a essência da verdadeira paz, os governos do Oeste deveriam insistir primeiramente na liberdade, seguida, depois da paz; e por esta razão se armarem, armarem e armarem, até que, pelo puro peso de suas armas possam libertar os oprimidos. Isto pode ser alcançado sem uma guerra quente — mas não sem o temor dela por parte dos opressores.

FÁBRICA DE AGULHAS HIPODÉRMICAS DELTA LTDA.

FUNDADA EM ABRIL DE 1936

PLATINA IRIDIADA A 25 % — NIQUEL PURO E AÇO
INOXIDÁVEL E GARANTIDAS

Executa-se qualquer tipo de agulha, de acôrdo com
amostra o udesenho

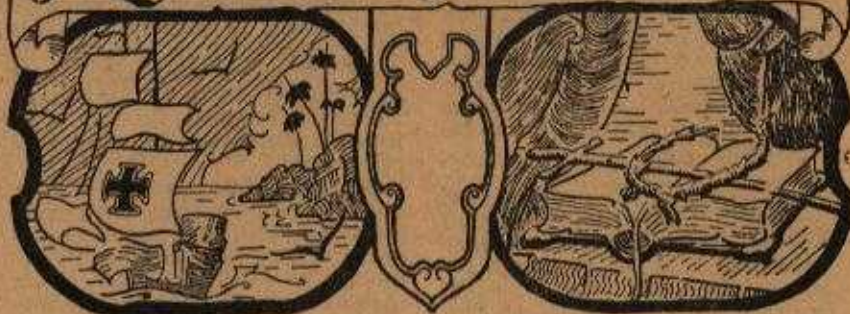
Consertos garantidos em agulhas de platina, Pontas, Facas,
Thermo e Galvano Cautério

Fabricantes de esterilizadores e seringas veterinárias
Agentes em todos os Estados

RUA PROFESSORA ESTER DE MELO, 67

Tele { fones 48-6440 e 48-2959
gramas DOQUESTE — Caixa Postal 107 — Rio de Janeiro

Geografia e História Militar



MATO GROSSO E AS LUTAS PELA FIXAÇÃO DA FRONTEIRA OCIDENTAL DO BRASIL (*)

Gen. Bda. R-1 ANTONIO DE SOUZA JUNIOR

II

A CAPITANIA DE MATO GROSSO

A expansão bandeirante para oeste, as notícias sobre as riquezas existentes ou supostas existir nos territórios percorridos e o desejo da Metrópole portuguesa de conservar e legalizar as conquistas de seus súditos, levaram a Corte de Lisboa a proceder a uma revisão na geografia política do Brasil.

Assim, a Provisão Régia de 9 de maio de 1748 criou a Capitania de Mato Grosso e fixou-lhe as raia ao oriente, com as outras Capitanias, mas nenhuma indicação fez com relação ao ocidente, nos possíveis limites com os domínios castelhanos.

Pelos termos dessa Provisão Régia:

"... os confins do Governo de Mato Grosso e Culabá não de ser

para a parte de São Paulo pelo dito Rio Grande e pelo que respeita sua confrontação com Governos de Goiás e do Maranhão, vista a pouca notícia que ainda há daqueles sertões, tenho determinado se ordene a cada um dos novos Governadores, e também ao do Maranhão; informem por onde poderá determinar-se mais cômoda e naturalmente a divisão." (7)

O desejo e o interesse da Corte de Lisboa, em levar para oeste, tanto quanto possível, os limites das terras portuguesas na América do Sul, transparecem claramente nas Instruções Régias dadas ao novo Governador, a quem é determinado que:

"se ponha à cabeça do Governo no Distrito de Mato Grosso, onde

(*) Continuação do n. 459 de outubro de 1952.

deverá fazer a sua mais continuada residência”;

“deve não só defender as terras que os meus vassallos tiverem descoberto e ocupado, como impedir que os espanhóis se não adiantem para a nossa parte; mas promover os descobrimentos e apossar do que puder se não estiver ocupado pelos espanhóis.” (8)

De fato, cumprindo rigorosamente essas Instruções, o novo Governador, Rolim de Moura, ao apresentar-se, em 1751, na Capitania recém criada, tomou logo a decisão de instalar a sede do Governo bem ao norte, numa região estratégica, na época justamente denominada como a “chave do sertão do Brasil”.

Destarte, abandonando a posição central e privilegiada do Distrito de Cuiabá, cuja povoação-sede já alcançara os foros de vila desde 1727, foi Rolim de Moura fundar, à margem direita do Rio Guaporé, aos 19 de março de 1752, a Vila Bela da Santíssima Trindade, onde estabeleceu a sede do Governo da Capitania de Mato Grosso.

E a partir daí, constituindo mais um foco de irradiação lusitana, “Vila Bela, entre festejos intermináveis e pomposas galas, viu chegar, um a um, os novos Capitães-Generais, João Pedro da Câmara, que substituiu Rolim de Moura, em 2 de dezembro de 1764; Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que administrou de 13 de dezembro de 1772 a 20 de novembro de 1789; João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, irmão daquele, até 28 de fevereiro de 1796, quando faleceu; Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que governou de 6 de novembro de 1796 a 15 de agosto de 1803; Manuel Carlos de Abreu e Menezes, que morreu a 8 de novembro de 1805 e foi substituído por uma Junta Governativa; Dr. João Carlos Augusto de Gravenberg, e, finalmente, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, a quem se deve a transferência da capital matogrossense de Vila Bela para Cuiabá, em 1820.” (9)

O TRATADO DE MADRID (1750)

Sabemos, pelo que a História nos transmitiu, que, entre a Espanha e Portugal, foram assinados cerca de dez Tratados ou Convenções de Limites para dirimir questões de posse de terras disputadas pelas duas nações ibéricas, particularmente nas Filipinas, na Ásia, e no Brasil meridional, no continente americano.

Com relação às terras do interior ou do sertão do novo continente, foi só em 1750 que surgiu o primeiro ajuste, para conciliar os interesses de ambas as partes, já em choque, tanto no vale do Alto Paraná e Paraguai, como ainda mesmo na longínqua bacia amazônica.

De acôrdo com o “Tratado de Limites das Conquistas, entre El-Rei o Senhor D. João V, de Portugal, e D. Fernando VI, Rei de Espanha, assinado em Madrid a 13 de janeiro de 1750”, ficou estabelecido, no concernente aos domínios de uma e outra Casa Real, que:

“Art. VI — Desde a boca do Igurei continuará pelo álveo acima até encontrar a sua origem principal; e dali buscará em linha reta pelo mais alto do terreno a cabeceira principal do rio mais vizinho, que deságua no Paraguai pela sua margem oriental, que talvez seja o que chamam Corrientes, e baixará pelo álveo deste rio até sua entrada no Paraguai, desde a qual boca subirá pelo canal principal, que deixa o Paraguai em tempo seco; e pelo seu álveo até encontrar os pântanos que forma este rio, chamados a Lagoa dos Xarais, e atravessando esta Lagoa até a boca do Rio Jauru.”

“Art. VII — Desde a boca do Jauru pela parte ocidental prosseguirá a fronteira em linha reta até a margem austral do Rio Guaporé, defronte da boca do Rio Sararé, que entra no dito Guaporé, pela sua margem ocidental; com declaração que se os Comissários, que se hão de despachar para o Regulamento dos Confins, nesta parte na face

do país, acharem entre os Rios Jauru e Guaporé outros rios, ou balizas naturais, por onde mais comodamente, e com maior certeza se possa assinalar a raia naquella paragem, salvando sempre a navegação do Jauru, que deve ser privativa dos portugueses, e o caminho que eles costumam fazer do Cuiabá para o Mato Grosso; os dois Altos Contraentes consentem e aprovam que assim se estabeleça, sem atender a alguma porção mais ou menos de terreno, que possa ficar a uma ou outra parte. Desde o lugar que, na margem austral do Rio Guaporé, fôr assinalado, para termo da raia, como fica explicado, baixará a fronteira por todo o curso do Rio Guaporé até mais abaixo de sua união com o Rio Mamoré, que nasce na Província de Santa Cruz de La Sierra e atravessa a Missão dos Moxos, e formam juntos o rio chamado da Madeira, que entra no das Amazonas, ou Maraçon, pela sua margem austral." (10)

Os termos desse Tratado encontraram viva oposição, tanto do lado dos espanhóis, como dos portugueses, quer ao sul, quer no interior do novo continente.

Assim, enquanto no Prata, os portugueses não se conformavam em perder Colônia do Sacramento, os espanhóis, no "sertão do Brasil", não concordavam em ceder parte, ao menos que fôsse, de terras ao oriente do Rio Guaporé, aceitando-o apenas como limite entre os dois domínios, desde suas altas cabeceiras e por todo seu longo curso.

Para dar execução, porém, ao Tratado de 1750, na parte referente à fronteira oeste, foi designada uma Partida, composta de Comissários e cosmógrafos portugueses e espanhóis, com a incumbência de demarcar os limites desde a foz do Rio Igurei à do Jauru. A falta de informações exatas sobre a localização do Rio Igurei, a Comissão deliberou iniciar os trabalhos do norte para o sul, na foz do Jauru, o que fez, aos 13 de janeiro de 1754, quando assinou o termo de inaugu-

ração do marco levantado na barra daquele rio.

Chegando à Serra de Maracaju, a Partida desdobrou-se em esforços para localizar e identificar o Rio Igurei ou Gurei. Afinal, com auxílio de sertanistas de São Paulo, decidiu aceitar como limite a primeira caudal a montante dos saltos das Sete Quedas, no caso o Rio Iguatemi, e depois a sua encabeçante que fluísse para o Rio Paraguai, a nascente principal do Aguairal, afluente secundário do Rio Ipané-Guaçu.

A confusão de nomes como Gurei e Igurei, este existente só no Tratado e aquele no terreno, mas um pouco abaixo das Sete Quedas, veio dar origem à questão levantada posteriormente por D. Felix Azara, que apontava como sendo a fronteira exata a que fôsse demarcada pelos Rios Ivinhema e Apa, este último o Corrientes do Tratado, segundo afirmava. (11)

Prosseguiram, ainda, as tentativas de entendimento e de execução do Tratado de 1750, quando foi assinado o

TRATADO DE EL PARDO (1761)

Por esse Tratado,

"Os Sereníssimos Reis de Portugal e Espanha, vindo por uma série de sucessivas experiências que na execução do Tratado de Limites da Ásia e da América celebrado entre as duas Coroas, firmado em Madrid a treze de janeiro de 1750, e ratificado no mês de fevereiro do referido ano, se tem sempre encontrado tais e tão grandes dificuldades, que além de não haverem sido conhecidas ao tempo em que se contratou, não só não se puderam superar desde então até agora por causa de terem sobrevindo em uns países tão distantes e pouco conhecidos das duas Côrtes... mas também porque as mesmas dificuldades fizeram conhecer que o referido Tratado de Limites, estipulado substancial e positivamente para estabelecer perfeita harmonia entre as duas Coroas e uma inalterável união entre os vassallos de-

las, se viu pelo contrário que desde o ano de 1752 tem dado e daria no futuro muitos e muitos frequentes motivos de controvérsias e de contestações opostas a tão louváveis fins; ...

Concordaram e concluíram:

Art. 1°. O sobredito Tratado de Limites da Ásia e da América, celebrado em Madrid a 13 de janeiro de 1750, com todos os outros Tratados ou Convenções, que em consequência d'êles se foram celebrando depois para regular as Instruções dos respectivos Comissários, que até agora se empregaram nas demarcações dos referidos limites, e tudo o que em virtude delas foi autuado, se estipula agora que ficam e se dão, em virtude do presente Tratado, por cancelados, cassados e anulados, como se nunca houvessem existido nem houvessem sido executados; de sorte que tôdas as cousas pertencentes aos limites da América e da Ásia se restituem aos termos dos Tratados, Pactos e Convenções que haviam sido celebrados entre as duas Coroas Contratantes, antes do referido ano de 1750; em forma que só estes Tratados, Pactos e Convenções celebrados antes do ano de 1750 ficam daqui em diante com sua força e vigor." (12)

Como consequência d'esse Tratado, os portugueses retornaram à Colônia do Sacramento, no Prata, e ficaram livres de compromisso para prosseguirem na faina de conquistar e colonizar novas terras na bacia amazônica, para onde convergiam agora, na segunda metade do século XVIII, os interesses e as pretensões das duas Côrtes da península ibérica.

TRATADO DE PARIS (1763)

Ainda não haviam desaparecido as repercussões do Tratado de El Pardo, quando, em 1762, estourou nova guerra entre Portugal e Espanha.

Como sempre acontecia, a conflagração estendeu-se logo à América do Sul, e o Governador de Buenos

Aires, D. Pedro de Ceballos, aproveitou-se do ensejo para conquistar, numa rápida campanha, Colônia do Sacramento e a Vila do Rio Grande.

Entretanto, voltando a paz a reinar outra vez entre as Metrópoles, determinava o Tratado assinado em Paris, aos 10 de fevereiro de 1763, que "tôdas as cousas voltassem ao pé em que estavam antes da presente guerra", quer na África ou Índia, quer na América.

Mas, dando interpretação toda pessoal aos termos do Tratado e abusando de seu poderio no momento, D. Pedro de Ceballos restituiu Colônia do Sacramento, mas negou-se a abrir mão da Ilha de Martín García e dos territórios conquistados na Província de S. Pedro do Rio Grande.

Esse abuso de poder e o desrespeito à letra do Tratado provocaram violentas reações e tiveram decisivas consequências, tanto no sul do Brasil, como na região central do continente, nas terras quase desconhecidas do Mato Grosso, onde, mais uma vez por invencível fatalismo, entravam em choque os interesses e as armas de Portugal e de Espanha.

PRIMEIRAS LUTAS NO VALE DO GUAPORÉ

O reconhecimento do direito luso-brasileiro à navegação do Jauru e ao caminho que "êles costumam fazer do Cuiabá ao Mato Grosso", conforme rezava o Artigo VII do Tratado de 1750, foi um dos principais motivos de desentendimento entre os Comissários Demarcadores das duas metrópoles.

Quando percebeu inevitável o choque e pressentiu que a situação se decidiria, por certo, a favor do mais forte e arrojado, o Governador Rolim de Moura desceu o Guaporé, e, a uns 20 dias de viagem de Vila Bela, fundou um estabelecimento a que denominou Guarda de Santa Rosa, mais tarde, também em 1762, batizada com o nome de Nossa Senhora da Conceição.

Ora, assim que chegou a notícia da assinatura do Tratado de El Pardo, de 1761, que anulava os tér-

mos do Tratado de 1750, e devolvia todas as terras na América Meridional ao estado de dependência da fixação do meridiano de Tordesilhas, o Governador de Santa Cruz de La Sierra pediu a Rolim de Moura que se afastasse do Guaporé, região nitidamente castelhana, a fim de evitar prováveis atritos entre os vassallos das duas Monarquias.

A resposta de Rolim de Moura foi não só transformar em fortaleza a Guarda de Nossa Senhora da Conceição, dando-lhe apreciável efetivo, como também criar, complementarmente, uma esquadrilha fluvial armada, para defesa e segurança dos direitos luso-brasileiros na região contestada.

Aceitando o desafio, uma força castelhana de 800 homens, em abril de 1763, desceu o Rio Itonomas e foi surgir a três horas de viagem a montante da fortaleza, guarnecida, então, por 260 homens. Em vez de atacar, os espanhóis revelaram logo a disposição de vencer a praça de guerra pelo bloqueio. Isso não evitou, porém, que os luso-brasileiros tomassem a iniciativa das operações, investindo, em represália, a Missão Jesuítica de São Miguel, no Rio Baurés, em pleno território dominado pelo inimigo.

Em junho, Rolim de Moura recebeu reforços de Vila Bela, e tentou decidir a situação, por meio de uma ação ofensiva, mas sofreu sério revés e teve de contentar-se em continuar na defensiva.

Em 1764, duas expedições espanholas tomaram o rumo do Forte de Nossa Senhora da Conceição, uma, procedente de Santa Cruz de La Sierra, e a outra, de Chiquisaca. A primeira, com intuítos pacíficos, comandada pelo próprio Governador, pretendia trocar prisioneiros e obter a evacuação de São Miguel, no ano anterior conquistada pelo Tenente de Dragões Francisco Xavier D. Tejo e ainda ocupada pelos luso-brasileiros; a segunda, com intenções belicosas, e somando cerca de 500 homens, com o objetivo não só de conquistar o Forte de Nossa Senhora da Conceição e Santa Rosa Nova, povoação recém fundada a

duas léguas a jusante do Forte, como também o de incursionar pelas regiões de Vila Bela e Cuiabá. A primeira conseguiu resultados favoráveis, mas, a segunda, antes de alcançar o destino inicial, desistiu da empresa e regressou.

Em setembro de 1766, o General Presidente da Real Audiência de Chiquisaca, D. Juan Pestana, comandando 2 mil homens, aproximadamente, entre os quais se encontravam Batalhões de Chiquisaca, de Potosí e uma Companhia de Granadeiros enviada do Rio da Prata por D. Pedro de Ceballos, veio acampar em frente ao Forte de N. S. da Conceição, com o intuito de atacar e conquistar a praça de guerra. Estava em preparativos para essa operação, marcada para o dia 22, quando recebeu carta aconselhando-o a que se furtasse, no momento, a quaisquer lutas e questões com os portugueses. Diante disto, deliberou o Conselho de Guerra, reunido no dia 19 de outubro, que se não rompessem as hostilidades e as tropas regressassem às bases, a fim de se evitarem complicações diplomáticas para o Governo de Madrid.

FORTIFICAÇÕES MATOGROSSENSES

Não era somente o Governador da Capitania de Mato Grosso quem se interessava em ocupar e defender as terras que se estendiam entre os Rios Paraná e Paraguai e englobavam o majestoso planalto de Maracaju.

O Capitão General de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, também vivia com as atenções voltadas para aquela imensa e rica região, onde já existiam vários núcleos de população de origem luso-brasileira.

Assim, logo que foi conhecido o golpe assestado por D. Pedro de Ceballos no Tratado de Paz de 1763, D. Luís Antônio resolveu, em represália, fundar e manter postos fortificados nas terras da bacia do Paraná.

Para isso, uma Expedição saiu de São Paulo, aos 28 de julho de 1767, desceu o Rio Tietê e depois o Paraná, até a foz do Rio Iguatemi, e,

em seguida, remontou as águas deste até sua última cachoeira, distante aproximadamente vinte léguas da barra, e fundou aí um pósto, que tomou o nome do rio a cuja margem foi levantado.

Por volta de 1769, cerca de mil pessoas viviam em Iguatemi, embora fosse a existência ali muito difícil, em virtude da oposição tenaz dos índios, dos insetos daninhos e das epidemias locais.

A fim de tornar mais rápida e fácil a comunicação do pósto de Iguatemi com São Paulo, que se fazia, então, pelo Rio Tietê, D. Luis Antônio mandou abrir um caminho por Sorocaba, Serra de Botucatu, Rio Paraná, campos do Anhanduipardo, até Iguatemi, depois de cruzar, em pontos escolhidos, o Ivinhema e o Amambai. (Esse itinerário corresponde, aproximadamente, ao Estado de São Paulo, ao traçado da Estrada de Ferro Sorocabana, de São Paulo, por Botucatu, a Pôrto Epitácio).

Em 1777, coincidindo com o ataque de D. Pedro de Ceballos a Santa Catarina, ou em consonância a um plano de conjunto, D. Agostinho Fernandes de Pinedo, "General da Cidade do Paraguai", marchou de Assunção com seis mil homens e apresentou-se, de repente, diante do pósto fracamente guarnecido. Intimada a render-se, a guarnição de 116 homens teve de capitular, sem luta, a 27 de outubro de 1777.

De posse da praça, arrazou-a D. Pinedo. Mas, as ruínas de Iguatemi, demonstrando aos pósteros o trabalho, a pertinácia e, mais do que isto, a ocupação das terras pela gente luso-brasileira, iriam constituir o marco, o documento de posse, que garantiria ao Brasil, um século depois, o direito ao território disputado.

A derrogação do Tratado de Madrid, de 1750, pelos Tratados de 1761 e 1763 mostrou, portanto, que não era simples e fácil um ajuste entre as Metrópoles, no tocante à delimitação das terras disputadas por Espanha e Portugal, em o Novo Continente. Mesmo nos confins de Mato Grosso, a luta pelo do-

mínio das águas do Paraná, Paraguai e Guaporé constituía já um problema de difícil solução, porque, embora estivessem reconhecidamente a oeste do imaginário meridiano de Tordesilhas, eram consideradas vitais para os núcleos de população luso-brasileira, estabelecidos já em toda a parte da Capitania criada em 1748.

Foi assim compreendendo que Rolim de Moura e, mais tarde, Luis de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres decidiram fortificar os pontos estratégicos da Capitania, não somente para enfrentar as ameaças dos índios, como ainda para repelir as incursões e ataques dos espanhóis, igualmente candidatos àquelas terras e riquezas.

Continuando a obra encetada pelo Capitão General Rolim de Moura, o novo Governador Luis de Albuquerque mandou que o Capitão Matias Ribeiro da Costa descesse o Rio Paraguai e, no local denominado Fêcho dos Morros, construísse uma fortificação destinada, particularmente, a conter a expansão castelhana além do Rio Ipané, uma das linhas divisórias reconhecidas pelo Tratado de Madrid para as terras pretendidas por Espanha e Portugal, no sul de Mato Grosso.

Enganado pela semelhança topográfica da região, Matias Ribeiro da Costa desembarcou no estreito de São Francisco Xavier, quarenta léguas a montante do Fêcho dos Morros, e, na elevação da margem direita do rio, iniciou a fundação da fortaleza ou presidio de Coimbra, aos 13 de setembro de 1755. (13)

Assim que tomou conhecimento da empresa e, conseqüentemente, do engano, procurou Luis de Albuquerque corrigir o erro cometido pelo Capitão Matias. Incumbiu o Capitão Miguel José Rodrigues de fazer novo reconhecimento e um estudo minucioso do local em que se levantava agora o propugnáculo lusitano. (13) (Em "Pantanaes Matogrossenses", à pág. 87, o mesmo autor de "As raízes de Mato Grosso", Virgílio Corrêa Filho, escreve que o Sargento Mor Marcelino Rodrigues Camponês é que foi o encarregado de fazer esse reconheci-

mento e de tomar as providências para mudança da fortificação). Desobrigando-se da tarefa, o Capitão Miguel Rodrigues reconhecia, de fato, a excelente situação do Fêcho dos Morros, mas, acrescentava que a localização de uma fortaleza naquele local apresentava, entre outros, os seguintes inconvenientes: — a enorme distância que a separaria de Cuiabá, de onde teria de receber reforços e provisões, naturalmente; — o grande afastamento da linha de comunicações fluvial que ligava Cuiabá a São Paulo, pelos Rios Paraguai — Miranda (Mbotetey) — Pardo — Paraná — Tietê; — a localização da barra do Rio Mondego a montante do estreito, o que poderia favorecer incursões inopinadas dos gentios ou dos espanhóis; — finalmente, os grandes efetivos e provisões que seriam necessários ali, para manter a fortaleza em seu isolamento militar naquela amplidão geográfica. (13)

Decidiu, então, Luis de Albuquerque completar a ação do Forte de Coimbra, mandando que José Leme do Prado construisse outro estabelecimento no vale do Miranda ou circunvizinhanças, em local adequado e escolhido. Desincumbindo-se da missão, Leme do Prado iniciou em 1778, nas proximidades da barra desse rio, e no Morro das Pitas, a povoação de Albuquerque, mais tarde Corumbá.

A intuição lusitana, porém, não podia contentar-se apenas com a posse e defesa da grande caudal que mansamente desliza pela imensa planície central do Novo Continente. Era mister buscar também ao norte outra barreira natural, que servisse de futura baliza às terras então em franca procura e ostensiva ocupação da parte dos luso-brasileiros.

Dai a escolha do Rio Guaporé para cumprir missão idêntica a do Rio Paraguai, na região norte-occidental. E foi, talvez, pressaggiando o valor e a importância que teria o novo propugnáculo, que o próprio Capitão General Luis de Albuquerque, em pessoa, aos 20 de junho de 1776, lançou a pedra funda-

mental do Real Forte Príncipe da Beira, em excelente local, à margem direita daquele rio e a mil braças mais ou menos da antiga fortaleza de N.S. da Conceição. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 30, págs. 369 e 370. Rio, 1892).

Com a fundação, aos 6 de outubro de 1778, da Vila Maria do Paraguai, posteriormente denominada São Luis de Cáceres, e de Caslavasco, em 29 de setembro de 1783, concluiu o Governador e Capitão General de Mato Grosso a ocupação de pontos estratégicos, que iriam dar a Portugal o direito de posse à vasta e rica região situada geograficamente no centro da América do Sul.

E antes que tivesse terminado o século XVIII, outro Forte ou Presídio já se levantava, desde 1797, às margens do Rio Mondego, o qual recebia o nome de Miranda, em homenagem ao novo Capitão General, Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

Quando, portanto, ao alvorecer do século XIX, Portugal e Espanha voltaram a guerrear-se e seus súditos na América novamente entraram em luta, o senso político e o tino militar, realmente notáveis, dos Capitães Generais de Mato Grosso haviam estabelecido um sistema tão sábio e eficiente de fortalezas e povoações pelos pontos estratégicos da Capitania, que nem as sutilezas da diplomacia nem o poder das armas puderam mais tarde deixar de reconhecer o "uti-possidetis" de iniciativa luso-brasileira.

TRATADO DE SANTO ILDEFONSO (1777)

Procurando, mais uma vez, pôr termo "às discórdias que tem havido entre as duas Coroas de Portugal e Espanha, e seus respectivos vassallos, no espaço de quase três séculos", as duas nações ibéricas assinaram, em Santo Ildefonso, no dia 1 de outubro de 1777, novo Tratado sobre os limites de seus domínios na América e na Ásia.

Em relação à fronteira oeste e norte, o Tratado de 1777 conservou as mesmas raízes e quase os mesmos

térmos dos artigos respectivos do Tratado de 1750. Assim, os Artigos IX e X do Tratado de Santo Ildefonso constituíam uma transcrição dos Artigos VI e VII do Tratado de Madrid, sem nenhuma inovação ou qualquer modificação porventura imposta pelos estudos e reconhecimentos feitos pelos demarcadores do Tratado de 1750.

Quando a notícia da assinatura do novo Tratado e a ordem para sua execução chegaram a Vila Bela, governava o Capitão General Luís de Albuquerque. Sem mesmo aguardar a presença dos demarcadores representantes de Espanha, determinou o Governador aos técnicos representantes de Portugal que fizessem um reconhecimento metuculoso da região fronteiriça, particularmente do Rio Paraguai e de alguns de seus afluentes.

Para o Capitão General Governador de Mato Grosso, era vital manter livres a navegação dos Rios Paraguai e Guaporé e os caminhos comerciais que ligavam a Capitania a São Paulo e Rio de Janeiro. E isto implicava em reconhecer a Portugal direitos indiscutíveis sobre o Rio Paraguai, do Forte de Coimbra para o norte, e sobre o Rio Guaporé, de São Simão para o sul.

Longos anos de trabalho e de privações foram consumidos pela Comissão Mixta Demarcadora, mas, os pontos de vista e os interesses contraditórios e inconciliáveis das partes litigantes impediram que a demarcação fosse feita. E, em consequência, em 1789, a Comissão foi extinta, sem chegar a um acôrdo ou a uma solução aceitável para qualquer das nações demandantes.

PRIMEIRA EXPEDIÇÃO MILITAR CONTRA COIMBRA (1801)

As atividades luso-brasileiras no sertão do novo continente provocaram sempre medidas de represália ou de simples defesa da parte dos espanhóis. Mas, nem sempre éstas conseguiram levar vantagem sobre aquêles, principalmente porque lhes faltavam arrojo e persistência e visão dos acontecimentos futuros.

Dessa maneira, para contrapor às medidas tomadas pelos luso-brasi-

leiros, na execução do plano de conquista e posse das terras marginaes ao caudaloso, ao opulento Rio Paraguai, os espanhóis fundaram, em 1773, o povoado de Concepción, e levantaram, por volta de 1792, o Forte Bourbon (Forte Olimpo, posteriormente). Além disto, ergueram um estabelecimento militar denominado São Carlos, na foz do Rio Apa, tudo com a intenção de conterem a expansão lusitana e prepararem, talvez, futuramente, uma base de partida para a almejada reivindicação, por meios pacíficos ou mesmo pelas armas.

A ocupação dêsses pontos respondia à fundação de Coimbra e Albuquerque e atendia ao plano de D. Felix Azara, que, astuciosamente, procurava substituir a linha Iguere-Ipané, consignada nos Tratados de 1750 e 1777, pela outra que mais convinha aos interesses espanhóis na região, isto é, Ivinhema-Apa.

Foi nesse ambiente de discórdia e desconfiança que chegou à América do Sul, em 1801, a notícia do irrompimento de hostilidades entre Portugal e Espanha, no Velho Mundo.

Como sempre ocorria, a luta na Europa logo se propagou às colônias portuguesas e espanholas nas várias partes do mundo.

Do pretexto desejado, pois, aproveitou-se o Governador do Paraguai, D. Lázaro de Ribera, para executar o plano expansionista de Felix Azara. Comandando imponente flotilha fluvial, constituída de três sumacas e 600 a 800 homens de desembarque, D. Lázaro partiu de Assunção e remontou o Rio Paraguai, rumo a Coimbra, onde se apresentou no dia 16 de setembro de 1801.

Na fortaleza de Coimbra, cujas obras tinham sido aceleradas à notícia do aprestamento daquela Expedição, estavam 109 homens, dos quais 37 dragões, sob o comando do bravo Ten.-Cel. de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra.

Após violento bombardeio dirigido contra os baluartes de Coimbra, D. Lázaro de Ribera enviou

uma intimação ao Comandante do Forte, na qual ameaçava:

"Portanto eu peço que V.S. se renda prontamente às armas de El-Rei meu amo, pois do contrário o canhão e a espada decidirão a sorte de Coimbra, sofrendo sua desgraçada guarnição todas as extremidades da guerra, de cujos estragos se verá V.S. livre se convier com a minha intimação, respondendo-me categoricamente ao término de uma hora. A bordo da sumaca N. S. del Carmen, 17 de setembro de 1801." (14)

A ameaça e a jactância de Dom Lázaro não intimidaram Ricardo Franco, que, apesar da inferioridade numérica e da exiguidade de recursos, soube repelir com dignidade e altanaria a intimação espanhola, nos seguintes termos que ficaram célebres na história do vestuário Forte:

"Tenho a honra de responder categoricamente a V. Excia. que a desigualdade de forças sempre foi um estímulo que animou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos e defendê-los até as suas extremidades: ou de repelir o inimigo ou — de sepultarem-se debaixo das ruínas dos Fortes que se lhes

confiaram; e nesta resolução se acham todos os defensores deste presidio, que tem a honra de ver em frente a excelsa pessoa de V. Excia. a quem Deus guarde muitos anos.

Coimbra, 17 de setembro de 1801". (14)

Diante dessa desassombrada e ativa resposta, o Governador do Paraguai, e Comandante da Expedição, ordenou o ataque à Fortaleza, que foi iniciado no dia 21, com um poderoso desembarque, apoiado pelos canhões das sumacas. Mas, a reduzida e brava guarnição repeliu todas as investidas e infligiu muitas baixas ao inimigo, o qual, depois de um dia de luta, decidiu passar ao assédio, para vencer os comandados de Ricardo Franco pela fome, já que parecia impossível submetê-los pelas armas.

No dia 24, porém, D. Lázaro percebeu que o recurso era demorado e talvez inoperante, e por isto desistiu do plano, embarcou sua gente e levantou âncoras, regressando a Assunção.

Coimbra cumprira, pois, ao dealbar do século, e pela primeira vez, a sua missão de barrar as investidas inimigas rumo ao norte, ao longo do Rio Paraguai.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (7) LEITE, Gervásio — Criação da Capitania de Mato Grosso. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, ns. LVII a LX, págs. 107 a 111. Cuiabá, 1947.
- (8) LEITE, Gervásio — Criação da Capitania de Mato Grosso. Revista e artigo citados em (7), pág. 110.
- (9) TAUNAY, Visconde — A cidade de Mato Grosso (Antiga Vila Bela), págs. 56 a 58. Rio, 1891.
- (10) BORGES DE CASTRO, José Ferreira — Coleção dos Tratados, Convenções, Contratos e Atos celebrados entre a Coroa de Portugal e as demais Potências. Volume III págs. 22 a 26. Lisboa, 1856.
- (11) VIANA, Hélio — História das Fronteiras do Brasil. Edição da Biblioteca Militar, Volumes CXXXII e CXXXIII, pág. 111. Rio, 1948.
- (12) BORGES DE CASTRO, José Ferreira — Obra e volume citados em (10), págs. 126 a 130.
- (13) CORRÊA FILHO, Virgílio — As raízes de Mato Grosso. Edição e volume citados em (2), págs. 56 e 90 a 93.
- (14) CORRÊA FILHO, Virgílio — As raízes de Mato Grosso. Edição e volume citados em (2), págs. 143 e 144.

(Continua)

CENTENÁRIO DE TERESINA

Ten.-Cel. FIRMINO LAGES CASTELO
BRANCO

NOTA DA REDAÇÃO — Foi com pesar que deixamos de publicar o erudito artigo abaixo, sobre o Centenário de Teresina, no número de agosto, quando melhor nos associaríamos ao júbilo dos piauienses por motivos do 1º Centenário da mudança de sua Capital de Oeiras para Teresina, comemorada oficialmente a 16 daquele mês. Razões de programação nos levaram a assim proceder. Nem por isso deixamos de ser sinceros, ao fazê-lo agora, aproveitando a ocasião para apresentar desculpas ao autor e cumprimentar a todos os piauienses pelo centenário de sua bela Capital, acontecimento que teve foros de nacional.

Estado do Piauí comemora o primeiro centenário da mudança de sua Capital da cidade de Oeiras para a de Teresina.

Os piauienses, se residentes na terra natal, festejam o acontecimento, se fora dela, sentem aumentar-lhes, nesta data, a saudade e curtem por viverem ausentes da terra querida.

Que, quanto mais andamos no Brasil ou no estrangeiro, mais nos lembramos da terra onde nascemos, mais compreendemos as suas possibilidades, mais desejamos o progresso e o bem-estar materiais dos piauienses, que ali ficaram fé e na convicção de dias grandes para aquele rincão do território brasileiro.

Enfim, até parece que somos aquele poeta polaco de que falou o senhor Pompéia, no seu "Torrão tal".

Mas o dia de hoje é de festas, de alegrias, e por isto devemos admirar esta saudade, que é triste, recordando, entre os mineiros, que também mudaram a capital de sua ex-província, da histórica cidade de Ouro Preto para a encantadora Belo Horizonte, porque, quando e como os piauienses deixaram de ter Oeiras por Capital do Piauí.

Como é sabido, em 1674, Domingos Jorge Velho e Domingos

Afonso Mafrense, aquele paulista e este português, após terem percorrido o sertão Oeste da Bahia, internaram-se no Piauí e ali, marchando na direção Sul-Norte, chegaram até o vale do Rio Canindé, onde se detiveram.

Após escravizarem grande número de índios naquela região, Domingos Jorge resolveu voltar ao ponto de partida, enquanto que Mafrense, encantado com os campos do Piauí, com as belezas e a riqueza da terra, preferiu fixar-se no território conquistado e ali estabelecer fazendas de criação de gado.

Quando Domingos Afonso Mafrense morreu, aquelas fazendas eram em número de trinta e foram por ele doadas aos padres da Companhia de Jesus, os quais deviam, com os rendimentos delas retirados, satisfazer umas tantas cláusulas determinadas pelo generoso doador.

Na vizinhança daquelas fazendas se formou um núcleo de população que tomou a denominação de "MÓCHA" e que aumentou com relativa rapidez pois que, em 1712, era elevada à categoria de vila e logo, em 1715, à de cidade.

Môcha fica à média distância da Serra Vermelha, a Leste, e do Rio Parnaíba, a Oeste, ou seja dos Es-

tados de Pernambuco e do Maranhão.

A pujança da cidade sertaneja, a riqueza das fazendas dos Jesuítas e, até mesmo, umas tantas lendas oriundas daquela região deram motivos a desentendimentos entre os governos das Capitânias da Bahia e do Maranhão, ambos interessados em anexar o Piauí ao seu território.

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, D. João VI achou a solução acertada para pôr termo àquela cubica, e para tanto criou, em 1 de outubro de 1811, a Capitania do Piauí e determinou que a capital seria a cidade "Môcha", que passou a determinar-se Oeiras, em homenagem a Sebastião José de Carvalho, conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal.

Com aquele ato, D. João VI prestava uma homenagem ao grande ministro de seu avô paterno, D. José I.

Pombal havia confiscado, em 1759, as fazendas dos Padres da Companhia de Jesus e as incorporado ao patrimônio da Coroa Real no Brasil; agora, como reconhecimento, o soberano português dava o nome de Oeiras à Capital da província onde estavam situadas aquelas fazendas.

Ademais, com aquela mudança, D. João VI trasladava para o Brasil o nome de uma cidade histórica do reino português.

Foi em Oeiras que, por inspiração e ordem de Pombal, se realizou uma grande exposição agrícola e industrial, possivelmente o primeiro certame daquele gênero na Europa.

Estaria reservada à capital da então província do Piauí, destino semelhante à da sua homônima portuguesa?

Vejamos.

Situada, embora, em uma região rica e fértil, como é o vale do Rio Canindé, Oeiras, muito breve, sentiria entraves ao seu progresso.

A falta de meios de comunicação e de transporte entre aquela cidade e os portos do Atlântico, fator indispensável ao desenvolvimento de um grande núcleo de população, ao comércio e à agricultura estava

a ameaçar os destinos da capital do Piauí. O próprio gado criado nas fazendas da Coroa Imperial não encontrava mercado fácil, dadas as grandes distâncias dos centros consumidores.

Oeiras, longe dos portos marítimos da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Maranhão, tinha, como lhe indicando o caminho do Atlântico, o curso do caudaloso Rio Parnaíba, que facilmente seria atingido, em Amarante, desde que se seguisse a calha do Canindé.

A progressista cidade de Floriano, na margem do Parnaíba, e, desde 1922, ligada à Oeiras por rodovia federal, surgiu muito depois de Amarante.

Outro fator que concorreu para que fosse aproveitado o Parnaíba, como meio de comunicação entre Oeiras e o litoral, foi a fundação da vila de Parnaíba, praticamente na Costa do Atlântico e que cedo se tornou um empório comercial, facilitando a troca dos produtos do reino pelos originários da colônia e mais trade, da província.

Não podemos afirmar se João José da Cunha Fidié, o último governador português mandado para Oeiras e que ali assumiu o seu cargo em 1821, chegou àquela cidade pelo mesmo roteiro percorrido por Domingos Jorge Velho ou por outro qualquer caminho. Devemos, entretanto, afirmar que Fidié cumpriu o seu dever de governador e de soldado do exército do seu país: reagiu contra o ato da independência política do Brasil.

Mas os brasileiros, intrépidos e valorosos, não mediram sacrifício de sangue e, na batalha de Genipapo, em janeiro de 1823, em Campo Maior, derrotaram as forças que obedeciam ao comandante das armas portuguesas. Fidié, vencido, procurou a margem do rio Parnaíba, atravessou-o e foi ter a Caxias, no Maranhão, onde foi completamente batido a 28 de julho de 1823. Prêso, foi enviado à Oeiras e dali para a Bahia.

Pôsto em liberdade, posteriormente no Rio, por D. Pedro I, voltou a Portugal, onde depois foi comandante do Colégio Militar.

Morreu no posto de tenente-general.

Rendamos Justiça aos nossos antepassados: a independência do Brasil naquelas duas capitânicas custou o sangue generoso dos brasileiros.

Proclamada a independência do Brasil, o cargo de governador da província do Piauí ficou na dependência dos dois partidos políticos que se constituíram no país: o Liberal e o Conservador, conforme fôsse o Gabinete Ministerial de um ou do outro.

Não raro o Ministério demorava pouco tempo no poder e quando passava de um partido para o outro, era fatal a mudança dos governadores das províncias.

Algumas vezes deve ter sido um grande sacrifício ir da Corte à Oeiras para assumir o governo do Piauí.

Viagem longa, em meios de transportes deficientes e sem conforto, para um período de governo tão curto, estava a indicar que a capital da província devia ser mudada para uma região mais perto do Atlântico ou, pelo menos, para a margem do Rio Parnaíba.

Em um belo dia, o Partido Liberal assumiu o governo do Império e José Antônio Saraiva, político bahiano, com vinte e oito anos de idade, é nomeado governador do Piauí.

Saraiva, se bem que conhecido entre os homens do seu partido como o "pensador", parece que já levou para o Piauí a idéia de mudar a capital; todavia, mostramos que não houve, propriamente, a preocupação de escolher outro local para aquele fim.

A primitiva Vila do Poti — hoje Poti Velho — fôra construída à margem esquerda daquele rio, quase na sua confluência com o Parnaíba. A povoação desenvolveu-se rapidamente, dando motivo a que, em 1807, o governador Carlos Cesar Burlamaqui propusesse ao governo da Metrópole a sua elevação à Vila.

Aconteceu que ela foi localizada em terrenos de baixios, que ficam completamente inundados durante

meses, nos anos de bons invernos ou, digamos, de grandes enchentes. E, assim, a sorte dos bens materiais e a saúde de seus habitantes estavam na dependência do volume das águas do Poti e do Parnaíba.

Em face de tais ponderações, a Lei Provincial n. 140, de 1 de dezembro de 1842, autorizou a mudança da vila para um lugar que oferecesse mais vantagens aos seus habitantes.

A mudança só se efetuou em 20 de outubro de 1851, por intervenção do presidente da província, que, pessoalmente, escolheu o local para a nova povoação, mas já com vistas de para ali mudar a capital.

O sítio escolhido foi a Chapada do Corisco, 6 km sul da barra do Poti, região onde os rios ficam, em média, a 3 km de distância.

Pela Lei Provincial n. 315, de agosto de 1852, a nova Vila do Poti era elevada à categoria de cidade, mas agora com o nome de Teresina, em homenagem à Imperatriz do Brasil, Teresa Cristina Maria, e, simultaneamente, passava a ser a capital do Piauí.

Saraiva praticava um ato de visão administrativa e de sabedoria política.

Dali para diante o seu prestígio aumentaria continuamente. Exerceu os governos de mais três províncias do Império e, em 1864 se projetava na política do continente sul-americano, chefiando a Missão Saraiva, no Uruguai, quando da intervenção do Brasil naquele país.

Ministro três vezes, sendo que em duas ocasiões, presidente do conselho, deu à nação, em 1880, a chamada Lei Saraiva, que introduziu o voto direto no país.

Deixamos Oeiras no momento em que ela perdeu as honrarias de ser a capital da província; não nos consta que o ato de Saraiva houvesse encontrado reação da parte do seu colega de partido Liberal um filho Oeiras, já com grande prestígio no cenário da política do Império, o senador Francisco José Furtado, duas vezes ministro, presidente do conselho de 1864, a

quem coube a grande responsabilidade de fazer a intervenção no Uruguai e de declarar a guerra a Solano Lopes. É que Furtado também reconhecia a vantagem de trazer a capital do Piauí, para um porto fluvial à margem do Parnaíba e o local escolhido satisfazia, perfeitamente, o objetivo visado.

Teresina está situada aos 5.5'23" de latitude S. e 0.21'4" de longitude E. do meridiano do Rio de Janeiro.

Seguindo o curso do Parnaíba, a capital do Piauí está a 540 km do Atlântico.

Tudo indica que os fenômenos sísmicos outrora constatados naquela região, modificaram-se, pelo que não seria justo, na atualidade, dizer-se que Teresina está localizada na "chapada do corisco".

O inverno — para nós chuva e não frio — vai de fim de novembro a maio inclusive; as chuvas são torrenciais, duram pouco tempo e, não raro, chove mais de uma vez no dia.

O clima é quente, salvo durante uma pequena parte do ano, entretanto é suportável, não podendo ser apontado como um fator contra o desenvolvimento da cidade; esta, à noite, recebe a brisa do Parnaíba que vem amenizar o calor deixado pelos raios solares.

A topografia é plana; as ruas retas e extensas.

Confessamos que houve da parte dos fundadores da cidade e dos governos que os sucederam um pouco de falta de previsão, quando deixaram as ruas, relativamente estreitas. Também naquele tempo não havia o automóvel que hoje exige ruas largas.

Contudo, a bela Avenida Frei Serafim tem sessenta metros de largura e dois quilômetros de extensão e nela se ostentam lindas residências modernas, além do prédio do Colégio do Sagrado Coração de Jesus e do moderno Hospital Getúlio Vargas, estabelecimento sem similar, do Rio de Janeiro para o Norte.

Recentemente, foram inaugurados, em Teresina, novos serviços de abastecimento d'água, de força

e de luz, melhoramentos de que a capital de há muito vinha se res-sentindo.

O serviço telefônico, inaugurado em 1937, já é deficiente.

Como tantas outras cidades brasileiras, Teresina está destinada a uma situação de destaque, futuramente.

De acordo com o Plano Nacional de Viação, ela deverá ser um importantíssimo centro ferroviário onde se ligarão quatro estradas de ferro; A São Luiz-Teresina; a Central do Piauí, que ligará o Porto de Amarração à capital; a Petrolina-Teresina, fazendo a ligação com a Bahia, e a Comocim-Teresina.

A primeira, há muitos anos chegou à capital piauiense e esperamas que os milhões de dólares americanos, em caminho para o Brasil, cheguem também para o seu reaparelhamento; a ponta dos trilhos da segunda dista 150 km de Teresina; as duas outras já têm estações no território piauiense mas não podemos dizer o motivo por que a construção delas vai tão lentamente.

Como o território do Piauí é inteiramente favorável aos veículos motorizados pois quem tem ali um automóvel abre estrada com ele, Teresina está ligada a todos os municípios do Estado por estrada de rodagem, sendo que se liga à Fortaleza, no Ceará, por ótima estrada federal construída pelo Departamento Federal de Obras Contra as Secas.

A Companhia de Navegação Fluvial Teresinense, que prestou ótimos serviços ao Estado durante as duas primeiras décadas deste século, desapareceu e nem o prédio da Gerência existe mais em Teresina.

Dizem os corifeus dos transportes que a época é do avião e, como Teresina está praticamente, no meridiano do Rio de Janeiro, é hoje um aeropórtio movimentado numa pequena cidade, apesar de ainda não dispor de pistas concretadas.

De acordo com o recenseamento de 1950, a população do Piauí é de

1.064.438 hab.; destes, 93.352 estão no município de Teresina, cuja sede conta apenas 53.425 hab.; resulta daí estar classificada, em trigéssimo primeiro lugar entre as cidades do Brasil. A sua população é genuinamente brasileira, não havendo ali mais de quatro dezenas de estrangeiros, todos entregues ao comércio.

A instrução pública primária foi sempre vista com carinho pelas autoridades, quer do município, quer do Estado e, para justificar o que dizemos, lembramos que a Lei Provincial n. 1.062, de 15 de junho de 1882, criou uma Escola Normal destinada a formar professoras para os cursos primários. Aquela Escola foi instalada a 11 de agosto seguinte, parecendo que comemoravam naquele dia o aniversário da fundação dos cursos jurídicos no país.

Há vários colégios para os cursos ginasial e científico e uma Faculdade de Direito, reconhecida pelo Governo Federal.

Teresina tem tido muitos apaixonados, filhos de outros Estados. Coelho Neto visitou-a no começo deste século; não sabemos o que mais o encantou, mas o certo é que o grande romancista a qualificou como: "A Cidade Verde".

Não há nenhuma correlação entre "A Cidade Verde", de Coelho Neto, e o "Inferno Verde" de outro escritor.

E não pensem que aquilo é lenda, como também não é lenda a doação feita por Mafrense aos Jesuítas e confiscadas por Pombal. As Fazendas passaram da coroa real portuguesa para a família imperial

brasileira e se transmitiram ao governo republicano.

De acordo com o art. 7º das Disposições Transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946, aquelas fazendas integram definitivamente o patrimônio do Estado do Piauí.

Parece-nos que estão reduzidas as terras; se ainda há gado vacum, é pequena a quantidade.

Como contribuição do Ministério da Guerra ao centenário da fundação de Teresina, o General Newton Estillac Leal, quando ministro da guerra, mandou o Serviço Geográfico do Exército fazer o levantamento de uma área de 20 km² do município de Teresina, na escala de 1/25.000 e o levantamento da capital, propriamente dita, em escala maior.

Os originais daquele trabalho estão expostos hoje, em Teresina e, dentro de poucos meses, estarão impressos.

Reconhecemos que Teresina devia ser mais do que é hoje, após um século de sua fundação, mas a República tem sido madrasta para o Piauí.

Na monarquia, o Piauí teve dias de esplendor no governo do país.

Dois piauienses, o Senador Furtado e João Lustosa da Cunha, o segundo Marquês de Paranaguá, foram várias vezes Ministros e ambos Presidente do Conselho.

Em sessenta e três anos de regime republicano — dolorosamente confessamos — o Piauí só deu um Ministro de Estado, Felix Pacheco, que exerceu a pasta do Exterior no Governo Artur Bernardes.

Troncoso Hermanos & Cia. Ltda.

CASA FUNDADA EM 1893

SANTOS

PRAÇA DA REPÚBLICA N. 39/40 — CAIXA POSTAL, 144

Telefone, 2-7124 (Rêde Interna) — Telegrama "TRONCOSO"

(N. 27)

SIGNIFICADO E COMENTÁRIO À CONDECORAÇÃO DO REGIMENTO SAMPAIO

Ten.-Cel. NELSON R. CARVALHO

A condecoração de unidades brasileiras na Guerra do Paraguai, sem ser rara, não era comum. As cerimônias, porém, quando realizadas no teatro da luta, ficavam adstritas aos acampamentos interessados, quase como atos de rotina.

Não foi assim com o 1º BATALHÃO DE INFANTARIA, cuja bravura nas maiores batalhas terrestre e naval já travadas na América do Sul, Riachuelo e Tuiuti, impressionou vivamente o imperador.

Resolveu, pois, o imperador, D. Pedro II, distinguir aquela unidade do exército de maneira marcante. Depois de ouvir, em audiência especial, o Ten.-Cel. Guimarães Peixoto, seu comandante, o relato emocionante dos feitos do Batalhão na Tomada de Paisandú e naquelas batalhas, o imperador, após lavrar o decreto da concessão respectiva, cortou, da fita que lhe pendia do peito, a sua própria medalha, passando-a àquele oficial, para a cerimônia a ser realizada no seu retorno ao teatro de operações, após curar-se dos ferimentos que ele mesmo recebera em Tuiuti.

E foi com tão significativa insignia, herança do fundador do Império ao seu augusto filho, que o 1º BATALHÃO DE INFANTARIA veio a ser condecorado, no próprio palco de sua bravura, o chão em que se ferira a Batalha de Tuiuti, e onde assentava então o acampamento e quartel-general dos exércitos aliados.

Para maior relevância da cerimônia, ainda, escolheu o Marquez

de Caxias, já comandante das forças brasileiras, o dia do aniversário da Imperatriz, convocando para o ato todos os oficiais disponíveis do exército em operações. E formado o 1º Batalhão em quadrado, luzindo seu garboso primeiro uniforme azul e branco, tambores em marcha batida, CAXIAS, em pessoa, dirigiu-se à bandeira da unidade e após à sua haste a distinção consagrada de seus feitos. E após uma patriótica fala àqueles bravos, fez encerrar a cerimônia ao som do hino nacional, que a brisa terá levado às trincheiras inimigas como um cântico de vitória.

Esse, o histórico da medalha.

Acontece, porém, que a valiosa condecoração só poderia ser usada pelo 1º BATALHÃO até o último dos sobreviventes de seus feitos.

Este batalhão está incorporado hoje ao REGIMENTO SAMPAIO e o então Aspirante Caiado de Castro, que foi seu porta-bandeira em 1921, testemunha ter desfilado, no Dia da Independência, ainda com aquela medalha apensa da haste do pavilhão do 1º REGIMENTO DE INFANTARIA.

Mas quando retornou ao regimento, como coronel e seu comandante, a fim de prepará-lo para a FEB, Caiado de Castro não mais a encontrou — havia se ido o último dos bravos de Paisandú, Riachuelo e Tuiuti.

A tradição, porém, não se extingue. E o General Caiado de Castro, aclamado que foi Comandante Honorário do Regimento Sampaio, bateu-se pela recondução à sua

unidade expedicionária do valioso galardão.

E o oficial encarregado das pesquisas pôde, enfim, apresentar um circunstanciado memorial comprobatório, o qual o Chefe do Gabinete Militar logo endereçou à Presidência da República, através do Ministério da Guerra e que o Presidente Getúlio Vargas traduziu no decreto que autorizou o Regi-

O primeiro, é que Lima e Silva teve sua praça de cadete no 1º REGIMENTO DE INFANTARIA DO RIO DE JANEIRO, onde servia seu pai, e cuja origem é o Terço Velho de Mem de Sá.

É esse mesmo Regimento de Linha que vai dar o 1º Batalhão de Fuzileiros da Côte, quando, de volta da Campanha de 1817, se vê desdobrado em unidades autô-



O Presidente Getúlio Vargas revive o ato solene de Caxias, 83 anos depois, reconduzindo ao Regimento Sampaio, diante do Panteon do Patrono do Exército, a insígnia da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul

mento Sampaio a continuar usando a significativa condecoração, testemunha de seus feitos na Guerra do Paraguai.

E a 25 de agosto último, Dia do Soldado, diante do Panteon de Caxias, teve lugar a cerimônia da recondução, revivendo o Presidente o ato solene do Marquez, quase noventa anos depois.

* * *

A magnitude do acontecimento sugere dois comentários.

nomas de caçadores, granadeiros e fuzileiros. E no 1º de Fuzileiros da Côte é ainda onde Lima e Silva vem a ser Alferes e Tenente.

É ele ainda que, subsistindo através das reformas da regência e da maioria, vai ao Paraguai como 1º Batalhão de Infantaria, para enfim ser condecorado pelo futuro patrono do Exército.

Caxias não podia ignorar que aquela era a unidade de sua praça de cadete e de seus primeiros tempos de oficial. Não teria sido outra a razão por que o condecorara

pessoalmente, única unidade que mereceu tal distinção do comandante em chefe das forças brasileiras no Paraguai.

A emoção que lhe iria nalmá, te-la-á guardado consigo mesmo. Dela não faz a menor referência no ofício em que participou a cerimônia ao Marquez de Paranaguá, então Ministro da Guerra, e que compulsámos nos arquivos do Instituto Histórico.

* * *

O outro, é sobre o comandante da unidade, quando foi ela condecorada, o Major e Ten.-Cel. Francisco Maria dos Guimarães Peixoto. A ele deve o 1º Batalhão de Infantaria a sua condecoração, e pois o REGIMENTO SAMPAIO.

Ao iniciar-se a Campanha do Uruguai, aquele Batalhão foi incorporado à Esquadra de Tamandaré, e como tropa de desembarque, lado a lado com os imperiais marinheiros e os fuzileiros navais, investiu a praça de Paisandú, sob o comando do Major Guimarães Peixoto.

Em seguida, com a Guerra do Paraguai, a esquadra vai fazer o bloqueio do Rio Paraná e com ela, no "Jequitinhonha", o 1º Batalhão de Infantaria tomou parte na Batalha de Riachuelo. Depois, ainda embarcado, combateu nas passagens de Mercedes e Cuevas.

Guimarães Peixoto, logo após, em fundamentado memorial diri-

gido ao imperador, recomendou ao governo os bravos que comandara, preteridos em condecorações e promoções. O ministro "não deu bola".

Perido em Tuiuti, e evacuado para a Corte, consegue uma audiência com o imperador. E aí, terá defendido com tal calor os feitos de seu batalhão, vivamente elogiado por Tamandaré ao desligá-lo da esquadra, que se justifica o entusiasmo e o gesto do imperador, cortando de sua própria condecoração a insígnia com que agaldou o 1º Batalhão de Infantaria com a Imperial Ordem do Cruzeiro e que Caxias iria rematar no Paraguai com tanta pompa e significação.

Tenho em mãos a cópia do memorial do Major Peixoto, cujo original está no Arquivo do Exército e me foi revelado pelo Major Itajai, seu gardião. E em mãos tenho também o estorrecedor despacho que nele proferiu o Ministro Visconde de Camamu. Ambos serão objeto de minha próxima colaboração para a Defesa Nacional.

Desde já, entretanto, adianto que o Major Francisco Maria dos Guimarães Peixoto teve as honras de ter seu nome inscrito nas "Efemérides Brasileiras", do Barão do Rio Branco, considerado pelo mérito historiador como "dos mais brilhantes oficiais que tem tido o Exército Brasileiro".

LOUÇAS, CRISTAIS, PORCELANAS, ALUMÍNIOS, VIDROS,
TALHERES, FERRAGENS E ARTIGOS DOMESTICOS

GRANDE EXPOSIÇÃO NO

"MUNDO DAS LOUÇAS"

AV. MARECHAL FLORIANO, 112/116

E

RUA ARQUIAS CORDEIRO, 294 — MEIER

(N. 15)

A RETOMADA DE CORUMBÁ (*)

Ten.-Cel. Honorário JOSE NONATO DE FARIA

O PLANO DO ATAQUE A CIDADE DE CORUMBÁ

Ficou combinado que a grande força que constituía o 2º Corpo Expedicionário, desceria o rio poucos dias depois e aguardaria, nas proximidades de Dourados, o aviso que o Comandante da Vanguarda daria, da sua chegada ao ponto combinado, acertando-se então o dia do ataque simultâneo por terra e por água, plano este que ficaria, desde já, sob a aprovação exclusiva do Comandante da Vanguarda, que dos oficiais de então era o único que conhecia a situação geográfica de Corumbá.

A MARCHA DA VANGUARDA

A viagem de muitos dias pelos pantanais formados pelos Rios São Lourenço, Paraguai e seus tributários, e a travessia do Rio Paraguai, alta noite, no lugar denominado Barrote, a três léguas abaixo de Corumbá, sem serem percebidos, já constitui um feito de alta monta da coluna da vanguarda.

Sendo ambas as margens do Rio Paraguai, abaixo de Corumbá, ocupadas até abaixo do Barrote pela pobreza, que em choças de madeira a exploram com pescaria e plantações de capim e de verdura, gente essa que não costumava retirar-se da sua chacinha senão quando as cheias eram como nesse ano, demasiadas, mas que nesses lugares, tinham o que se pode dizer a base da sua vida, encontrar-se mesmo, alta noite, nesses lugares com pessoas de suas casas era a coisa mais natural que aí estão a todo o dia ou noite aconte-

cendo, sem que isto possa causar estranheza a quem quer que seja.

E, de fato, essa previsão verificou-se, mas em número tão limitado, que não escapou um que pudesse dar notícia do que se passava no Barrote, com tempo de despertar a vigilância na cidade, com tempo de impedir a travessia e consequente desembarque da Força Expedicionária ou dar à Guarnição Paraguaia uma notícia mais segura do que ali se passava, com tempo de serem tomadas providências de ordem tática.

BATALHÃO DE HERÓIS

Ao bom êxito dessa travessia foi-lhe necessário não somente a habilidade tática, mas a ousadia ao máximo grau, o destemor da luta em inferioridade de condição, o despreendimento da vida até ao fantástico.

Qual seria a sorte da Vanguarda se fôsse percebida por um dos vapores da flotilha paraguaia que fazia a ronda do rio, estando toda ela em igarités pesadas tocadas a remo e a zinga, sem uma boca de fogo em que pudesse depositar alguma esperança?

Que seria desses homens componentes da Vanguarda, se no assalto à Cidade de Corumbá fôsem eles os derrotados?

Tão ousada decisão só encontra simile na história, na vida de César, quando, decidido a atravessar o Rubicom, apesar da proibição que havia, bradou: (sem receio das más consequências, possíveis, dessa sua atrevida resolução): "Alea Jacta est".

(*) (Continuação do n. 459, de outubro de 1952.)

Não destruiu após o desembarque, as suas igarités (como fizera César ao saltar na Gália, temendo a fuga dos seus soldados mercenários) porque na sua coluna não havia mercenários nem covardes, mas homens dignos da sua confiança.

A TRAVESSIA DO RIO

Ao se aproximarem, no dia 11, da barranca do Rio Paraguai na oposta ao do lugar denominado Barrote, ponto escolhido para a travessia, o comandante aguardou a noite, quando, depois de detalhadas instruções, despachou uma canoa tripulada por dois caboclos fortes, levando um oficial subalterno, conhecedor do lugar (todos disfarçados em pescadores) para fazerem um reconhecimento à margem do rio e arredores, de maneira a certificar-se da possibilidade de fazer ali o desembarque em segurança, comunicando-lhe o resultado com presteza.

Mas como as horas iam se passando e do alferes não vinha o sinal combinado, expediu outra canoa, também com dois tripulantes nas condições daquela, para se informarem do alferes ou dos seus companheiros, o porque de tamanha demora; trouxeram os tripulantes desta a informação dada pelos da primeira, que o alferes tinha se internado na mata e ainda não tinha voltado; e que durante o tempo que ali estavam não viram a ninguém e nem ouviram qualquer coisa que desse a entender existir gente por perto.

A vista disso e como a noite já ia alta, decidiu o comandante fazer a travessia da força naquele lugar, no mesmo dia 11.

E, como até então não tinha voltado o alferes, fez descer o Batalhão, margeando o rio até o lugar denominado Rabicho, em cuja baía se internou e abrigou as embarcações, voltando ele em pessoa, com cinco praças armadas e munições, depois de dar as suas ordens aos oficiais de como deviam agir, se ele fôsse morto ou apriisionado, à procura do alferes.

Este se justificou dizendo que, tendo ali, naquela redondeza, alguns conhecidos, andou por aqueles sítios a busca de um deles que lhe pudesse dar uma informação segura das condições da cidade e disposição das forças paraguaias.

Porém, a perseguição tinha sido tamanha que não viu ninguém. Os poucos moradores daquela zona tinham fugido para bem longe.

Tornando o Comandante com a sua guarda, na manhã de 12, ao seu batalhão, e depois de grave censura feita na frente deste ao alferes (que fizera descer na canoa), por não se ter portado de acordo com as instruções recebidas, reuniu os oficiais e, de comum acordo, decidiram atacar, no dia seguinte, a guarnição paraguaiá de Corumbá.

NOITE TERRIVEL

Ninguém dormiu essa noite.

Aquêles corpos magoados de tantos trabalhos e mau passado na travessia do pantanal, bem que exigiam descanso, mas a tensão do espírito era tal que muitos, nem, ao menos, se deitaram.

Só o Comandante dormiu; e dormiu sono solto.

O ASSALTO

Alta madrugada, conforme o combinado, o batalhão, após ouvir do Comandante palavras de estímulo ao cumprimento do dever, as instruções que deviam executar à risca no assalto à cidade, e de fazerem o rancho, iniciaram a marcha, ora pela mata ora por caminhos rumo à cidade, chegando a uns 100 metros do alto do Borrosque, às 2 horas, mais ou menos.

Avistados aí pela guarda paraguaiá que ocupava aquela picota (despertada pelo alvoroço provocado por uma cozinheira paraguaiá que, vindo do seu rancho, no arrabalde, passou pelo Barrosque, gritando:

"Fuzilêro, fuzilêro, mucho, mucho", apontando para o lado em que vinha o Batalhão, foi este recebido com uma descarga que não ofendeu a ninguém, ouvindo-se, e

seguir, por entre os estrépidos de uma carreirada e gritaria infernal, o som das cornetas e dos sinos da igreja tocando a rebate.

A força brasileira se desdobrando nas suas 6 companhias e estas em escalões e depois de tomarem um gole de cachaça os que a aceitaram, avançaram a passo de carga sobre as trincheiras inimigas, na sua maior parte desguarnecidas ou mal guarnecidas.

Ao passar a 2ª companhia, junto à qual vinha o Comandante e o Ten. Delfino, uma brasileira, das que ali estavam sofrendo duro cativeiro, gritou de uma janela: "Aí não tem passagem, fizeram um buraco até perto do rio. Passagem, só por essa outra adiante".

Avançando para o ponto indicado, verificaram terem os paraguaios aberto um profundo fosso — trincheira atravessando em linha reta a cidade do morro até perto do rio, deixando, nessa rua indicada pela informante, larga passagem que seria defendida por bocas de fogo.

Ao avançar a 2ª companhia, viu o seu comandante que duas bocas de fogo vinham atravessando a praça em frente à Igreja, puxadas e empurradas por um pelotão de paraguaios.

Foi o Tenente Delfino e escolhido para, com o pelotão que lhe foi distribuído, tomar aquelas bocas de fogo, imediatamente.

Desfechada contra a guarnição das peças uma descarga que botou alguns paraguaios por terra, e avançando sobre eles à baioneta, receberam, primeiramente, uma descarga dada por uma metade do pelotão que, dada a pouca distância e ao avanço de peito descoberto deitou por terra cinco dos atacantes, sendo, um morto e quatro gravemente feridos e, a seguir, uma chuva de lascas de pedra calcária que, sob a forma de um leque, se levantou do chão e lhes pegou em cheio, botando fora de combate mais nove homens, sendo três mortos e seis feridos.

Os artilheiros, no apuro em que se achavam, não firmaram a pontaria de uma boca de fogo que conseguiram disparar, cujo projétil,

explodindo no chão, ali entre eles, teve o efeito de uma grande granada, levantando do chão pesadas lascas de pedra calcária que puseram por terra os que foram por elas atingidos.

A seguir, foram os paraguaios todos mortos à baioneta num entrevêro de minutos, não obstante defenderem-se eles, ora com baioneta, ora com facão.

Quatro desses paraguaios que tinham sido feridos e impossibilitados à luta, foram amarrados com as suas próprias correias e entregues a duas praças para os levarem à zona já brasileira, mas como se deitaram no chão "e não houve pontapé que os fizesse levantar" executaram-os com os seus próprios facões.

A força comandada pelo Tenente Delfino sofreu, ainda no entrevero, três baixas por morte, sendo duas no momento da luta e uma, horas depois, em consequência do horrível ferimento por facão, que recebera.

As duas bocas de fogo foram fechar a passagem deixada no fosso, mas, agora com a boca voltada para o lado paraguaio.

Enquanto isso se passava, aí na Praça, num lance de ferocidade de parte a parte, outra cena, não menos emocionante, se realizava na esquina formada pela Rua De Lamare e a sua perpendicular, chamada atualmente, parece-me, Antônio Maria.

Ouvindo o Cap. Rôa, comandante da força paraguaia que descia a Rua hoje Antônio Maria, que, pela De Lamare vinha um pelotão de forças brasileiras, esbarrou a sua marcha e pôs-se de tocaia, saltando à frente do Capitão Cunha e Cruz, seu comandante, ao dobrar este a esquina, com a agilidade e ferocidade do leão, vibrando-lhe tão forte cutilada no alto da cabeça que abriu-a, dando morte imediata ao malogrado Capitão.

Avançando, em seguida, como um louco, sobre a bandeira brasileira e não mais podendo utilizar-se das mãos, porque tinha ambos os braços quebrados pela descarga que seguiu-se àquela triste cena, pretendeu rasgar a bandeira

com os dentes, chegando mesmo a tocá-la com a boca, mas nada mais pôde fazer senão beijá-la porque um dos seus guardas atravessou-o, na altura do abdomen, com a baioneta.

Houve quem dissesse, que mesmo nesse estado, deu ele um balanço no corpo para que a baioneta mais o varasse e, assim, mais se aproximasse da bandeira para satisfazer o seu desejo.

Mas já era tarde.

A dor e a perda de sangue fizeram com que as suas pernas baqueassem, caindo então semi-morto.

A seguir, chocaram-se as duas forças e sendo a brasileira apoiada por outro pelotão que descia por outra rua próxima, liquidaram os paraguaios.

A força paraguaia que guarnecia as defesas beira rio e que até então nelas se mantinham, vendo-se dizimadas pelo fogo que lhe faziam, pela retaguarda, os soldados da 4ª e 5ª companhias, saltaram dos buracos e, protegidos pelas casas, se reorganizaram em colunas e saíram à cata das forças que as hostilizavam.

Mas, também já era tarde.

As forças brasileiras, utilizando-se dos seus próprios fossos, os reduziram a tão poucos que, desprezando a chamada da corneta que os concitava à avançar, fugiram e foram se abrigar nas casas vizinhas.

O Comandante da Vanguarda, que era qual Bayard, "Chevalier sans peur e sans reproche", vendo que não havia mais força organizada para combater, procurou os meios de fazer chegar às mãos do Coronel Cabral, que era o comandante da guarnição, o seu desejo de não sacrificar a mais ninguém, porque, sendo militar, sabia até onde chegava a sua responsabilidade.

E não só ao comandante, mas a praças ocultas em outras casas foi oferecido garantia de vida.

Porém, como a essas ofertas de paz respondia com tiros e descarnposturas, foram todos sacrificados.

O inesperado do avanço (dizia, tempo depois, um Tenente paraguaio aprisionado), vindo do lado sul da cidade, naturalmente defendida pela Flotilha, que patrulhava o rio, não deixando passar nem uma canoa sem o devido controle; a impetuosidade do ataque que partia de diversos pontos, porque de diversos pontos se ouvia, simultaneamente, o som das cornetas, concitando as forças à carga, o mais ousado e o mais temeroso meio de ataque em uma guerra, levaram à confusão os responsáveis pela defesa da Praça, que supuseram muito mais numeroso o efetivo da força atacante e imminente um ataque por água, não retirando, por isso, a guarnição das trincheiras beira rio, antes as reforçando, porque julgavam ser grande e decisivo o ataque por água.

E como este se fizesse demorar, os vapores, tomando reforço para abordagem, subiram o rio ao encontro da frota imaginária, até que, percebido o engano, desceram o rio a todo vapor, porém já tarde, quando nem eles mesmos podiam permanecer nas vizinhanças da cidade, porque arriscavam-se a serem postos a pique com as balas das próprias bocas de fogo, pouco antes suas.

Efetivamente, o plano do ataque era esse, mas o pavor do Presidente da Província e da composição do 2º Corpo de Guerra, fizeram com que toda a glória ficasse somente com o Batalhão da Vanguarda.

Vendo agora o perigo a que estavam expostos, subiram novamente o rio, agora não mais para enfrentarem os navios brasileiros, mas para se pôrem fora do alcance das baterias em mão dos brasileiros.

Alta noite, aproveitando a escuridão e beirando o rio no lado oposto ao da cidade, desceram-no a todo vapor.

O destemido Cabo de Guerra mato-grossense havia dado uma lição de arte militar aos paraguaios e aos afamados oficiais superiores que tinham vindo da Europa como especialistas e os instruíram.

Não havendo mais a quem combater, foi dado descanso a três companhias, ficando as outras três guarnecendo as entradas da cidade.

Foi, então, quando o Tenente Delfino ficou sabendo que estava ferido.

Com a farda suja de sangue de alto a baixo e o corpo moido, do esforço, tanto físico como moral, habituado à vida pacata das Fazendas, em cujo meio se criara e donde tinha vindo à pouca, já homem, vendo-se de um momento para outro em uma situação tão inversa, sentiu tão forte emoção desde os primeiros encontros que perdeu a sensibilidade física, ficando as suas carnes como que enrijadas, blindadas contra a dor.

A tardinha, ao se despir para o banho e mudança da farda que estava toda rasgada e ensanguentada, verificou que tinha sobre o peito esquerdo um talho de onze centímetros de comprimento com até três centímetros de profundidade, que não sabia ter sido por ocasião do assalto às bocas de fogo, porque, nem na ocasião nem depois sentira dor que o denunciasse.

Na blusa e na camiseta de meia que tinha junto ao corpo, na qual o sangue derramado, coagulando-se, fizera um tampão que o estancara, não se via propriamente um corte pelo qual se pudesse concluir ter sido produzido por ponta de facão, mas um rasgão e não era esse o único que tinha na farda, mas o único ferimento.

Na luta, não se vê moleirão. A ponta da baioneta faz com que até os tidos como tais, dêem saltos e desenvolvam agilidade, tal como se fossem treinados na esgrima.

Terminada a refrega, alguns tinham a farda em farrapos.

ENTÉRRO DOS MORTOS

Na manhã de 14, e depois de mandar render as forças que fizeram a guarda e patrulhas à noite, ordenou o comandante o entérro dos mortos, e que o fizesse distante da cidade tanto quanto possível, exceto os que estivessem em condições difíceis de serem transportados, os quais deveriam ser feitos no mesmo lugar ou perto dele.

Vindo a saber, hora depois, que os fachineiros estavam atirando ao rio, às piranhas, todos os corpos de paraguaios, ordenou ao Tenente Delfino que fôsse impedir essa prática, fazendo-os ver que aqueles homens morreram no cumprimento do seu dever, defendendo a sua Pátria tanto como eles o fizeram.

Apesar da observação e mesmo das ameaças, grande parte dos corpos paraguaios foram atirados às piranhas, tal a ira e o ódio que nos soldados brasileiros foram despertados pelas narrativas das mulheres brasileiras que haviam ali ficado prisioneiras.

Foi computada a guarnição paraguaiá em mais de 500 homens, — um batalhão completo e a guarnição de três vapores armados em guerra.

Tivera mais de trezentas baixas, só escapando da morte as praças e oficiais que se entregaram, as fornecidas como reforço às guarnições dos dois vapores e as que fugiram para a Bolívia, acompanhando o Quartel-Mestre do Batalhão chamado Rivarola.

As brasileiras libertadas informaram que, na hora do ataque, havia na cidade mais de cinquenta bolivianos que, a princípio, ajudaram os paraguaios, mas, persuadidos de que as forças atacantes eram numerosas, fugiram para a sua terra.

A força brasileira sofreu não pequena baixa.

Todas as companhias tiveram seus mortos e feridos.

Por conta da bexiga, ficaram muitos dos que não voltaram a Culabá.

No dia 13 de junho, quando deu-se o assalto e retomada de Corumbá, o 2º Corpo, que devia estar, o mais tardar, a 10, em Dourados, ainda se achava em Santo Antônio, a sete léguas da Capital, descendo o rio com patente demonstração de que não tinha pressa de chegar.

A CHEGADA DO 2º CORPO

Só no dia 24 chegou ele a Corumbá, isto mesmo depois de certificar-se não haver mais perigo.

O Presidente da Província, Doutor Couto de Magalhães, que ia como o Comandante superior, deu ordem para a retirada imediata do Batalhão da Vanguarda, ao saber que ali estava grassando a variola e a maior parte da Expedição se compor de pessoas não vacinadas, temendo ainda que os paraguaios pudessem voltar para tentar uma retomada o que lhes seria fácil se encontrassem as forças acamadas.

Ante o imprevisto da ordem, o Batalhão da Vanguarda foi para o seu acampamento no Riacho, onde se acomodaram em suas igarités e, no dia seguinte, atravessaram o rio, protegidos pelo vapor Antônio João, iniciando, então, a sua viagem de retôrno que, além das dificuldades naturais nos pantanais, tinham a acrescentar a calamidade da variola, da qual já se achavam atacados, ao saírem, algumas praças.

Após onze dias de trabalhosa travessia, chegaram a um pôrto no Rio S. Lourenço pouco abaixo do Alegre, onde já os esperavam os vapores Jaurú e Antônio João, que lhes deram reboque.

A RETIRADA DO ALEGRE

Chegando, dias depois, ao pôrto do Alegre, que é situado à margem esquerda do Rio S. Lourenço e onde se achava ancorada a Flotilha, abatendo algumas rezes e se provendo de carne, aí se detiveram as igarités, à margem do rio, formando um cordão que se estendia até bem abaixo.

Na última, que era a primeira para quem viesse subindo o rio, estava alojada uma parte da 2ª Companhia, sob o comando e cuidados do Tenente Delfino.

As três horas mais ou menos desse mesmo dia, foi visto pelo Tenente Ajudante Thomaz Tavares, águas abaixo, um rôlo de fumaça subindo os ares e que só podia ser lançada por chaminé de vapor, surgindo, momento depois, na volta do rio, o vapor de guerra paraguaio, que trazia no costado, de ambos os lados, e em letras grandes, o seu nome — Salto Guayra.

Ao ver a igarité em que vinha o Tenente Delfino, cheia de gente

e a pôstos, e que sendo a última, a da ponta do cabo de reboque, foi a primeira a ser vista, mandou-lha o primeiro balaço que atingindo a proa da igarité a pôs imediatamente a pique, prosseguindo o seu avanço rio acima sob uma chuva de balas e, embora de subida tivesse abordado o vapor Jaurú e o tomado, teve, ao descer o rio (o que foi feito a todo vapor), que abandonar a prisa, com receio de ficar prisioneiro.

A guarnição da igarité posta a pique, estendida em linha de atiradores na barranca do rio, cumpriu o seu dever, obedecendo à ordem no Tenente Delfino que foi esta: "Atirem, todos, na caixa da roda".

O resultado dessa providência foi imediato, porque o "Salto Guayra", ao fazer a curva, abaixo, mostrou que somente tinha em funcionamento a roda esquerda.

Se um dos vapores da Flotilha brasileira o perseguisse, apreen-de-lo-ia, logo abaixo.

* * *

Após o entêrro dos mortos e receiosos de um novo ataque de outros vapores paraguaios que, segundo informação de prisioneiros, tinham ficado no pôrto de Corumbá tomando algumas medidas para, após, virem em auxilio do Salto Guayra, agora que se achavam com os batalhões desfalcados com as perdas produzidas pela variola, reiniciaram, nesse mesmo dia, a viagem rio acima para alcançarem o Rio Negrinho, onde poderiam defenderem-se melhor, no caso de realizar-se o ataque esperado.

PROMESSA NÃO CUMPRIDA

A 2ª Companhia que se achava acampada na barranca do rio, sofrendo tôda a sorte de privações com o afundamento da igarité em lugar muito fundo, donde a mergulho só puderam salvar alguma roupa e um pouco de munição, foi prometido que, tão logo chegassem ao Rio Negro, voltaria o Antônio João para levá-la.

CINCO DIAS ABANDONADOS

Cinco dias estiveram os componentes da 2ª Companhia ali na barreira do rio, pouco abaixo do Pôrto Alegre, na outra margem, sem outro recurso de alimentação senão carne e bolacha, sem remédios, sem cobertas, desprovidos de tudo; e como a promessa da volta do Antônio João não se realizava, resolveram meter-se pelo pantanal a dentro, guiados por algumas pragas que diziam não poder estar muito longe uma grande Fazenda de onde se abasteceriam de tudo.

A DOLOROSA RETIRADA A PE
PELOS PANTANAIS

Iniciada essa retirada, "por mares nunca dantes navegados", conduzindo doentes de feia e terrível moléstia, sem recursos de espécie alguma, com a vaga esperança de obtê-los para os seus males, em uma Fazenda que se supunha estar na direção tomada, é algo de heróico no sofrimento.

Em poucos dias lá se foram as provisões de carne e bolacha e então passaram a se alimentar de piranhas assadas, sem sal ou qualquer outro tempero e palmitos de capim, isto é, a parte mole do capim junto à raiz e de outras plantas como o arroz silvestre e outras próprias dos pantanaís.

E como a cheia desse ano tinha sido extraordinária, dificilmente encontravam as touceiras próprias dos pantanaís, onde as terras são, em geral, mais altas e onde poderiam sentar-se mesmo com água pelo peito para dar descanso às pernas.

Para assar, primeiramente, a carne, e por último a piranha, aguardavam o encontro da touceira sobre a qual sobrepunham a lama tirada do fundo ao lado até a altura de fora d'água, sem o que era impossível.

A travessia dos corichos que, de cheios, urravam, era, por um lado, temida porque raro o faziam sem deixarem um companheiro na travessia, levados pela impetuosidade

da torrente a que não podiam vencer com as suas fracas forças, uns em convalescença, outros ardendo em febre, todos com o estômago vazio; por outro lado, o coricho, que, quase sempre, corre por entre matas, era olhado com alegria, porque afugentadas as onças que em quase todas foram encontradas, e mesmo mortas algumas para o aproveitamento do couro, e por alguns, a própria carne, as árvores ofereciam condições de descanso, encarpitados nas forquilhas e algum, nelas amarrados.

Mas como a moléstia parecia querer a todos atacar e a fome dava a entender que com mais alguns dias de viagem não teriam mais força para prosseguir-la, feito pequeno descanso, reencetavam a marcha rumo a um ponto que devia estar atrás daquele horizonte sem fim, uns, suplicando misericórdia aos céus, outros a fazer imprecacões de desespero, maldizendo a sorte, vociferando contra a terra e os céus.

E foi depois de 16 dias dessa marcha através do pantanal, que um soldado, subindo em uma árvore marginal a um coricho diviso lá, bem longe, num longínquo horizonte, uma ponta do telhado da casa da Fazenda procurada.

Tão grande foi a emoção que sentiu, que chorou de alegria.

"Comandante, gritou ele, lá está a Fazenda".

"Sobe aqui".

"Venha ver".

Sim, lá estava a Fazenda, mas ainda nesse dia não poderiam lá chegar porque era impossível e mesmo inconveniente apressar a marcha que vinha fazendo e que estava reduzida a, mais ou menos, meia légua por dia.

Em continuação e para terminar:

- Na fazenda "Macacos".
- Recrudescência da varíola.
- A chegada em Cuiabá.

DIVERSOS

DOUTOR SAMUEL RIBEIRO

Com o falecimento dêsse illustre brasileiro perde o Brasil um cidadão de invulgares virtudes morais e cívicas.

Homem de forte personalidade, trabalhador e estudioso, constituíam sua constante preocupação os grandes problemas nacionais. Acreditava piamente no Brasil e confiava na sua evolução, exaltando, cheio de admiração, as forças criadoras que apontam o seu futuro.

Colocado na Presidência da Caixa Econômica Federal, em S. Paulo, que a êsse tempo nada mais era do que uma repartiçãozinha de pouca ou nenhuma expressão, fêz obra consagratória do mais alto estalão, transformando-a num estabelecimento modelar.

A excelência de seu caráter e a generosidade que habitava o seu coração, não podiam consentir que uma instituição social de extraordinária beleza como a Caixa Econômica — instituição destinada a recolher economia indigente, a economia daqueles que por sua condição modesta não possam dar-lhe guarda e garantia de aplicação — ficasse para aí atirada como cousa inútil. Imprimiu-lhe alta expressão social.

Esse homem moralmente perfeito comovia-se ao relatar as belezas da instituição nos múltiplos episódios que testemunham a sua grandeza. E tudo isso êle o fêz sem jamais receber um seutil dos seus vencimentos; satisfazia-se com os lídmos contentamentos interiores de uma consciência plenamente satisfeita, porque êsse é o maior prêmio a que pode aspirar um homem.

De natural retraído e de extrema simplicidade de hábitos, a sua grande fortuna, longe de marear-lhe a exemplar modestia, antes servia para exaltá-la e aprimorá-la.

Não lhe nasceram filhos, mas os tinha inúmeros, tantos eram os moços que a sua bondade amparava e educava em sigilo, pois a ninguém revelava quem eram.

Adorava o convívio dos amigos que o compreendiam, mas desprezava o mundanismo e os prazeres fúteis. Repartia as suas horas entre o trabalho no escritório — êsse laboratório de benemerência social — e o seu lar, onde o esperavam os grandes enlevos de sua vida: a sua digníssima esposa e os seus livros, os seus melhores amigos.

Foi o extinto agraciado com a Ordem do Mérito, no grau de Oficial.



O. Dr. Samuel Ribeiro, principal Instituidor do Instituto de Física Teórica, de São Paulo, e membro do seu Conselho Diretor, em palestra com o Sr. General Fiuza de Castro, por ocasião da cerimônia inaugural, a 14 de junho do corrente ano

Inumeras são as instituições que em São Paulo, receberam o seu apoio, como a Escola Paulista de Medicina, o Museu de Arte e o Instituto de Física Teórica.

Adoecendo nos primeiros dias do mês de julho, não mais retornou ao trabalho, e a 7 de setembro faleceu em sua residência aquele que em vida fôra um exemplo de ope-

rosidade, de simplicidade e de comovedor generosidade.

Foi o grande impulsionador da fundação do Instituto de Física Teórica, em São Paulo, cuja inauguração assistiu conforme testemunha o instantâneo que reproduzimos com este artigo, onde ele aparece conversando com o Exmo. Sr. General Fiuza de Castro.

INSTITUTO DE FÍSICA TEÓRICA

JOSE REIS

N.R. — A exemplo do que fizemos no nosso número de julho de 1951, quando acolhemos o artigo "O Exército e a Física", de autoria do Prof. José Reis, do Instituto Biológico de São Paulo, publicamos a seguir o seu artigo sobre o Instituto de Física Teórica, cujas atividades científicas foram iniciadas a 14 de junho do corrente ano.

Quem hoje passa pela rua Famlona encontra, junto ao portão do n. 145, marcando a entrada de um palacete situado entre velhas árvores, uma placa singela, onde se lê: Instituto de Física Teórica. Ao comum dos passantes, uma placa como tantas outras, a designar um instituto a mais. Os que, porém, se preocupam com o futuro do país, não com os bombásticos destinos que morrem com o eco das palavras que os profetizam, mas com os verdadeiros, que são os construídos pela inteligência, pelo trabalho e pelo devotamento dos homens de bem, esses não de parar um momento e regozijar-se diante da nova placa, pois bem poucas coisas existem, no mundo de hoje, tão importantes para o progresso das nações como a pesquisa científica.

A história do Instituto de Física Teórica traz o sentido profundo daquelas palavras "longamente amadurecidas no silêncio", de que fala Rilke. É ele o fruto de uma ideia lentamente cristalizada.

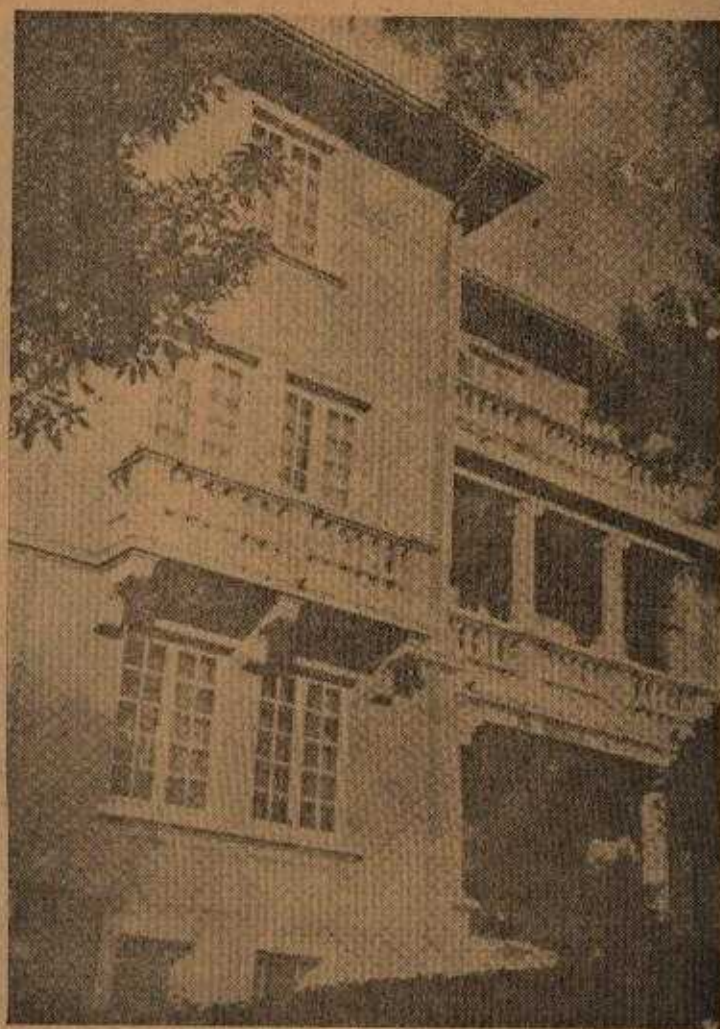
Não nasceu, como nascem tantas instituições entre nós da necessidade de aplicar em coisa material e vistosa alguma sobrança parcela de dinheiro, nem da verdade de ligar a um edifício o nome de uma pessoa ou dinastia, e ainda menos do interesse de criar lugares ou posições para satisfazer eventuais ambições. Quem lhe conhece a história, sonho a princípio e depois luta, sabe que ele não nasceu de

nenhuma dessas vulgares contingências.

A dupla convicção de que país sem ciência é país escravo, e de que ciência só progride, realmente, onde exista, a animá-la, o hábito da pesquisa original, cultivado como verdadeira atitude espiritual, foi a força que gerou o novo Instituto.

O leitor desavisado talvez confunda física teórica com física livresca, e alegue que esta última sempre foi cultivada no país em cujos ginásios, em cujas escolas, em grande parte, outra coisa não se tem feito senão repetir os capítulos dos manuais de física. Não é esse, por certo, o sentido científico de "física teórica". O teórico, aí, refere-se ao "não experimental". A física teórica, de que é exemplo clássico a relatividade de Einstein, é a que se desenvolve pelo raciocínio matemático, sem a participação da aparelhagem experimental. Não quer isso dizer que a física teórica seja estéril e fora da realidade. Não poucas vezes, como no caso citado da relatividade, as conclusões estabelecidas pela teoria são confirmadas pela experiência e até aplicadas, depois, em inventos úteis. Ao lado da física experimental ensina-se nas Universidades, inclusive nas nossas, a física teórica, de que já possuímos alguns representantes de valor, saídos de nossas escolas.

O importante, na ideia do novo Instituto, é a criação de um centro



"Prédio onde funciona o Instituto de Física Teórica"

destinado exclusivamente à pesquisa pura, onde especialistas, livres de qualquer preocupação, sem peias nem limitações que não sejam as da ética científica, possam concentrar-se no estudo e na solução de problemas físicos. Pesquisa pura significa, é bom lembrar, a que se faz pela simples curiosidade de saber e conhecer, de descobrir as leis naturais e sem

qualquer preocupação imediata ou remota, com possíveis aplicações práticas.

Se penetrarmos o edifício do novo Instituto, de quatro pavimentos, veremos apenas isto: salas com mesas, cadeiras, livros e amplos quadros-negros. É tudo, e basta. O resto, que é o principal, são os homens, com seus livros e suas revistas especializadas, os físicos teó-

ricos que passam o dia (ou à noite, conforme o temperamento de cada um) desenvolvendo equações e criticando ou formulando teorias, e que freqüentemente se reúnem em seminários, para trocar idéias e discutir os resultados de seus trabalhos, ou das alheias pesquisas, assim, colhendo novas luzes e novos pontos de vista. De todo esse labor, eminentemente silencioso e modesto, o que resulta são pequenas notas, que as revistas especializadas abrigam. Tomadas isoladamente essas notas talvez valham pouco, mas unidas umas às outras, elas formam a trama do pensamento físico e podem trazer, ou sugerir, uma nova interpretação do universo ou o segredo de uma nova e insuspeitada fonte de energia...

O novo Instituto contou, desde o início, com o mais decidido apoio do Estado-Maior do Exército, órgão ainda mal conhecido do público, para o qual a força armada ainda é, apenas, o quartel e o batalhão, a parada e a fanfarra, e não o paciente, obscuro e fecundo esforço de pesquisa e de estudo que congrega em torno dos problemas nacionais e internacionais algumas das mais robustas inteligências do país.

Numerosas boas vontades apoiaram, financeiramente, a empresa e assim se constituiu uma fundação, que mantém o Instituto, inteira-

mente desligado de qualquer dependência oficial, o Instituto vive apenas para a pesquisa. Mas nem por isso deixa de ter uma função, não formal, de ensino, pois, recebendo graduados em física que desejem especializar-se ou dedicar-se à pesquisa pura, e que se beneficiam de bolsas de estudo ou de contratos, é claro que o Instituto forma novos especialistas, o que não deixa de ser uma função de ensino, no mais alto grau.

Aqui em São Paulo esteve, colaborando na organização do Instituto de Física Teórica o prof. von Weizsaecker, por indicação do eminente físico Heisenberg. Weizsaecker deixou relatório altamente honroso, no qual se acha devidamente salientado o interesse da nova organização e o valor dos princípios que a norteiam. Com Weizsaecker vieram dois físicos alemães que se acham integrados no Instituto, trabalhando ao lado de físicos brasileiros. Outros especialistas virão depois, para curta ou longa permanência. Unidos aos físicos brasileiros, irão eles consolidando e ampliando o novo centro de pesquisas, que está fadado, por suas puras origens e por sua organização e independência, a ser uma das mais interessantes experiências científicas já levadas a efeito em nosso meio.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIBEIRÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO

Prefeito: Dr. Abelardo de Vasconcelos Sena.

Finanças: Arrecadação do ano de 1951.....	Cr\$ 1.445.236,40
Orçamento do ano vigente.....	Cr\$ 950.000,00
Arrecadação do 1º semestre de 1952....	Cr\$ 707.192,00
Previsão para o ano de 1953.....	Cr\$ 1.500.000,00

Produção: Possui o município, 3 Usinas de açúcar e uma Fábrica de Tecidos.

Instrução: Grupo Escolar com capacidade para 400 alunos. 3 Escolas supletivas — Instituto Savina Petrelli, sob a direção das religiosas, Irmãs dos Pobres de Sta. Catarina do Sena — 10 cadeiras, assim distribuídas: 7 no Grupo Escolar "Padre Américo Novais" e 3 localizadas nas Vilas "José Mariano", "Aripibu" e "Usina Estreliana".

A MÍSTICA DO PARA-QUEDISTA

Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO

Brilhante e animadora é a ação desenvolvida por um pugilo de homens que constituem o Núcleo de Para-quedistas do Exército. Estes abnegados militares, que tiveram à frente a personalidade dinâmica e empreendedora do General Nestor Penha Brasil, constituem a célula formadora das nossas futuras tropas Aeroterrestres.

É com admiração que observo a ufânia e o garbo dos nossos para-quedistas e sinto-me profundamente impressionado com a verdadeira Mística de que se acham possuídos. Realmente, devem se sentir orgulhosos da missão que desempenham, missão digna dos maiores elogios e da maior admiração.

É necessário que incentivemos o magnífico trabalho desses homens disciplinados, moral e fisicamente fortes e dotados de uma elevada noção do cumprimento do dever.

É preciso que os incentivemos, não regateando aplausos à meritória obra que estão construindo.

Particularmente para o caso brasileiro, as Tropas Aeroterrestres terão uma fundamental aplicação, considerando-se essencialmente, os Grandes Espaços Livres que, inapelavelmente, existirão na eventualidade de um conflito armado.

As tropas Aeroterrestres caberão, modernamente, as mesmas missões que fizeram da Cavalaria Hipomóvel, anos atrás, a arma das ações rápidas e de Surpresa, operando particularmente nos Espaços Livres dos Teatros de Operações.

Como cavalheiro que sou, crente ainda da eficiência da Arma, com o cavalo como seu meio de Transporte e de Combate, no particularíssimo caso do continente Sul-Americano, reverencio os Para-quedistas, pois cultuam as ele-

vadas qualidades da Mística Profissional, da mesma forma que aqueles que se honram de pertencer a uma Arma que teve como condutores homens da tempera de Osório e de Andrade Neves.

A Mística Profissional é uma força propulsora de nobres ações de heroísmo, de abnegação, de disciplina e de moral; ela deve ser cultivada e cultuada no seio das Classes Armadas como um verdadeiro Apanágio.

É pois, por possuírem em alto grau a Mística Profissional, que admiro e enalteço os Para-quedistas e concito todos os militares, pertençam à Arma que pertencem, para que cerquem os para-quedistas de uma atmosfera de simpatia, entusiasmo e respeito e também impregnem-se da mesma Mística que os envolve.

Fiquem certos os meus camaradas, particularmente os jovens, que sem o alicerce sólido da Mística Profissional, jamais poder-se-á ter um Exército material e modernamente forte, pois sofrerá as injunções do derrotismo e da desagregação.

O Núcleo de Para-quedistas é a mais nova e moderna organização que possuímos no Exército; sua criação veio preencher uma lacuna existente no âmbito da moderna organização do nosso Exército.

Temos a plena convicção de que o Núcleo de Para-quedistas do Exército Brasileiro, consoante já tem demonstrado em várias ocasiões através demonstrações realizadas, está em condições de formar, em caso de necessidade, rapidamente, contingentes de Para-quedistas aptos a cumprirem eficientemente as missões que lhes forem atribuídas.

FLORES E SALVAS EM PISTÓIA!

Ten.-Cel. NELSON R. CARVALHO

Nas terras distantes da Itália, liberada com a ajuda do esforço de todos nós, mas, principalmente, com as cicatrizes de nossos feridos, com os aleijões de nossos mutilados e, sobretudo, pelas cinzas de nossos mortos, brancas cruzeiras de madeira, após balizarem, por quebradas, serras e vales, o trajeto das batalhas vencidas em nome da liberdade, foram, por fim, piedosamente recolhidas ao Campo Santo de Pistóia.

Cemitério-alegoria do holocausto ao dever, tombados na tarefa anônima dos transportes de nossa Marinha Mercante, ou no atrevimento das escoltas e patrulhas de nossa briosa Marinha de Guerra, néle dormem, também, o sono eterno da glória, os heróis de nossos mares.

No solo ou dos ares, eles baquearam, ainda, em Camaiore, Monte Prato e Barga; em Somocolônia e Castel Nuovo di Garfagnano; em Gaggio Montano, no Belvedere ou nos picos de Campiarno; em Monte Castelo e La Serra, como em Marano, Soprasasso e Castelnuovo ou Vergato; em Montese, como em Zoca e Vignoli; e até no Vale do Pó, ou do alto dos céus, sobre os contrafortes dos Alpes.

Mas lá do seio de Deus, onde suas almas heróicas se foram recolhendo — porque o céu é a moradia eterna dos bravos!, seu apelo ao Todo-Poderoso não foi em vão: inspirados em sua bravura e abnegação, batemos, por toda a parte, a arrogância das tiranias, para desfaldar, enfim, com a espetacular rendição de Coléquio, o estandarte cristão da liberdade, por um mundo melhor.

Finados de 1952! Faz sete anos que os corpos dos nossos companheiros tombados na jornada da redenção, dormem, em Pistóia, ve-

lados pelos mais nobres sentimentos do povo italiano, o sono eterno de sua soberba lição de brasilidade!

Transportemo-nos àquele tão nosso querido recanto sacro do solo da Itália! Cabeças descobertas, almas genuflexas, levemos aos nossos bravos as flores espirituais de nossa mais profunda reverência, de nossa mais dolente saudade!

É o nosso Finados em Pistóia!

Aquêle tombou rasgado da rajada de uma metralhadora, às barbas do boche entocado; aquêles outros, foram traiçoeiramente dilacerados pelos "bobby traps" insidiosos; acolá, jazem os corpos irreconhecíveis das vítimas dos campos de minas plantados na neve; mais outros aqui, foram esmagados de granadas e morteiros; neste canto, são os pilotos audazes de nosso Grupo de Caça, abatidos pela antiaérea; adiante, são os "17 de Abetala", suprema alegoria do dever de um pugilo de bravos, caídos em torno das casamatas — erduto da Vila fatídica, e cujos corpos a neve protegeu, na rigidez cadavérica de uma impecável formação de ataque, seu heróico chefe com a boca ainda aberta da última voz de comando — mas todos igualados na nossa profunda veneração por seus feitos pelo renome da pátria, cuja honra, integridade e instituições juraram um dia defender com o sacrifício da própria vida.

E assim o cumpriram!

Espargemos, sim, em intenção da piedosa data, as mais exuberantes flores do nosso sentimento, sobre os túmulos destes heróis, sepultados tão longe da terra querida. Mas não os lastimemos. Não os choremos, sequer. Eles se envergonhariam de nossas lágrimas.

ECOS DO "DIA DA PÁTRIA"

7º G. A. C. M.

Rio Grande, 7 de setembro de 1952

OSMAR DE ALMEIDA BRANDAO, Tenente-
Coronel Comandante

BOLETIM COMEMORATIVO

Soldados do Brasil:

Em todos os quadrantes da terra brasileira, nos mais longínquos recantos do solo benfazejo, a alma nacional, genuflexa diante do Altar da Pátria, então, nesta Semana gloriosa, o Te Deum cívico da nossa brasilidade.

É o Brasil que se agiganta, se possível, ainda mais, na beleza miraculosa da unidade espiritual de seus filhos, para arrancar das glórias do passado a esplêndida realidade do presente, cristalizando-a, em afirmações de Fé, para as cintilações dinivatórias do porvir.

É a religião do Civismo que se transforma em força criadora, alvoroto espiritual, deslumbramento, emulação e ideal ativo, mística prolongando no Tempo o sonho esplendente da Inconfidência, o drama épico do Ipiranga, o poema comovedor da Abolição e a nobreza glorificadora da República, enfim: o culto eterno da Liberdade.

Pátria que não surgiu, apenas, de uma conglobação de homens, nem de um simples conjunto de riquezas naturais, que não se projetou da destacada material da força bruta, nem dos pruridos doentios de tiranias e conquistas, é nas excelências peregrinas do Espírito que o Brasil assenta o primado da sua grandeza, como Pátria, como Povo e como Nação.

No santuário da nacionalidade, à Luz de candelabros de pátrio pun-donor, dois vultos excelsos se agi-

gantam, envoltos em espirais do incenso da nossa brasilidade, e se projetam, um deles, para se aninhar no seio do próprio Deus e, o outro, para aleluias cívicas, canonizado como santo leigo do Brasil.

Ambos receberam a unção sagrada que assegura a glória suprema da imortalidade e figuram no painel do Tempo como nomes tutelares da honra nacional.

Tiradentes e Anchieta são os seus nomes, soberbamente imortal a sua memória.

Tiradentes — na expressão lapidar do grande Rui — teve o cadafalso enflorado em altar pela posteridade, e Anchieta — como afirmou o historiador — atingiu proporções tais que, pelo seu prestígio espiritual, seria capaz de fazer do Brasil um mundo e, dentro deste mundo, desenvolver uma humanidade melhor, maior e mais feliz.

O Protomartir foi feito Padroeiro do Direito, Advogado contra a opressão, Patrono da Liberdade, e o Apostolo do Novo Mundo, cujo verbo iluminado suplantou a própria espada, inspirou-se na Fé para revestir o bárbaro de humana dignidade e incorporá-la, depois, ao concerto da civilização e à comunhão nacional.

Anchieta empunhou a Cruz e o Evangelho de Cristo para ensinar os homens a se amarem como irmãos, e, sob a égide do Amor, chumbou e consolidou os fundamentos da Pátria nascente.

Tiradentes ofereceu ao Brasil a oblata da própria vida, para que

aquêles irmãos vivessem livres, dentro de uma Pátria grande, apontando no Tempo, no Homem e no Espaço, o último reduto de todas as liberdades.

Semana da Pátria!

Semana de cívico recolhimento, em que um só e o mesmo sentimento deve identificar todos os brasileiros na comunhão viva da unidade nacional.

E esta unidade — Soldados do Brasil — hoje mais do que nunca, é um imperativo da própria sobrevivência da Pátria, porque sem este vínculo espiritual, a Nação se expõe à fúria iconoclasta das tiranias mais abjetas.

Quando os alicerces da Pátria estremecem sacudidos pela exiguidade de ideais coletivos e as misérias morais rondam de perto o organismo social, recrudescem o furor doentio dos interesses venais e inconfessáveis, com que os corifeus do materialismo se insurgem contra as tradições cristãs e democráticas do Brasil.

Grande, pois, é a nossa responsabilidade na preservação do sentimento nacional e daí a significação maior da Semana da Pátria, batismo de brasilidade que se renova todos os anos, na água lustral do nosso amor ao Brasil e do nosso culto inflamado aos ideais de Justiça e de Liberdade.

A nossa Pátria, dentro do Novo Mundo, é um facho de luz que se não pode, jamais, extinguir.

Herança divina que empolga, extasia e deslumbra, o Brasil não deve e não há-de parar.

Aqui está, gravado no próprio céu, em fiapos cintilantes, o signo da nossa predestinação nos fulgores eternos do Cruzeiro do Sul.

Aqui está o rio-mar, maior entre os maiores o Amazonas lendário e viril na arrogância das suas pororocas.

Aqui está o Corcovado, feito altar, magestoso da Pátria e, sobre ele, num amplexo de caridade e de Amor, a imponente granítica do Cristo Redentor.

Aqui está a Cachoeira de Paulo Afonso, naquela mescla de encantamento, pavor, musicalidade e potência.

Aqui estão o "O Dedo de Deus" e o "Gigante que dorme", símbolos que a natureza rasgou na pedra virgem para indicar ao viandante extasiado a terra mais bela do universo.

Aqui estão as cobrilhas verdejantes do pampa altaneiro, onde o Gusca-indomável aprendeu o A B C da Liberdade.

Se mergulharmos na História, menor não será a expressão do nosso patrimônio cívico moral.

Lá estão as lutas soberbas contra o estrangeiro atrevido, que aqui desembarcou tangido pelo desejo de conquista.

Lá encontraremos as páginas rutilantes de bravura, escritas na Bahia gloriosa e no heroico Pernambuco, marcando a mística da independência no próprio madrugado da nacionalidade.

Capítulos inteiros descrevem com fulgor a epopéia homérica dos Bandeirantes, revelando ao mundo as maravilhas singulares da Terra de Santa Cruz, ampliando e fixando as fronteiras materiais do Brasil.

Veremos a margem esquerda do Ipiranga a repetir, até hoje — como a voz mesma da Pátria a conchamar seus filhos para o cumprimento do dever sagrado — o brado eterno: Independência ou Morte!

Lá estão as guerras do Paraguai, os lances épicos de Humaitá, Riachuelo e Paissandú, e nos campos da Velha Europa atestando o valor indomito da Força Expedicionária Brasileira. Veremos, ainda, a espada de Floriano, a altivez de Deodoro, o verbo de Rui Barbosa, o gênio de Santos Dumont, a lira de Castro Alves, a pena de Patrocínio, a abnegação de Ana Nery, a bravura de Caxias, Osório Tamandaré, Barroso e Marcílio Dias, de Maccarenhas de Moraes e tantos outros brasileiros ilustres que a História, comovida, imortalizou, como perfil moral da grande raça que o luzo, o negro e o índio formaram, à sombra generosa do auri-verde pendão, na construção de uma Pátria grande e na exaltação de uma nacionalidade ainda maior.

Semana da Pátria!

Semana de culto ao Brasil!

Que sejam desligados da comunidade nacional aqueles que, falhos de robustez cívica, vegetam alheios ao ideal comum da Pátria, ou tramando contra ela ou permanecendo impassíveis diante dos perigos que a ameaçam.

Só podem ter Pátria os homens dignos e livres — disse alguém — os escravos e os servís têm, apenas, um país natal.

Soldados do Brasil.

Se a cubilha dos conquistadores ou o desvario dos treloucados tentarem estender até nós os grilhões infamantes de qualquer cativeiro, submissão vergonhosa ou quebra da nossa integridade, *Independência ou Morte* deve e há-de ser o nosso brado altissonante, qualquer que seja o local ou a circunstância em que nos encontrarmos, pois, aí, será, sempre e invariavelmente, o Ipiranga caudaloso e altivo da nossa dignidade cívica.

Muitos confundem com covardia e passividade, aquilo que é, tão só, generosidade, grandeza de coração e espírito de concórdia humana.

Que se atrevam, pois, a materializar os sonhos criminosos que lhes entumecem a alma, a calcar aos pés os mais nobres sentimentos da brasileira gente em loucas tentativas de molatação da nossa liberdade e das nossas tradições, e verão reaviver em nós o mesmo pátrio pundonor da geração gloriosa da Independência.

Soldados do Brasil!

No altar imponente da Pátria, semana de cívico recolhimento,

crepita, em labaredas de Fé, o Fogo da nacionalidade.

Que esta chama bendita renove nas fábricas, nas oficinas e nos campos as energias de nossos irmãos operários para a exaltação maior do trabalho, viga mestra da grandeza do Brasil.

Que ilumine nas escolas o espírito das novas gerações, para glória sublime da Pátria que há-de vir.

Que retempere as energias dos homens públicos do Brasil, para os embates decisivos pela elevação dos destinos nacionais.

Que deslumbre a Mulher-Mãe, para a sintonia perene de seus afetos com a expressão mais pura do amor ao Brasil, que há-de garantir, no lar e na família, a continuidade admirável de suas funções essenciais de fundamentos da honra e da integridade da Pátria.

Que, finalmente, nos quartéis, o Fogo Sagrado cristalize a ténpera dos Soldados do Brasil, como penhor seguro da soberania nacional, em função de uma Pátria forte, livre, feliz e respeitada.

Fixemos os olhos no agosto e auri-verde Estandarte que a brisa do Brasil envolve em carícias purificadoras, e façamos da caserna a catedral suntuosa para o culto indormido das virtudes primaciais do redivido Caxias, garantindo, assim, ao Exército Nacional a sua função excelsa de sentinela avançada da Pátria, floração magnífica de uma raça predestinada, que constrói para o Porvir o ideal comum da grandeza do Brasil.

"BOLETIM SOCIAL"

É com prazer que acusamos o recebimento dos nove primeiros números do "Boletim Social", órgão da "União Beneficente dos Subtenentes e Sargentos de Mato Grosso". Trata-se de um bem cuidado mensário que iniciou a sua publicação no mês de janeiro do corrente ano. Como próprio nome indica, relata o novo órgão os acontecimentos sociais da vaporosa classe de Subtenentes e Sargentos da 9ª R.M., incluindo matéria literária interessante, farta e variada e que bem recomenda o nível intelectual dos seus colaboradores.

A Diretoria do "Boletim Social", agradecemos a gentileza da remessa e enviamos à União os nossos melhores votos de prosperidade.

A Redação.

QUEM POSSUI OS METAIS!

Ten.-Cel. "T" WALDEMAR DE LIMA E SILVA
Engenheiro Metalurgista

"A divulgação recente do relatório Paley, no que diz respeito à política a ser adotada pelos Estados Unidos com relação aos metais, veio evidenciar a grave preocupação do governo norte-americano com a transformação que se operou nos estoques de metais da grande nação, passando os Estados Unidos de um país que possuía metais, para um que não possui.

O relatório Paley foi publicado por uma comissão nomeada pelo Presidente Truman, e prevê um acréscimo de 90 % do consumo global de metais nos Estados Unidos nos próximos 25 anos. A comissão que foi encarregada de estabelecer as normas para uma política relacionada com os metais, salientou que os Estados Unidos devem tornar-se cada vez mais dependentes das fontes de abastecimentos no estrangeiro, a fim de atender as necessidades crescentes das suas indústrias."

A auto-suficiência na importante questão dos minérios e metais estratégicos é um mito. Todas as nações industriais do mundo necessitam da importação dos metais, umas mais, outras menos.

Os Estados Unidos e a Rússia estão em melhor situação do que os outros possuidores, seja no ponto de vista de volume, seja no da variedade de fontes minerais. Os Estados Unidos e a Rússia, apenas esses dois países, possuem suficiente minérios estratégicos e básicos dentro de suas fronteiras ou esferas de influência, e assim, podem expandir e desenvolver as suas indústrias e economias, de acordo com as suas áreas terrestres, populações, posições de influência e domínio tomado aos seus cargos.

Provavelmente, os Estados Unidos e a Rússia serão rivais por gerações, o que afastará o perigo de uma guerra, na qual um ou outro terá de ser destruído. Esses fatos tornam-se evidentes quando se analisa a distribuição e a situação dos minérios e metais no mundo. Para alguns países, a natureza foi pródiga, e foram bem aquinhoados com recursos e fontes metálicas, enquanto que para outros ela foi

bem adversa; todos os países, porém, dependem das importações de grande parte dos metais que necessitam.

Certamente, as posições rivais dos Estados Unidos e Rússia resultam de outros fatores importantes, e não apenas da riqueza e variedade dos seus recursos minerais.

Os Estados Unidos, sob o ponto de vista de desenvolvimento industrial levam grande vantagem sobre a sua rival. O seu desenvolvimento está por muito anos à frente da Rússia, e a sua capacidade de produção do aço, representa um ótimo índice de poder industrial, e estimado 3 vezes maior que o da Rússia. A esfera de influência dos Estados Unidos é muito grande, e conta com vizinhos amigos, e que podem abastecer a grande nação norte-americana com a maioria das matérias-primas. Dentro das fronteiras dos Estados Unidos, de um modo geral, os recursos e fontes minerais conhecidos são maiores do que as conhecidas da Rússia.

Duas guerras mundiais e o vasto programa de rearmamento em execução no presente momento, tem dado muito o que pensar sobre os suprimentos de materiais estraté-

gicos, fazendo com que a alta administração dos Estados Unidos encarar a situação com seriedade e grande responsabilidade no presente e para o futuro.

Durante uma geração passada, os Estados Unidos sacaram de uma maneira progressiva sobre as fontes de minérios estratégicos e críticos de países estrangeiros; durante a atividade incomparável dos últimos 10 anos, os Estados Unidos tiveram assim acelerado o seu consumo de minério de ferro, cobre, chumbo, zinco e outros metais que possuíam em menores quantidades que outra nação. O quadro abaixo, baseado nos cálculos para o ano de 1951, mostra que apenas em dois dos metais assinalados — molibdênio e magnésio — os Estados Unidos estão auto-suficientes. Os

Estados Unidos dependem de outros países, em cerca de 50 % daquilo que consomem. Durante algum tempo, no intervalo entre as duas guerras mundiais, os Estados Unidos foram auto-suficientes em cobre, chumbo e zinco, e chegaram a exportar estes metais. Atualmente, os Estados Unidos importam de 29 % a 45 % das suas necessidades. Essa transformação não é somente a consequência do esgotamento das suas fontes nacionais, mas também da tremenda expansão do consumo daqueles metais. Felizmente, a maior parte das importações de cobre, chumbo e zinco são provenientes do Hemisfério Ocidental.

O presente artigo diz respeito à produção no ano de 1950 de 15 metais importantes.

O que os EE.UU. produzem	Nações Livres Produção de 1950 (Toneladas)	Materiais	Nações Comunistas Produção de 1950 (Toneladas)	O que os EE.UU. devem importar
116 %	15.430	Molibdênio	684	0 %
100 %	36.805	Magnésio	7.275	0 %
33 %	203.000.000 TB	Minério Ferro	37.000.000 TB	8 %
71 %	2.048.000	Zinco	150.000	29 %
66 %	2.510.000	Cobre	245.000	34 %
35 %	1.571.000	Chumbo	131.000	45 %
48 %	18.370	Tungstênio	12.220	52 %
47 %	5.577.800	Cádmio	74.750	53 %
41 %	—	Arsênico	—	59 %
37 %	1.391.000 (A1)	Bauxita	240.000 (A1)	63 %
21 %	47.400	Antimônio	7.717	79 %
20 %	—	Grafite	—	80 %
10 %	7.826	Cobalto	—	90 %
9 %	—	Mercurio	—	91 %
7 %	3.730.000	Manganês	1.322.500	93 %
1 %	—	Tântalo	—	99 %
1 %	132.376	Níquel	27.558	99 %
0 %	1.949.000	Cromita	560.000	100 %
0 %	162.400 TB	Estanho	12.000 TB	100 %

O grande país norte-americano é o principal produtor de minério de ferro, cobre, alumínio, chumbo, zinco, magnésio, molibdênio e cádmio; é o 2º produtor de tungstênio. A Rússia é o principal de

manganês e cromita; o 2º em minério de ferro, níquel e magnésio. O Canadá é o maior produtor de níquel e o 2º em zinco e alumínio. O México e os países sul-americanos produzem importantes quan-

tidades de cobre, zinco, chumbo, molibdênio, cádmio e antimônio. A Bolívia produz o estanho. Outros metais importantes são mais abundantes na África e Ásia. A Malásia é o principal produtor de estanho e tantalita. O Congo Belga, Nigéria, Rodésia, Costa do Ouro e outros países africanos possuem importantes reservas de cobalto, columbita, vanádio, manganês e cromo. A China é o principal produtor de tungstênio.

País algum possui todos os elementos metálicos, necessários para a produção de todos os produtos utilizados na indústria moderna, seja para a paz, seja para a guerra.

O Hemisfério Ocidental está bem estabilizado em minérios de ferro, cobre, chumbo, zinco, alumínio, magnésio, níquel, molibdênio e cádmio; a natureza, contudo, não foi pródiga para o nosso hemisfério na parte que diz respeito ao manganês, cromita, columbita, tantalita, estanho, tungstênio e antimônio. Comparando a produção dos metais nos países livres, isto é, aqueles que fazem parte do bloco das Nações Unidas, com a da Rússia, seus satélites e sob a sua influência, verificamos que a superioridade do mundo livre é aparente. Esse aspecto, naturalmente, pode se transformar rapidamente e de um modo bem substancial no caso de uma guerra lançada pela Rússia. Os Estados Unidos, provavelmente terão de lançar mão das fontes, recursos e capacidades produtoras de alguns países das Nações Livres.

Os Estados Unidos com cerca de 8 % da área terrestre e outro tanto da população mundial, consomem mais de 50 % dos metais produzidos no globo. Durante vários anos, os abastecimentos dos metais não chegaram a causar pequenos transtornos na vida industrial norte-americana; facilmente as suas jazidas foram exploradas, delas tiradas o que era necessário e prontamente importados os metais que havia deficiência ou não existiam no país. No momento atual, a situação é bem diferente. Os Estados Unidos cada vez mais estão dependendo das importações, e algumas

de suas fontes fornecedoras foram cortadas.

O mais discutido e complexo problema em qualquer parte onde exista indústria metalúrgica, e principalmente no Departamento de Defesa em Washington, é a dificuldade na obtenção dos metais, seja nas suas fronteiras territoriais, seja nas importações adequadas e eficientes. O suprimento atual da maior quantidade possível de toneladas de metal, é de um modo geral, muito menor que o mínimo necessário, e grande parte dos metais estratégicos está causando graves preocupações e cuidados.

A solução para o "deficit" dos metais provenientes do solo norte-americano pode ser encontrada, segundo a revista Steel, nos estudos dos aços laminados, nos laboratórios e usinas metalúrgicas, nas minas e no Departamento de Defesa, com o objetivo de:

- a) pesquisar e desenvolver novas fontes e recursos nacionais;
- b) desenvolver novas fontes e recursos nos países acessíveis;
- c) aumentar os abastecimentos vantajosos;
- d) pesquisar e desenvolver substitutos práticos.

NOVAS FONTES

Os metais são provenientes de jazidas ou minas, e essas precisam ser descobertas. A descoberta e a exploração exigem certos meios, fatores e circunstâncias que não podem ser evoluídos de uma maneira tão segura, como por exemplo, no caso de uma nova usina de fabricação. Frequentemente, o minério ou o metal quando encontrado, está situado numa área isolada e distante, e antes de sua exploração propriamente dita, os meios de transporte devem ser previstos e assegurados. Na mineração, há necessidade da escavação de poços, e esse trabalho pode aguardar transportes. Por outro lado, não é possível a exploração dos trabalhos no fundo do poço, sem o conhecimento da direção a tomar para a abertura de túneis e outras escavações que se tornarem precisas. A escavação

do poço é necessariamente vagarosa. Então, antes da nova mina entrar em regime de produção, os trabalhos ligados a este fator devem ser feitos satisfatoriamente, assim como fornecidos os meios adequados para a concentração do minério.

Quando novas descobertas são feitas noutros países, os contratos e os direitos de exploração devem ser negociados, e a experiência tem mostrado que essas concessões tornam-se resistentes, difíceis e consomem tempo.

Quando surge uma situação de emergência, o 1º problema a aparecer é o aumento dos suprimentos úteis, e em consequência, a sua restrição na fabricação de alguns produtos essenciais e a sua introdução naqueles mais urgentemente necessários.

As ligas pobres oferecem resposta parcial para o caso acima; muito trabalho se terá nas substituições dos aços-carbono nas futuras aplicações consideradas estritamente necessárias. Os aços-boro dão a esperança de que poderão ser empregados em substituição aos aços especiais. Muito trabalho ainda se terá quando se estudar os substitutos práticos para os metais atualmente em falta, e muito mais terá de ser feito antes de se poder suportar uma alta estandarização de economia de tempo de paz, paralelamente com uma vasta economia de guerra.

A resposta completa e definitiva a estes problemas somente poderá ser dada no futuro.

MINÉRIO DE FERRO

Muito embora o minério de ferro seja um dos mais comuns existentes no mundo, apenas quatro nações possuem reservas próprias sob seus domínios, e estão assim em condições de desenvolverem e expandirem as suas indústrias siderúrgicas, mantendo algumas dessas nações a preponderância de suas atuais posições, e outras com os meios e recursos para futura projeção mundial, com a criação de uma grande e eficiente indústria siderúrgica, como é o caso do Brasil. São essas

nações, o Brasil, a Índia, os Estados Unidos e a Rússia.

Sob o ponto de vista de desenvolvimento industrial, a Rússia, a Índia e o Brasil estão muito aquém dos Estados Unidos; a vantagem em capacidade de produção de aço e de minério de ferro dos Estados Unidos para a Rússia é de 3 para 1.

Segundo a monografia publicada recentemente por alguns técnicos da ONU, a situação do Brasil é privilegiada em minério de ferro. A monografia cita a existência de cerca de 11 bilhões de toneladas de minério com o teor médio de 55 % de ferro; os técnicos brasileiros elevam as nossas reservas para 15 bilhões.

Quando se menciona o minério brasileiro, tem-se forçosamente de tecer algumas considerações e esclarecimentos sobre a Companhia do Vale do Rio Doce, em cuja frente se encontra o seu muito digno presidente Coronel Juracy Montenegro Magalhães, o grande impulsionador da indústria que extrai, transporta, vende e exporta o nosso minério.

Os depósitos da Companhia estão localizados em Itabira. A elevação média da região é de cerca de 900 metros de altitude, com o afloramento de minério atingindo até 1.370 metros no pico do Cauê, que com os de Dois Córregos e Conceição, formam dentre os principais depósitos da Companhia.

O Cauê possui o melhor minério do mundo, e que segundo 216 análises, contém 68,92 % de ferro, 0,74 % de unidade, 0,023 % de fósforo e 0,38 % de sílica.

As reservas da Companhia compreendem:

	Mil toneladas
Hematita.....	300.000
Canga.....	1.000.000

Em 1950 a Companhia produziu 701.855 toneladas; em 1951, a produção atingiu a 1.314.133 toneladas. O atual programa é: numa primeira fase extrair, transportar e exportar 1.500 toneladas anuais de hematita compacta; e numa segunda fase, ampliar a sua capaci-

dade de exportação até atingir 3.000 toneladas anuais.

As reservas do Brasil estimadas em 15 bilhões de toneladas são praticamente inesgotáveis. O consumo atual e mundial é de 240.000 toneladas de minério de ferro, por ano. Tomando por base as estimativas atuais, as reservas brasileiras dariam para 62 anos de consumo mundial.

O consumo atual do Brasil é de 1.000 toneladas anual, e pode-se dizer que, mantido esse consumo, as reservas do Brasil dariam para 15 mil anos.

A produção de ferro no Brasil cresceu nos últimos 10 anos de 341 %; mesmo se fôsse duplicado esse ritmo de crescimento, no ano de 1961 estaríamos consumindo apenas 6.800 toneladas.

Segundo o Instituto Norte-Americano de Ferro e Aço, a produção do Brasil em 1950 foi de cerca de 730 mil toneladas de ferro gusa e cerca de 800 mil de aço. Em 1951, a produção foi de cerca de 772 mil de ferro gusa e cerca de 840 mil de aço. A companhia Siderúrgica Nacional contribuiu com 342 mil de ferro gusa e 465 mil de aço. Os países Sul-Americanos produziram em 1951 mais de 1.600 toneladas.

Volta Redonda, a usina modelar do Brasil, quando terminar a instalação do novo alto-forno, o que deve se dar em 1953, poderá produzir 750 mil toneladas de ferro gusa e 700 mil de aço. É pensamento da direção da Companhia, elevar a sua produção para 1.000 toneladas de aço, num futuro bem próximo, após os melhoramentos previstos.

Em reservas, os Estados Unidos possuem mais minério de ferro e de melhor qualidade do que a Rússia. Tohn W. Gruner, da Universidade de Minnesota, estima as reservas úteis dos Estados Unidos em 8 bilhões de toneladas, incluindo o Lavrador, a Venezuela e alguns países sul-americanos, sendo o teor em ferro superior a 50 %. As atuais reservas da Rússia são estimadas em 6 bilhões de toneladas, e o minério possui baixo teor de ferro. As estimativas acima não

incluem a tacomita (cerca de 30 % de ferro) da área do Mesabi, nem as prováveis formações de magnetita do Kursk.

Os Estados Unidos em 1950 produziram cerca de 100.000 toneladas brutas de minério de ferro.

Segundo dados colhidos em fontes dignas de maior crédito, algumas principais fontes de minério de ferro do hemisfério ocidental, possuem, as seguintes reservas comprovadas, em milhões de toneladas :

	Milhões de toneladas
Mesabi Range.....	1.270
Lavrador.....	400
Venezuela.....	1.300
Chile.....	35
Libéria.....	20
Norte da África (Marrocos, Argélia e Tunísia).....	119
Lorena (França).....	4.370
Kiruna (Suécia).....	2.200
Brasil (Estimativas).....	15.000
Total.....	24.714

Concessões norte-americanas — Lavrador, Venezuela, Chile, Libéria e Nigéria.

A Rússia produziu em 1950, cerca de 35.000 toneladas.

A Índia possui reservas de cerca de 10 milhões de toneladas com o teor de 51 %; a França, cerca de 4 milhões com 37 %; o Canadá, cerca de 2 milhões com 45 %; a Grã-Bretanha, 913.000 com 27 %; a Alemanha, 840.000 com 30 %.

O 3º maior produtor de minério de ferro em 1950 foi a França com cerca de 30.000 toneladas. A Suécia, a Grã-Bretanha e a Alemanha foram os seguintes produtores, com cerca de 14.000, 13.000 e 11.000 respectivamente.

Faís algum, além desses, produziu mais de 4.000 toneladas durante o ano de 1950.

Os interesses dos Estados Unidos em minério de ferro e aço estão bem ligados a projetos em anda-

mento, tendo em vista o aumento da produção para 132.500 toneladas em 1955, objetivando a vasta expansão em capacidade da produção do aço. Grande parte do minério adicional poderá vir dos depósitos em exploração no Lavador, na Venezuela e na Libéria. Enquanto isto, os trabalhos para um melhor rendimento na mineração, melhores transportes e embarques adequados continuam em outros países do hemisfério ocidental.

O Brasil, segundo a revista especializada Steel, produziu cerca de 2.000 toneladas de minério de ferro, e em virtude de suas grandes reservas com alto teor, certamente virá a ser importante contribuinte para o abastecimento norte-americano.

Os Estados Unidos utilizaram em 1950 mais de 2.650 toneladas do seu minério do Lago Superior; cerca de 80 % tem a procedência do Mesabi Range.

Muito se tem escrito e falado da próxima exaustão desses ricos depósitos, e muita dúvida existe sobre a possibilidade de se esgotar essa valiosa fonte na próxima década. Mas, para os norte-americanos, o Mesabi Range continuará a ser a maior fonte de abastecimento de ferro para no mínimo 10 anos.

Os técnicos da Universidade de Minnesota estimam as reservas do Lago Superior do seguinte modo, em milhões de toneladas:

Mesabi (exclusive os minérios de baixo teor).....	1.270
Cuyuna.....	80
Michigan.....	480
Visconsin.....	6
Total.....	1.816

Essas estimativas incluem 250.000 toneladas de minério em novas e previstas descobertas. Os mineralogistas norte-americanos acreditam que a produção do Lago Superior tende a aumentar rapidamente nos próximos anos, e que em 1955 poderão ser embarcados 94.000 toneladas dessas minas. Os estados norte-americanos situados no oriente dos Estados Unidos, futuramente produzirão mais minério, e espera-se que em 1955, a produção alcance 6.000 toneladas, comparadas com a estimativa de 5.000 para o ano de 1951. Os estados do Oeste e do Sul dos Estados Unidos podem razoavelmente manter estável a produção de 5.500 e 8.000 toneladas por ano, respectivamente. Os depósitos do Mesabi Range contribuirão rapidamente para o aumento das toneladas. Usinas pilotos, pertencentes a diversas companhias exploradoras de minério de ferro, operando com a tacomita, esperam dar escoamento útil a esse minério de baixo teor. No mês de setembro de 1951, a Reserve Mining Co., iniciou a construção de uma grande usina de beneficiamento em Beaver Bay, Minn., com a capacidade de 2.500 toneladas por ano. A usina pode ser ampliada para atingir a capacidade de 10.000 toneladas anuais.

No que diz respeito ao minério de ferro, os Estados Unidos estão bem situados, e apenas esse país sofreu grande susto no fim da 2ª guerra mundial, quando houve dúvidas sobre o esgotamento ou não das jazidas do Mesabi Range, e quando um vasto programa de exploração do minério foi lançado por aquela época, sem a mínima idéia de suas conseqüências.

MINÉRIO DE FERRO — PRODUÇÕES — 1937 E 1950

(Milhares de toneladas)

PAÍSES	1937	1950
Estados Unidos	73.200	98.041
Rússia	26.923	34.447
França	37.800	29.726
Suécia	15.000	13.707
Grã-Bretanha	14.400	12.937
Alemanha Ocidental	7.000	10.710
Bélgica e Luxemburgo	7.760	3.830
Índia	2.700	2.953
Chile	1.520	2.929
Argélia	2.420	2.532
Canadá	100	3.257
Austrália	—	2.365
Espanha	1.272	2.046
Brasil	528 (Em 1939)	1.870
Japão	2.700	896
Marrocos Esp	1.414	846
Malala	1.586	496

ANTIMÔNIO

Os Estados Unidos importam cerca de 80 % do seu consumo.

A Bolívia, o México e a União Sul-Africana são os maiores produtores do mundo, e é desses países que chega aos Estados Unidos a maior parte do seu suprimento.

A China, a Tchecoslováquia, a Turquia, a Hungria, a Grécia, a Argélia, o Peru e a Bélgica também produzem quantidades apreciáveis de antimônio. A produção dos Estados Unidos em 1950 foi de cerca de 2.500 toneladas líquidas. Foram utilizadas cerca de 16.000 toneladas. As importações do minério e metal foram de cerca de 15.000 toneladas. O antimônio é um dos metais que faz parte do estoque de materiais estratégicos dos Estados Unidos.

Cerca de 60 % de antimônio utilizado nos Estados Unidos, entram como produtos metálicos. O chumbo com antimônio leva a parte do leão, quando usado para mancais e tipos de imprensa; o antimônio é consumido aí em largas quantidades.

O antimônio é também utilizado para a confecção de ingredientes para a fabricação de vidro, esmaltes para a cerâmica, tintas e vernizes, cápsulas de munição, na indústria têxtil e na fabricação de plásticos.

No Brasil, o antimônio ocorre associado ao zinco, no Estado de Minas Gerais, município de Ouro Preto, no minério do Morro do Bule. Também no Estado de São Paulo, em Cananéia, há ocorrência deste metal.

ALUMÍNIO

Os Estados Unidos e o Canadá estimam as suas produções em cerca de 70 % da produção mundial. A produção dos Estados Unidos em 1950 foi de 718.000 toneladas líquidas, e o Canadá produziu 395.000. A produção mundial foi estimada em 1.631 mil toneladas de metal. A Rússia é o 3º produtor, com a produção avaliada em 210.000 toneladas em 1950. Muitos países europeus produzem o alumínio, porém, as suas produções não são grandes comparadas com as dos países norte-americanos. Em 1951 os Estados Unidos produziram cerca

de 800.000 toneladas. Em 1953, com os projetos elaborados para o aumento da capacidade de produção, os Estados Unidos devem atingir a 1.180 mil toneladas, e muitos industriais acham que podem chegar a produção de 1.700 mil toneladas, no fim do ano de 1953, dependendo do fator potência.

No Canadá, também, cogita-se no aumento da capacidade de produção, tendo em vista os vastos recursos e fontes de energia hidrelétrica. Daqui a 3 a 5 anos, o Canadá pode duplicar a capacidade primária do alumínio. Muito embora, os Estados Unidos dependam substancialmente de outros países para a obtenção da bauxita, ela é abundantemente encontrada nas nações do Hemisfério Ocidental. A bauxita com baixo teor, naturalmente, pode ser empregada na falta de outra melhor. O Surinam, a Guiana Inglesa, a Jamaica, o Brasil, o Haiti e a República Dominicana possuem depósitos valiosos. Quanto maior o esforço de mobilização e o programa de armamento, mais difícil o abastecimento do alumínio. O emprego deste metal na indústria civil certamente ficará limitado, enquanto permanecer ativo o programa de guerra.

O Brasil possui grandes depósitos de bauxita, em Minas Gerais, Maranhão, Espírito Santo e Bahia. Nas jazidas de Minas Gerais, destacam-se as situadas no Planalto de Poços de Caldas e em Ouro Preto. Outros depósitos existem na Região à leste de Diamantina. As reservas no Planalto de Poços de Caldas são da ordem de vários milhões de toneladas.

COLUMBIO

A Nigéria e o Congo Belga possuem praticamente o monopólio da produção de concentrados de columbita de alto teor. O Columbó é um dos metais de liga que torna capaz a permanência do aço sob a alta temperatura necessária no emprego do motor à jato. Os Estados Unidos estão impulsionando uma quantidade maior de produção na Nigéria e no Congo Belga, a fim de que possa ser importado. Atual-

mente os Estados Unidos estão obtendo apenas uma fração das suas necessidades, e as exigências deste metal estão aumentando, à proporção que o programa do motor à jato ganha desenvolvimento.

Moçambique fornece aos norte-americanos pequena quantidade, e outra pequena fração é proveniente do Brasil. Novas descobertas foram assinaladas no Marrocos Francês e em Freiberg (Alemanha), mas a extensão e a riqueza dos depósitos não estão bem determinados. A Nigéria no ano de 1950 produziu cerca de 806 toneladas de concentrados de columbita. O Congo Belga produziu no mesmo ano cerca de 136 toneladas. Os Estados Unidos produziram apenas cerca de 2 toneladas.

A columbita é um nióbio-tantalato de ferro e magnésio, contendo às vezes manganês e tungstênio. Quando contém somente o nióbio é a columbita normal; quando aparece somente tantalato é a tantalita normal; quando o manganês substitui o ferro, temos a mangano-columbita. É um minério radioativo.

A columbita é muito conhecida no Brasil. É encontrada em Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Ceará e Paraíba. Dela tem sido extraído o tantalato, empregado na manufatura de ferramentas para retificação de peças duras e material elétrico.

Othon Leonardos encontrou no Município de Ubá, importante jazida de columbita aliada à samarsquita, sendo esta um nióbio-tantalato de urânio, cálcio, ferro, ítrio, cério, etc. A samarsquita do Brasil contém 13 a 18 % de óxidos de urânio. O professor Fenner, do Instituto Cornegie, estudando a samarsquita de Ubá, deu-lhe a idade de 360 milhões de anos. O minério contém ainda monazita. A jazida de Ubá, segundo Djalma Guimarães, contém 75 % de samarsquita e 15 % de columbita. É a columbita um minério importante e de imenso valor para a técnica moderna; o Brasil deve impulsionar a sua exploração e restringir a sua exportação.

MOLIBDÊNIO

erca de 85 % da produção mundial de molibdênio é proveniente dos Estados Unidos. No ano de 1950, produziu este país 14.240 toneladas líquidas da produção mundial, estimada no total de 18.000 toneladas. Cerca de 70 % de molibdênio é empregado na fabricação de aço, adicionado nas formas de molibdato de cálcio, molibdato de ferro, molibdato de ferro-molibdênio. O emprego de molibdato de ferro no aço aumenta a sua resistência ao ataque químico, e tem sido recentemente utilizado com muito êxito nas ligas que devem operar a altas temperaturas nos motores a jato, turbinas a gás e compressores. A vantagem do molibdato de ferro está no alto ponto de fusão de 2.600°C. O molibdato também é empregado como elemento de liga de aço na fabricação de molas. A maior parte do molibdato empregado nos Estados Unidos é proveniente dos Estados ocidentais: Utah, Colorado, Novo México, Califórnia, Arizona e Idaho são os principais produtores. Muito embora, os Estados Unidos sempre foram auto-suficientes em molibdato de ferro e normalmente o exportassem, atualmente o seu suprimento está se tornando difícil, em função do grande aumento de pedidos e exigências.

O Chile foi o 2º principal produtor em 1950, embora a sua produção fosse apenas de 880 toneladas. A China, o México, a Noruega, o Canadá, a Austrália, a Argentina, a Jugoslávia, a Romênia, a Grécia, a Itália, a Grécia, o Peru, e outros países produzem pequenas quantidades.

No Brasil, minérios de molibdênio são encontrados em Santa Catarina, no Rio do Baú e nas proximidades de Gaspar; no Ceará, no município de Soure; no Estado do Rio de Janeiro, em Campos; no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo e nos estados do Paraná e Minas Gerais.

MANGANÊS

O manganês representa para a indústria siderúrgica um problema sério do que se imagina. As

fábricas e as indústrias necessitam mais de manganês do que qualquer outro metal com exceção do ferro. De 1,5 a 2 milhões de toneladas são exigidos anualmente nos Estados Unidos de manganês, e mais de 90 % de manganês é proveniente de outros países. A Rússia, abastecia os Estados Unidos de cerca de 33 % das suas necessidades; no presente momento, estes suprimentos estão cortados. As maiores fontes abastecedoras, agora, são a Índia, a União Sul-Africana, a Costa de Ouro, o Brasil e Cuba.

Os métodos de transporte e de mineração utilizados na Índia e na África do Sul, são primitivos, o que impede o embarque de quantidades apreciáveis para os Estados Unidos. Este país está auxiliando os melhoramentos destas instalações. Os depósitos de Cuba estão sensivelmente diminuídos. O Brasil possui diversos depósitos promissores e que estão sendo explorados para maiores produções. Um novo depósito foi assinalado em Lavrador, e provavelmente regiões em outros países do Hemisfério Ocidental estão sendo exploradas.

Os Estados Unidos possuem grandes quantidades de minério de manganês de baixo teor, mas tão baixo que até hoje, método algum de beneficiamento foi industrialmente conseguido em bases econômicas perfeitas. Existem muitas pesquisas em andamento, e alguns processos de beneficiamento parecem fornecer alguma esperança sobre o aproveitamento deste minério. Praticamente, todo o manganês empregado na metalurgia americana está vindo de Anaconda, Mont.

As atenções agora, também estão sendo dirigidas para a recuperação do manganês partindo das escórias dos fornos Siemens-Martin, que contém 4 a 12 % de manganês. O Departamento de Minas e o Instituto Americano de Ferro e Aço possuem um processo que opera como usina pilôto. Muitas companhias particulares estão desenvolvendo processos diversos para a retirada de um modo econômico e industrial do manganês das escórias. Quando estes métodos e processos puderem entrar em ação, os técnicos norte-

americanos acreditam, que, os Estados Unidos ficarão altamente beneficiados e auto-suficientes no precioso manganês.

As maiores reservas desse minério no Brasil estão localizadas no Território do Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia. Os teores de alguns minérios do Território do Amapá e Minas Gerais excedem de mais de 42 % de manganês metálico.

A exportação do minério de manganês não convém que seja levada em excesso, pois o Brasil muito necessita dele para acompanhar a evolução da sua grande siderurgia, presentemente num período áureo de expansão.

MAGNÉSIO

A produção primária do magnésio esteve sempre sujeita a flutuações violentas. Em 1943, os Estados Unidos produziram 184.000 toneladas líquidas. Em 1946, a produção caiu para cerca de 5.000 toneladas. Atualmente, a produção do magnésio continua em crescimento e a de 1951 deve ter sido o triplo de 1950, isto é, de cerca de 48.000 toneladas. A Rússia é o atual 2º principal produtor, e estima-se a sua produção em 1950 de cerca de 6.600 toneladas. A Grã-Bretanha está em 3º lugar com 5.400 toneladas. Há poucos anos, quando novamente apareceram prenúncios de guerra, o governo dos Estados Unidos anunciou seus planos para colocar em atividade 6 usinas que estavam paralisadas em Painesville, O.; Velasco, Tex.; Canaan, Conn.; Manteca, Calif.; Wingdale, N.Y. e Spokane. Estas usinas têm capacidade para produzirem 98.000 toneladas de metal primário. A produção destas usinas custará mais do que o metal produzido na indústria química de Dow Chemical's Freeport, e ficará armazenada como estoque do governo.

As matérias-primas não chegam a constituir problema para a produção do magnésio, desde que a sua obtenção seja proveniente da água do mar. A força e a energia elétrica é que constituem um problema, pois aparecem como um

gargalho de garrafa de potencial. O processo elétrico exige 9 kw hora por libra. O processo Pidgeon requer no máximo cerca da metade, sendo a maior parte utilizada na fabricação do ferro-silício, e que faz parte do processo.

ZINCO

A produção mundial do zinco em 1950 foi a mais elevada desde 1943, e ligeiro aumento foi previsto para 1951. Apesar desta elevação, a produção norte-americana continua imprópria para o abastecimento do mercado e para os pedidos urgentes de defesa. As restrições sobre as utilizações do zinco continuarão ainda por muito tempo nos Estados Unidos.

Os Estados Unidos estimam a sua produção em cerca de 30 % da produção mundial, e é o principal produtor. Em 1951 os Estados Unidos produziram apenas 70 % de suas necessidades. O Canadá e o México, respectivamente 2º e 3º principais produtores, abastecem os Estados Unidos da maior parte de suas importações. A produção das minas dos Estados Unidos em 1950 foi de 618.000 toneladas, muito embora a produção de material carregado nos fornos fosse de cerca de 900.000 toneladas. A diferença é proveniente dos minérios importados e de estoques acumulados, sendo estes, de minérios reduzidos ao fundo da rocha em fins de 1950. Assim, apesar de um aumento de 10 % na produção das minas em 1951, a produção de chapas de zinco provavelmente será reduzida. Muito embora os norte-americanos produzam mais de 50 % do suprimento de zinco no mundo, a produção deste metal acha-se adequadamente espalhada nos restantes países. A Europa produz cerca de 400.000 toneladas e planos estão em desenvolvimento para o aumento da produção, especialmente nas minas belgas e germânicas. A Rússia, segundo estimativas, produziu em 1950, cerca de 142.000 toneladas, com um aumento de 50 % depois da guerra.

Cerca de 45 % do zinco nos Estados Unidos é empregado em ope-

rações de galvanização. As obras fundidas sob pressão consomem cerca de 30 % e cerca de 15 % do restante entra na fundição do latão.

No Brasil, no Estado de S. Paulo, na região de Ribeira do Iguape, onde há ocorrência dos minerais plumbo-argentíferos, algumas jazidas contêm minério de zinco em proporção apreciável, como na mina de Furnas, onde 30 % de minério é formado por calamina e blenda. Em Januária, Minas Gerais, há ocorrência de minério de zinco e prata, no norte e na zona central do Estado.

COBRE

Tôdas as vezes que os Estados Unidos se rearmam, o cobre rapidamente vem constituir um problema. As utilizações e os pedidos de cobre são geralmente elevadíssimos, e não existe meio algum para reforçar a produção com o fim de atender a tôdas as necessidades e exigências. No presente momento, o cobre continua a ameaçar a substituição do aço como o metal capaz de determinar o teto da capacidade produtora do grande país norte-americano.

Os Estados Unidos continuam na frente da produção mundial, e desde 1920 até 1950, a capacidade produtora das minas pôde ser mantida razoavelmente constante em torno de 900.000 toneladas líquidas anualmente. Durante muitos anos, os Estados Unidos produziram mais de 50 % da produção mundial, e puderam exportar apreciáveis toneladas. Depois, as minas do Chile, Rodésia do Norte, Canadá e Congo Belga vieram a ser mais importantes. Atualmente, os Estados Unidos são grandes importadores de cobre. Noventa por cento das reservas mundiais conhecidas e estimadas em 100 milhões de toneladas estão localizadas no Chile, África do Sul (região central), no ocidente dos Estados Unidos e no sul da Rússia. Os depósitos africanos são os mais ricos com o teor médio de 4 % de cobre; os do Chile com 2 % de cobre e os dos Estados Unidos com 1 %. Companhias norte-americanas contro-

lam a mineração de cerca de 50 % do cobre mundial; a Grã-Bretanha controla cerca de 25 %, e os restantes 25 % estão sob o controle de diversos países. A Rússia produz cerca de 20 % da produção mundial, e em 1950 a sua produção estimada foi de 240.000 toneladas.

Os Estados Unidos não esperam tão cedo suprir a falta do cobre. Durante as situações de emergência naquele país, os pedidos de cobre foram atendidos, exclusivamente nos trabalhos julgados essenciais e com substancial restrição deste metal nos trabalhos secundários. Uma das causas para esta situação é que tôdas as fases da produção do cobre, a mineração, fusão e refinação exigem anos para que a produção possa entrar na fase da utilização. Quando o "deficit" do cobre foi reconhecido após a erupção do caso coreano, a situação tornou-se grave, e os industriais norte-americanos esperavam um aumento de cerca de 10 % na produção do cobre nacional. Durante o verão de 1950, as minas norte-americanas trabalharam bastante, mas, não conseguiram elevar a produção. O governo mantém um estoque de reserva de cobre, o que constitui certa carga adicional para a contínua produção de cobre no país. A quantidade deste estoque é mantido secreta por razões de segurança, mas supõe-se ser de cerca de 500.000 toneladas, o que equivale ao consumo médio de 4 meses de duração.

Os depósitos de minério de cobre brasileiros de maior importância se encontram no Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Caçapava e Bagé; no Estado da Bahia, nos municípios de Taguarari e Curaçá.

Depósitos de menor importância se encontram na região de Pedra Branca, comum aos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, e no Ceará, nos municípios de Aurora e Viçosa.

As jazidas principais do Rio Grande do Sul estão em Camaquã, Cerro dos Martins e Seival; a primeira com cerca de 5 % de cobre e a de Seival com cerca de 50.000 toneladas de minério com 3 %. A

convite do Exmo. Sr. General Oswaldo Cordeiro de Faria, intervenor do Estado do Rio Grande do Sul, em 1943, visitei estas duas jazidas, e pude constatar as dificuldades de transporte e as de energia.

CHUMBO

Muito embora os Estados Unidos sejam o maior produtor de chumbo, dependem muito das importações e de sucatas para satisfazerem a todas as suas necessidades. As três fontes de abastecimento — o chumbo produzido nos Estados Unidos, o importado e as sucatas estão mais ou menos no mesmo nível de importância. A posição dos Estados Unidos sobre o chumbo é um tanto complicada, em virtude da sua aquisição no mercado mundial ser por meio da concorrência. É difícil para os consumidores norte-americanos que operam sob preços tetos, competirem com os compradores estrangeiros no mercado mundial. Felizmente, para os Estados Unidos, o México e o Canadá estão situados entre os principais produtores de chumbo, donde as vantagens nas relações comerciais e geográficas.

A produção mundial do chumbo em 1950 foi de 1.702 mil toneladas líquidas. Os Estados Unidos produziram cerca de 430 mil toneladas; o México 247 mil; a Austrália 232 mil; o Canadá 170 mil e a Rússia 123 mil. O restante da produção mundial está dividida entre a Europa, América do Sul e países africanos.

O emprego industrial do chumbo nos Estados Unidos em 1950 foi estimado em 1.212 mil toneladas. A diferença entre a produção das minas e o consumo foi de 395 mil toneladas, provenientes da recuperação das sucatas e da importação de 521 mil toneladas.

As importações em 1951 tornaram-se mais difíceis, em virtude de ser a Europa o mais ativo solicitante e consumidor no mercado mundial, e que continua recebendo a maior quantidade de chumbo proveniente das áreas do dólar-México, Canadá e Peru. Assim, as importações para 1951 devem ter

caído para cerca de 250 mil toneladas. No entanto, as exigências e as necessidades de chumbo continuam em elevação. As expectativas e as esperanças para o livre emprego do chumbo durante o programa de rearmamento norte-americano, continuam a ser sombrias.

Consideráveis reservas de minério de chumbo existem no Brasil, ao sul do Estado de S. Paulo, na região da Ribeira do Iguapé e no norte do Paraná.

Em Apiaí, no Estado de S. Paulo há ocorrência do minério de chumbo e cada tonelada de minério fornece 1 a 3 quilos de prata.

Em Minas Gerais, existem alguns depósitos de galena.

NIQUEL

O níquel impõe-se como alto metal estratégico entre as matérias-primas requeridas para o programa de defesa de qualquer país industrial.

É um dos primeiros metais a ser relacionado, e o seu útil suprimento torna-se muito precário em vista de suas inúmeras aplicações e necessidade. Para os Estados Unidos, as perspectivas são razoavelmente confortadoras, porque o país vizinho, o Canadá, abastece cerca de 75 % do aprovisionamento mundial e os norte-americanos contam em qualquer emergência com este poderoso amigo e aliado.

A produção em 1950 totalizou cerca de 160 mil toneladas, sendo que 123 mil foram provenientes de Sudbury (Canadá). A Rússia controla a segunda principal fonte produtora e estima-se que minerou em 1950 cerca de 27,5 mil. A Nova Caladônia coloca-se num pobre 3º lugar com cerca de 7 mil. Cuba, uma fonte de produção importante durante a 2ª guerra mundial, tem estado inativa desde 1947, mas deve ingressar futuramente no quadro da produção.

O níquel foi chamado originalmente OLD-KUFFER-NIQUEL, e era considerado uma impureza do cobre, em virtude dos métodos primitivos de tratamento deste metal. Em 1890, os ricos depósitos de SUDBURY (no Canadá), foram as-

sinalados pela presença do níquel, o qual se recusava a se separar do cobre nos processos primitivos. Este fato continuou, até o aparecimento do processo ORFORD e posteriormente o processo Moud, os quais, pelo desenvolvimento adquirido, o níquel pôde satisfatoriamente ser separado do cobre. Houve em seguida, pequeno mercado para o níquel, e em 1900, o consumo deste metal foi de apenas 4 mil toneladas. A 1ª guerra mundial trouxe para o níquel o seu primeiro grande impulso, quando foi empregado em alta escala no aço para dar resistência às chapas blindadas. Após a 1ª grande guerra, com a produção bem elevada, houve necessidade do desenvolvimento de usos civis, em virtude de ter diminuído as aquisições do mercado. O desenvolvimento da mecanização da indústria com as mais altas velocidades e cargas mais pesadas e o rápido desenvolvimento da indústria automobilística fizeram com que o níquel chegasse a uma situação fenomenal. Em 1939, a produção alcançou 150 mil toneladas e durante a 2ª guerra mundial elevou-se a 180 mil toneladas. A história do níquel, como é conhecida dos norte-americanos, é essencialmente a história da International Nickel Co., que minera cerca de 90 % do níquel de Sudbury. Os restantes 10 % do níquel canadense é minerado pela Falconbridge Nickel Mines Ltd. Muito embora, a produção de níquel esteja sempre em ascensão, a manutenção desse aumento será continuado e à proporção que o programa de rearmamento norte-americano continua em alta preparação.

Certamente, haverá restrições para o níquel em usos civis e para alguns empregos militares.

O Brasil possui jazidas de ferro-níquel, mas nos falta o necessário equipamento e pessoal habilitado para separar o níquel do ferro.

Possui, também, importantes reservas de minério de níquel, estando este metal associado a outros, como o cromo.

As reservas de minério de níquel mais importantes estão em Goiás e Minas Gerais.

As reservas de Goiás são de alguns milhões de toneladas, as maiores do mundo, principalmente as do município de Niquelândia, com alto teor de níquel.

As jazidas de Minas Gerais estão localizadas nos municípios de Liberdade e Ipanema.

O que torna difícil a exploração dessas jazidas, principalmente as de Goiás, é a dificuldade de transportes, pois em algumas delas existem fontes de energia suficiente para a industrialização do produto.

O níquel é atualmente um metal dos mais escassos no mercado mundial, e a sua produção é rateada entre as nações.

COBALTO

A questão do cobalto tornou-se grave em virtude do caso coreano, e foi também um dos metais a causar transtornos na indústria norte-americana.

O cobalto é um importante elemento nos motores a jato, nos equipamentos eletrônicos, inclusive no radar, nos geradores para a aviação e tanques, e possui importantes aplicações nos projetos da energia atômica.

Na vida civil, o cobalto é utilizado nas ferramentas de altas velocidades de corte (aços rápidos), brocas, eletrodos para soldas, válvulas e magnetos. Os Estados Unidos utilizam cerca de 60 % da produção mundial de cobalto, a qual em 1950 atingiu a 7,8 mil toneladas; 90 % do abastecimento dos Estados Unidos são provenientes de países longínquos. O Congo Belga é o 1º produtor e fornece aos Estados Unidos cerca de 70 % do total. A Rodésia Septentrional e o Marrocos Francês são os mais prósperos e importantes produtores de cobalto, e devem melhorar os seus abastecimentos à proporção que os fundos da E.C.A. (Economic Co-operation Administration) forem empregados no desenvolvimento desses países. Os Estados Unidos e o Canadá produzem relativamente pequenas quantidades

de cobalto. A produção nesses países pode ser expandida.

Os planos norte-americanos para o aumento da produção indicam que o quadro de abastecimento de cobalto tornar-se-á mais amplo, e que em 1953 talvez se obtenha o equilíbrio desejado, com o fim de impedir a guerra de obtenção deste material estratégico fora dos limites do Hemisfério Ocidental. A ocorrência do cobalto se dá sob muitas formas minerais e em muitos países. O cobalto frequentemente é encontrado em combinações químicas com o arsênio nos minérios de níquel, prata e ouro; com o enxofre é encontrado com o chumbo, zinco e cobre, e na forma de óxido está geralmente ligado ao cobre. Raramente, é encontrado puro e em estado nativo. Em virtude da intensificação na produção dos metais acima ligados ao cobalto, aguarda-se paralelamente um grande aumento na produção deste metal. Em FREDERICKTOWN, Mo., um novo processo de recuperação pode aumentar de cerca de 226,5 toneladas de cobalto por ano, partindo do refino do chumbo e do zinco. Atualmente, pesquisas tem sido feitas para o desenvolvimento de novos processos de separação do cobalto, partindo da sua grande afinidade para com outros metais. Os minérios canadenses e norte-americanos podem eventualmente abastecer a maior parte das necessidades dos Estados Unidos.

TUNGSTENIO

O suprimento do tungstênio para os Estados Unidos atualmente tornou-se mais difícil, em virtude de sua procedência ser a China, que é o maior produtor mundial; esta fonte não fornece aos Estados Unidos. A situação do tungstênio é porém diferente do estanho e do colúmbio, pois aquele se acha largamente espalhado no globo terrestre, e em tempo, os Estados Unidos podem assegurar os abastecimentos adequados. Os Estados Unidos produzem cerca de 33 % de suas necessidades. Em 1950, produziu 4.853 toneladas líquidas de

concentrados com 60 % de óxido tungstico (W. O₃), ou cerca de 13 % da produção mundial. A produção norte-americana pode ser aumentada, assim como a de outras nações amigas. A China produziu em 1950 mais de 12 mil toneladas ou cerca de 40 % da produção mundial, e os Estados Unidos recebiam grandes quantidades desta produção, como também da Coreia. Os minérios Wolframita e Scheelita estão agora sendo importados da Austrália pelos Estados Unidos.

O consumo de tungstênio eleva-se intensamente nos Estados Unidos em virtude do programa do rearmamento. O tungstênio tem sido para os norte-americanos um metal régio e pobre, pelo fato de sua exploração e desenvolvimento não terem sido levados a um grau suficiente alto, para tornarem os Estados Unidos auto-suficientes neste importante metal estratégico.

Os aços rápidos consomem maior quantidade de tungstênio do que qualquer outro produto. É também, este metal empregado nos aços para granadas perfurantes, magnetos, peças de avião a jato, revestimentos resistentes à corrosão em materiais bélicos pesados, e em outras aplicações onde o aço deve permanecer sob intensa temperatura e pressão. Nos últimos anos, 40 % do consumo de tungstênio nos EE. UU. entram na fabricação do ferro-tungstênio, que é a forma apropriada para a maior parte do metal ser introduzida no aço. Outros 20 % passam para os concentrados de alta pureza, a fim de serem carregados diretamente nos banhos de aço.

Os restantes entram na fabricação do pó metálico de tungstênio, pastilhas cementadas, filamentos de lâmpadas elétricas e outros produtos.

O Brasil possui depósitos de wolframita no Estado do Rio Grande do Sul, na região de Encruzilhada. Minérios de scheelita e stoltzita são encontrados nos minérios auríferos de Sumidouro, no município de Mariana, em Minas Gerais.

ESTANHO

Violentas flutuações de preços, controles, escassês e superabastecimentos marcam o passado do estanho. Os Estados Unidos empregam na sua indústria 59 % da produção mundial, e dependem quasi inteiramente da importação.

Os minérios de estanho dos Estados Unidos tem sido examinados com frequência, porém, a sua exploração tem sido abandonada, em virtude de possuírem muito baixo teor de metal. Quando se cogita de estanho, pensa-se logo na Malaia, que produz cerca de 33 % da produção mundial. Durante a ocupação japonesa na 2ª guerra mundial, a produção da Malaia foi muito mal explorada, e vem descendo vagarosamente nas operações normais. A Malaia em 1950 produziu 57,5 mil toneladas das 174,4 mil toneladas da produção mundial.

Foi a maior produção da Malaia desde 1941, e neste ano registrou-se o "record" da produção mundial com 245 mil toneladas, sendo que 78 mil toneladas coube a Malaia. O 2º maior produtor é a Indonésia; 3º, a Bolívia. Cada um desses países concorre com cerca de 20 % na produção mundial. Outros produtores estão no extremo Oriente e na África. A Rússia pretende ficar auto-suficiente neste metal, muito embora a sua produção seja estimada em cerca de 8 mil toneladas anualmente.

Os preços do estanho no mercado mundial flutuaram desordenadamente em 1951. Antes da guerra na Coreia, o preço esteve convenientemente estável em torno de 75 cents por libra. A elevação dos preços teve início com a erupção das hostilidades na Coreia, e assim continuou até alcançar em fevereiro de 1951, o preço de 1,83 dólares.

Em março do mesmo ano, os Estados Unidos anunciaram a livre compra de estanho para estocagem por intermédio da RECONSTRUCTION FINANCE CORP. Isto fez com que o preço se mantivesse em 1,08 dólares em setembro do ano próximo passado.

Cerca de 50 % do estanho é empregado nos Estados Unidos na confecção de chapas. Emprega-se também em grandes quantidades na fabricação de soldas, bronze, metal Babbitt, tubos desmontáveis ou de expansão, fôlhas e para estanhagem.

Depósitos de minério de estanho são encontrados no Rio Grande do Sul, associados ou não aos de minério de tungstênio de Encruzilhada, e que são os mais importantes.

A cassiterita é encontrada na região de Picuí-Parelhas, Paraíba e Rio Grande do Norte, assim como na de Livramento e Minas do Rio de Contas, na Bahia; ocorrências de cassiterita são conhecidas no norte de Minas Gerais, nos municípios de Salinas e Arassuaí, e no Estado de São Paulo.

CHROMITA

Muito embora o cromo figure no grupo II da lista dos materiais básicos da N.P.A. (NATIONAL PRODUCTION AUTHORITY), o que indica suprimento e necessidades em aproximado equilíbrio, os Estados Unidos dependem quase totalmente da importação. A Rússia está em primeiro lugar na produção e até 1950 foi o principal abastecedor de teores metalúrgicos dos Estados Unidos. A Turquia e a Rodésia do Sul atualmente assumiram grande importância como abastecedores de teores metalúrgicos, enquanto a União Sul-Africana que é o 2º principal produtor, é o abastecedor de grande quantidade dos teores químicos. As Filipinas e Cuba abastecem os Estados Unidos com substanciais quantidades de teores refratários. A produção norte-americana continua evoluindo embora fracamente, permanecendo insignificante em vista das necessidades.

O rearmamento norte-americano está consumindo grandes quantidades de teores metalúrgicos. Cerca de 50 % da cromita consumida nos Estados Unidos entra na fabricação dos aços-liga, e atualmente maiores quantidades na aplicação da defesa são exigidas nos materiais inoxi-

dáveis e nos metais resistentes ao calor e à corrosão. Outro principal emprego do cromo é na fabricação de materiais refratários para os revestimentos e reparações dos fornos de fundição. Quantidades apreciáveis de cromo são empregadas também para usos químicos, pigmentos, operações de cortiço e galvanismo.

No Brasil, o cromo existe em abundância no Estado da Bahia, nas regiões de Campo Formoso, Queimadas, Santa Luzia e Saúde.

O teor do minério em óxido de cromo vai de 36 a 40 %, mas pode ser encontrado em teores mais elevados.

No Estado de Minas Gerais, em Pium também há ocorrência de ótimo minério de cromo.

BIBLIOGRAFIA

- Steel — Ano de 1951.
 Steel — October 8, 1951.
 Monthly Bulletin of Statistics.
 Revista Brasileira de Estatística — Ano XII — N. 47.
 Relatório da Companhia Vale do Rio Doce.
 Relatório da Companhia Siderúrgica Nacional.
 The Iron and Steel Industry — G. Brown and A.L. Orford.

Minerais Radioativos do Brasil e Sua Importância na Era Atômica — R. Argentiére.

Mineração e Metalurgia — Volume V — N. 25.

Diversas Notas de Jornais e Revistas avulsas.

FABRICA BANGU
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
 no
 Brasil



BANGU



Grande
 sucesso
 em
 Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
 BANGU-INDUSTRIA BRASILEIRA

(N. 18)

FÁBRICA DE BONÉS MILITARES

FUNDADA EM 1912

DE

THEODORO MEISSNER & FILHOS

Rua André de Barros, 754 — Curitiba — Paraná
BRASIL

(N. 5)

CAFÉ E BAR LAGUNA LTDA.

MATRIZ :

AVENIDA PASTEUR N. 493 — TEL. 26-5616

FILIAL :

RUA DIAS FERREIRA N. 256-B — TEL. 27-4843 — RIO DE JANEIRO

(N. 2)

O 150º ANIVERSÁRIO DO DUQUE DE CAXIAS

P. J. BUSATO

O Presidente da República assinou decreto, há pouco, nomeando o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, o General Paulo Figueiredo, o Sr. Eugênio Vilhena de Moraes, o Sr. Gustavo Barroso, o Coronel Pedro da Costa Leite, o Tenente-Coronel Deoclécio Paranhos Antunes e o Major Augusto Cesar de Brito Pereira para, em comissão, e sob a presidência do primeiro, organizarem e executarem o programa dos festejos comemorativos da passagem do tricinquentenário do nascimento do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, que ocorrerá a 25 de agosto de 1953.

Nada mais justo do que pensar nas homenagens que devem ser prestadas ao Condestável do Império, o patrono do Exército Brasileiro, no ano vindouro.

Homens como Caxias precisam ser lembrados, necessitam ser apresentados por "longum et latum" às gerações presentes e futuras. Ele foi um militar completo, um político modelar, um homem de fé robusta e um chefe de família exemplar. Soube dar ao Brasil tudo o que podia. Pacificou várias Províncias e resolveu com habilidade a Questão Religiosa, com o Decreto de anistia aos Bispos Dom Macedo Costa e Dom Vital de Oliveira, congraçando a família brasileira.

Foi dito acima que Caxias foi um Chefe de família exemplar. Conhecida é, em grande parte, a correspondência que mantinha com sua esposa, quando se encontrava distante do lar.

Agora, o emérito historiador Vilhena de Moraes acaba de dar à publicidade uma carta inédita do Duque a uma das suas filhas. Neste

documento se comprova, mais uma vez, o carinho que o grande cabo de Guerra tinha para com os seus familiares. Vale a pena transcrever a importante missiva. Ei-la:

"Minha querida filha,

Recebi a sua carta de 3 do corrente que muito prazer me causou, por me dizer que vai passando bem, e, toda a sua família. Eu, seu filho, sua mana, e sua família, também estamos bons, pois a Chiquinha, já se pode dizer que está boa, estando, contudo, muito magrinha, o que não admira, à vista do que sofreu, por mais de 3 meses; e por isso, sua mana resolveu ir com ella passar um mes em Sta. Monica, o que bem sinto, por ficar aqui muito só, pois os dois meninos, com os seus estudos, pouca companhia me fazem.

Parte, amanhã, daqui, o Imperador, e a Imperatriz também quer ir, e me disse ontem que há de fazer todo o possível para ir a Quissaman, pois tem vontade de conhecer sua sogra e toda a sua família, de quem todos lho tem dito, inclusive o Imperador, que he muito boa gente.

Por tanto, talvez tenham lá essa vizita.

Como está muito próximo o dia de seus annos, e talvez eu, por mais próximo desse dia, não tenha portador seguro para lhe mandar o meu prezente do costume, remeto agora, pelo Dr. Bezerra, huma capa, que foi escolhida por sua mana, e que ella diz que he das mais modernas que encontrou na rua do Ouvidor, pois como não entendo já das modas, encarreguei a ella para ir escolher. Muito estimarei que você cumpra o que me prometteo na sua carta de me vir fazer huma

vizita no fim da moagem, e estimarei mais que tenha uma boa safra este anno.

Saudades às meninas e ao Maneco.

Sou seu pay que muito a estima e ama

(Ass.) Luiz".

Andarahy

11 de junho de 1875.

Estamos certos de que a comissão incumbida de promover as festividades do 150º aniversário do Duque de Caxias saberá se desincumbir de tão importante tarefa, pois seus membros são patricios de real valor e probidade.

Entre eles se destaca o Dr. Vilhena de Moraes, um dos principais biógrafos do patrono do nosso Exército.

RELOJOARIA S. PAULO

COMPLETO SORTIMENTO DE RELÓGIOS, JOIAS E BIJOUTERIAS

SECÇÃO DE FORNITURAS

CAETÉS, 525 — FONE: 4-3144 — BELO HORIZONTE

(N. 6)

FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS, POR ATACADO E A VAREJO

SALVADOR GONZALEZ RODRIGUES

COMISSÃO, CONSIGNAÇÃO E CONTA PRÓPRIA

Entrepoto Municipal de Gêneros — Defronte o Compartimento, 54
Quadra n. 11

TELEFONE, 33-4689 — SÃO PAULO

(N. 7)

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora "Madsen" 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral
Serviços de Tornos — Serviços de Freza — Serviços de Plaina
Soldas elétricas e a Oxigênio — Serralheiro — Estamparia

Fabricação própria de fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar
Fabricante da palha de aço "Cruz de Malta"

ORÇAMENTOS GRÁTIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C

(N. 16)

OS POMBOS CORREIOS

HYLTON CLEAVER, in "Men Only" (Londres).

Traduzido, data p nia, da Revista "Memorial del Ejército" (Chile), pela Redação

Os pombos, um símbolo de paz, o são também de hero s mo nos campos de batalha. "Winkie", o pombo-correio condecorado por feitos heróicos na 1  grande guerra, foi homenageado com um banquete pelos soldados britânicos cujas vidas salv ra. Outro pombo, o "Kenley Lass", foi o primeiro utilizado nas transmissões secretas da zona acupada pelos alemães, na França. Um agente da "Resistência" efetuou uma descida em paraquedas, levando o "Kenley Lass" com seu equipamento; teve que conservá-lo oculto onze dias em uma casa, onde não podia exercitar-se. S lto por fim, um belo dia, às 08,20 horas, com informações vitais, chegou a Kenley, às 15,00 horas, depois de ter vencido cêrca de 500 quil metros em território completamente estranho. Conhece-se o caso de uma destas aves que cobriu uma distância superior a 1.600 km com uma velocidade horária média de 115,8 quil metros por hora.

O pombo "White Vision" partiu com mau tempo de um hidro "Catalina"  s 08,00 horas, em virtude de um defeito no transmissor de rádio que impedia lançar o sinal de "S.O.S."; chegou à sua base às 17,00 horas do mesmo dia, com dados exatos da posição do avião que amerrissara em pleno mar e assim, onze vidas foram salvas.

Muitos outros pombos se distinguiram nas duas guerras mundiais.

Na Grã-Bretanha, a comb filia alcançou grande desenvolvimento e popularidade. É um esporte democrático. Lord Lonsdale costu-

mava inscrever seus pombos em competições com os dos mineiros. Quando no Est dio de Wembley, foi s lta uma revoadada de pombos, por acas o da abertura dos Jogos Olímpicos em 1948, aproveitou-se a oportunidade para que competissem entre si e o primeiro pr mio foi conquistado por um pombo-correio de propriedade do Jockey Gordon Richards.

Apesar de haver pombos que podem atingir cotações de 500 libras esterlinas (cêrca de 25.000 cruzeiros), o seu vador, em geral, não vai além de uns poucos shillings. Aprendem a voar em oito semanas e se mant m ativos até dez anos de idade.

A história dos pombos-correios em serviço ativo começou com o sítio de Paris em 1870; eram enviados em balões para Tours e dai retornavam com mensagens para a Capital. Tendo em vista êsse êxito, a Direção Geral dos Correios da Grã-Bretanha criou um Serviço especial de correspondência por meio de pombos-correios e f z sucesso como antecessor dos telegramas. A Agência Reuter estabeleceu um serviço de pombos-correios para o exterior. Na atualidade, o Ministério do Ar de Grã-Bretanha divulga boletins meteorológicos especiais para orientação na solta destas aves.

Em virtude da atual situação internacional, a Bélgica colocou-se no primeiro p sto, com 300.000 adestradores de pombos-correios, seguindo-se a Grã-Bretanha com 100.000. Na Bélgica há mais de 3.000.000 e na Inglaterra cêrca de 2.000.000 de pombos-correios.

NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; eriguamos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTTSCH

● Pleno êxito alcançaram as experiências com o canhão sem recuo

Em comemoração ao 7º aniversário do Campo de Provas da Marambaia, realizaram-se naquele estabelecimento técnico do Exército diversas solenidades dentre as quais várias demonstrações de novas armas, que foram assistidas pelo Presidente Getúlio Vargas e altas autoridades militares.

O Chefe do Governo foi recebido naquele Centro de Pesquisas do Exército pelo General Cyro Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra, Brigadeiro Nero Moura, Ministro da Aeronáutica, Marechal Mascarenhas de Moraes, Generais Aristóteles de Sousa Dantas, Comandante da 1ª R.M., Zenóbio da Costa, Fiúza de Castro, Odílio Denys, Pais Leme, Zélio de Albuquerque, Canrobert Pereira da Costa, Trajano de Oliveira, Cândido Caldas e outras altas autoridades e oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Inicialmente, o Presidente da República e convidados foram conduzidos para o cassino dos oficiais, onde o Coronel Aureo José de Carvalho fez uma exposição sobre as instalações e aparelhos bélicos a serem inaugurados, bem como sobre a demonstração das moderníssimas armas produzidas pela nossa indústria militar e civil. O canhão

sem recuo ocupou a maior parte da exposição. Considerado até agora como segredo militar, o referido engenho bélico despertou logo a curiosidade dos presentes. Disse, então, o Coronel Aureo José de Carvalho que os canhões sem recuo genuinamente brasileiros, dispensavam os conjugados freios recuperadores imprescindíveis para a absorção do recuo dos canhões convencionais.

A nova arma, projetada e construída no Brasil, com material brasileiro, se destina ao lançamento de granadas explosivas ou de perfuração.

Finda a exposição, o Chefe do Governo procedeu às inaugurações da Casa Balística de L-2 e da Base de Concreto da Marinha de Guerra tendo, a seguir, visitado a Casa Balística L-1. Essas dependências do Polígono de Tiro da Marambaia destinam-se ao controle das experiências ali realizadas, possuindo os mais aperfeiçoados aparelhos de prova.

O Presidente Getúlio Vargas foi conduzido ao Campo de Tiro, onde assistiu às demonstrações das armas brasileiras. O Major Pessoa Cavalcanti fez um relato técnico das características dos novos engenhos de guerra fabricados no Brasil, descrevendo os detalhes das armas dispostas no campo para a experiência.

Iniciando as provas, foram experimentadas as granadas "Indal", petardos de grande eficiência, que substituem com vantagem as conhecidas "Bazookas" norte-americanas, usadas no ataque contra armas protegidas. A vantagem dessa granada é a de pesar 1.500 gramas e poder ser usada no próprio bolso do soldado, enquanto a "Bazooka" para funcionar precisa do auxílio de dois homens. A granada "Indal" precisa apenas de um pequeno bocal que pesa cerca de 100 gramas. A carga de propulsão dessa granada é violenta, capaz de perfurar uma chapa couraçada com dez centímetros de espessura.

Outras demonstrações foram realizadas em seguida. O Presidente Getúlio Vargas comandou o disparo dos foguetes navais através de um dispositivo colocado à distância. Também os Ministros da Guerra e da Aeronáutica tiveram a oportunidade de fazer disparos semelhantes.

As demonstrações realizadas no Campo de Provas da Marambaia foram encerradas com os disparos dos canhões sem recuo.

Um dêles, montado sobre um "jeep", atirou com sucesso granadas explosivas a grandes distâncias, cerca de 4 a 5 quilômetros; o segundo, montado sobre frágil reparo de metralhadora, fez disparos com granadas de perfuração, carga ôca, contra as couraças de um carro de combate médio, "Sherman", perfurando-as e provocando danos internos; finalmente o terceiro, canhão suspenso nos ombros de dois oficiais, provou de maneira concludente a sua imobilidade no tiro, em flagrante contraste com o recuo espetacular que se verifica com o disparo de um fuzil comum, sustentado de maneira idêntica.

As comemorações terminaram com um almoço oferecido pelo Departamento Técnico e de Produção do Exército ao Presidente da República, durante o qual usaram da palavra os Generais Cândido Caldas e Cyro Cardoso, que agradeceu em nome do Chefe do Governo.

("Diário Oficial" de 19-VIII-1952.)

● Em fase de renovação os portos brasileiros

O Presidente da República autorizou o Departamento de Portos, Rios e Canais, a contratar, com os Governos de Pernambuco e Rio Grande do Sul, a dragagem dos Portos do Recife, Porto Alegre e Rio Grande, compreendidos no plano de recuperação das instalações portuárias, que vem sendo executado em âmbito nacional.

Na Capital pernambucana, serão desobstruídos os canais de acesso e aprofundadas as bacias de evolução, para permitir maior mobilidade aos navios e acostagem de barcos de grande calado. Nada menos de dois milhões de metros cúbicos de areia e lodo serão assoreados e atirados a quatro milhas da barra e o custo desse serviço está orçado em trinta milhões de cruzeiros. Com os recursos fornecidos pelo Governo Federal e que fazem parte da dotação de 225 milhões de cruzeiros destinados à dragagem dos portos brasileiros, este ano, o Estado de Pernambuco empregará, agora, os fundos obtidos com a "taxa de emergência", que instituiu justamente para custear os serviços de dragagem do porto do Recife, na aquisição de material novo para as suas instalações portuárias.

No Rio Grande do Sul, o Departamento de Portos vai aprofundar o canal dos Navegantes e os de acesso ao Guaíba, até seis metros, dando-lhe uma largura mínima de oitenta metros, no fundo. Nestes serviços serão aplicados vinte e oito milhões e oitocentos mil cruzeiros, destacados também daquela dotação de 225 milhões.

Esta é mais uma etapa da primeira fase do plano nacional de reaparelhamento dos portos, cuja execução foi determinada pelo Presidente da República, em dezembro do ano passado. Em outros portos brasileiros, dragas, batelões, rebocadores e bombas já estão a postos para iniciar os trabalhos de limpeza e desobstrução.

Em Natal, por exemplo, já foram efetuadas as operações preli-

minares e a dragagem deverá começar ainda esta quinzena. Em Mucuri, um dos mais importantes portos do nordeste, até o fim do mês as obras serão atacadas. No Rio, foram terminados os trabalhos no cais de São Cristóvão, com a remoção de mais de 300 mil metros cúbicos de lodo e detritos e a Administração do Porto já assinou contrato para a dragagem do cais da Gamboa. Um outro contrato será lavrado, por estes dias, com a firma que ganhou a concorrência referente ao Porto de Aracaju.

Enquanto isso, chegou ao sul, a frota de dragagem e embarcações auxiliares, que trabalhará na limpeza e aprofundamento dos canais interiores da Lagoa dos Patos, tarefa que ficará a cargo de uma firma particular.

O Departamento de Portos, por seu turno, está adaptando e ampliando a sua própria frota especializada, para dar execução dentro do prazo estabelecido ao decreto governamental. A "Bahia" foi completamente reparada e está ultimando a pintura, antes de seguir para Cabedelo. Uma outra draga acha-se em construção adiantada e, tão logo fique pronta, seguirá para Camocim. Em um estaleiro foram encomendados seis batelões de trezentos metros cúbicos de capacidade cada um, e dois rebocadores de 450 HP. Dois batelões já estão prontos e um rebocador em vias de conclusão. Imediatamente entrarão em serviço nos portos previamente determinados pelo D.P.R.C. Como se vê, a dragagem dos portos, que é condição básica para o reaparelhamento e ampliação dos nossos serviços portuários, está sendo atacado com vigor e decisão, tal como é necessário para um problema de tão larga envergadura.

● Construção de silos, armazéns e frigoríficos

O Presidente da República aprovou um projeto da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o qual deverá constituir objeto de um pedido de empréstimo por parte do

Estado do Rio Grande do Sul. Visa o mesmo a compra de equipamento a importar no montante de 4.125.000 dólares, para a construção de uma rede de 11 silos para cereais. Serão necessários, além disso, para o custo das obras e dos materiais brasileiros, verbas no total de 207 milhões de cruzeiros. Assim, o custo total do empreendimento se elevará a cerca de 289 milhões de dólares do empréstimo externo, que, provavelmente, será obtido do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. O Governo brasileiro, conforme decisão do Presidente da República, está disposto a oferecer as necessárias garantias para o empréstimo em moeda estrangeira.

A iniciativa da construção de uma rede básica de armazenagem de cereais coube ao Sr. Manuel Vargas, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, o qual, em janeiro do corrente ano, procurou contacto com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a fim de evidenciar a urgente necessidade em que se encontra aquele Estado de obter ajuda financeira para o empreendimento em questão, que compreenderá a construção de uma rede de 11 silos para cereais, com a capacidade total de 98.000 toneladas.

Esses silos destinam-se a proporcionar espaço para armazenagem e instalações de beneficiamento capazes de movimentar a produção de trigo e de outros cereais do Estado, a qual tem aumentado rapidamente graças aos vigorosos esforços dos Governos Federal e Estadual, no sentido de tornar o Brasil auto-suficiente no que se refere ao abastecimento de trigo e assegurar, ao mesmo tempo, um sistema mais racional de distribuição das safras.

A fim de levar a cabo o projeto, o Estado do Rio Grande do Sul criará uma autarquia, a Comissão Estadual de Armazéns e Silos (C.E.A.S.) ficando a cargo da mesma o financiamento, a compra do equipamento, a construção e a administração da projetada rede de silos.

O silo de maior capacidade da rede, 23.258 toneladas, será localizado no porto do Rio Grande, o mais importante do Estado. Os demais serão localizados em Porto Alegre, com 12.042 toneladas de capacidade; Erechim, com 10.000 toneladas; Passo Fundo, com 11.300 toneladas; Carazinho, Blau Nunes, Cruz Alta, Bento Gonçalves, Júlio de Castilhos, Cachoeiro do Sul e Bagé, todos com capacidade de 5.699 toneladas.

Tendo em vista o fato de se encontrarem no Rio Grande do Sul as mais importantes zonas atualmente produtoras de trigo com a possibilidade de se ampliar largamente a área dedicada a essa cultura, evidencia-se que todos os esforços com a finalidade de aumentar a produção agrícola gaúcha representam importante papel no propósito do Governo de fazer com que o Brasil dependa menos dos suprimentos estrangeiros de trigo.

A colheita de trigo no Rio Grande do Sul, que foi de 76.230 toneladas na safra de 1940-1941, alcançou 352.969 toneladas na safra de 1951-1952.

No decorrer dos últimos 12 anos, os governos Federal e Estadual têm levado a efeito um intensivo programa com o fito de aumentar a produção do trigo.

A rede de silos projetada para o Rio Grande do Sul é tão somente a primeira etapa do vasto plano do Governo Federal para a construção de uma rede brasileira de silos, armazéns e frigoríficos. O despacho do Chefe do Governo recomendou também à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que apressasse a conclusão dos estudos a respeito do plano de âmbito nacional preparado pelo Ministério da Agricultura em princípios do corrente ano.

● Produção brasiliense de carvão no primeiro trimestre do corrente ano

A produção brasiliense de carvão, relativa ao 1º trimestre do corrente ano, atingiu o volume de 474.202 toneladas, no valor de Cr\$..... 86.912.453,00.

Segundo os dados do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, o volume produzido no igual período de 1951 foi de 443.266 toneladas, tendo havido, portanto, um aumento de 30.936 toneladas.

O carvão brasiliense provém dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, cabendo às minas de São Jerônimo e Baía, no território gaúcho, o maior volume de produção.

No ano passado, a produção global do País foi de 1.949.549 toneladas, na importância de Cr\$.. 360.353.000,00.

● Armas para vencer a batalha da produção

O Presidente da República aprovou um projeto de empréstimo de 18 milhões de dólares, elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, destinado à compra de equipamento agrícola para revenda aos agricultores. A propósito, o Presidente declarou: "A mecanização das atividades agrícolas do país é um imperativo ditado pela urgência do aumento da produção agro-pecuária e pela necessidade de oferecer aos trabalhadores do campo os meios para melhorar o rendimento de suas terras e para a criação das condições de bem-estar rural".

A produção nacional de culturas alimentícias de base, que são na sua maior parte feitas à mão, como a batata, o milho, a mandioca e o feijão, aumentou de apenas 45 %, enquanto que a produção das três culturas nas quais se empregam a mecanização em escala crescente, a saber, o arroz, o trigo e a cana de açúcar, se elevou a 112 %.

● Início imediato da ferrovia do manganês

Pelas notícias chegadas do Amapá, já devem ter sido iniciados os trabalhos da construção da estrada de ferro ligando Macapá às jazidas de manganês do Rio Amapari e ao Porto de Minérios, nas proximidades da capital amapaense, na

gem esquerda do Rio Amazonas. Técnicos americanos e os funcionários das minas de mangas já acertaram com o governo as últimas providências para fim.

3 milhões de dólares para a aquisição de uma frota de dragas

Presidente da República aprova o projeto elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para a obtenção de um empréstimo de 26 milhões de dólares, para a aquisição de uma frota de dragas e equipamento auxiliar, destinado à dragagem dos principais rios e bacias do Brasil. Serão adquiridas 8 dragas de diferentes tipos e o equipamento complementa-

umenta a exportação de minérios brasileiros

O volume de minério exportado pela Cia. Vale do Rio Doce, de setembro a julho deste ano, aumentou 112 %, em relação a igual período de 1950. Em outras palavras, foram exportados, em 1950, 325 mil toneladas, em 1951 de 660 mil e em 1952 mais de 700 mil toneladas. A renda correspondente passou de 2.467 milhões para 12.118 mil, isto é, duplicou.

vez da Estrada de Ferro Leopoldina

Comissão Mista Brasil-Estados Unidos estuda o projeto de empréstimo para o reaparelhamento da Leopoldina, a ser executado em três anos. O plano de aquisições inclui a compra de mil e cem quilômetros de trilhos e seus acessórios; aquisição de 560 mil dormentes; equipamento de pedreiras e construção de novas pedreiras; extensão da linha telefônica de controle; aquisição de trens elétricos; construção de várias vias, duplicações, pontes; aquisi-

ção de locomotivas e vagões e melhoramento do tráfego suburbanano.

● Cresce vertiginosamente a indústria de borracha

A indústria de artefatos de borracha é, no Brasil, das que têm experimentado maior expansão. Assim pelo censo de 1950, o valor da produção das fábricas dos artefatos referidos foi de 1.659 milhões de cruzeiros, contra 92 milhões em 1940.

O aumento foi de 18 vezes. Havia, em 1950, no país, 93 fábricas de artefatos de borracha, com 7.484 operários, tendo consumido matéria-prima no valor de 776 milhões de cruzeiros.

● A alvorada da indústria automobilística

A Comissão de Desenvolvimento Industrial aprovou com unânime louvor o anteprojeto da Subcomissão de Fabricação de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis estabelecendo um programa para a implantação da indústria de veículos motorizados no país. Esse anteprojeto prevê primeiro a construção de peças sobressalentes no país para, finalmente, construir-se todo o veículo. Preconiza medidas de estímulo aos fabricantes dessas peças e aos respectivos compradores; a restrição progressiva da importação de peças; prêmios aos importadores que adquiram maiores quantidades de peças brasileiras; a suspensão em julho do ano próximo, da importação de veículos montados, só entrando as peças para completa montagem no Brasil e, um ano depois, em julho de 1954, importação apenas das peças que não estejam sendo fabricadas no país, além de providências de ordem geral como isenção de direitos para a importação de equipamentos ou matérias-primas indispensáveis, proteção aduaneira, isenção temporária de impostos, reserva de mercados, facilidades de créditos, etc.



Noticiário de Interesse Militar

Os planos de expansão da Rússia

Embora o objetivo final da política russa permaneça constante e invariável, os meios para o atingir mudam de momento a momento conforme as oportunidades surgem e as circunstâncias o justificam. Recentemente, houve grandes alterações nas linhas mestras da política externa soviética, consequência de repetidas e importantes conferências celebradas em Moscou a partir de março. O principal assunto focado consistiu na discussão das condições em que valeria a pena arriscar uma guerra com o Estados Unidos. A opinião unânime foi de que, a guerra poderá eclodir dentro dum período de cinco anos ou talvez, ainda menos. O principal teatro de guerra será a Ásia e nesta figuram a Índia e a China como países de primeira importância. No entanto, nunca a U.R.S.S., se deve deixar envolver num conflito armado com os Estados Unidos sem que, previamente, a China nele tenha sido lançado. A intervenção da Rússia far-se-á então em apoio da China mas só depois das forças americanas se encontrarem intensamente empenhadas.

Numa revisão geral da situação asiática ficou decidido que deverá evitar-se uma vitória rápida na Coreia, bem como na Indo-China, enquanto o comunismo não estiver instalado solidamente na Índia. A Coreia deve continuar a constituir uma fonte de preocupações e dissídios e causa de absorção lenta de meios para as Potências ocidentais. Na Indo-China, a intervenção chinesa deverá ter como limite a possibilidade de os Estados Unidos intervirem no conflito.

Logo que a Índia se encontre sobre a regra moscovita — o que se julga acontecer dentro de dois anos — a marcha dos acontecimentos deverá ser acelerada até que a China se encontre em verdadeiro estado de guerra com os Estados Unidos.

A Pérsia deixou de ter o interesse que até aqui tinha para a Rússia em virtude desta se ter tornado auto-suficiente em petróleos. Não se trata já da questão de posse de poços e refinarias mas antes de evitar que estes caíam em mãos ocidentais. Está prevista e estudada a sua destruição.

A questão européia foi encarada em segundo plano embora os progressos feitos no rearmamento do Ocidente sejam maiores do que aqueles com que a Rússia contava. Ficou decidido que, se a integração das forças européias progredisse seriamente e o rearmamento da Alemanha fôsse um fato real, se tornava necessário um desvio na orientação geral da estratégia soviética. Contudo, nunca a guerra com os Estados

Unidos será travada sem que primeiro estes tenham de deslocar as suas forças para a China, mesmo que se tenha de passar sem a garantia do apoio prestado por uma Índia comunista. Parece existir um plano por meio do qual, num prazo de quatro meses, pode provocar-se uma guerra segundo esses moldes uma semana depois da sua eclosão, se Moscou o quizer decidir, poderão rebentar as hostilidades na Europa. A ocupação desta, até aos Pirineus, está previsto que se faça dentro dum período de três semanas. Para o êxito deste projeto é indispensável que as populações civis colaborem, mesmo involuntariamente, na sua execução; projeta-se uma campanha psicológica destinada a provocar o êxodo de multidões pelas estradas por onde as forças militares ocidentais possam manobrar. (*Revista Militar de Portugal, de julho de 1952*).

O Tanque "Centurion"

O tanque inglês "Centurion", modelo III, constitui um fortíssimo apoio ao poderio militar da Grã-Bretanha. Além de ser o maior veículo desse tipo que a Inglaterra produz, é, em seu peso e dimensões, o mais veloz do mundo. Com seu canhão de tiro rápido, de 20 libras, o peso ascende a 50 toneladas, ou seja o máximo da categoria de cruzeiro. Supera em 15 toneladas os seus antecessores, o "Cromwell", o "Centaur" e ainda o "Comet". Depois da construção do protótipo, em 1945, a experiência obtida em manobras e no conflito da Coreia permitiu introduzir-lhe muitas melhorias e aperfeiçoamentos. Seu motor é "Meteor", adaptação do "Rolls Royce" — Merlin, universalmente famoso, o qual desenvolve 635 cavalos de potência, fazendo avançar o gigante de 50 toneladas a uma velocidade de 48 km por hora sobre qualquer classe de terrenos.

A nova catapulta inglesa para aviação

A nova catapulta inglesa para aviação, foi reconhecida como dos mais importantes melhoramentos para a aviação naval desde a II Grande Guerra. O recente relatório das autoridades navais americanas diz, que "a nova catapulta acionada a vapor, provou, em experiências recentes, que pode lançar no ar os aviões de caça de jato, mesmo quando o porta-aviões navega a favor do vento ou se encontra atracado ou em doca".

Com a catapulta instalada no porta-aviões inglês *Persus*, foram realizadas experiências no Arsenal de Filadélfia, na Base de Norfolk e no mar, durante o primeiro trimestre deste ano, e durante elas a nova catapulta comportou-se tão bem, que a Marinha Americana começou a investigar as possibilidades da sua adaptação no novo porta-aviões *Forrestal*, que se encontra em construção, tendo resolvido montá-la em dois porta-aviões, que está modernizando.

Durante as experiências americanas, utilizou-se também um contratorpedeiro para fornecer vapor à catapulta, a mais elevadas pressões, e para lhe aumentar a potência, verificando-se que ela se comportava igualmente bem.

Por necessidade de manufatura, os Estados Unidos modificarão aquela catapulta experimental e, até que possam começar a sua produção, adquirirão algumas na Grã-Bretanha, em obediência ao princípio de cooperação entre as duas Marinhas no aperfeiçoamento da arte da guerra com os porta-aviões. (*Revista Militar de Portugal, de julho de 1952*).

Helicóptero com motores a jato

Está sendo construído por uma firma britânica um novo helicóptero acionado por dois motores a jato. Acabam de ser dados detalhes sobre esse aparelho, que se chamará "Rotodyne". Durante a elaboração de seus projetos básicos, procurou-se dar a esse aparelho o traço predominante de simplicidade. Consta de uma única hélice rotativa de cinco pás e acionadas por duas turbinas a jato. Contém ainda duas turbinas a gás montadas sobre asas curtas. Com elas, o "Rotodyne" combina algumas das características de um avião comum de asas fixas com as do aeroplano de asas rotativas. Espera-se que graças a elas o "Rotodyne", destinado a transportar quarenta passageiros, atingirá grandes velocidades de cruzeiro.

A margem de energia será bastante para permitir que o novo autogiro decole com um motor parado. Seu trem de aterrissagem será escamoteável. Em lugar de passageiros, o "Rotodyne" poderá transportar três automóveis que serão postos a bordo por meio de uma rampa especial. (Da Imprensa).

"Jeep" mais potente

O Exército iniciou a produção de um "jeep" mais moderno e mais potente. O novo modelo é 13 cm mais comprido e 5 cm mais largo do que os ora existentes. Equipado com um motor de 72 HP, em lugar do atual de 62 HP, é mais econômico quanto à combustível, apresenta um tanque de gasolina maior e sua velocidade de cruzeiro (sem reabastecimento) foi aumentada de 300 km para 500 km. Outras novas características incluem, melhores freios, pára-lamas curvos e um adaptador especial que permite seu uso no ártico, deserto e água. Tubos *snorkel* (entrada) e *snoter* (saída) possibilitam o motor "respirar" enquanto submerso. Assentos macios de matéria plástica, molas maiores e novos amortecedores, ajudam a levar mais conforto ao motorista e aos passageiros. (Military Review).

Produção de aço

A Administração da Produção para a Defesa estabeleceu como objetivo um total de 120 milhões de toneladas de aço anuais a partir de 1954. Esse total representa 15 milhões acima da produção para 1951.

Até 1954, a Administração espera que a capacidade de produção seja de cerca de 123 milhões de toneladas anuais, das quais, 23 milhões, através de novas instalações construídas desde o início do conflito na Coreia. (Military Review).

CRONÓGRAFO DE PRECISÃO UNIVERSAL

Na página 101 do número de outubro p. passado, desta Revista, saiu um anúncio do "Cronógrafo de precisão Universal", no qual aparece, por lamentável lapso de revisão, em baixo do desenho de um relógio, as palavras "Genova — Suíça". Trata-se de Genebra e não Genova, pórtio da Itália.

Sendo o brasileiro um povo que se gaba de conhecer geografia, apresentamos a fazer esta retificação para, quando menos não seja, defender-lhe o cartaz.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra, publicados no mês de setembro de 1952

MEDALHAS MILITARES DE TEMPO DE SERVIÇO

AVISO N. 582 — EM 29 DE AGOSTO
DE 1952

Considerando que o Egrégio Superior Tribunal Militar houve por bem ter como revogado o item P do art. 91 do Código da Justiça Militar e alteradas as Instruções aprovadas pelo Decreto n. 4.238, de 15 ed novembro de 1901, que disciplina a matéria relativa à concessão de medalhas militares por tempo de serviço;

Considerando que, em consequência, todos os processos que haviam sido encaminhados àquele Tribunal, num total de 227, foram restituídos;

Considerando que, nestas condições, torna-se necessária a adoção, pelo governo, de novas normas concernentes à atribuição que, de longa data, vinha sendo exercida pelo mais alto órgão da Justiça Militar no País, por força do texto do artigo 6º §§ 2º e 5º das citadas Instruções aprovadas pelo Decreto número 4.238, de 1901, já mencionado;

Considerando que durante o prazo necessário para estudo, organização, proposta e adoção dessas normas há interesses de terceiros que não podem ser postergados e, muito pelo contrário, cumpre deles não descuidar, resolve:

a) que não mais sejam remetidos os processos ao S.T.M., mas ao Gabinete Ministerial, com parecer motivado, onde conste, taxativamente, se o oficial ou praça está

ou não nos casos de obter a medalha. Esse parecer, com todos os papéis, servirá de base não só para a concessão ou não de medalha, como também, para a lavratura de decreto, que deverá conter as datas limites do decênio a ser escriturado nos assentamentos do agraciado;

b) atribuir ao E.M.E. a organização de novas instruções a serem propostas ao governo, devendo, para esse fim, aquele órgão receber sugestões da S.G.M.G. e da D.P. dentro do prazo máximo de 15 dias. Essas sugestões deverão visar, principalmente, a simplificação dos trabalhos de confecção do processo respectivo, escoimando-o de assuntos desnecessários e facilitando o seu estudo. — Cyro Espirito Santo Cardoso, Ministro da Guerra.

("Diário Oficial" de 1-IX-1952.)

* *

DECLARAÇÕES DE HERDEIROS

AVISO N. 584 — DSA — EM 29 DE
AGOSTO DE 1952

A fim de facilitar a leitura e evitar possíveis enganos nas "Declarações de herdeiros", resolvo, de acordo com o que propõe a Secretaria Geral do Ministério da Guerra, em Ofício n. 4.419, de 26 de julho último:

— "A partir da publicação deste Aviso, todas as "declarações de herdeiros", devem trazer os nomes próprios em letras de imprensa, para que não haja dúvida na leitura e cópia dos mesmos. Quanto às assinaturas, continuará a ser obser-

vado o disposto no item III, das atuais instruções aprovadas pelo Decreto n. 27.177, de 15 de outubro de 1949". — *Cyro Espirito Santo Cardoso.*

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

AVISO N. 585 — EM 29 DE AGOSTO DE 1952

Concedo autonomia administrativa à 6ª B.A.C. e ao D.R.M.S. da 2ª R.M., de acordo com o art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938. — *Cyro Espirito Santo Cardoso.*

("Diário Oficial" de 1-IX-52.)

REGULAMENTO DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONAUTICA

DECRETO N. 31.364 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1952

Aprova o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, anexo ao presente Decreto e assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de setembro de 1952, 131ª da Independência e 64ª da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

("Diário Oficial" de 2-IX-52.)

FUNÇÕES PRIVATIVAS DE GERAIS DE BRIGADA EM TEMPO DE PAZ

DECRETO N. 31.392 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1952

Designa as funções privativas de Generais de Brigada, em tempo de paz.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição e de acordo com o art. 3º da Lei n. 1.632, de 30 de junho de 1952, decreta:

Art. 1º. São funções privativas de Generais de Brigada:

I — Das Armas

1. Comandante da 6ª Região Militar;
2. Comandante da 8ª Região Militar;
3. Comandante da 10ª Região Militar;
4. Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;
5. Diretor da Motomecanização;
6. Diretor das Armas;
7. Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra;
8. Secretário Geral do Ministério da Guerra;
9. Subchefe de Planejamento do Estado-Maior do Exército;
10. Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas;
11. Comandante do Núcleo da Divisão Blindada;
12. Comandante do Núcleo da Divisão Aéreo-terrestre;
13. Comandante da Infantaria Divisória da 1ª Divisão de Infantaria;
14. Comandante da Infantaria Divisória da 2ª Divisão de Infantaria;
15. Comandante da Infantaria Divisória da 3ª Divisão de Infantaria;
16. Comandante da Infantaria Divisória da 4ª Divisão de Infantaria;
17. Comandante da Infantaria Divisória da 5ª Divisão de Infantaria;
18. Comandante da Infantaria Divisória da 6ª Divisão de Infantaria;

9. Comandante da Infantaria Divisória da 7ª Divisão de Infantaria;
 10. Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria;
 11. Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria;
 12. Comandante da 3ª Divisão de Cavalaria;
 13. Comandante do Escalão Territorial da 2ª Região Militar;
 14. Comandante do Escalão Territorial da 3ª Região Militar;
 15. Comandante da Escola de Estado-Maior;
 16. Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras;
 17. Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;
 18. Comandante da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar;
 19. Comandante do Grupamento de Unidades Escolas;
 20. Comandante da Brigada de Corumbá;
 21. Chefe do Estado-Maior da Zona Militar Sul;
 22. Chefe do Estado-Maior da Zona Militar Centro;
 23. Chefe do Estado-Maior da Zona Militar Leste;
 24. Chefe do Estado-Maior da Zona Militar Norte;
 25. Comandante da Artilharia Divisória da 1ª Divisão de Infantaria;
 26. Comandante da Artilharia Divisória da 2ª Divisão de Infantaria;
 27. Comandante da Artilharia Divisória da 3ª Divisão de Infantaria;
 28. Comandante da Artilharia Divisória da 4ª Divisão de Infantaria;
 29. Comandante da Artilharia Divisória da 5ª Divisão de Infantaria;
 30. Comandante da Artilharia Divisória da 6ª Divisão de Infantaria;
 31. Comandante da Artilharia Divisória da 7ª Divisão de Infantaria;
 32. Diretor de Instrução;
 33. Diretor de Armamento;
 34. Diretor de Provisão Animal;
 35. Diretor de Recrutamento;
 36. Diretor da Reserva;

47. Diretor do Pessoal das Armas;
 48. Diretor do Pessoal dos Serviços;
 49. 1º Subchefe do Departamento Geral de Administração;
 50. 2º Subchefe do Departamento Geral de Administração;
 51. Assistente da Escola Superior de Guerra.

II — Dos Serviços

A) De Saúde

1. Diretor Administrativo;
 2. Diretor Técnico;
 3. Diretor do Hospital Central.

B) De Intendência

1. Diretor de Finanças;
 2. Diretor de Produção e Suprimentos;
 3. Diretor de Transporte.

C) De Veterinária

1. Diretor de Veterinária;
 2. Diretor da Escola de Veterinária.

III — Técnicos

1. Diretor de Obras e Fortificações;
 2. Diretor do Serviço Geográfico;
 3. Diretor de Fabricação;
 4. Diretor de Estudos e Pesquisas Tecnológicas;
 5. Comandante da Escola Técnica;
 6. Diretor de Transmissões.

§ 1º. No Quadro de Generais, são privativos de Generais de Brigada das Armas, efetivo todas as funções deste posto, com exclusão das seguintes:

— Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, que será exercido por Oficial-General do Exército (Decreto n. 29.796, de 1951);

— Comandante da 6ª e da 8ª Regiões Militares;

— Comandante das Divisões de Cavalaria;

— Comandante da Artilharia das Divisões de Infantaria;

— Comandante de Infantaria das Divisões de Infantaria;

— Comandante da Brigada de Corumbá, as quais poderão ser exercidas por Generais de Brigada Graduados.

§ 2º. As funções constantes dos itens II e III do presente Decreto poderão ser exercidas por Generais Graduados dos Serviços e Técnicos.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

*Cyrol Espirito Santo
Cardoso.*

("Diário Oficial" de 5-IX-1952.)

* *

NÚCLEO DA DIVISÃO AEROTERRESTRE

O Presidente da República, assinou decreto constituindo no Exército, com a atual Escola de Para-quedistas e sua tropa, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre.

A Escola de Para-quedismo do Exército é integrada por duas companhias de tropa, um corpo de alunos constituído por duas companhias de Infantaria, uma Bateria de Especialistas com pelotões de transmissões, destruições e conservadores-artífices.

Dada a importância crescente do emprego de unidades aeroterrestres na guerra moderna, foi criada a Divisão Aeroterrestre como Grande Unidade do Exército de tempo de paz que, embora constituída ficou até agora sem efetivo por falta de elementos especializados.

A atual Escola de Para-quedistas já especializou numerosos oficiais e contingente de praças e graduados, prestando por isso um trabalho eficiente, que necessitava ser ampliado, determinando, assim, a constituição do Núcleo da Divisão Aeroterrestre com o aproveitamento daquela Escola e sua tropa.

("Diário Oficial" de 5-IX-1952.)

TABELAS NUMÉRICAS DE DIARISTAS

AVISO N. 592, DE 1 DE SETEMBRO DE 1952

Não mais persistindo os motivos que determinaram a proibição de preenchimento das vagas que se verificassem, no corrente ano, nas Tabelas Numéricas de Diaristas das diversas repartições deste Ministério, resolvo:

Revogar a proibição determinada no Aviso n. 417 de 17 de junho de 1952, recomendando, todavia, que tais admissões obedeçam sempre às normas fixadas nas "Instruções e Tabelas de Diaristas", aprovadas por despacho de 28-IV-1952. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso.*

* *

PROMOÇÕES DO QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS

AVISO N. 593 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1952

1. Aprovando proposta feita pela Comissão de Promoções do Quadro Auxiliar de Oficiais (Of. n. 382, de 9 de agosto de 1952), e de acordo com os arts. 19 e 21 do Decreto-lei n. 8.760, de 21-1-1946, e do Decreto n. 26.450, de 10-III-49 respectivamente, fica alterado o Aviso n. 194, de 20 de março de 1952, na parte que fixou os totais que devem figurar no Quadro de Acesso dos Oficiais, relativos ao 2º semestre do corrente ano, referente à Arma de Infantaria:

— até o n. 169 — 2º Tenente Q.A.O. Audizio de Araujo — considerando Tenentes acima referidos, que venha o Almanaque do Exército para 1952.

2. Os documentos de promoção dos a completar o interstício durante o 2º semestre do corrente ano, devem ser remetidos conforme determina o art. 18, do Decreto número 26.450, de 10 de março de 1949, pelos Comandantes de Unidades, Chefes de Repartições e Estabelecimentos Militares, com a má-

urgência à Secretaria da Comissão de Promoções do Q. A. O. General Cyro Espírito Santo doso.

("Diário Oficial" de 4-IX-952.)

* *

SO N. 606 — EM 3 DE SETEMBRO DE 1952

endo em vista a necessidade de serem rigorosamente respeitados os atos daqueles que transacionam a este Ministério, e para salvaguarda do bom nome da Administração, declaro que deve ser obedecida, em todas as Organizações, a seguinte norma de procedimento:

1) as contas referentes a fornecimentos ou outras quaisquer despesas documentadas sempre com o devido regularizar, ao darem entrada nas Unidades, deverão ter número especial e ser registradas em protocolo para este fim exclusivamente destinado;

2) desse registro será fornecida a interessado a ficha correspondente;

3) o pagamento far-se-á com a observância da ordem cronológica devendo ser feita, pela imprensa local e outros meios de divulgação, a chamada dos interessados com antecedência mínima de horas e citado sempre o número e ordem do protocolo de entrada a que se refere a alínea a);

4) no exame dos balancetes a verificado pelo órgão competente o exato cumprimento deste ato. — Cyro Espírito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 6-IX-952.)

* *

N. 1.267, DE 9 DE SETEMBRO DE 1950, REGULAMENTADA PELO DECRETO N. 29.548, DE 10 DE MAIO DE 1951

parados pela citada lei os elementos pertencentes às Unidades, Estabelecimentos e demais órgãos do Exército

SO N. 618 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1952

— Tendo em vista o que estabelece a Lei n. 1.267, de 9 de setembro de 1950, regulamentada pelo

Decreto n. 29.548, de 10 de maio de 1951, declaro que se acham amparados pela citada lei os elementos pertencentes às unidades, estabelecimentos e demais órgãos do Exército, nas condições abaixo especificadas:

A) Unidades que participaram do combate

Na 1ª Região Militar

- Comando e Q. G. da 1ª R. M.;
- Comando e Q. G. das 1ª e 2ª Brigadas de Infantaria;
- Comando de D. A. C. e B. D. C. (elementos que constituíram o Q. G.);

Destacamento da Urca:

- 2º Grupo de Artilharia de Costa;
- Bia. do 4º Grupo de Artilharia de Costa (Laje);
- Escola de Educação Física do Exército;
- Centro de Instrução de Artilharia de Costa.

1º Regimento de Infantaria:

- Batalhão de Guardas;
- 2º Batalhão de Caçadores;
- Regimento Andrade Neves e Escola de Cavalaria;
- 1º Regimento de Artilharia Montada;
- 1º Grupo de Artilharia de Dorso;
- 1º Grupo de Obuses;
- Forte Duque de Caxias;
- Escola Militar;
- Batalhão-Escola;
- Escola de Sargentos de Infantaria;
- Contingente e Corpo de Alunos Sargentos da Escola de Artilharia;
- 1º Regimento de Aviação.

Na 7ª Região Militar

- Comando e Q. G. da 7ª R. M.;
- 20º Batalhão de Caçadores;
- 22º Batalhão de Caçadores;
- Bia. Independente de Artilharia de Dorso.

Observações:

Para concessão do amparo é necessário constar do processo:

a) que se achava pronto em sua unidade, à data da revolução;

b) esta prova será feita:

— por documentos de arquivos transcritos ou de suas alterações constantes do requerimento;
— por declarações complementares que comprovem sua participação nas operações.

B) Unidades, órgãos e estabelecimentos que cumpriram missões e compareceram com as unidades empenhadas em combate

Na 1ª Região Militar

— Gabinete do Ministro da Guerra;
— Chefia e 2ª Secção do Estado-Maior do Exército;
— Comando e Q.G. da 1ª Brigada de Artilharia;
— Comando do Grupamento Oeste;
— Serviço Rádio do Exército;
— Serviço Telegráfico do Exército;
— 2º Regimento de Artilharia Montada;
— 3º Grupo de Artilharia de Costa (Copacabana);
— 7ª Cia. do 2º Regimento de Infantaria;
— Depósito Central de Material Bélico;
— Estabelecimento Central de Transportes do Exército.

Na 7ª Região Militar

— Centro de Preparação de Oficiais da Reserva;
— Serviço Rádio e Telegráfico Regional;
— 6ª Companhia de Preparadores de Terreno.

Observações:

Para a concessão do amparo é necessário constar do processo:

a) que se achava pronto na unidade, estabelecimento ou repartição à data da revolução;

b) que haja comprovante dos serviços prestados.

— Esta prova será feita:

— por documentos de arquivo transcritos ou de suas alterações anexas ao requerimento;

— por declarações complementares que comprovem a atuação ou missão atribuídas ao requerente.

C) Unidades ou frações de unidades que se deslocaram para combate

1) De seus quartéis:

— 2º Regimento de Infantaria;
— 1º Regimento de Cavalaria Divisória.

2) De suas sedes:

— 1º Batalhão de Caçadores;
— 1/12º Regimento de Infantaria;
— 19º Batalhão de Caçadores;
— 23º Batalhão de Caçadores;
— 1/11º Regimento de Infantaria.

Observações:

Para a concessão do amparo é necessário constar do processo:

a) Para os elementos que se deslocaram de seus quartéis:

— que o interessado estava pronto na Unidade, que se deslocou ou permaneceu em seu quartel, como reserva da tropa que se deslocara.

— Para os elementos que se deslocaram de suas sedes:

— que se tenham deslocado com suas Unidades ou frações destas.

D) Elementos do Serviço de Saúde do Exército que tenham realizado missões referidas na letra "d" do art. 2º do Decreto n. 20.548, de 10 de maio de 1951:

— Hospital Central do Exército;
— Posto de Assistência da Vila Militar (H.G.V.M.);
— Estação de Assistência e Profilaxia (F.C.E.);
— Laboratório Militar de Bacteriologia (I.B.E.);
— Depósito Central de Material Sanitário (E.C.M.S.E.);
— Hospital Militar do Recife.

Observações :

Para a concessão do amparo é necessário constar do processo :

a) que se achava pronto, à data da revolução em sua repartição ou estabelecimento ;

b) que haja comprovante dos serviços prestados.

— Esta prova será feita :

— por documentos de arquivo transcritos ou de suas alterações anexas ao requerimento ;

— por declarações complementares que comprovem a atuação ou missão atribuídas ao requerente.

E) Componentes de Unidades, Estabelecimentos e Repartições, que cooperaram efetivamente na prisão de elementos comunistas (militares e operários)

— Arsenal de Guerra do Rio ;

— Escola de Engenharia ;

— Cia. - Escola de Sapadores Mineiros ;

— 1º Batalhão de Transmissões ;

Observações :

Para a concessão do amparo é necessário constar do processo :

a) que se achava pronto, à data da revolução, em sua repartição ou estabelecimento ;

b) que haja comprovante dos serviços prestados.

— Esta prova será feita :

— por documentos de arquivo transcritos ou de suas alterações anexas ao requerimento ;

— por declarações complementares que comprovem a atuação ou missão atribuídas ao requerente.

F) Corporações rebeldes

Na 1ª Região Militar

— 3º Regimento de Infantaria ;

— Escola de Aviação Militar ;

Na 7ª Região Militar

— 21º Batalhão de Caçadores

(Natal — Rio Grande do Norte) ;

— 29º Batalhão de Caçadores (Recife — Pernambuco).

Observações :

Para a concessão do amparo é necessário constar do processo :

a) que o interessado estava pronto na unidade à data da revolução ;

b) que ofereceu resistência comprovada ao movimento.

— Esta prova será feita :

— por documentos de arquivo transcritos ou de suas alterações anexas ao requerimento ;

— por declarações complementares que comprovem a atuação do interessado.

II) Observações Gerais :

1. Os processos em que forem alegadas as situações de prontidão (segurança, vigilância, defesa dos quartéis, ligações entre unidades vizinhas, medidas de defesa contra possíveis ataques, permanência em serviço ou outras modalidades) não devem ser encaminhados à decisão, ressalvados os casos previstos na letra c) do art. 2º do Decreto número 29.548, procedendo-se na forma do parecer da Exposição de Motivos n. 751, de 12 de novembro de 1951, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República (B.E. n. 49-51).

2. As declarações complementares (letra "c" do art. 2º do Decreto n. 29.548) devem ser assinadas pelos comandantes de unidades, chefes de serviço, ou seus substitutos legais, desde que não estejam incluídos na letra "a" do art. 3º do Decreto n. 29.548.

3. Somente produzirão efeito comprobatório, para fins de amparo, os elogios individuais.

4. As diferentes situações previstas na letra "c" do art. 2º do Decreto n. 29.548, serão examinadas, individualmente, face à documentação apresentada que comprova o recebimento e o cumprimento da missão dada.

5. Os requerimentos dos militares enquadrados no art. 3º do Decreto n. 29.548, não devem ser encaminhados.

6. Para se definir o direito aos benefícios da Lei n. 1.267-50, dos que cumpriram missões e cooperaram na repressão aos rebeldes, deve ser considerada ação dinâmica do interessado, antes, durante e após o movimento, e não a simples execução de medidas de rotina. Assim, a natureza do comparecimento do militar ao seu quartel ou a apresentação à unidade mais próxima e, aí, a pronta resolução dos problemas em causa com a repressão e que lhe eram afetos, constitui um dos motivos de justo direito dos interessados.

7. Os pedidos de averbção ou de promoção com amparo na lei, devem conter as seguintes informações, conforme cada caso:

- a) ato que transferiu o requerente para a inatividade;
- b) promoções que já tenham tido na inatividade;
- c) natureza do serviço prestado e seus comprovantes;
- d) inexistência das restrições das letras "a" e "b" do art. 3º do Decreto n. 29.548;
- e) dispositivo da Lei n. 1.267 e do seu regulamento, que ampara o requerente;
- f) eventualmente, informações relacionadas com as restrições impostas pelo art. 9º da regulamentação;
- g) parecer sobre o direito do requerente.

Além destas informações, devem ser anexadas a todos os requerimentos as alterações do requerente relativas ao 2º semestre de 1935 e também as do 1º semestre de 1936, quando nestas houver alguma referência alusiva ao movimento comunista, ou cópias autênticas das mesmas, bem como esclarecido no processo a função exercida pelo requerente, à data da revolução.

8. Os requerimentos que contrariarem as prescrições destas instruções, não devem ser encaminhados. Não devem ser entendidos como tal aqueles cujo direito não tenha sido aqui regulado, mas possa encontrar amparo na própria lei ou no seu regulamento.

9. - A simples inclusão das Unidades, Estabelecimentos ou Repartições nos itens destas Instruções, não significa que os militares que nêles tenham servido, estejam automaticamente amparados pela Lei n. 1.267.

10. Ficam revogadas as Instruções para aplicação da Lei n. 1.267, de 9 de dezembro de 1950, aprovadas por despacho de 8 de dezembro de 1951 e publicadas no B.R.E. n. 12, de 27 de dezembro de 1951. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 15-IX-1952.)

* *

ART. 10 DA LEI DE PROMOÇÕES

AVISO N. 625 — EM 12 DE AGOSTO DE 1952

1. Tendo em vista que não se podia com aviso pretender revogar dispositivos claros de lei e admitindo que a intenção fôsse realizar preceito legal sem transtornos ou inconvenientes para as partes, ao ser exigido, como é justo que se proceda, a satisfação integral do disposto na letra e) do art. 10 da Lei de Promoções, resolvo declarar deve ser entendido que o n. 2 do Aviso n. 247, de 3 de abril de 1951, marcava a data a partir da qual seria feita a apuração do prazo já passado pelo oficial fora da tropa.

2. Como a interpretação foi de que a data referida marcava "início de contagem" e para que não se crie situação embaraçosa às partes interessadas, fica esclarecido que de 31 de dezembro do corrente ano em diante nenhum oficial combatente poderá permanecer fora da tropa se dela já estiver afastado há mais de cinco anos, salvo os que se acham amparados por dispositivos especiais de lei.

3. Em face do que estabelece o art. 81 da Lei de Promoções, nenhum prejuízo poderá decorrer desta medida para os oficiais já incluídos nos quadros de acesso. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 18-IX-1952.)

DESLOCAMENTO DE MILITARES

AVISO N. 637 — EM 18 DE SETEMBRO DE 1952

Autorizo os Comandante de Região a permitirem o deslocamento de militares, para o cumprimento de missões programadas, desde que não redunde em despesas de diárias. A movimentação que acarretar pagamento destas vantagens, até o limite de quatro, independe de autorização ministerial. Quando esse prazo tiver que ser excedido o Ministro da Guerra será consultado previamente.

O saque de diárias só poderá ser feito quando constar, taxativamente, de documento, a impossibilidade do alojamento e alimentação do militar por conta de órgãos do Exército; tal condição deverá ser especialmente referida.

Em se tratando de oficial a responsabilidade pelo recebimento de diárias, fora destas condições, é de caráter pessoal, além de funcional, quando couber. — Gen. *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 22-IX-1952.)

* *

PAGAMENTOS DE SALÁRIO-FAMÍLIA

AVISO N. 644 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1952

Em cumprimento ao despacho do Exmo. Sr. Presidente da República, exarado na Exposição de Motivos n. 386, de 17 de julho de 1952, da Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional, fica revogado o Aviso Ministerial n. 739, de 21 de novembro de 1950, e em consequência mandados sustar todos os pagamentos de salário-família, por falta de fundamento jurídico, a servidores militares demitidos das Forças Armadas, porque somente cabe às respectivas famílias o montepio a que se reportam o Estatuto dos Militares, art. 111 e o Decreto n. 3.695, de 6-II-1939, art. 69.

Cyro Espírito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 22-IX-1952.)

BRASILEIROS RESIDENTES NO ESTRANGEIRO E QUE AINDA NÃO SE ACHAM QUITES COM O SERVIÇO MILITAR

(*) AVISO N. 377 — DE 23 DE AGOSTO DE 1952

Tendo em vista a nova redação que a Lei n. 1.585, de 28 de março de 1952, deu, entre outros, aos artigos 36 e 56 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946) e considerando as informações prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores em documento DC n. 40/522.23(41), de 15 de fevereiro de 1952, e o parecer emitido pelo Estado-Maior do Exército, determino sejam observadas as seguintes normas em relação aos brasileiros residentes no estrangeiro e que ainda não se acham quites com o serviço militar:

1. Aos brasileiros, residentes no exterior, enquadrados nas condições do § 2º do art. 36 da Lei do Serviço Militar, não se concederá qualquer dispensa ou adiamento de incorporação, a não ser nas situações previstas para os brasileiros residentes no Brasil.

2. Cabe ao E.M.E., após consulta aos órgãos competentes, entre outros os Consules Gerais brasileiros nos países limítrofes por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, definir os locais próximos de guarnição militar brasileira, considerando para isto as facilidades de transporte inclusive sob o aspecto econômico.

3. Cabe à Diretoria de Recrutamento esclarecer devidamente ao Ministério das Relações Exteriores quanto aos locais e prazos estabelecidos para a seleção de conscritos, após a definição do n. 2.

4. Quanto aos brasileiros residentes no exterior, enquadrados no § 3º do art. 36 da Lei do Serviço Militar, as autoridades consulares brasileiras deverão:

a) tratando-se de brasileiros visível e notoriamente incapazes, física ou mentalmente, instruir os respectivos processos com documentos idôneos a serem remetidos à Diretoria de Recrutamento do

Ministério da Guerra para a concessão dos certificados de isenção; b) em todos os demais casos, conceder, na forma da lei, os adiantamentos anuais de incorporação, renováveis até 30 anos ou até que regressarem ao Brasil, aponto, no certificado de alistamento ou em documento a ele vinculado, um carimbo com os seguintes dizeres:

"Fica cancelada esta concessão quando seu beneficiário empreender a primeira viagem ao ou para o Brasil e então sujeito à primeira incorporação que se verificar na Região Militar em que passar a residir, devendo apresentar-se ao órgão alistador de seu novo domicílio";

c) solicitar da Diretoria de Recrutamento a expedição do certificado de reservista de terceira categoria ao conceder o último adiantamento de incorporação (correspondente aos 30 anos de idade).

4. O presente aviso começará a vigorar em toda sua plenitude por ocasião da execução do Plano Geral de Convocação para 1953. — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 18-IX-1952.)

REGULAMENTO DO CURSO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS

DECRETO N. 31.488 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1952

Aprova o Regulamento do Curso de Oficiais Especialistas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1. Fica aprovado o Regulamento do Curso de Oficiais Especialistas, Instituto de Ensino do Ministério da Aeronáutica, criado pela Lei n. 1.185, de 31 de agosto de 1950.

Art. 2. O aludido Regulamento entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Nero Moura.

("Diário Oficial" de 30-IX-1952.)

SERVICO DE TRANSMISSOES

AVISO N. 664 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1952

Consulta o Comandante da 1.ª Divisão de Infantaria em Ofício número 524-E-1, de 6-VI-1952, a quem compete exercer a Chefia do Serviço de Transmissões, tendo em vista que aquele Serviço compreende:

Chefia: 1 Tenente-Coronel da Arma de Engenharia, com o Curso de Transmissões.

Adjunto: 1 Capitão da Arma de Engenharia com os mesmos requisitos.

Que atualmente o cargo de adjunto está vago e o Tenente-Coronel Chefe do referido Serviço, foi transferido.

2. Em solução, declaro, aprovando o parecer do E.M.E. em Ofício n. 465-A, de 6-VIII-1952:

Que o Chefe do Serviço de Transmissões da D.I., na falta do respectivo adjunto, deverá ser substituído por um oficial de Engenharia, do Serviço de Engenharia Divisório, o qual responderá apenas pelas funções, se não possuir o Curso de Transmissões. — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 30-IX-1952.)

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

PORTARIA N. 321 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1952

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, considerando o estabelecido na Portaria n. 245, de 1 de agosto de 1952, e tendo em vista as alterações que serão introduzidas em 1953 no regulamento da

Academia Militar das Agulhas Negras, resolve, de acordo com o artigo 142 do Decreto n. 17.738, de 2 de fevereiro de 1945 :

a) a conta de ano igual ou superior a três assegura aprovação, que será declarada em boletim interno, pelo Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, no dia seguinte ao do encerramento dos Cursos ;

b) a entrada em exame será permitida com qualquer conta de ano ;

c) se com a média da conta de ano e a primeira das provas de exame o cadete atingir ou ultrapassar seis pontos, será considerado aprovado ;

d) à prova oral ou prática comparecerão os cadetes que não tiverem satisfeito às condições da alínea c), anterior, bem como aqueles que, já tendo a elas satisfeito, por escrito o solicitarem dentro do prazo estabelecido pelo Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras.

e) para os cadetes que comparecerem voluntariamente à prova oral ou prática, o grau de aprovação resultará da média aritmética simples da conta de ano do grau de prova escrita e do da oral ou prática, sendo considerados aprovados os que obtiverem média final no mínimo igual a três ;

f) os graus bimestrais, bem como as contas de ano e médias finais, relativos aos grupos de instrução, devem ser considerados em relação ao conjunto de assuntos nêles tratados e não a cada uma de suas partes ;

g) na apuração da conta do ano e da média final, em cada aula ou grupo de instrução, como no tocante às letras c) e e) desta Portaria, os graus devem ser expressos até décimos, respeitando-se as convenções

usuais sobre aproximações numéricas ;

h) também será considerado habilitado à promoção ao ano seguinte o cadete que, na soma do grau final da teoria ou da instrução militar, alcançar média quatro ou superior, contanto que não tenha em mais de uma aula ou grupo de instrução média final inferior a dois e cinco décimos ;

i) o exame da quarta aula do 1º ano do Curso das Armas é tornado facultativo, atendendo a que esta disciplina deve fazer parte somente do Curso Preparatório Técnico a ser criado, e será levado em consideração, na classificação do ano, para os que, em 1953, desejarem frequentar esse Curso na Academia Militar das Agulhas Negras ;

j) em consequência das providências adotadas, deve ser prevista a extinção do regime de dependência atualmente em vigor.

("Diário Oficial" de 30-IX-1952.)



N. 29

UNIFORMES MILITARES

Exército — F.A.B. — C.P.O.R. — Tiro de Guerra — Colegial e Repartições Especialistas em Bonets para E.F.C.B. e para todas Repartições Civil e Militar

T. R. PINTO & MARTINS

AV. MARECHAL FLORIANO, 235-E.F. — TELEFONE 43-5504 — RIO DE JANEIRO

N. 9

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Sr. José Nonato de Faria.
Gen. Souza Júnior.
Cel. Arold Ramos de Castro.
Cel. Firmino Lages Castelo Branco.
Cel. José Alfredo do Amaral Pereira.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Ten.-Cel. Nelson Rodrigues de Carvalho.
Ten.-Cel. Waldemar de Lima e Silva.
Major Alberto Araújo e Silva.
Major Cesar Neves.
Major Heráclides de Araújo Nelson.
Major Luiz Felipe da Silva Wiedemann.
Major Zair F. Moreira.
Cap. Alberto Fortunato.
Cap. Estevam Meireles.
Cap. Ribeiro Ramos.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1952